

Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Linguística

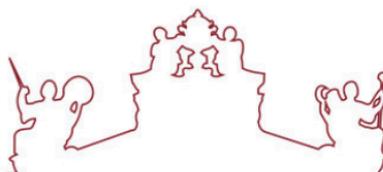
Tese de Doutoramento

**Subsídios para o estudo da toponímia angolana: A formação
dos adjectivos pátrios e gentílicos**

Jeanine Emanuela Marques Henriques da Silveira

Orientador(es) | Maria João Marçalo

Évora 2022



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Linguística

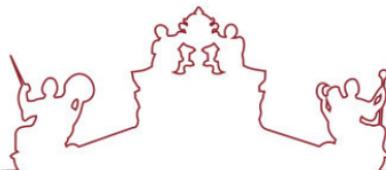
Tese de Doutoramento

**Subsídios para o estudo da toponímia angolana: A formação
dos adjectivos pátrios e gentílicos**

Jeanine Emanuela Marques Henriques da Silveira

Orientador(es) | Maria João Marçalo

Évora 2022



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | António José Candeias (Universidade de Évora)

Vogais | Ana Alexandra Silva (Universidade de Évora)
Ana Maria Martinho (Universidade Nova de Lisboa)
Gonçalo Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria Célia Lima-Hernandes (Universidade de São Paulo)
Maria João Marçalo (Universidade de Évora) (Orientador)
Rosemeire Monteiro-Plantin (Universidade Federal do Ceará)

Évora 2022



DEDICATÓRIA

À juventude angolana, para que nunca deixe de sonhar!

In Memoriam de Isabel Filomena Marques da Silveira.

In Memoriam do Professor Doutor António Fernandes da Costa.

AGRADECIMENTOS

Na realização do presente trabalho, contei com o apoio de diversas pessoas e instituições, às quais presto os mais profundos agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço à Professora Doutora Maria João Brôa Martins Marçalo, orientadora que me conduziu nesta viagem, tão cheia de incógnitas e de receios, dando-me, no entanto, a liberdade de trilhar o meu caminho no mundo da investigação.

O meu mais reconhecido agradecimento ao Ex.mo Senhor Doutor António André Miguel, Secretário de Estado do Ensino Superior para a Supervisão, então Ministro do Ensino Superior, interino, pela bolsa de investigação concedida.

À professora Doutora Maria Vicentina de Paula Amaral Dick, por todo o apoio, carinho, humanidade e atenção com que me tratou na USP, sem o qual, não seria possível este trabalho. Sinta que neste estudo também está a sua mão.

A Dom Filomeno do Nascimento Vieira Dias por, no ano de 2000, ter apostado na minha carreira profissional.

À Universidade Católica de Angola – UCAN - pelos apoios concedidos.

À Professora Doutora Ana Alexandra Silva pela forma afável com que trata todos os estudantes.

Aos estudantes da UCAN que pacientemente aturaram os meus exercícios de iniciação à investigação em toponímia.

Ao amigo Nlandu Matondo Faustino pelas discussões filosófico-científicas.

Ao Eng. Carlos Anderson Faria dos Santos pela paciência e apoio a este trabalho, sem o que este final não seria possível.

Ao amigo Tunga Tomás pelo apoio incondicional e fraterno.

Aos companheiros de jornadas da Universidade de Évora.

Ao Departamento de Toponímia do MAT, pela bibliografia e diálogo aberto.

Com tantos amigos para agradecer, não vou arriscar nomeá-los a todos, pois poderei falhar. Todos eles me deram muito força e ânimo para continuar neste projecto de vida. Amigos de Angola, do Brasil, de Portugal, do Canadá. Muito obrigada!

À minha família, aos sobrinhos e sobrinhas, às primas, aos irmãos e às minhas irmãs, Dininha, Dith, Mité e Ana Maria, obrigada pelos sacrifícios concedidos para permitirem que vivesse o meu momento.

Ao Miguel Ângelo, à Raquel dos Santos e a Helena Mpovelo, muito obrigada!

Ao meu filho, meu tudo!

Universidade de Évora, 2022.

RESUMO

A presente tese intitulada *Subsídios para o estudo da toponímia angolana: a formação dos adjectivos pátrios e gentílicos* insere-se na história da onomástica angolana, constituindo uma tentativa de resgate da etimologia dos hibridismos toponímicos da língua portuguesa em território angolano. Encontra-se embasada na análise linguística dos referenciais toponímicos angolanos, segundo os métodos taxionómicos de Dick et al. (1980, 1990, 1997, 1999, 2004), para a toponímia brasileira; de José de Vasconcelos (1902, 1919, 1923, 1931), Fernandes (1941, 1943, 1950) e Raposo (2013, 2020) para a toponímia portuguesa; e de Albert Dauzat (1929, 1932, 1935, 1943, 1946, 1953) para a toponímia francesa. Constitui objecto do nosso estudo a descrição do modo como, em LP, as motivações semântico-históricas, como invasões, guerras, conquistas, negociações, cedências e resistências e as motivações culturais, como línguas, religiões, hábitos, costumes, mas também a geografia, a flora e a fauna, influenciam, criam e reconstróem a toponímia angolana ao longo da história da escrita sobre os nomes dos seus lugares. Desta forma será possível identificar os contágios interidiomáticos que causaram alterações fonéticas, fonológicas ou morfológicas na onomástica angolana de LP, resultado do contacto linguístico com os Ambó, Ambundo, Bacongo, Herero, Ibinda, Lunda, Ngangela, Nhaneca, Cokwe, Ovimbundo, Vanxindonga e todos os povos que compõem o multilinguismo angolano. Daremos relevância à harmonização linguística no contacto da LP com a cultura angolana, respeitando a motivação semântico-histórica e/ou o sentido etimológico do nome de cada lugar. Serão estudados os adjectivos pátrios angolanos, de acordo com a proposta de Raposo (2013: 994) para os nomes próprios canónicos, nas dezoito províncias, (Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kwando-Kubango, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Cunene, Huíla, Huambo, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíje, Zaire).

Palavras chave: onomástica, antroponímia, toponímia, adjectivos gentílicos e adjectivos pátrios.

RÉSUMÉ

Subventions pour l'étude de la toponymie angolaise : la formation d'adjectifs natifs et gentils

La présente thèse fait partie de l'histoire de l'onomastique angolaise, constituant une tentative de sauvetage de l'étymologie des hybridismes toponymiques de la langue portugaise sur le territoire angolais. Il est basé sur l'analyse linguistique des références toponymiques angolaises, selon les méthodes taxonomiques de Dick et al. (1980, 1990, 1997, 1999, 2004), pour la toponymie brésilienne ; José de Vasconcelos (1902, 1919, 1923, 1931), Fernandes (1941, 1943, 1950) et Raposo (2013, 2020) pour la toponymie portugaise ; et Albert Dauzat (1929, 1932, 1935, 1943, 1946, 1953) pour la toponymie française. L'objet de notre étude est de décrire comment, en LP, les motivations sémantiques historiques telles que les invasions, les guerres, les conquêtes, les négociations, les concessions et les résistances et les motivations culturelles, telles que les langues, les religions, les habitudes, les coutumes, mais aussi la géographie, la flore et la faune. influencer, créer et reconstruire la toponymie angolaise tout au long de l'histoire de l'écriture des noms de leurs lieux. De cette façon, il sera possible d'identifier les contagions interidiomatiques qui ont causé des altérations phonétiques, phonologiques ou morphologiques dans l'onomastique angolaise de LP, à la suite de contacts linguistiques avec les Ambó, Ambundo, Bacongo, Herero, Ibinda, Lunda, Ngangela, Nhaneca, Cokwe, Ovimbundo, Vanxindonga et tous les peuples qui composent le multilinguisme angolais. Nous mettrons l'accent sur l'harmonisation linguistique dans le contact du LP avec la culture angolaise, en respectant la motivation sémantique historique et/ou le sens étymologique du nom de chaque lieu. Les adjectifs de patrie angolais seront étudiés, selon la proposition de Raposo (2013 : 994) pour les noms propres canoniques, dans les dix-huit provinces, (Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, kwando-Kubango, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Cunene, Huila, Huambo, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíje, Zaire).

Mots Cles: onomastique, anthroponymie, toponymie, adjectifs gentils et adjectifs patriotiques.

ABSTRACT

Subsidies for the study of Angolan toponymy: the formation of native and gentile adjectives

The present thesis is part of the history of Angolan onomastics, constituting an attempt to rescue the etymology of the toponymic hybridisms of the Portuguese language in Angolan territory. It is based on the linguistic analysis of the Angolan toponymic references, according to the taxonomic methods of Dick et al. (1980, 1990, 1997, 1999, 2004), for Brazilian toponymy; José de Vasconcelos (1902, 1919, 1923, 1931), Fernandes (1941, 1943, 1950) and Raposo (2013, 2020) for Portuguese toponymy; and Albert Dauzat (1929, 1932, 1935, 1943, 1946, 1953) for French toponymy. The object of our study is to describe how, in Portuguese, historical semantic motivations such as invasions, wars, conquests, negotiations, concessions, resistance and cultural motivations, such as languages, religions, habits, customs, but also geography, flora and fauna influence, create and reconstruct the Angolan toponymy throughout the history of writing about the names of their places. In this way, it will be possible to identify the interidiomatic contagions that caused phonetic, phonological, or morphological alterations in the Angolan onomastics of Portuguese, as a result of linguistic contact with the Ambó, Ambundo, Bacongo, Herero, Ibinda, Lunda, Ngangela, Nhaneca, Cokwe, Ovimbundo, Vanxindonga and all the peoples that make up Angolan multilingualism. We will emphasize linguistic harmonization in the Portuguese language contact with Angolan culture, respecting the historical semantic motivation and/or the etymological sense of the name of each place. The Angolan homeland adjectives will be studied, according to Raposo's (2013: 994) proposal for canonical proper names, in the eighteen provinces, (Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kwando-Kubango, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Cunene, Huila, Huambo, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíje, Zaire).

Keywords: onomastics, anthroponymy, toponymy, native adjectives, and gentile adjectives.

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa nº 1 - A Cultura Africana.....	35
Mapa nº 2 - Os Reinos de Angola	56
Mapa nº 3 - As rotas comerciais e plantações escravagistas	61
Mapa nº 4 - Principais etnias de Angola.....	63
Mapa nº 5 - Mapa do Portugal Ultramarino.	69
Mapa nº 6 - Mapa de Angola de 1926	169
Mapa nº 7 - Mapa de Angola entre 1930 e 1950	172

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Segmentação do grupo consonântico	91
Quadro 2 - As vogais da LP quanto ao ponto de articulação.	98
Quadro 3 - As vogais em kioco, kicongo, nganguela e oshiwambo.....	99
Quadro 4 - As vogais em kimbundo.....	99
Quadro 5 - As vogais em umbundo.....	100
Quadro 6 - As consoantes das línguas angolanas	100
Quadro 7 - Lista de Freidrich Welwitschia (Flora e toponímia)	106
Quadro 8 - Lista de Freidrich Welwitschia (variada)	108
Quadro 9 - Flora kioca.....	109
Quadro 10 - Acidentes geográficos – 1912.	110
Quadro 11 – Agronomia Tropical (1956).....	111
Quadro 12 - Ficha lexicográfica-toponímica (Modelo Dick, 1990).....	130
Quadro 13 - Corografia de Angola.....	146
Quadro 14 - Ficha lexicográfica-toponímica (Modelo adaptado ao contexto angolano).....	176
Quadro 15 - Ficha lexicográfica-toponímica nº1 (Bengo)	181
Quadro 16 - Ficha lexicográfica-toponímica nº2 (Benguela).....	185
Quadro 17 - Ficha lexicográfica-toponímica nº3 (Bié)	189
Quadro 18 - Ficha lexicográfica-toponímica nº4 (Cabinda).....	193
Quadro 19 - Ficha lexicográfica-toponímica nº5 (Kwando Kubango).....	195
Quadro 20 - Ficha lexicográfica-toponímica nº6 (Kwanza-Norte)	200
Quadro 21 - Ficha lexicográfica-toponímica nº7 (Cuanza-Sul)	202
Quadro 22 - Ficha lexicográfica-toponímica nº8.....	205
Quadro 23 - Ficha lexicográfica-toponímica nº9 (Huambo)	209
Quadro 24 - Ficha lexicográfica-toponímica nº10 (Huíla).....	212
Quadro 25 - Ficha lexicográfica-toponímica nº11 (Luanda).....	217
Quadro 26 - Ficha lexicográfica - toponímica nº 12 (Lunda-Norte)	220
Quadro 27 - Ficha lexicográfica-toponímica nº 13 (Lunda-Sul).....	222
Quadro 28 - Ficha lexicográfica-toponímica nº14 (Malanje).....	224
Quadro 29 - Ficha lexicográfica-toponímica nº15 (Moxico)	226
Quadro 30 - Ficha lexicográfica-toponímica nº16 (Namibe)	229
Quadro 31 - Ficha lexicográfica-toponímica nº17 (Uije).....	231
Quadro 32 - Ficha lexicográfica - toponímica nº 18 (Zaire)	234
Quadro 33 - Formação do plural endónimo.....	254
Quadro 34 - Quadro Resumo da motivação macrotoponímica angolana.....	265

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

Adj. – adjectivo

Adjb – adjectivo base

AGC – Agência Geral das Colónias

AGU – Agência Geral do Ultramar

AGA – Arquivo Geral de Angola

AHU – Arquivo Histórico do Ultramar

BSGL – Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa

BG-UÉVORA – Biblioteca Geral da Universidade de Évora

BPE – Biblioteca Pública de Évora

BAGC - Boletim da Agência Geral das Colónias

LP – Língua Portuguesa

N - Nome

NB – Nome Base

PB – Português do Brasil

PP – Português de Portugal

PA – Português Angolano

RCP – Regra de Construção de Palavras

« » - delimitam definições lexicográficas

* - marca o étimo hipotético

** – marca uma palavra ou frase agramatical

Ø – sem adjectivo pátrio oficial.

Índice

Introdução.....	1
Justificação da escolha do tema.....	2
Problema.....	3
Objectivo Geral	4
Objectivos Específicos	4
1. Fundamentos Teóricos.....	7
1.1 A onomástica	9
1.2 O conceito de toponímia	11
1.3 Nomes próprios canónicos	20
1.3.1 Nomes próprios simples e nomes próprios compostos.....	21
1.3.2 Nomes próprios de base descritiva.....	23
1.4 Toponímia e cultura	24
1.4.1 Toponímia e geografia.....	29
1.4.2 Toponímia e história	32
1.4.3 Toponímia e cartografia	34
1.5 Toponímia e etimologia.....	37
1.5.1 Formação de topónimos	39
1.6 Antroponímia portuguesa	43
1.7 Antroponímia angolana.....	46
1.8 Estado da arte em Angola.....	47
1.8.1 A investigação sobre antroponímia angolana	50
1.8.2 A investigação sobre a toponímia angolana.....	50
1.9 Síntese	52
2. Resenha Histórica da Língua Portuguesa em África e em Angola	53
2.1 A LP é levada para outras geografias	54
2.2 Contacto entre línguas em África.....	55
2.3 Etnografia africana	61
2.4 O contacto entre LP e as línguas africanas	68
2.4.1 Corografia de Angola.....	70
2.4.2 Corografia de São Tomé e Príncipe.....	72
2.4.3 Corografia da Guiné-Bissau.....	74
2.4.4 Corografia de Cabo Verde	75
2.4.5 Corografia de Moçambique	77
2.5 Contributo africano à Língua Portuguesa.....	82
2.6 A língua portuguesa em Angola.....	87
2.6.1 Traços linguísticos angolanos.....	96
2.7 Relações estabelecidas entre a LP e as LN de Angola - topónimos	104
2.8 Síntese	114

3. Metodologia.....	116
3.1 Metodologia	118
3.1.1 <i>Metodologia qualitativa</i>	<i>119</i>
3.1.2 <i>Método comparativo</i>	<i>121</i>
3.1.3 <i>Método Contrastivo.....</i>	<i>122</i>
3.2 Fontes	123
3.2.1 <i>Corpus</i>	<i>123</i>
3.3 Técnicas	125
2.3.1 <i>Taxonomia de natureza física</i>	<i>125</i>
2.3.2 <i>Taxonomia de natureza antropocultural.....</i>	<i>127</i>
2.3.3 <i>As fichas lexicográfico-toponímicas</i>	<i>129</i>
3.4 Limitações da pesquisa.....	132
3.5 Síntese	133
4. Análise dos Dados.....	135
4.1 O problema	136
4.1.1 <i>Análise da obra de Silva Porto (1817-1890) Viagens e apontamentos de um portuense em África. 136</i>	
4.1.2 <i>Análise de dicionários</i>	<i>138</i>
4.1.3 <i>Análise de prontuários.....</i>	<i>142</i>
4.1.4 <i>Análise de manuais escolares.....</i>	<i>143</i>
4.2 Apresentação do corpus	144
4.3 Análise etimológica dos topónimos.....	146
4.3.1 <i>Análise etimológica na cartografia</i>	<i>148</i>
4.3.1.1 <i>Análise dos mapas de dioceses de Portugal (África)</i>	<i>148</i>
4.3.1.1 <i>Análise do mapa contido na obra de Pe. João António Cavazzi (1687).....</i>	<i>149</i>
4.3.1.3 <i>Análise dos mapas contidos na obra Description de L`Afrique.</i>	<i>150</i>
4.3.1.4 <i>Análise do Mapa Royaume de Congo.....</i>	<i>154</i>
4.3.1.5 <i>Análise de seis Mapas contidos na Obra Suite du Neptune François.....</i>	<i>154</i>
4.3.1.6 <i>Análise do Mapa dos rios Cunene e Cubango.</i>	<i>159</i>
4.3.1.7 <i>Análise do Mapa de Angola de 1864.....</i>	<i>160</i>
4.3.1.8 <i>Análise da Carta da Africa Occidental. Austro- Equatorial contendo o Itinerário e explorações de Capello e Ivens 1877 – 1880.....</i>	<i>160</i>
4.3.1.9 <i>Análise da Carta do curso do rio Zaire de Stanley- Pool, 1883.....</i>	<i>163</i>
4.3.1.10 <i>Análise do Mapa de Angola de 1912.....</i>	<i>165</i>
4.3.1.11 <i>Análise do Plano Hidrográfico da Baía Diogo Cão (rio Zaire) – 1925.....</i>	<i>168</i>
4.3.1.12 <i>Análise ao mapa intitulado: Esboço Geográfico de Angola, 1926.</i>	<i>169</i>
4.3.1.13 <i>Análise do Mapa de Colónias de Portugal de 1931.....</i>	<i>171</i>
4.3.1.14 <i>Análise da Carta Roteiro de Angola.....</i>	<i>172</i>
4.4 Construção das Fichas Toponímicas.....	175
4.4.1 <i>A província do Bengo</i>	<i>178</i>
4.4.2 <i>A província de Benguela</i>	<i>182</i>
4.4.3 <i>A província do Bié.....</i>	<i>186</i>
4.4.4 <i>A província de Cabinda</i>	<i>190</i>
4.4.5 <i>A província do Kwando kubango.....</i>	<i>194</i>
4.4.6 <i>O topónimo Kwanza</i>	<i>196</i>
4.4.6.1 <i>A província do Kwanza Norte</i>	<i>199</i>
4.4.6.2 <i>A província do Kwanza Sul.....</i>	<i>201</i>
4.4.7 <i>A província do Cunene</i>	<i>203</i>
4.4.8 <i>A província do Huambo.....</i>	<i>206</i>

4.4.9	<i>A província da Huíla</i>	210
4.4.10	<i>A província de Luanda</i>	213
4.4.11	<i>O topónimo Lunda</i>	218
4.4.11.1	A província da Lunda Norte	219
4.4.11.2	A província da Lunda Sul	221
4.4.12	<i>A província de Malanje</i>	222
4.4.13	<i>A província do Moxico</i>	225
4.4.14	<i>A província do Namibe</i>	227
4.4.15	<i>A província do Uíje</i>	229
4.4.16	<i>A província do Zaire</i>	231
4.5	Síntese.....	234
5.	<i>A Toponímia de Angola</i>	237
5.1	Elementos toponímicos	239
5.1.1	<i>O topónimo base ou raiz</i>	240
5.1.2	<i>A datação</i>	243
5.1.3	<i>Sobre a motivação político/administrativa da toponímia angolana</i>	245
5.1.4	<i>Sobre a motivação histórico-cultural da toponímia angolana</i>	247
5.2	O hibridismo toponímico.....	248
5.3	Os topónimos angolanos.....	251
5.3.1	<i>Os adjetivos gentílicos angolanos ou etnónimos</i>	253
5.3.2	<i>A formação dos adjetivos pátrios angolanos</i>	256
5.4	Síntese	266
	<i>Conclusão</i>	267
	<i>Bibliografia</i>	274
	<i>Anexos</i>	291
	Anexo A. Relatório detalhado MAXQDA	292
	Anexo B. Portugal Roteiro	323
	Anexo C. Brasil Carta Náutica (1572)	324
	Anexo D. Brasil Carta Náutica (1582-1585).....	325
	Anexo E. Rio Zaire (1883).....	326
	Anexo F. África Meridional (1886)	327
	Anexo G. Territórios Portugueses (1890-1891).....	328
	Anexo H. Angola Carta geral (1863)	329
	Anexo I. Angola (1885) e Moçambique (1903).....	330
	Anexo J. Esboço Geográfico de Angola (1926).....	331
	Anexo K. Carta Roteiro de Angola (1940?)	332
	Anexo L. Rio Zaire Capello e Ivens (1883).....	333
	Anexo M. Rio Zaire Capello e Ivens (1883) (cont.)	334
	Anexo N. Dioceses de Portugal (s.d.)	335
	Anexo O. Dioceses de Portugal (s.d.) versão	336

Anexo P. Carta de África Ocidental (1877-1880).....	337
Anexo Q. Esboço da Carta de Angola (1912)	338
Anexo R. Esboço da Carta de Angola (1912) (cont.).....	339

Introdução

Justificação da escolha do tema

Decidimos encetar uma investigação científica em linguística tendo em conta três factores: um de ordem pessoal, outro de cariz social e o terceiro, não menos importante, por razões profissionais. Enquanto docente do ensino superior, sentimos a necessidade de evoluir, de desenvolver novas capacidades, de abraçar novos desafios. Enquanto professora de língua portuguesa estamos cientes do desafio que é o seu ensino e aprendizagem, no contexto angolano.

Em Angola, o domínio da norma-padrão europeia é uma exigência do sistema escolar, é um requisito para aceder aos meios de comunicação social e, é, ainda, uma forma de conseguir um bom emprego e ascender na cadeia social. No entanto, o domínio da norma-padrão está longe de ser o ideal. Daqui advém o segundo desafio que nos é colocado: identificar a “minha” variante sociolinguística, reflexo do ser social angolano. Enquanto docente de LP servimos de modelo linguístico-comunicativo para os nossos discentes e para a sociedade em geral. Num contexto muito particular, reveste-se de grande importância a identificação das várias culturas angolanas em contacto, promovendo a sua harmonização, nunca descurando as possíveis consequências para o ensino. Para tal, urge trazer as culturas do nosso país, para as salas de aulas, dentro de um programa curricular próprio que promova a assumpção da identidade multilingue angolana.

O terceiro desafio transfigura-se no contacto permanente entre as duas realidades: a norma-padrão do PE e a variante sociolinguística angolana. A ausência de elementos caracterizadores da realidade linguística angolana, isto é, de elementos identificadores da convivência e interferência permanente das línguas e culturas bantas no português falado em Angola, resulta no que Costa (2006) chama de *estrangulamentos* linguísticos. Daí a necessidade de nos reinventarmos em sala de aula.

Pretendemos, por isso, apresentar de forma objectiva subsídios, gramaticais e morfológicos sobre a identificação e formação dos topónimos (adjectivos pátrios angolanos) ao descrever a transformação ocorrida na LP fruto do contacto entre esta e a cultura angolana, ao longo de séculos de imposição, permuta, influência e hibridismo.

Esta tese levanta questões que deverão ser exploradas no âmbito da história da LP em Angola, contribuindo, desse modo, para a construção de um quadro teórico-epistemológico sobre a toponímia na actualidade da variedade sociolinguística do português no território africano, em geral, e em Angola, em particular.

Acreditamos que os subsídios diacrónicos e sincrónicos que aqui iremos apresentar constituirão um contributo para a análise etimológica da toponímia angolana, estimulando o espírito crítico e a competência linguística dos falantes de LP2.

Problema

Enquanto docente de LP (há mais de 20 anos) tive contacto com vários dicionários, manuais, gramáticas e prontuários, oriundos de Angola, mas também de Portugal e do Brasil tendo constatado uma quase inexistência de referenciais toponímicos angolanos e respectivos pátrios e gentílicos.

Tal constatação permitiu criar quadros mentais sinalizadores de elementos gramaticais referentes ao paradigma composicional/derivacional de afixos tradicionalmente atribuídos à formação de topónimos e correspondentes adjectivos pátrios e/ou gentílicos na semântica do discurso em LP, identificando-os, ou não, concomitantemente para a variedade sociolinguística angolana. Levantou-se a questão de qual o paradigma de operadores afixos poderia ser gerado.

Uma das formas de criar conhecimento sobre as principais características de uma língua será através da descrição dos seus topónimos, pois estes integram elementos mais antigos das línguas que o compõem.

Perguntas de Investigação:

- 1) Por que é que os topónimos e seus correspondentes adjectivos pátrios e gentílicos angolanos não fazem parte de dicionários, gramáticas, prontuários e manuais?
- 2) Como se distinguem, em Angola, os adjectivos pátrios (natural de uma província) dos adjectivos gentílicos (pertencente a grupo étnico) ?
- 3) Como se formam os adjectivos pátrios das dezoito províncias de Angola?

Objectivo Geral

O presente estudo tem como objectivo geral descrever o modo como se constrói a toponímia das 18 províncias de Angola, com especial intenção de contribuir com subsídios para a história do PA.

Objectivos Específicos

Esta investigação tem como objectivos específicos:

- 1) Identificar os elementos da estrutura geral da linguística angolana e a sua influência na construção do LP em Angola;
- 2) Recolher de forma sistemática os textos datados e localizados que indiquem designações geográficas das províncias de Angola;
- 3) Identificar exhaustivamente a evolução etimológica e a actualidade dos topónimos das 18 províncias;
- 4) Descrever o modo como, em LP, as motivações semântico-históricas, como invasões, guerras, conquistas, negociações, cedências e resistências e as motivações culturais, como línguas, religiões, hábitos, costumes, mas também a geografia, a flora e a fauna, influenciam, criam e reconstroem a toponímia angolana ao longo da história sobre os nomes dos seus lugares;
- 5) Denunciar a existência de nomes com sentido pejorativo como causas psicológicas de força emotiva e de entrave didáctico-pedagógico a ultrapassar;
- 6) Identificar os contágios interidiomáticos que causaram alterações fonéticas, fonológicas ou morfológicas na onomástica angolana de LP,
- 7) Enunciar o resultado do contacto linguístico com os Ambó, Ambundo, Bacongo, Herero, Ibinda, Lunda, Ngangela, Nhaneca, Cokwe, Ovimbundo, Vanxindonga e todos os povos que compõem o multilinguismo angolano, como sinal de respeito às culturas africanas que os nomes dos lugares (re)produzem;
- 8) Contribuir para a descrição dos elementos formadores da composição e derivação afixal dos topónimos angolanos;
- 9) Propor a diferenciação tipológica de adjectivo pátrio, para designar o nome próprio canónico referente ao natural de determinada província; de adjectivo gentílico para

designar o nome próprio canónico referente ao indivíduo pertencente a determinada etnia, independentemente da província ou país de nascimento.

- 10) Evidenciar a importância da harmonização linguística no contacto da LP com a cultura angolana e, embora respeitando a motivação semântica histórica e/ou o sentido etimológico do nome de cada lugar, que sejam definidos os adjectivos pátrios angolanos como *nomes próprios canónicos*, segundo a proposta de Raposo para as dezoito províncias, cujos topónimos estão, solidamente identificados em Língua Portuguesa: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kwando-Kubango, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Cunene, Huíla, Huambo, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíje, Zaire.

Para tanto, constam da tese uma introdução onde são apresentadas as razões da escolha do tema e a importância de sua aplicação para o contexto angolano, seguida de cinco capítulos:

O primeiro capítulo consiste numa reflexão sobre o conceito de toponímia na perspectiva portuguesa, francesa e brasileira que servirá de fundamentação teórica para a construção do conhecimento sobre a toponímia angolana; e ainda, noções basilares de etimologia e diacronia como pressupostos para o estudo da Onomástica em LP campo científico em que a toponímia está inserida; Elegemos disciplinas como a cultura na sua vertente geográfica e histórica, dirigidas à sua caracterização no contexto angolano, como áreas interdisciplinares de auxílio à presente investigação, bem como uma revisão literária produzida sobre a toponímia angolana.

O segundo capítulo, expõe a posição teórico-metodológica inspirada na metodologia qualitativa de Quivy e Campenhoudt, usando como modelo de análise a pesquisa toponímica que Maria Vicentina Dick efectuou da relativa à realidade linguística brasileira, com critérios de descrições identificados em fichas modelos léxico-toponímicos adaptados à realidade multilingue angolana.

O terceiro capítulo dará uma breve resenha de contextualização do Português em Portugal, seguida da sua variação no Português do Brasil, criando desse modo subsídios para o estudo da LP em África chamada *Ultramarina*, e mais especificamente em Angola. Apresentam-se algumas noções de linguística africana, da linguística bantu e da linguística angolana.

No quarto capítulo far-se-á a análise de dados. O primeiro passo será dado com a leitura de dicionários, prontuários e manuais angolanos usados neste contexto e que evidenciam o problema; o segundo passo consistirá na leitura dos mapas sobre a toponímia antiga de Angola; o terceiro passo caracteriza a apresentação dos dados etimológicos do nome de cada topónimo em estudo com base no método de Dick (1990) do Brasil, mas adaptado à realidade cultural das províncias de Angola.

Finalmente, no quinto capítulo, os elementos e motivações toponímicos, embasarão a apresentação de resultados e as propostas para a construção da toponímia angolana, perpassada pelo hibridismo cultural e linguístico, resultando na formação dos adjetivos pátrios político-administrativos e a especificidade da identidade dos povos de Angola representada pelos seus adjetivos gentílicos.

1. Fundamentos Teóricos

Toponímia é um imenso complexo língu – cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente. (Dick, 1980a: 36)

Para orientar a revisão literária do nosso estudo, iremos proceder ao levantamento de conceitos, considerados fundamentais, para compreender a toponímia e a formação de adjetivos pátrios. Assim, este capítulo visa criar os pressupostos teóricos embaixadores da justificação para a formação dos nomes dos lugares que constituem a macrotoponímia actual de Angola, relativamente às dezoito províncias do país e os seus respectivos adjetivos pátrios, bem como, a identificação dos gentílicos culturais resultantes da multiplicidade das suas origens.

O presente estudo sustenta-se nos seguintes princípios ou fundamentos linguísticos, a saber, a toponímia enquanto disciplina autónoma, a morfologia e o contacto entre línguas.

A toponímia é tida como disciplina independente por Albert Dauzat para a linguística francesa. Ivo Fernandes, José Vasconcelos e Eduardo Raposo desenvolvem estudos que permitem que a linguística portuguesa integre a toponímia nas suas fileiras. Já na linguística brasileira será Maria Vicentina Dick e seus discípulos que criam as bases científicas para uma teoria que considera ter havido uma transposição do património toponímico angolano para o contexto brasileiro.

De seguida, há que evidenciar que a toponímia convoca os estudos morfológicos. A LP apresenta estruturas desenvolvidas no que respeita as vertentes interdisciplinares para as toponímias do PP e do PB, no que respeita a identificação da origem, cultura e línguas dos povos que deram nomes aos lugares. No primeiro caso, recorrendo a bases do latim e contributos do grego; no segundo caso recorrendo a aportações ameríndias com base no tupi, no arwak ou no macro jê, entre outras línguas dos índios do Brasil que fazem parte do seu património toponímico.

Em relação ao último aspecto serão tecidas considerações relativamente ao contacto da LP com a cultura angolana, especificamente:

a) na identificação da natureza dos elementos básicos presentes na nomeação dos lugares provinciais;

b) no contacto com a geografia angolana para o estudo da formação de hibridismos linguísticos na construção dos nomes de lugares angolanos;

c) no contacto com a linguística angolana, para apresentação dos elementos formativos dos adjectivos pátrios e identificação de gentílicos angolanos.

Estas três vertentes permitirão esboçar a existência de uma Linguística Angolana, apoiada nas vertentes contrastiva e inter-idiomática. Desta forma, pretende-se assegurar subsídios que contribuam para a competência linguística do falante bilingue angolano. Segundo A. Costa (2006) a condição bilingue do falante angolano deve ser assumida pedagogicamente na sua realidade sociolinguística, isto é, na diversidade de línguas e culturas em contacto. Tal coexistência é um facto didáctico, materializado, descrito e transformado em conhecimento científico sobre a realidade, provocando mudanças curriculares e pedagógicas exigidas pelo contexto de ensino-aprendizagem da LP em Angola.

Acreditamos que a análise toponímica no contexto de Angola trará ferramentas científicas para o enriquecimento, através de subsídios etimológicos e derivacionais, para a melhoria das bases curriculares e pedagógicas reclamadas por A. Costa (2006) e de que Angola tanto precisa.

1.1 A onomástica

TODAS as línguas são património da humanidade e transmitem a convicção de que este património não é nenhuma propriedade, mas sim um legado que, por essa razão, se não pode delapidar. (...) porque cada língua proporciona uma das múltiplas formas de compreender o mundo. (...) o facto de a língua ser uma realidade tangível torna-a um elemento fundamental da integração¹.

Neste ponto apresentaremos os principais conceitos relacionados com a disciplina da Onomástica, integrando-a no ramo da linguística que alberga o estudo dos antropónimos e dos topónimos, objectivo da nossa pesquisa. Fernandes (1941: 200) define a Onomatologia como ciência que estuda os nomes. Para além de apresentar o objecto de estudo, irá procurar as

¹ Ramon i Mimó “A paz linguística”. O texto e o pretexto. in *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Porto. 2001.

origens gregas do termo. Desta forma, explica que a Onomatologia é um termo que vem do grego e que junta duas palavras *ónoma* e *onomatos*, que significam “nome”, e *logos* que significa “tratado”, acrescido do sufixo nominal *-ia*. Será esta a ciência dos nomes em geral. O autor irá definir os principais ramos desta ciência, também com termos de origem grega:

- 1) Axionomia do grego *axia*, que significa dignidade; os axiónimos são todas as palavras ou locuções com que se indicam tratamento, como *Dom, Doutor, São ou Santo, Senhor, Senhora, Vossa Eminência, Vossa Excelência, Reverendíssimo, Sereníssimo* entre outros;
- 2) Astronomia do grego *ástron*, que significa astro; os astrónimos são os nomes de astros, estrelas, planetas, cometas ou constelações como *o Sol, Lua, Sírio, Cassiopeia*;
- 3) Biblionomia do grego *biblion*, que significa livro; os bibliónimos são os nomes de livros de reputação universal, como *Bíblia, Alcorão, Talmude, Lusíadas, Eneida, Iliada, Divina Comédia* entre outros;
- 4) Cronomia do grego *Khrónos*, que significa tempo; os cronónimos são os nomes de qualquer calendário, de eras históricas, épocas, etc. como *Janeiro, seiscentos* e muito outros;
- 5) Etnonímia do grego *Éthnos*, que significa povo, raça; os etnónimos são nomes de castas, raças, tribos ou povos, mas também de comunidades tanto políticas como religiosas, desde que possam ser tomadas em sentido étnico, como *brasileiros, portugueses, israelitas, judeus, tugues*, etc..
- 6) Hertonomia do grego *herté* que significa festa; os heortónimos são todos os nomes com que se designam festas populares e consagradas como *o Carnaval, Lupercais, bacanais, olimpíadas*, etc.;

- 7) Mitonímia do grego *mýthos* que significa mito; os Mitónimos são nomes de seres fabulosos e mitológicos, sejam designativos de entidades, de lugares ou de animais, como *Minerva, Vénus, Baco, Marte, Deméter, Juno Moeda*, etc.;
- 8) Potanomía do grego *Potamo* que significa rio; os potamónimos são os nomes de rios, como *Douro, Guadiana, Tejo, Amazonas, Pó, Zaire*, etc.;
- 9) Teonomía do grego *Theós* que significa deus; os teónimos são os nomes de seres divinos como *Deus, Padre-Eterno, Santíssima-Trindade, Espírito Santo, Senhor*.

Para Mattoso Câmara (1992: 182) a onomástica ou onomatologia é não só conjunto dos antropónimos e topónimos de uma língua, mas também o estudo linguístico desses vocábulos, o qual requer métodos de pesquisa específicos. Dá como exemplo a perda de preposições na nomeação de lugares, como “de”. Esta preposição é indicativa de elemento onomástico de referência ou origem.

- Cita como exemplo: Engenho do Silveira > engenho Silveira.

Na literatura actual a Onomástica e a Antroponímia ganham nova visibilidade e continuam a ser pertinentes, suscitando discussões em seu torno. Raposo (2013: 999) apresenta como “A disciplina da linguística que estuda os nomes próprios canónicos (do ponto de vista da sua morfologia, origem e motivação) chama-se **onomástica**.” E acrescenta “No âmbito da onomástica, a toponímia tem também relações com a antroponímia, pois muitos topónimos têm origem em nome de pessoas, particularmente os proprietários ou povoadores das regiões nomeadas.” (Raposo, 2013:1005).

1.2 O conceito de toponímia

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* do Instituto António Houaiss de Lexicografia de Portugal, na sua edição de 2002, constitui elemento central de enquadramento do conceito de

toponímia no presente estudo. Para o autor, a toponímia representa o conjunto de topónimos, mas também o estudo da etimologia e sua explicação. Assim, a toponímia será constituída pelo conjunto de nomes de todos os lugares de uma dada região ou território. O elemento de formação de palavras que exprime a ideia de lugar será *top(o)*, do grego *tópos*, «lugar». Por sua vez, nome tem a sua origem em *ónyma*, *ónoma*, «nome», a que se adiciona o sufixo - *ia*.

O nome correspondente à localidade, lugar, ou sítio, sendo um **topónimo**. Tudo o que lhe for relativo será **toponímico**, enquanto a **toponomástica** é onomástica dos lugares. Assim, são topónimos os nomes de continentes, países, províncias, cidades, municípios, quimbos, sanzalas, florestas, oceanos, mares, praias, rios, ribeiras, lago, lagoas, córregos, montanhas, montes, vales, serras, morros, fazendas, povoados, localidades, cavernas, aldeias, quimbos, comunas, bairros, bualas, ruas, becos. Neste contexto podemos definir como toponímia angolana o conjunto ou tratado dos nomes que compõem o território angolano.

Estaremos a tratar da toponímia quando nos preocuparmos com os elementos constitutivos da formação, origem e explicação dos topónimos. Foram elaborados estudos que permitiram identificar a origem de muitos topónimos comuns às línguas indo-europeias, permitindo a criação de um quadro comum das línguas de tradição não apenas latina, mas também de influência grega e de tradição anglo-saxónica.

Em Portugal, o linguista Leite de Vasconcelos (1931: 139-148) fez saber que entre os séculos XIX ao XX os estudos toponímicos podem ser enquadrados em três vertentes:

- A primeira vertente é o estudo dos topónimos por línguas, isto é, concentrar a análise na toponímia de língua portuguesa, de língua francesa, espanhola ou inglesa, sem atender a fronteiras geográficas;
- Outra vertente de estudo consiste nos modos de formação toponímica, isto é, identificar a formação de origem latina ou de origem grega, os elementos constitutivos, étimos, raízes, bases e ou designativos afixais;

- A terceira vertente é o estudo pela motivação semântico-referencial dos nomes tendo em conta aspectos de flora, de fauna, de natureza do solo, história, isto é, dando ênfase aos elementos culturais e geográficos que influenciam a formação de topónimos, como explicitaremos a seguir.

Para Vasconcelos, dever-se-ia desenvolver todo um minucioso e exaustivo trabalho com vista ao levantamento dos nomes dos lugares para perceber a presença ou ausência das várias prováveis línguas que habitaram a península Ibérica. Tal análise permitiria inferir aproximativamente, o tempo histórico que aqueles povos frequentaram tal território, as influências de línguas fronteiriças, os intercâmbios, influências e aculturações, que levaram a transformações, próprias do tempo, e que, em última análise, justificarão a evolução histórica ou diacrónica da LP. A partir de análises minuciosas e critérios bem definidos, mesmo que com inferências sobre alguns dados sincrónicos, permite-se, nesta vertente, estudar neologismos e perceber como a língua está em constante criação, permuta e transformação o que evidencia que a mudança é um estado permanente da língua de cada povo.

Sabe-se que foram elaborados inúmeros estudos que permitiram identificar a origem de muitos topónimos comuns às línguas indo-europeias, tendo sido criado um quadro comum das línguas de tradição não apenas latina, mas de influência grega e de tradição anglo-saxónica. Foram igualmente desenvolvidos os currículos de estudos universitários traduzidos em filologias românica e germânica, depois estudos de letras modernas e, hoje, de linguística. (Mateus & Villalva, 2007: 76-77).

Na segunda vertente de análise sugerida pelo autor sobre o analisar dos constituintes do topónimo e identificar os elementos morfológicos que os compõem, evidenciando a origem e formação de monemas² e de topónimos. Para tal especificação da formação morfológica, vimos buscar emprestado ao linguista Jorge M. Barbosa o conceito de monema como unidade mínima de significado, para explicar que quando se trata de dar nomes aos lugares, esses lugares são os topónimos, e estes têm uma unidade mínima de significado, que optamos por chamá-la monema e não palavra, a exemplo de Marçalo (2009)³.

² Barbosa (1994:13) “à unidade significativa mínima dá-se a designação de monema.(...) Convém insistir no facto de a cada escolha corresponder um monema e, portanto, de cada monema pressupor uma escolha.”

³ Segundo Marçalo (2009:28) o monema é a unidade mínima de significação.

Assim, numa frase como: Lisboa é a capital de Portugal e Luanda a capital de Angola.

As expressões sublinhadas indicam topónimos, isto é, nomes de lugares, mas também se pode discutir que a cada uma cabe em si um significado único, e a inversão de posição dos seus constituintes faria a frase incorrer em inverdades. A frase, “Luanda é a capital de Portugal e Lisboa a capital de Angola”, estaria, em termos significativos incorrecta, pois, não corresponderia à verdade significativa que cada monema referente encerra em si.

Outro elemento importante na análise morfológica é a importância do significante, Barbosa (1994: 14) explica que o monema contém em si um significante que tem a ver com a sua parte fónica, por isso, o nome fonema. O fonema é dos principais elementos diferenciadores do PP do PB e do PA, pelo tom, pela prosódia, pelo grau de abertura das vogais, nasalização e desnasalização de sons.

O terceiro caso, o do estudo dos topónimos pela motivação semântica, permite-nos estudar como o meio influencia a língua e como esta influência perdura no tempo. E tal, pode ser manifestado, pelos nomes dos acidentes geográficos mais significativos do lugar como sendo, a flora, própria do terreno ou para ali levada pelo grupo dominante. O mesmo para a fauna que pode transplantar os seus nomes para os acidentes humanos. Ou o tipo de solo com costa, rios, lagos ou montanhas. Finalmente, as próprias razões históricas do lugar, isto é, os reis, imperadores, invasores que impõem seus nomes ou de seus heróis aos territórios ocupados.

Nesta senda recorreremos à teoria lexical de Mira Mateus e Villalva (2007) sobre a propriedade que a unidade lexical tem de, entre outras categorias, ter uma representação semântica que se traduza num significado. Por exemplo, “Luanda”, para um angolano, ou qualquer cidadão escolarizado da CPLP, receberá uma informação semântica do tipo “inanimado” e “lugar” e uma paráfrase, mais ou menos complexa, como “nome de lugar tipicamente de origem africana”. Porém, “a criança está sentada no luando.” Remete para uma identificação de um angolano ambundu que receberá uma informação semântica do tipo “inanimado” e “objecto” e uma paráfrase, mais ou menos complexa, como “nome de objecto tipicamente utilizado para se sentar ou deitar de uso tradicional angolano”.

Outro toponimista português que se debruça sobre o assunto é Ivo Xavier Fernandes na sua obra em dois volumes *Topónimos e Gentílicos I* (1941) e *Topónimos e Gentílicos II* (1943). Para Fernandes (1941) a Onomatologia é a ciência que estuda os nomes e a toponímia é a parte desta que estuda ou designa os nomes próprios dos lugares.

O autor designa os nomes de lugar de origem grega como seu objecto de estudo na toponímia de terras e regiões, dando ênfase à antroponímia, à astronomia (estudo dos nomes de astros), à hieronímia (estudo dos nomes sagrados) e à potamonímia (estudo dos nomes de rios). A origem linguística e etimológica dos topónimos é objecto de um estudo exaustivo por parte de Fernandes⁴.

Raposo (2013: 993-1041) na *Gramática do Português Contemporâneo* (Vol. 1) dedica um espaço à toponímia posicionando-a na classe gramatical dos nomes próprios. Aí define topónimos como os nomes próprios de lugar, bem como outros nomes de vários tipos de acidentes geográficos naturais. As teorias mais recentes de Eduardo Raposo sobre topónimos, a classificação que lhes atribui (nomes próprios canónicos e nomes próprios descritivos) serão desenvolvidas nos pontos seguintes (1.3 e 1.3.2) deste capítulo.

Em França, Albert Dauzat (1932:10) apresenta alguns dos grandes temas e subtemas a ter em conta na análise toponímica, bem como assuntos a tratar ou ocorrências na história dos nomes dos lugares que há que se ter em conta ao proceder uma análise linguística, estabelecendo um plano:

Les noms de territoires (pays, province, etc.) forment aussi un groupe bien caractérisé. Pour le plan d'un ouvrage d'ensemble, on peut hésiter entre le classement par séries logiques et par couchés historiques: l'un et l'autre ont leurs avantages.

O objectivo será destacar a importância dos nomes dos lugares para a transmissão de valores culturais, pois os elementos da natureza física (rios, mares, lagos, lagoas, montes, montanhas, vales, florestas e planícies) actuam, normalmente, como reserva e património da língua desse lugar, ou das línguas que por lá passaram. Segundo Dauzat (1932:6) “Tandis que les noms de

⁴ Iremos abordar, em pormenor, o estudo de Fernandes, porque constitui uma importante teoria de base para o desenvolvimento do nosso trabalho. Em 1.4 deste capítulo retomaremos o assunto.

personnes sont sujets à se déplacer avec les individus, le nom de lieu, en principe, est attaché au sol.”

O autor considera que alguns topónimos conservaram resquícios da sua designação original, chamando-se a atenção para a necessidade da identificação primeira da língua em causa. Também se pode dar o caso de o nome ter sido substituído por outro, ou por outros, de origem diferente e que podem ter sido substituídos naturalmente por acção do tempo, ou trocados por novos topónimos que não tenham qualquer ligação com o anterior; ou, ainda, podem sofrer transformações por evolução fonética, alterações ou cacografias.

Na era do feudalismo as mudanças de nome eram raras e de fácil localização, a respeito do assunto Dauzat (1932:6) argumenta que

(...) les transplantations de noms sont peut frequentes et généralement faciles à retrouver, qu'il s'agisse d'un nom de ville célèbre donné à une cité nouvelle ou de noms de chiefs transportes, par leur titulaire, d'une région à l'autre sous le regime féodal.

Quanto mais pequeno for o povoado ou uma população, maior a probabilidade de o seu nome perdurar no tempo, esquecido dos grandes decisores políticos, que são quem normalmente decide mudanças de nome. A variação do nome de um país será menos frequente, embora possa acontecer. Será mais comum haver alterações ao nível dos nomes de províncias ou de municípios. Estas são, normalmente, motivadas pela história política, por interesses ou por questões económicas.

O topónimo está sujeito às consequências do tempo, que se traduzem em influências diversas, modificações e, até mesmo, ao desaparecimento do seu significado original, escapando à consciência e memória do povo. Cabe ao linguista fazer esse resgate. Quando ocorrem mudanças de e no topónimo, estas podem ser motivadas por diversas razões. Podem acontecer por imposição, como aconteceu com as invasões e conquista de territórios por parte dos romanos na Europa. Tal movimento traduziu-se na penetração de vários territórios do Sul da Europa, dotados de línguas diferentes (o latim constitui-se como a raiz de várias línguas modernas), como é o caso do português, do francês, espanhol, do próprio italiano e do romeno. Mais modernamente, as mudanças de sistema político podem resultar em mudanças de

topónimos. Os países que transitaram de um sistema capitalista, como aquele existente na Europa de Leste, para um sistema socialista; ou países que saíram de um sistema colonialista para um sistema socialista, como foi o caso de Angola e a maior parte dos países africanos de LP. Neste processo político, Angola viu muitos topónimos serem substituídos de antropónimos colonialistas para antropónimos relacionados com o regime soviético. A título ilustrativo veja-se a Rua Lenine, a Rua Karl Marx, ou o Instituto Makarenko, apenas para citar alguns.

O Brasil, por ser um país multiétnico e pluricultural interessa-nos enquanto ex-colónia portuguesa, com várias línguas e etnias de base não europeias, na forma como construiu o seu conhecimento sobre a LP no contacto com as culturas indígenas locais. No contexto brasileiro, o estudo histórico-etimológico da sua toponímia começa a ser desenvolvido por Theodoro Sampaio em 1901, com a sua obra *O tupi na geografia nacional*; segue-se-lhe Agenor Lopes de Oliveira, em 1957, com a obra em três volumes intitulada *Toponímia Carioca*; em 1961, Armando Levy Cardoso publica a obra *Toponímia Brasileira*; quatro anos depois, em 1965, Carlos Drummond publica a tese *Contribuições do Bororo à toponímia brasileira*; e, finalmente, em 1967 Otaviano de Mello, apresenta os *Topónimos Amazonenses – nomes das cidades amazonenses sua origem e significação*. Com Otaviano de Mello dá-se por terminado o ciclo da toponímia histórico-etimológica⁵.

A nova fase da toponímia brasileira surge na Universidade de São Paulo, pela mão da Professora Maria Vicentina Dick⁶ (1980, 1990) que apresenta um projecto de estudo da toponímia brasileira:

A toponímia estuda os nomes dos lugares motivados circunstancialmente pelos referenciais geográficos, físicos, humanos e culturais. Tendo na investigação etimológica, na descrição das transformações linguísticas para busca do significado dos topónimos o seu objecto de estudo. Fazendo-o de três formas:

⁵ Sousa, A. & Dargel, A. P. (2020) “Caminhos da Toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.” p. 6-17. In Revista *GTLex*, número atemático, vol.6, nº1 Jul/dez 2020. Uberlândia p. 1-339. Universidade Federal de Uberlândia. Consultado em 20.04.2021.

⁶ Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick Professora de Toponímia Geral e do Brasil no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH/USP. Bacharel e licenciada em Português, com Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral, subárea de Etnolinguística, doutorou-se em Linguística. Defendeu a tese de Livre docência em 1988. A sua produção é sobre a Onomástica Geral e os componentes linguísticos e sócio-culturais dos estratos de denominação. Publicou, entre outras obras a coletânea de estudos *Toponímia e Antroponímia no Brasil* e a organizou o Atlas *Toponímico do Estado de São Paulo*.

- a) Elemento específico simples com radical mais sufixo e terminações: lândia, pólis, burgo;
- b) Topónimo composto ou elemento específico composto: mais de um elemento formador, de origens diversas entre si: Porto Nacional;
- c) Topónimo híbrido ou elemento específico híbrido: elementos oriundos de diversas línguas.

A partir desta contribuição a Toponímia passar a ser uma área das ciências da linguagem, apresentando uma terminologia científica e metodológica próprias. Ao longo dos anos, e em fases posteriores (1997, 1999, 2004), Dick⁷ foi desenvolvendo e ampliando o leque de referenciais toponímicos de acordo com características geográficas, sócio-culturais e históricas dos lugares pesquisados, culminando com as actuais 27 referenciais toponímicas subdivididas em duas grandes áreas: taxonomia de natureza física e taxonomia de natureza antropocultural, cuja descrição pormenorizada será realizado no capítulo II.

Os referenciais Toponímicos são os lugares, os hidrónimos (rios, mares, lagos...); os etnónimos que indicam clãs, tribos e etnias; os exónimos (nomes de lugares dados por estrangeiros); os nomes próprios; os nomes de família. Isquerdo (2012)

Dick (1997, 1999, 2004) cria um novo paradigma no estudo da toponímia. Isquerdo (2012) e Sousa & Dargel (2020) seguem os passos de Dick, definindo, como seu objecto de estudo, para além do estudo etimológico próprio da evolução fonética e morfológica do topónimo, o seu desaparecimento ou variação ao longo do tempo, a ênfase na relação do nome do lugar com os processos migratórios, acontecimentos históricos e sociais de que fora alvo, e ainda as crenças

⁷ Não foi possível ler em primeira mão, a obra da doutora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos*. Tese de Doutoramento de 1980 pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em 1990 foi publicada sob título: *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Governo do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado. O título não se encontra disponível em nenhuma biblioteca portuguesa e não se encontra à venda nas plataformas digitais.

e visões do mundo do povo nomeado. Assim, ganha espaço na investigação científica a cultura dos povos na motivação das suas nomeações.

Ao longo desta tese serão apresentadas várias teorias desenvolvidas por Dick e partindo da sua definição de toponímia “a parte da onomástica que busca a identificação e a diferenciação dos lugares pelos seus nomes e não apenas pelos aspectos descritivos do terreno”. (1998: 105) que na sua obra *A motivação toponímica e a realidade brasileira* referenciará a actual investigação toponímica brasileira de pesquisadores como Isquerdo, Seabra, Carvalhinho, Sousa e Dargel. O maior contributo desta autora reside na concepção metodológica da investigação em toponímia, permitindo a criação e desenvolvimento do projecto do Atlas Linguístico do Brasil.

Os autores aqui apresentados são unânimes ao confirmarem a importância do estudo dos nomes dos lugares, uma vez que estes constituem os elementos mais antigos de uma língua, e têm normalmente natureza geográfica e humana, acabando por conservar elementos linguo-culturais durante longos períodos. Tais elementos nominais, muitas vezes dissimilados, outras vezes escondidos, quase perdidos, identificam as características elementares de um topónimo. São, por isso, um dado basilar para o investigador, pois resultam dos subsídios da história da língua e do povo local em causa.

Angola, devido à recente independência (1975), à sua condição de ex-colónia, à sua localização geográfica, precisa de perceber como o processo de romanização influenciou a construção toponímica portuguesa e francesa, precisa de conhecer como as línguas ameríndias influenciaram a construção da toponímia brasileira, para poder construir conhecimento sobre os fenómenos linguísticos que ocorreram aquando da formação dos topónimos de LP nos lugares angolanos. Porque, como diria Dauzat (1932:2-3) “Bien qu’elle tente souvent géographes et historiens, la toponymie relève avant tout de la linguistique.”

1.3 Nomes próprios canónicos⁸

Apresentaremos de seguida, as principais teorias de Raposo (2013) que trazem o presente trabalho de investigação para a actualidade. A formação da toponímia de um território é, ainda, uma questão actual e Raposo recupera a relevância dos nomes dos lugares, como uma das principais teorias de identificação dos povos.

A principal característica dos nomes próprios canónicos é representarem o nome de um dado lugar, isto é, em contexto geográfico significam apenas o topónimo. Significa isto que se deixam de reger pelo significado descritivo e/ou etimológico, pautando-se pela arbitrariedade semântica. Não é o percurso histórico, neste caso, a evolução diacrónica da sua significação que se torna relevante, mas o estatuto adquirido pela função toponímica, num dado momento sincrónico: nome do lugar x, que o caracteriza e define.

Ao primeiro tipo de nomes, semanticamente arbitrários, como *Lisboa*, *Rita*, *Tejo*, chamamos **nomes próprios canónicos** – porque, de certa maneira, são aqueles que os falantes identificam mais prontamente como os mais típicos da classe dos nomes próprios. (Raposo, 2013: 999)

Raposo (2013: 1000) define os topónimos como os nomes próprios de lugar, mas também como os nomes dos vários tipos de acidentes geográficos naturais. Acrescenta, a este conceito, os nomes atribuídos a diversos aglomerados humanos onde estes vivem em sociedade. A onomástica é, para o autor, a ciência que estuda os nomes próprios, enquanto a toponímia parte da primeira para estudar os nomes próprios de lugar. Para que não haja dúvidas, apresentaremos em seguida, as principais teorias que deram corpo ao presente trabalho de investigação.

⁸ “Os nomes próprios canónicos são aqueles que não têm sentido descritivo e são usados fundamentalmente para referir pessoas(...), e lugares (Paris, Madrid). Há, no entanto, nomes próprios que descrevem o tipo a que pertence o seu referente, como Serra da Estrela ou Torre Eiffel.” (Raposo, 2013: 994)

1.3.1 *Nomes próprios⁹ simples e nomes próprios compostos*

Os primeiros, nomes próprios simples, referem-se a nomes de lugares, por exemplo, *Lisboa, Paris, Dili, Maputo, Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Malanje, Namibe, Uije e Zaire*. Ao passo que os nomes próprios compostos são nomes de lugares formados por mais de uma unidade lexical: *Nova Iorque, Pungo Andongo, Queluz Belas, Trás-os-Montes, Cabo verde, Timor Leste, Kwando Kubango, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul*.

Raposo (2013: 993-995) debruça-se sobre a arbitrariedade semântica dos nomes próprios, algo que consideramos fulcral para o desenvolvimento do nosso estudo. Se o nome comum representa uma classe, o nome próprio designa uma entidade individualizada, embora na classe a que pertence. Neste caso, o referente deve sempre estar contextualizado, situacional ou discursivamente, para que haja coerência textual. A sua função será a de *referir de modo individualizado entidades particulares do mundo, presentes ou passadas, vivas ou mortas, reais ou imaginárias*.

Nessa função, os nomes próprios constituem uma espécie de etiqueta arbitrária cuja ligação direta ao referente tem de ser cognitivamente partilhada pelos interlocutores num determinado contexto discursivo. (Raposo 2013:995)

Assim, se justifica que para qualquer cidadão da CPLP, independentemente da língua materna, compreenda, ao pronunciar, ler ou escrever o nome de uma das 18 províncias de Angola, p.e., porque o fazem em PA, e é disso que se trata. Desde que, o referente toponímico, esteja identificado ou contextualizado.

Para Raposo são nomes próprios canónicos, os nomes de lugares considerados localidades físicas, isto é, o nome de cidades como, *Lubango, Lobito, Salvador, Huambo, Dili, Maputo, Cidade da Praia, Luanda*; e ainda, o nome de vilas como *Vila Nova de Milfontes, Vila Nova de Gaia, Vila Franca de Xira, Vila Alice, Vila Clotilde, Vial Matilde*; o nome de aldeias, como *Alentisca, Vinhati, Bamba, Curoca, Chinhemba, Lué*; também o nome de ruas, *Rua de Ambaca,*

⁹ Para o autor nomes próprios são que referem diretamente entidades particulares do mundo, de diversas categorias ontológicas (pessoas, cidades, rios, monumentos, entre outros).

Rua do Lobito, Rua do Kicolo, Rua dos Mártires de Kifandongo, Rua dos Coqueiros, o nome de avenidas, *Avenida da Liberdade, Avenida Hoji ya Henda, Avenida Lénine, Avenida dos Combatentes,* e nomes de praças como a *Praça do Comércio.*

Uma outra categoria também integra o conjunto de nomes próprios canónicos, os nomes das entidades geográfico-institucionais, isto é, os nomes de países como *Egipto, Nigéria, Congo Democrático, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Cabo-Verde, Timor Leste, Brasil, Angola,* e nome de continentes *África, América, Ásia, Europa, Oceânia.*

Estão ainda na lista dos nomes próprios canónicos os acidentes naturais, como rios, rio *Nilo, rio Zaire, rio Zambeze, rio Cunene, rio Congo, rio Cuando, rio Kwanza* e, também, nome de montanhas, como o *Kilimanjaro, Moco, Everest.* Para Raposo, os Antropónimos são nomes canónicos por excelência, pois mesmo que possuam ou não propriedades descritivas, estas esvaziam-se ante a função antroponímica.

Os nomes próprios são canónicos porque ganham significado a partir do momento que se tornam referentes de dado lugar, isto é, topónimos. Uma vez topónimos, como que são esvaziados de toda a significação anterior, e ganham o que Raposo chamará de “arbitrariedade semântica”, ou seja, ganham uma nova função na língua, independentemente de serem, ou não, nomes de base descritiva. Veja-se o seguinte exemplo. Ao atribuir-se a uma rua o nome de *Ambaca* (Rua de Ambaca no Bairro Operário, em Luanda) parte-se de uma motivação histórica e etimológica. O toponimista, ou o governo, pretende homenagear ou lembrar os ambaquistas, ou o povo de Ambaca, pela sua bravura, ou aquela região histórica, pela sua importância estratégica. No entanto, hoje, os moradores da rua de Ambaca, passados que são perto de 50 anos da sua independência, têm-na apenas como referência de nome de uma rua, situada no Bairro Operário em Luanda, desapegado de toda a carga histórica ou etimológica motivacional que gerou o nome. Desta forma, o nome próprio canónico actualiza a sua função onomástica, seja como antropónimo, seja como topónimo, entrando, o nome, numa nova etapa sincrónica da sua etimologia e ganhando nova significação.

1.3.2 *Nomes próprios de base descritiva*

Os nomes próprios de base descritiva, segundo Raposo (2013:1002), são geralmente compostos por um nome modificado por adjetivo ou por sintagma preposicional. Caracterizam-se, como o próprio nome indica, por descrever o referente. Nesta senda, muitas vezes, combinam-se com nomes próprios canónicos, criando novas realidades significativas. É o caso de *Pedras Negras de Pungo Andongo*, *Museu do Dundo*, *Mbanza-Congo*, *Casa Branca*, *Torre Eiffel* ou *Museu do Louvre*.

Os nomes próprios de base descritiva aplicam-se sobretudo a instituições, organizações, monumentos, marcas, eventos, e também a lugares, incluindo ruas, avenidas e entidades geográficas naturais, como rios, lagos e montanhas.

Aos nomes do segundo tipo, que têm um sentido descritivo (na sua totalidade, como Museu de Arte Popular, ou apenas parcialmente, como Mar de Azov) que se aplica ao seu referente, chamamos nomes **próprios de base descritiva**. (Raposo, 2013: 999)

O mesmo se passará na atribuição do nome próprio de base descritiva a países como *República Democrática de São Tomé e Príncipe*. Hoje, toda a carga católica e características etimológicas ligadas ao nome de um santo, Santo Tomé ou São Tomé, atribuído num momento sincrónico da história, o dia do avistamento de uma ilha, por volta de 1470, que coincidiu com os festejos do dia do Santo, se perderam. O avistamento de outra ilha próxima da primeira impõe a atribuição de uma designação. Assim, *Ilha de Príncipe*, dedicado à coroa portuguesa. Juntas as ilhas e juntos os seus nomes dão nome à ex-colónia portuguesa.

Tais motivações, embora existam e sejam reais, perderam-se no conhecimento cotidiano da vida das populações que não as dominam. O que existe para a realidade presente é o topónimo do país, nome próprio canónico, *República Democrática de São Tomé e Príncipe*, que representa um país de LP, independente desde 12 de Julho de 1975, situado na costa equatorial africana. Com a independência e saída do regime colonial, esvaziada a carga católica do significado do nome e da dependência da coroa portuguesa, o nome permanece, mas com nova significação. Ganha a designação de *República*, país independente. Com o seu carácter de base descritiva torna-se topónimo canónico, e passa a chamar-se *República Democrática de São*

Tomé e Príncipe, agora despojado da antiga significação. O nome próprio de base descritiva parece fazer uma actualização do significado, particularizando-o.

Assim, se explica a longevidade do topónimo, embora inicialmente, tenham um significado ou uma motivação semântica, histórica ou política que justifique o seu aparecimento e a sua existência, com o passar do tempo, perdem a carga etimológica e passam a significar apenas a representação e a relação com um lugar, assim é *Paris, Lisboa, Nilo, Atenas, Grécia, Egipto, Etiópia*, ou *Museu do Louvre*.

1.4 Toponímia e cultura

A presente investigação em linguística irá dialogar, uma vez que o topónimo é um vocábulo identificador do espaço, do homem e da sua **Cultura**, com outras disciplinas como a **Geografia**, esta disciplina ajuda-nos a perceber a importância do espaço para a identidade cultural da pessoa. Na **Filosofia** iremos buscar a necessidade de conhecimento racional do universo e das pessoas; que na sua vertente **Ética** ajuda a procurar, antes de iniciarmos qualquer processo investigativo, valores de embasamento do processo investigativo que servirão de bússola para questões deontológicas e de procedimento. A **História** explica que, muitas vezes, para se perceber um fenómeno sincrónico precisamos de situá-lo no tempo da sua diacronia, o que obrigará necessariamente a recuarmos no passado da sua história e conseguir projectar o futuro. Acresce, no nosso caso, a **Paleografia**, disciplina basilar para a identificação e compreensão dos fenómenos ortográficos do passado e a sua evolução. A **Etnografia**, por se tratar do estudo de dois sistemas linguísticos diferentes e porque língua expressa a cultura de um povo, exige um pressuposto étnico para interpretação de dados o mais próximo possível da verdade.

O termo toponímia, como já referido, reflecte o estudo histórico e linguístico da origem e evolução dos nomes próprios dos lugares. Defende Mateus et al (2008:17b) que “O ensino de uma língua não pode iludir o conhecimento das vertentes sociais e culturais da comunidade que a fala.” Os hábitos, os costumes, as ideias e todo o conhecimento praticado, quer de forma individual, quer em realizações colectivas transmitido por via da língua representam a cultura de um território, de uma região, de um país, de uma comunidade, de um povo.

A cultura ameríndia dos indígenas do Brasil é transmitida pela língua, como vimos com Dick. Tal como a cultura de todos os índios da América Latina, pois foi sempre transmitida oralmente, por via da fala, que é feita no quotidiano da vida consuetudinária em língua materna¹⁰. Rigoberta Menchú Tum (1996) afirma que o conteúdo da sua cultura se mantém, apesar das tentativas para a destruir.

Sendo a tradição oral uma característica dos povos indígenas, a língua ocupa um lugar privilegiado dentro da nossa cultura porque através dela foi possível a conservação da nossa memória histórica, que transmitimos de geração em geração. Além do mais, a tradição oral ocupa um lugar fundamental no processo formativo e educativo. (Tum, 2001:28)

As designações de lugares, como foi transmitido por Dauzat, Vasconcelos, Fernandes e Dick, reflectem e perpetuam a importância histórica dos factos, dos eventos, dos lugares e dos costumes, porque estão intimamente associados aos valores culturais das populações, traduzindo a sua memória.

A Declaração Universal (dos direitos linguísticos) constitui, deste modo, um valioso contributo para o trabalho necessário à construção dessa relação intercultural baseada no respeito e no reconhecimento da diversidade cultural, assim como à construção de nações multiétnicas, pluriculturais e multilingues (Tum 2001:30).

A grande crítica do Ocidente sobre a cultura africana é a sua característica ágrafa, como se o facto de não possuir um sistema escrito, impedisse um povo de se comunicar, ou mesmo de se educar. Saussure (1955) deixa a questão bem clara, quando afirma que a língua enquanto fala é a realidade, sendo a escrita apenas uma representação da realidade, de entre tantas outras que podem existir.

Langue et écriture sont deux systèmes de signes distincts; L'unique raison d'être du second est de représenter le premier; l'objet linguistique n'est pas défini par la combinaison du mot écrit et du mot parlé; ce dernier

¹⁰ Fonseca & Marçalo (2010:2) “A língua materna de um falante é a primeira língua com que contactou na infância e que usa espontaneamente na comunicação quotidiana. Depois de adquirida em ambiente natural (junto da mãe, da família), é objecto de aprendizagem escolar formal.”

Mendes (2005: 116) “Designa-se língua materna aquele que a criança aprende primeiro, em casa com a mãe (ou com quem a substitua) e com a família mais chegada, mais tarde, à medida que a socialização se vai alargando, com os amigos de brincadeiras e com os outros adultos do seu grupo linguístico. É através da língua que a criança organiza o seu conhecimento do mundo, e com ele e com os outros se relaciona. Na língua materna se cristalizam todas as aprendizagens da criança.”

constitue à lui seul cet objet. Mais le mot écrit se mêle si intimement au mot parlé dont il est l'image, qu'il finit par usuper le rôle principal; on en vient à donner autant et plus d'importance à la représentation du signe vocal qu'à ce signe lui-même. C'est comme si l'on croyait que, pour connaître quelqu'un, il vaut mieux regarder sa photographie que son visage. (Saussure, 1955:45)

A necessidade de uma imagem ortográfica para África e a preocupação dos pensadores sobre a representação da cultura nas comunidades que ocupam o território angolano, será aqui apresentada pelo pensamento de Estermann (1983) como etnógrafo, Altuna (2006) como africanista e Imbamba (2003) como filósofo. A partir deles serão apresentados outros estudiosos que encaram a realidade cultural angolana como milenar, dinâmica, participante e actuante da vida das suas comunidades.

A língua é, na verdade, a representação, o espelho da cultura, refletindo e perpetuando a importância histórica de acontecimentos, factos, eventos, das suas comunidades, dos lugares e dos costumes, porque intimamente associados aos valores culturais das populações.

A toponímia sempre foi encarada como uma área multidisciplinar. Para o linguista levar a cabo a sua tarefa deverá dialogar com o contexto do lugar que pesquisa em várias dimensões. Dauzat (1932: 5) refere que

Pour mener à bien ces recherches, il faut en outre posséder des connaissances touchant l'histoire non seulement politique, mais économique et sociale. On doit ensuite et surtout se pénétrer des leçons de la géographie physique et humaine et, à l'occasion, de la géologie.

Chamamos a cultura à mesa da discussão linguística do PA, uma vez que o principal elemento congregador característico da cultura banta é linguístico, etimológico e contextualmente motivado pela primeira.

Bleek & Bart, estudiosos africanistas, in *Comparative Grammar of South African languages* (1860), citados por Altuna (2006), Ntongo (2006), Okoudowa (2010) e por Peter (2015), foram os primeiros linguistas que chegaram à conclusão de que como línguas prefixais, as línguas do grupo tinham em comum o facto de apresentarem no prefixo da 1ª classe o singular *m* ou *mu* e o designativo *ntu* para significar o ser, a pessoa, o humano; e concomitantemente fazerem o seu

prefixo plural *ba* significando, desse modo, pessoas, os seres, o povo, a humanidade. Este grupo passou a ser designado por grupo cultural bantu, tornando a questão linguística, senão fulcral, pelo menos, basilar ao estudo do grupo. Conseqüentemente, a compreensão da sua reconstituição permitirá aferir o grau de influência no PA.

Altuna (2006) na sua obra *Cultura Tradicional Banta*, apresenta o que considera serem os fundamentos da cultura bantu dentro da cultura africana. Como sendo, a Religião Tradicional Africana, ou a sacralidade que irá transmitir: a união vital, a vida, a hierarquia, a fecundidade, a causalidade, a palavra, o mítico e o simbolismo. Por outro lado, ao enfatizar a característica linguística de formação do grupo bantu, o autor embasado no pensamento de Cheik Anta Diop nas suas principais obras de referência como sendo *Aperçu sur les cultures pré-historiques en Afrique* (1974) e também «Souflés» in *Antologie de la nouvelle poésie nègre* (1954/1959/1960/1967) faz apologia à riqueza da transmissão da tradição oral africana, enquanto elemento preservador de uma transmissão consuetudinária da vida de um povo. Para Altuna, a vida na perspectiva bantu é um dom, pois, esta não é apenas de pessoa(s), mas faz-se na relação desta com todos os entes que a rodeiam, terra, animais, água, árvores, floresta, mar.

O bantu vive com e para a comunidade, os avós são partilhados por todos; os pais da comunidade são pais de todos; quando se trata da irmã da mãe será chamada mãe, quando for irmão do pai será chamado pai. Os laços dentro da comunidade são tão estreitos quanto de familiares próximos, transformando o colectivo no bem mais precioso. Logo, a palavra é o património cultural bantu e a oralidade é a expressão do pensamento, mas também dos ensinamentos dos antepassados. Pela oralidade se adquirem os dons, transmitem-se mensagens, faz-se a cultura bantu.

Segundo Altuna (2006: 28-29) há uma unidade na cultura africana que é básica e fundamental, tornando-a uma grande comunidade, apesar das especificidades dos seus vários grupos, tribos, raças, etnias e línguas. Para Altuna é o historiador Obenga na sua obra *Méthode et Conception historiques de Cheik Anta Diop* quem melhor traduz o conceito de cultura no actual contexto africano:

A cultura deve ser entendida como uma manifestação espiritual e global da comunidade negra em todos os aspectos: todas as experiências (estatais, artísticas, linguísticas, económicas, filosóficas...) acumuladas

pelos Negros Africanos, através de todos os tempos, desde as primeiras balbúcias no Egito proto-histórico.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (2000) apresenta um conceito de cultura intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Esta é uma manifestação colectiva que reúne herança do passado, modos de ser presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado. Por isso mesmo, tem de ser genuína, resultar das relações profundas dos homens com o meio. Daí que seja o grande alicerce que defende as sociedades locais, regionais e nacionais contra as ameaças de deformações ou dissoluções de que podem ser vítimas.

A toponímia será um bom pretexto para Angola recuperar subsídios linguísticos da sua identidade cultural. Ora, como sabemos por Imbamba (2003), Míngas (2005), Altuna (2006) e Neto (2014), a cultura angolana é, hoje, pluricultural, pluriétnica e plurilinguística. Não é, nem nunca será estática e não poderá ser reduzida à tradição e ao passado. É uma cultura viva e dinâmica, marcada por um conjunto de acções do homem angolano ao longo da sua existência enquanto homem livre, africano, escravizado, colonizado e livre, novamente.

Por todas as razões históricas, que fizeram de nós, outrora povos diferentes, hoje, um país unido, uma nação, o filósofo angolano Imbamba (2003) propõe na sua obra intitulada *Uma nova cultura para mulheres e homens novos*, uma nova dinâmica à cultura angolana porque somos um país novo, em formação, o que convida a uma cultura de comunicação e co-existência, isto é, uma cultura de “existir com”. Tal significa saber que não estamos sozinhos, que existimos com outros iguais angolanos, por isso, propõe uma cultura humana: “O que pretendemos é uma cultura dialógica, aberta, alegre, descontraída, criativa, renovada, límpida, livre e propensa ao bem e à verdade.” (Imbamba, 2003: 224).

Outra definição cara a Imbamba (2003:235-238) é a “(...) cultura da paz e do desenvolvimento (...), que passa pelo acto corajoso de se assumir um país plural. Por isso, a verdade da nossa história será fundamental: no combate ao analfabetismo e para uma educação integral que promova o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Capaz de permitir valorizar-se a partir do seu meio, do seu seio, do seu valor pessoa, da sua língua, porque existe uma cultura de paz e de convivência com as línguas iguais, angolanas, humanas, que com a sua

convivem. E é este desenvolvimento transmitido pela escola, que é cultura e que nos dá valores de vida, de sacralidade, de angolanidade, de africanidade e de humanidade”. Reclamamos como Imbamba (2003:248) a necessidade de um projecto “(...) *cultural inovador, promotor dos valores sublimes e à medida do valor-homem-mulher (...)*”, para a construção de um país com futuro.

Ao estudo da origem e da motivação semântica dos topónimos chama-se toponímia, que é uma área interdisciplinar por excelência, pois nela se projetam conhecimentos muito diversos como a geografia física e a geografia humana, a história e a arqueologia, a botânica e a zoologia, entre outras ciências. (Raposo, 2013: 1005)

Concordando com Raposo, mas sem se poder abraçar todas as áreas anunciadas para um competente trabalho etimológico, o presente estudo elegeu como área principal de diálogo, a cultura na sua vertente de história, geografia e cartografia.

1.4.1 *Toponímia e geografia*

A nossa postura pautar-se-á pela indicação concreta das fontes usadas tanto na criação de dados quanto na fundamentação teórica da leitura, análise, descrição e explicação dos fenómenos linguísticos identificados.

O objectivo deste ponto será destacar a importância dos nomes dos lugares geográficos para a transmissão de valores culturais e preservação das línguas, uma vez que, conforme Dauzat (1932:107) nos faz saber: “Les désignations d’ordre géographique figurent en premier lieu.”

Os elementos da natureza física como rios, rias, estuários, mares, lagos, ilhas, golfos, cabos, penínsulas, baías, montes, montanhas, vales, planaltos, florestas, savanas, desertos, serras e planícies e todos os elementos que circundam um lugar, actuam, normalmente, como reserva e património da(s) língua(s) desse lugar, ou das línguas que por lá passaram. Tal como, os elementos de natureza humana: etnias, raças, povos e línguas e administração política dos territórios, países, estados, capitais, portos, províncias, cidades, vilas, aldeias e os mais recônditos lugares.

A geografia estuda a descrição da terra¹¹ mas também os costumes dos habitantes, de cada país. A descrição dos habitantes e a forma como procedem à nomeação do que os rodeia, é de todo o interesse para a linguística. Que nomes os povos dão às suas terras? Desses nomes, quais se mantêm, quais se transformam, evoluem ou mudam?

A corografia é a parte da geografia que estuda uma região em particular. Falamos, por exemplo, da região austral de África, a qual engloba vários países; ou da região dos Açores, pertencente a apenas um país, Portugal; ou, ainda, a região leste da Indonésia, constituída por Timor-Leste. Por outro lado, se se tratar apenas de uma pequena parcela de um território, província ou município estamos no ramo da topografia. Já Dauzat (1932: 107)¹² chama a atenção para a importância da geografia, na constituição de uma língua: “As línguas não são entidades monolíticas; são entidades altamente diversificadas, apresentando variação de acordo com a origem geográfica, o nível de instrução, a profissão e a idade dos falantes.”

Segundo Dick (1997), na caracterização geográfico-toponímica, o espaço surge como identidade cultural. Consequentemente, a variação surge, por motivação imposta ou por motivação cultural, percebida pelas transformações fonéticas, fonológicas acompanhadas ou não de registo ortográfico, que quando significativas podem levar a aparente mudança de topónimo. Assim, os lugares e seus nomes aparecem como os maiores guardiões das línguas naturais.

As pessoas deslocam-se, migram e emigram. A emigração é uma das principais características atribuídas ao grupo bantu, cuja organização de vida é feita em diálogo com a natureza, na procura do melhor lugar para habitar. Mesmo nos dias de hoje esta é uma característica comum da humanidade. Para perceber estes percursos linguísticos, e este modo de vida do homem, o investigador não se deve ater ao factor língua e sua gramática, deve alargar o seu horizonte de estudo à natureza do povo: entender a sua geografia, o seu espaço e compreender como este se manifesta na língua, como o homem fala do lugar que habita como o nomeia, qual o nome de cada lugar na língua autóctone, nas línguas que aquele lugar usou, na sua língua materna, na

¹¹ Ribeiro, Orlando (1989) *Opúsculos Geográficos*. Vol. I Síntese e método. Calouste Gulbenkian, Lisboa.

¹² Tradução livre da autora.

sua língua ancestral. Assim, os nomes dos lugares têm inúmeras informações sobre a história do lugar, pois acompanham a actividade humana.

Para Dick (1997: 12) “A toponímia (...) apreende os acidentes geográficos que servem de base física ao nome empregado, a fim de que se verifique a sua projecção no denominativo e em que termos isso ocorre.” Para toponimistas, e geógrafos em geral, expressões espaciais são consideradas básicas na linguagem, pois, muitas vezes, constituem a estrutura de outras expressões. Tal é defendido também por psicólogos, ao afirmarem que a organização espacial é de importância central para a cognição humana.

Segundo Mateus & Carneira (2007: 43-55) o contacto de uma língua com outra ou outras, bem como com diferentes culturas e realidades sociais são causas externas de mudança na língua. Portanto, qualquer língua que sair do seu território nacional e entrar noutra, cuja língua, hábitos e costumes são diferentes, sofrerá conseqüentemente mudanças na sua estrutura de partida. Tais mudanças podem ocorrer tanto no campo lexical, como alterações fonético-fonológicas. No primeiro poderemos ter criação de novos significados, empréstimos e neologismos, enquanto no segundo poderemos encontrar elisões de consoantes ou de vogais. Tal assunto será desenvolvido no Capítulo III aquando da abordagem da história da língua portuguesa durante o processo de romanização.

Pressupõe-se que a LP ao mudar do espaço geográfico do Português Europeu, para o espaço geográfico angolano e africano, sofreu variações fonéticas, morfológicas, sintácticas, devido ao contacto permanente entre as línguas e culturas, também pela necessidade premente de comunicar e dialogar. Muitas dessas variações serão apresentadas nos capítulos seguintes. A presença do latim na Península Ibérica trouxe modificações para o português, da mesma forma que a presença deste no Brasil e no território africano também provocou alterações às línguas aí existentes.

Nos séculos XX e XXI as mudanças culturais fizeram com que as distâncias físicas se esbatassem, tudo se tornou mais próximo. Os topónimos tornaram-se mais familiares e adaptados às línguas de outros lugares. As mudanças técnicas, como a criação de mapas de localização geográfica no computador, implicou que as instituições se adaptassem à nova linguagem. A necessidade de se identificar e nomear todos os lugares, de todas as regiões do

mundo e definir a sua caracterização e localização geográfica, hoje, mais do que em qualquer outro tempo, exige a necessidade da actualização de informação real e credível sobre cada lugar. Assim se compreende que o estudo da toponímia angolana seja um assunto actual, urgente e necessário.

1.4.2 Toponímia e história

Para produzir conhecimento sobre si, África tem de se conhecer, recuar na sua história e compreender a sua evolução, os seus modos de comunicar, a manifestação das suas línguas. Antes dos portugueses aportarem em Angola, África era um continente pouco conhecido em termos da sua organização interna, política e territorial. Temos apenas acesso a relatos escritos, inferências, deduções, subentendidos (e até mal entendidos) de exploradores, missionários e presidiários a contarem uma história de conquista e de povoamento do território numa versão repleta de estereótipos.

A toponímia (...) é a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se da sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro, de modo que, da distribuição conjunta, se infira um modelo onomástico dominante ou vários modelos simultâneos. [sublinhado nosso] (Dick, 1997: 12)

Assim, a disciplina de história deve auxiliar o linguista a perceber o contexto, num momento dado, de elementos de natureza linguística, mas também de motivos políticos ou administrativos ou culturais que estiveram na base da atribuição de um nome a um determinado lugar. Será necessário, também, dialogar com a cultura local e perceber que outros nomes por lá circulavam.

Quando ocorrem mudanças de e no topónimo, estas são motivadas por várias razões. As principais razões são as mudanças históricas do local e podem acontecer por imposição, p.e., após invasões ou conquistas de território, como foi o resultado da romanização na Europa que se traduziu em invasão dos povos romanos a vários territórios com línguas muito diferentes que

à mistura resultou no português, no francês, no espanhol, e no italiano; ou mais modernamente, por mudança de sistema político, o regime socialista em Angola, impôs a mudança para nomes ligados ao sistema, como por exemplo, rua Lenine, rua Karl Marx e Instituto Makarenko.

A homenagem a alguém pode também motivar mudanças de nome de lugar. Assim, após a ocupação colonial foram dados nomes de conquistadores a várias vilas e cidades, *Vila Serpa Pinto, Sá da Bandeira, Paiva Couceiro, António Ennes, Lourenço Marques*. Após a independência do país houve nova mudança de nomes: os nomes de inspiração colonial foram removidos e a necessidade de homenagear os heróis da resistência e da guerra pela independência serviu de motivação para a criação de novos nomes nos mesmos lugares. Assim surgem ruas, como *Rei Mandume, Rei Katyavala, Rainha Nzinga Mbande*. A mudança também pode acontecer de forma espontânea, e verificou-se tal situação nos nomes periféricos das cidades, os musseques¹³ de Luanda, como *Fubu, 30, Tunga Ngó*. A motivação cultural está presente em nomes como *Hoji ya Henda, Ngangula*. Os nomes ligados à flora e à fauna aparentam ser mais perenes.

O conhecimento sobre a história de África começa antes da chegada dos portugueses à foz do rio Zaire. Em 146 a. C. com as guerras púnicas entre Roma e Cartago, a primeira estabelece-se como vencedora tomando posse de África, a terra dos Affri, numa área que, hoje, corresponderá à Tunísia e vai expandir-se no processo de romanização ao Norte de África até ao Egito (Fauvelle, 2020: 22).

Terminado o processo de romanização do Norte de África, caracterizado por conquistas, disputas, trocas e influências, mas também pela construção de novos impérios que surgiram sob os destroços dos antigos. Há uma grande mobilidade de pessoas, motivadas pela fuga à guerra e aos conflitos. Como a romanização se estendeu até ao Egito, muitos povos fugiram para Sul. Todos estes acontecimentos sociais e políticos não são estranhos à língua, como teremos oportunidade de desenvolver no capítulo IV.

¹³ Musseques, em kimbundo significa, “areia” Da Matta (1893:111); ou “lugar arenoso”, segundo Chatelain (1894: 492). Contos Populares de Angola. In. PIRES DE LIMA, Dr. Fernando de Castro (Org.). Cinquenta contos em quimbundo coligidos e anotados por Héli Chatelain. Lisboa, Agência-Geral do Ultramar – 1964. No contexto angolano actual, designa bairros periféricos, pobres, normalmente, em terra batida.

Segundo Fauvelle (2020), sabe-se ainda pouco sobre a relação entre a África do Norte, África do Sul e Central. Sabe-se que o povo bantu é nómada e veio da zona Nigéria, passou pelos Camarões para chegar ao Sul, mas das relações entre as várias regiões ainda há muito por conhecer. Altuna (2006: 98-194), por sua vez, afirma que na sua organização de vida, a cultura tradicional banta é governada por uma lógica de solidariedade social e de optimismo, bem como por uma visão mítico-agrária do mundo.

As grandes mudanças históricas de regime são também impulsionadoras de mudanças linguísticas. Estes acontecimentos históricos são designados como “causas externas” à mudança linguística (Mateus e Cardeira, 2007: 44-46). As línguas em contacto, as trocas culturais e, muitas vezes, imposições ou restrições políticas constituem causas externas de mudanças no campo lexical, por exemplo. As palavras podem aumentar o seu campo de significação, ganhar novo significado, restringir o uso dependendo do contexto ou, simplesmente, deixar de ser usada pelos falantes. Podem ainda, derivado destes processos, haver lugar ao empréstimo de palavras. *Carimbo*, por exemplo, entra na língua portuguesa através do kimbundo. O verbo *pôr*, é muitas vezes, substituído pelo verbo *meter*, por influência francesa do verbo *mettre*.

1.4.3 Toponímia e cartografia

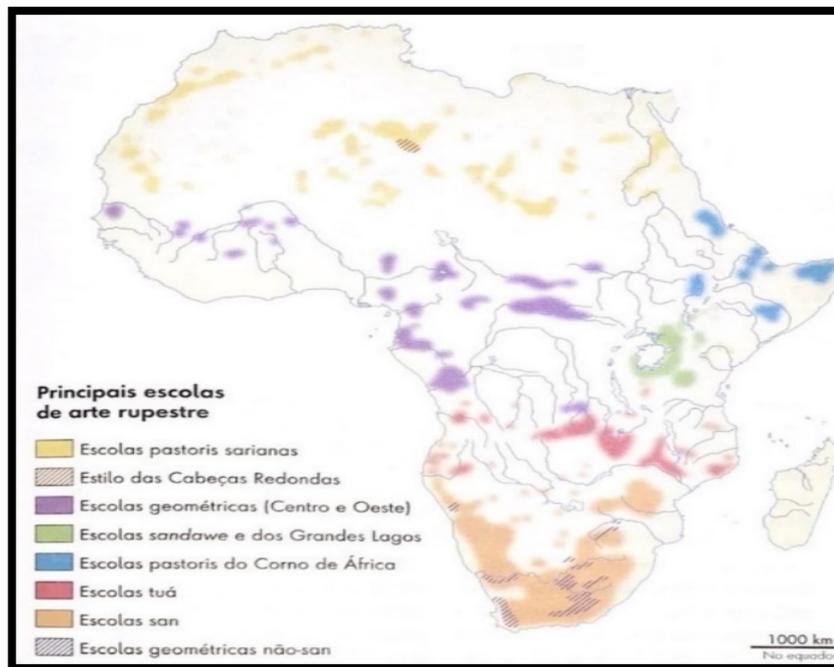
A cartografia será fulcral para o nosso estudo, para que, a leitura de mapas antigos evidencie o diálogo de culturas existentes em Angola. A forma escrita como foram transmitidos tais elementos culturais e toponímicos pela LP, permitirá desenvolver a análise de dados (Capítulo IV). A partir dos dados obtidos será possível tecer considerações sobre a etimologia da macrotoponímia angolana.

Cartografia vem da expressão francesa *la carte* que significa “o mapa”, o que em português se poderia traduzir por “mapeamento”. A cartografia é o tratado sobre mapas, cartas e plantas e as várias técnicas de elaboração e representação em forma plana da terra. Chama-se, carta geográfica ou mapa geográfico, à tentativa de reprodução do globo terrestre em forma plana. A carta geral representava os continentes, a carta particular representava os países e a carta corográfica representava uma parte de um país. A título de exemplo, a carta corográfica de Angola feita por Milheiro, texto base de análise de dados sobre a toponímia das províncias

angolanas, data do tempo colonial, altura em que Angola era tratada como uma província de Portugal, logo documento corográfico. Trata-se de Obra *Índice Histórico-Corográfico de Angola*. de Mário Milheiros, elaborada em 1972, em Luanda.

Hoje, sabe-se que África se manifesta e comunica com o mundo desde sempre. A arte rupestre faz parte da cultura africana desde há milénios, sendo uma das mais antigas formas de comunicação humana. Deve ser devidamente valorizada, para que dela se tirem conclusões acerca dos nossos antepassados. As novas tecnologias permitem a redefinição de leituras e padrões de leitura das informações constantes nessa maravilhosa arte. No entanto, não será esse o nosso objectivo. Não nos atrevemos a tanto, apenas lembrar as futuras gerações de linguistas, que o bantu é um povo nómada e que há pinturas rupestres em Angola na região do Kwanza-Sul, as Pedras de Quinhengo, e na Namíbia que faz parte do mesmo povo, ainda que dividido territorialmente. É necessário o resgate da autoestima africana para procurar os lugares em que essa comunicação se estabelecia e as formas que ela tomava.

Mapa nº 1 - A Cultura Africana



Fonte: *Atlas Histórico de África: da pré-História aos nossos dias*. Direcção de Fauvelle & Surun (2020:19)

Segundo Le Quellec (2000: 18) as pinturas naturalistas mais antigas remontam a pelo menos 30 000 anos, na Namíbia, e a ornamentação das paredes das cavernas continua viva nos dias de hoje em muitos locais. Essa comunicação, manifestada em forma de pintura, precisa de chegar às escolas, precisa de ser partilhada para constituir conhecimento.

A partir da análise cartográfica, e do conhecimento cultural da população, identifica-se melhor a motivação para dar nomes a determinados lugares. Deve estabelecer-se um diálogo com a comunidade para se perceber a origem dos nomes dos lugares: se relacionados com a vegetação ou fitotoponímia, com a água ou hidrotoponímia, com factores histórico-geográficos ou, ainda, com o léxico do ambiente ou com léxico cultural. Ao trabalhar as mesorregiões Isquerto trabalha a cartografia, isto é, os nomes oficiais dados pelas administrações e mapas, comparando-os com as (re)significações desses mesmos nomes dos lugares, por parte da população local. A cartografia no Brasil, por exemplo, é analisada por Isquerto e Dargel (2012) que consideram a cartografia como um acto de identificação, descrição e análise dos nomes dos municípios.

Estes autores provam que analisar as nomeações e renomeações para as grandes urbes, as mesoregiões, exige uma investigação diacrónica detalhada, pois, a cada novo sistema político são as primeiras regiões a sofrer influências e mudanças no tempo e espaço. Já com as micro-regiões rurais, a questão é um pouco mais delicada, pois muitas vezes ficam esquecidas no tempo das suas nomeações coloniais que já não combinam com a sua realidade histórica. Não é, propriamente o caso, por exemplo, que constituiu, no mínimo, estranhamento, o facto de em 2016, o governo angolano indicar como topónimo na província do Namibe o nome do Barão *Moçamedes*, um escravagista, para renomear a capital da província do Namibe, cujo topónimo como província de Angola data da independência. Tal facto ressalta a importância do estudo diacrónico dos topónimos para auxiliar a nomeação dos lugares.

Mais recentemente, a transversalidade e actualidade do estudo diacrónico da toponímia provou-se ainda activo e de interesse científico.

Os estudos diacrónicos de onomástica e os de toponímia constituem áreas da linguística que requerem, portanto, uma perspectiva transdisciplinar, convocando a colaboração de outros domínios de investigação que permitam esclarecer o passado linguístico de um território. Na verdade, a indagação da

etimologia dos topónimos de uma região terá de incluir informação relativa aos grupos humanos (étnicos, sociais, profissionais, religiosos, etc.) que a percorreram, povoaram e organizaram. Rocha (2017:19)

Na actualidade, o ramo da toponímia continua importante e multidisciplinar, uma vez que o linguista precisa de dialogar com as várias áreas do conhecimento para enriquecer e completar os seus dados, chegando o mais próximo possível de uma verdade etimológica.

1.5 Toponímia e etimologia

A pesquisa etimológica é essencial para a explicação da origem de um topónimo, isto é, a identificação da possível origem do topónimo em estudo, a descrição da sua raiz, a sua formação, por composição ou por derivação. Também há que averiguar a possível classe de origem bantu, pela busca documental comprobatória, numa tentativa de reconstituição da história escrita dessas palavras e sua evolução no contacto intercultural, logo inter-idiomático angolano.

On doit d'abord reconstituer la filiation du mot dans la langue, au double point de vue de la forme et du sens, et remonter jusqu'à l'époque où le mot a été attesté pour la première fois. (Dauzat, 1938: XIV)

A pesquisa etimológica, é, pois, uma pesquisa linguística em contexto e em diálogo interdisciplinar para perceber significados, identificar origens ou, pelo menos, inferi-los por analogia, por hipótese ou em teoria¹⁴. Os nomes *África*, *Egipto*, *Etiópia*, *Mali*, *Nilo*, *Sahara*, são nomes atribuídos pela Europa, portanto, exónimos, podendo-se acompanhar no tempo a sua evolução, as adaptações linguísticas próprias de cada país ou língua, dentro da própria Europa. Nem todos os países e línguas adoptaram as mesmas realizações linguísticas.

A etimologia liga-se fortemente à história externa das palavras, não podendo descurar a investigação dos contextos onde elas surgiram e se desenvolveram. Rocha (2017:43)

¹⁴ Câmara Jr. (1992:111) diz que um étimo teórico ou forma hipotética é assinalado com um asterisco, por exemplo: * coratione - > coração.

O topónimo é nome de lugar *motivado etimológica e circunstancialmente*. Essa circunstância define um momento dado, portanto sincrónico, ocorrido em determinado lugar, aparentemente conhecido porque identificado num dado mapa datado ou não. O reunir de tais informações permite o estudo da origem do étimo¹⁵ que, na sua versão primeira, pode ou não ser topónimo. A leitura de determinada obra, que reúne conteúdo comprobatório, pode não ser linear. No entanto, tem a vantagem de permitir a observação de alterações na escrita, influenciadas, na maior parte das vezes, pela pronúncia, origem ou nível de instrução de quem escreveu. A descrição cuidada de tais elementos define o estudo da forma linguística do topónimo.

Justifica-se a necessidade de um recuo etimológico para a análise linguística da toponímia angolana em Dauzat¹⁶ (1938:V), quando defende que a

(...) science étymologique est éminemment complexe. Elle ne se borne pas à rechercher les prototypes des mots qui constituent le lexique d'une langue; son intérêt est surtout de reconstituer l'histoire du vocabulaire.

O primeiro grande passo da análise etimológica será o de identificar os elementos constitutivos da palavra, que na lógica gramatical, se traduziria em destacar o radical. Quando a investigação é etimológica, não se pode ficar apenas num pseudo-elemento de base. A sua complexidade vai traduzir-se no reconstituir do seu percurso ao longo do tempo, atribuindo-lhe uma língua e um significado primeiro. No nosso contexto adivinha-se um trabalho ainda mais delicado, uma vez que a linguística bantu não se refere a uma língua apenas, mas a várias, cuja identificação de sua gramática, muitas vezes, ainda não fora ortografada.

Fica evidente que a constituição dos nomes é feita de maneira combinatória ou híbrida, com origens variadas, resultado de permutas e contactos com diferentes povos. O importante será estudar, analisar, descrever e identificar esses étimos, ou, caso não seja possível, levantar hipóteses de possível identificação. Quanto mais cedo, Angola o fizer, mais elementos antigos poderão ser ainda identificados e recuperados. Ferreira (1907:11) considera este um trabalho

¹⁵ O étimo de uma palavra é o seu ascendente na língua de origem. Em geral para o caso da LP, o seu ascendente é o latim, mas também existem étimos gregos, germânicos, árabes, castelhanos, franceses ou ingleses.

¹⁶ Dauzat, Albert (1938). *Dictionnaire Etymologique de la langue française*. 10 édition, Librairie Larousse. Paris.

árduo, “Por serem as etimologias de nomes de terras o pelouro mais difícil do nebuloso campo etimológico.”

Segundo o autor, analisada a etimologia de muitos antropónimos de LP, percebe-se que tais nomes possuem étimos retirados da fauna (*aves, ou de espécies animais como coelhos, lebres, teixugos, cobras, lagartos, zebras, corças, veados, javalis, lobos, ursos*) e da flora (*árvores ou de espécies de plantas*), muitos ainda retirados de escritores antigos como Linneu, Brotero, Plínio, que com o decorrer do tempo e a evolução linguística sofreram grandes transformações, o que torna, muitas vezes, difícil identificá-los, pois sofreram grande influência do timbre romano, outros ressentem-se da ocupação espanhola e galega e outros ainda da ocupação árabe acabando por sofrer transposições ou mudanças de letras.

Apesar de aparentar ser um tema antigo, na verdade, etimologia é um tema atemporal, uma vez que o seu objecto é a recuperação de significados ao longo do tempo. Como ressalta Rocha (2017:19),

Assinale-se que a etimologia não se limita à semântica, mas abrange, desde há, pelo menos, duzentos anos, o estudo diacrónico da fonética, como da fonologia e da morfologia, pelo que não pode ficar indiferente à linguística histórico-comparativa. Não é, portanto, descabido afirmar que a recuperação que a etimologia tem conhecido recentemente já se preparava há algum tempo.

1.5.1 Formação de topónimos

O primeiro passo para a descrição dos constituintes de um topónimo é ligar o monema a uma língua, não apenas pela sonoridade, mas ligar a forma ao sentido. E, a complexidade da questão é que não se trata de uma forma qualquer, mas da primeira forma e do primeiro sentido. O que, normalmente, ainda não é topónimo, por isso, monema¹⁷. Para tentar encontrar tais elementos, forma e sentido, há que recuar no tempo. Este recuo é auxiliado pelo domínio da cultura do povo, a geografia tanto física quanto humana do lugar em análise, isto é, a história político-administrativa e económica, são elementos de base de diálogo para o entendimento da língua(gem) de que, tais povos, faziam uso no tempo que se pesquisa.

¹⁷ Cf. Jorge M. Barbosa (1994:13); e Marçalo (2009).

Segundo Câmara Jr. (1992:111) o étimo pode ser próximo ou remoto. Estamos em presença de um étimo próximo quando a sua origem remete à língua de precedência, logo a época mais recuada da formação da língua. É o caso de “chapéu”:

a) chapéu < francês antigo chapel < latim cappellu.

Estamos em presença de étimo remoto quando a origem remete para uma terceira língua, isto é, a uma língua anterior ou que influenciou a língua que deu origem à estudada ou em análise. É o caso de “astro”:

b) astro < latim astru < grego ástron.

O assunto que nos irá ocupar prende-se com a formação de palavras em LP. Para tal fomos beber os pressupostos a autores como Morais (1994), Mateus et al (2003), Villalva (2003: 941-1017), Mota (2020:2787-2825), Rio-Torto (2020: 3029-3098), Raposo et al. (2020) e Rocha (2017). A partir deste constructo teórico foi possível discorrer sobre a formação morfológica de neologismos toponímicos do português.

As raízes são as unidades básicas do léxico protoindo-europeu reconstruído, as quais se combinam ou com terminações flexionais, para formar palavras completas, ou com afixos para formar radicais lexicais.
Rocha (2017:77)

De notar que a afixação, uso de prefixo ou de sufixo, é caracterizada em português, pela antecipação, ou prefixação; pela pós-posição, ou sufixação, ou ainda, pelo acréscimo de ambos afixos a nomes ou adjectivos.

- a) Prefixação: **descaminhos** = des + caminhos, **improdutivo** = im + produtivos
- b) Sufixação: **territorialidade** = território + al+idade
- c) Afixação: **desterritorialidade** = des+ território + al+idade

Os prefixos são, geralmente, especificadores morfológicos, enquanto os sufixos são tendencialmente especificadores morfo-sintácticos. Graça Rio-Torto (1998: 41) refere que não existem estudos sistemáticos sobre a situação do português em África, no domínio da

morfologia. Distinguem-se processos que envolvem alteração de traços e processos que envolvem acrescentamento/supressão de segmentos. Ambos os tipos de processos podem ocorrer no interior de cada palavra, isoladamente considerada, ou podem decorrer da concatenação/coarticulação da palavra na frase.

No âmbito dos processos de assimilação, que consiste numa harmonização das propriedades de segmentos adjacentes, chama-se a atenção para os processos de nasal(iz)ação, de velarização, de palatalização, de fricativização, de harmonização vocálica e de metafonia. Os processos de dissimilação explicam-se pela necessidade de diferenciar perceptiva e/ou articulatoriamente dois segmentos contíguos/adjacentes, articulatoriamente próximos. Como exemplo de processos de inserção de segmentos refira-se a prótese, a epêntese (que pode traduzir-se por uma iodização/ditongação), anaptixe, a paragoge. Já os processos de supressão de segmentos são a aférese, a síncope e a apócope.

Rio-Torto (1998) define conceitos como bases, sufixos, formação de adjectivos dejetivais e denominais, nomes, formação de nomes dejetivais e denominais e sua semântica. Todos, conceitos basilares para a formação de topónimos e adjectivos toponímicos.

O linguista deve recorrer à etimologia para tentar perceber a origem e significado do topónimo em estudo. Utilizando um método descritivo, deve estruturá-lo na base de um outro, isto é, recorrer à derivação, por meio da identificação da raiz. Câmara Jr. (1992: 92-93) argumenta que “Entre o vocábulo assim estruturado, dito derivado, e o que lhe serve de base, dito primitivo, há uma relação de ordem sincrónica, que pode não corresponder à sua origem diacrónica, na história interna da língua.”

Outro dado importante a reconhecer reside no facto de que a etimologia se servir da fonética e da fonologia para procurar saber as alterações, variações e mudanças no sistema. A partir da observação, leitura, análise, estudo e comparação ou contraste de documentos vários e significados múltiplos será possível fazer deduções.

É ponto assente que o nosso trabalho é sobre língua portuguesa em contacto com as línguas africanas existentes em Angola (kimbundo, kicongo, umbundo, kioco, nhaneca, ganguela, helelo, ibinda) para citar as oficiais. Embora as primeiras nomeações tenham sido feitas em LP,

depressa aconteceram mudanças decorrentes do contacto entre as diferentes línguas em contexto.

No presente estudo o étimo será pesquisado na língua africana tentando inferir significados, procurando a datação em mapas e documentos antigos. Há que considerar o topónimo como um étimo próximo, porque aportuguesado:

- a) Mbengu » bengu » Bengo; vye » vihe» bihe » Bié.

No *Pequeno Dicionário Antroponímico Umbundu* de Yambo (2003) estão presentes os resultados do contacto da LP com a língua umbundo. Muitos nomes têm raiz portuguesa, mas são adaptados à realidade linguística do umbundo. Analisem-se alguns casos relevantes.

- a) *Lumingu* resulta de uma adaptação do nome português *Domingos*: no contexto linguístico angolano, o *D* inicial é substituído por *L* e o final é assumido com *u*. O étimo próximo é o português *Domingos*, mas o étimo remoto será derivado do latim. Existem alterações ao nível da pronúncia, do tom e da sonoridade;
- b) *Nacovi* resulta de uma adaptação do nome português *Couve*; no contexto linguístico angolano ocorre a junção do prefixo umbundo *Na*, a síncope do ditongo *ou* em *o*, o *e* final do português é substituído por *i* no umbundo. Para além de outras adaptações fonético-fonológicas próprias do umbundo;
- c) *Kalufele* significa Alfredo, ou melhor, pequeno Alfredo; constata-se a junção do prefixo umbundo *Ka*, que indica o diminutivo (pequeno); registam-se ainda transformações ao nível fonético-fonológico *al = lu*, *fre = fe*, *d = l*; *o = e*.
- d) *Kambinja* que significa *camisa*; segundo o autor é um nome com referência histórica. Na altura havia a troca de uma camisa de caqui por 50kg de milho ou fuba;
- e) *Kanguya* houve uma umbundização da expressão em português *pequena agulha*; constata-se a junção do prefixo umbundo *Ka*, que indica o diminutivo (pequeno); o

fonema g é prenasalizado ng; a ausência de dígrafo no umbundo *lh* é substituído pela semi vogal y;

- f) *Pasasi* houve uma umbundização da palavra portuguesa *passagem*; a primeira sílaba mantém-se *pa*, a segunda sílaba também se mantém, embora sofra uma aparente adaptação na transcrição fonético-fonológica (em umbundo o som s não leva duplicação de letra) permanece a sílaba *sa*; som gem é transformado por acomodação em *si*;
- g) *Sapalo* houve uma umbundização da palavra portuguesa *sábado*; a primeira sílaba mantém-se *sa*, perdendo o acento gráfico e a sílaba tónica; a segunda sílaba as bilabiais invertem-se ou confundem-se, troca-se o b por p; na terceira sílaba ou antepenúltima, *d* assimila *l*.

Fica assim definido para o presente estudo a distinção do estudo do étimo, enquanto expressão para a compreensão histórica e contextual do seu emprego como topónimo, por isso, nome próprio, do estudo do nome próprio canónico (Raposo 2013). É essa função (re) significada que vamos buscar a motivação dessa transformação identificando o nomeador e o contexto cultural ou envolvente, que na diacronia o cristalizará ou torná-la-á opaca. Será nessa função canónica que iremos tentar perceber a formação do seu adjectivo pátrio, distinta da de gentílico ou étnico. Este adjectivo pátrio a que Morais (1994:210) chamou monema “natural de” e Pacconio (1697) informou que em Angola se diz *mucua*, quando se quer dizer “*natural de*” e Cordeiro Da Matta (1893) confirmou que a expressão *mucua* pertencia a uma das línguas de Angola, à língua kimbundo.

1.6 Antroponímia portuguesa

A antroponímia é a parte da onomástica que se encarregará de estudar o nome de baptismo, e/ou o nome de família das pessoas. Raposo (2013:1004) afirmará que os antropónimos são os comumente chamados nomes de pessoas porque a elas atribuídos. Trata-se do nome completo, isto é, o chamado nome pessoal, nome próprio, mais os chamados nomes de família ou apelidos, isto é, os nomes da mãe e do pai.

O nome pessoal, tal como os apelidos da mãe e do pai podem ser simples, de um só nome, ou compostos de dois nomes cada. Fernandes (1941:11) dirá que todos os nomes de homem e mulher, bem como os respectivos, apelidos e sobrenomes ou apelidos “com vida independente”, como *Júnior* ou *Sénior*, são antropónimos.

A antroponímia serve também, muitas vezes, de fonte de inspiração, isto é, de motivação à toponímia. Da enorme lista de nomes de pessoas usados como topónimos, trabalho de minúcia de Fernandes (1941:13-15), citaremos apenas alguns exemplos de antropónimos usados na era de colonização, principalmente os nomes usados em Angola:

1. *América*, do nome de Américo Vespúcio, navegador florentino, que em fins do século XV explorou a costa de Venezuela;
2. *António – Enes*, na costa de Moçambique;
3. *Artur – de – Paiva*, nome dado ao posto administrativo de Cassinga, no distrito de Huíla, em Angola;
4. *Brazzaville*, cidade do Congo Francês, cujo nome foi formado de Brazza, explorador da África Equatorial francesa, do último quartel do século XIX;
5. *Charlesville*, no Congo Belga, e *Charleville*, na Austrália, ambos formados do nome Charles;
6. *Fátima*, derivado de nome árabe de mulher;
7. *Francisco – José*, arquipélago Europeu no Oceano Glacial Ártico, do nome de um antigo imperador da Áustria;
8. *Gago-Coutinho*, em Angola;
9. *Henrique-de-Carvalho*, na província de Angola, derivado do nome de um general português, explorador de Muatiânvua e primeiro governador da Lunda;
10. *Joana-de-Sousa*, ilhéu a Ocidente de S. Tomé;
11. *João-Belo*, vila da África Oriental portuguesa, tirado do nome do colonista e oficial da marinha de guerra, João Belo;
12. *Leopoldville*, cidade do Congo belga, derivado do nome do rei Leopoldo;
13. *Lourenço-Marques*, a principal cidade da África Oriental Portuguesa, derivado do nome do português que primeiro explorou as terras do distrito que ficou com o mesmo nome;

14. *Massano-de-Amorim*, vila em Angola;
15. *Neves-Ferreira*, em Angola;
16. *Pereira-de-Êça*, vila na parte meridional de Angola;
17. *Port Elisabeth*, nome formado a partir do da rainha Elisabeth;
18. *Porto-Amélia*, vila e sede do distrito da província de Moçambique, nome formado a partir do nome da rainha Amélia;
19. *Sá-da-Bandeira*, em Angola, derivado do nome do estadista, que aboliu, em 1836, a escravatura em todos os territórios portugueses;
20. *Salisbury*, cidade da Rodésia do Sul, na África Austral, derivado do nome do estadista inglês, Lord Salisbury. Hoje, República do Zimbabwe;
21. *Serpa-Pinto*, vila de Angola, derivado do nome dum conhecido português que explorou África;
22. *Silva-Porto*, em Angola;
23. *Teixeira-da-Silva*, em Angola;
24. *Tristão-da-Cunha*, ilha inglesa no sudoeste da África;
25. *Veríssimo-Sarmento*, na parte nordeste de Angola;
26. *Vila-Paiva-de-Andrade*, também, na parte nordeste de Angola;
27. *Vila-Teixeira-de-Sousa*, na parte oriental de Angola.

No actual estágio de urbanização da Europa, os antropónimos, nomes próprios canónicos, conforme enuncia Raposo, sofrerem uma ruptura significativa com as línguas de partida. A evolução histórica do étimo conduziu à formação de novos nomes, ainda que usando a mesma raiz. Vejamos o caso dos nomes de origem grega:

- a) Slephanu > Estevão em português
- b) Christophanu > Cristóvão em português

Ou nomes de origem latina: Iohanne(s) > João, mas também Eanes.

A influência dos regimes políticos, mas também por uma questão de nacionalidade e identidade dos povos e países, faz com que os nomes ganhem as características linguísticas de cada país. Assim, em Portugal dão-se nomes portugueses, atribuindo desse modo, novos significados aos nomes. Na verdade, ganharam características morfológicas do Português Europeu, o que faz

com que exista uma (re)significação e (re)contextualização dos nomes, distantes agora do grego, latim, árabe, galego-português. A resignificação acontece para uma adaptação ao contexto social, religioso e familiar actual. Tal aplica-se ao caso português, mas também aos casos brasileiro, cabo-verdiano, guineense, moçambicano, são tomense, timorense ou angolano.

1.7 Antroponímia angolana

Logiquement les noms des habitans relèvent de l'anthroponymie, mais, (...), leur formation linguistique est si intimement liée aux noms des lieux qu'on ne peut séparer l'étude des uns de celle des autres. (Dauzat 1932:191)

Para a antroponímia bantu a nomeação das pessoas tem uma importância cultural muito dependentemente do contexto. Num contexto mais rural, logo mais conservador da tradição, as práticas mais antigas permanecem; por outro lado, um contexto mais urbano, influenciado inicialmente pela cristianização e colonização dos povos e, hoje, pelo contacto com outras culturas, provoca o renovar da cultura citadina.

As primeiras cartas cartográficas, cuja análise será apresentada no capítulo IV deste trabalho, deixam perceber que os lugares eram nomeados pelos títulos, seguidos dos nomes dos soberanos africanos detentores dos territórios visitados pelos exploradores. Por isso, inúmeros títulos africanos aparecem ligados aos nomes dos territórios, *mani*, *muata*, *soba*, *cota*, *xá*, *macota*.

O reino do Congo representado pelo seu ManiKongo ou rei do Congo, onde *Mani*, significa rei + *Kongo*, o nome do lugar ou nome do rei = ManiKongo que foi aportuguesado para Manicongo como se de uma palavra apenas se tratasse.

O reino Lunda de Muantianvua, onde *mwata*, significa rei + *ya+nvwa* é o nome do rei do lugar = *Mwatyanywa*, que foi aportuguesado para *Muatianvua*.

Trazemos para a antroponímia a teoria da existência, segundo Altuna (2006: 28), de uma unidade cultural africana básica fundamental adquirida ao longo dos tempos, que a tornou uma

grande comunidade. Portanto, apesar das particularidades de cada grupo etno-linguístico, queremos espelhar métodos mais tradicionais para evidenciar semelhanças nos actos e nas nomeações e na formação etimológica dos nomes.

Outra teoria de Diop assumida por Altuna (2006) e que é importante conhecer é de que a Europa está estruturada num sistema tradicional patriarcal, enquanto a África vem de uma tradição matriarcal, e por isso de formas mais emancipadas de participação na colectividade e distribuição igualitária de recursos. Isto para justificar, às vezes, linhagens e sucessões nos tronos e nomes de soberanos africanos, pois a lógica, nem sempre segue o raciocínio europeu patriarcal.

A antroponímia da cultura bantu, e o *Pequeno Dicionário Antroponímico Umbundu* de Yambo (2003) faz prova disso, destaca a importância do modo de nomear às pessoas como linha sinalizadora de um acto cultural. A antroponímia Umbundu está enraizada em dois eixos da filosofia bantu, o primeiro eixo é a procriação e o segundo eixo é a vida e a morte. Afirma ainda que na filosofia bantu o *muntu*, o indivíduo banto, constitui o centro da vida, pois, considera a procriação como um dom inestimável que *Suku, Kalunga, Ndala-Kalitanga ou Nzambi*, o Deus supremo das várias línguas angolanas, proporcionou à humanidade para a continuidade da espécie, isto é, a criação do *kapingãla*, o sucessor.

O autor indica que o facto de um casal ter ou não filhos é um assunto da comunidade que afecta a todos, e devendo ser resolvido em comunidade. A atribuição do nome tem a ver tanto com o estado de ânimo da família no momento do nascimento da criança, quanto da situação geral da comunidade que se vai refletir num momento de felicidade e bem estar, de tristeza, de guerra, de deslocação, migração, entre outros.

1.8 Estado da arte em Angola

Em 2002, terminada a guerra civil em Angola, a mobilidade torna-se mais livre e espontânea. A República de Angola demonstra-se mais preocupada com a produção de conhecimento sobre a formação da sua nação e, por isso, houve um investimento em bolsas internacionais de investigação científica. A formação em LP foi uma área de grande aposta por parte do governo.

Assim, nos últimos vinte anos, a questão da variedade de português africano tem sido amplamente estudada. Vários estudos foram desenvolvidos por estudantes e investigadores angolanos, orientados por professores doutores das universidades brasileiras e portuguesas na área da lexicologia, lexicografia e terminologia.

Para orientar os procedimentos toponímicos, a República de Angola criou a Lei de Bases da Toponímia no seu (*Decreto Lei nº 14/016 de 12 de Setembro do Ministério da Administração do Território e da Educação, 2016*).

O presente trabalho far-se-á em conformidade com tal lei. Aí no artigo terceiro, alínea a, define-se a toponímia como “O estudo histórico e linguístico da origem e evolução dos nomes próprios dos lugares ou a designação das localidades pelos seus nomes.” Nesse contexto, a nossa pesquisa pretende-se histórica, diacrónica e documental, buscando evidências etimológicas e toponímicas em mapas antigos que descrevem os nomes dos lugares que hoje compõem as províncias de Angola.

Algumas das funções da toponímia em Angola estão espelhadas no artigo quarto da lei da toponímia em análise a lei nº 14/016, com ênfase para as alíneas c), d), e) e f) respectivamente: a função valorativa da cultura nacional “manter vivos e perpetuar aspectos culturais de honorabilidade”; a função preservativa da nomenclatura da geografia antiga, ou seja, preservar e valorizar os elementos geográficos nacionais da fauna, da flora e da orografia; a função cultural de preservação antroponímica “perpetuar nome de personalidades (...) preservar e valorizar a cultura nacional e internacional.”

A Lei de Bases da Toponímia do (*Decreto Lei nº 14/016 de 12 de Setembro do Ministério da Administração do Território e da Educação, 2016*), artigo sétimo, ponto 1 se diz que “(...) os topónimos são escritos em língua portuguesa, seguindo a grafia latina.” O ponto 2 refere-se aos topónimos, nas demais línguas de Angola; estes devem ser escritos em conformidade com as regras de grafia da língua correspondente, devendo ser certificados pelo Instituto de Línguas Nacionais. Ora, aqui nasce uma discussão sem fim à vista, pois várias questões se levantam, das quais elencaremos algumas:

- a) Primeira questão: Todas as línguas angolanas já têm o alfabeto oficial decretado?

- b) Segunda questão: Os Topónimos angolanos escrevem-se em LP ou respeitam a grafia de cada língua?
- c) Terceira questão: Como se deve proceder no caso do registo escrito dos nomes das províncias cujo território abrange mais de que uma língua nacional?

Estas são questões de Estado, e cabe ao estado angolano responder, em democracia, harmonia, paz e com forte base científica.

No artigo oitavo, do capítulo terceiro, da presente lei sobre os topónimos de língua estrangeira, em ponto único, afirma-se que os topónimos de línguas estrangeiras são escritos em conformidade com as regras da grafia da língua correspondente e são, tanto quanto possível, substituídos por formas correntes em português, quando entrem ou possam entrar, no uso corrente da língua portuguesa.

Portanto, quando o uso é corrente na LP, o topónimo é escrito em português. O artigo oitavo reforça o ponto 1 do artigo sétimo. O que de qualquer forma é uma lei comum ao PE que transforma, de modo geral, todos os topónimos estrangeiros em expressões de LP: *New York* passa a *Nova Iorque*, *London* passa a *Londres*, *Gabon* passa a *Gabão*, *United Kingdom* passa a *Reino Unido*, *Munich* passa a *Munique*, *Cape Town* passa a *Cidade do Cabo* e *South Africa* passa a *África do Sul*, apenas para citar alguns.

O presente trabalho remeter-se-á à presente lei, analisando a etimologia da macrotoponímia angolana em LP. Estamos plenamente conscientes do facto de se tratar de um país com várias línguas maternas, em que existem, pelo menos, dez etnias diferentes. Estes dois factores influenciaram, como é natural, quer o kicongo, quer o kimbundo (cf. Costa, 2013: 19-22) e (Peter, 2015), os quais juntamente com o português, viriam a tornar-se línguas francas de diálogo intercultural em períodos tão dramáticos da história da humanidade, como foi o da escravização de africanos.

Nesse contexto, e como verificámos até aqui, a cultura milenar angolana é diferente da cultura ancestral de Portugal. A geografia também é diferente, pelo que a cartografia auxiliar-nos-á no estudo etimológico e diacrónico. O objectivo será tentar perceber como eram percebidos e

traduzidos os primeiros contactos linguísticos entre os povos em estudo. Esta análise será apresentada no capítulo IV da pesquisa.

1.8.1 *A investigação sobre antroponímia angolana*

Apresentamos a seguir, algumas das teses desenvolvidas nos últimos anos sobre antroponímia. Tunga Samuel Tomás (2019) *Antroponímia: Contributo para o estudo dos nomes próprios em Angola*. Dissertação de mestrado. Estuda a forma actual de nomeação em Luanda, observando a descaracterização, própria de cidade urbana, na nova maneira de nomear os filhos, usando antropónimos esvaziados do significado etimológico e possuidores de nova significação.

Toivo Evaristo Haipinge (2017) *Antroponímia da língua Ovankwanyama*. Trata-se uma tese para obtenção do grau de Mestre. O autor debruça-se mais especificamente sobre a tradução para português do significado da antroponímia cuanhama criando uma base de dados em Excell como proposta de harmonização ortográfica dos antropónimos cuanhama. Elabora fichas lexicográfico-antroponímicas. Trata-se de um trabalho dirigido aos profissionais dos cartórios centrais e notariais, mas também ao público em geral.

Domingos Livamba (2017) *Antroponímia da língua Umbundu: o antropónimo como fenómeno de cultura*. Trata-se uma tese para obtenção do grau de Mestrado. Na dissertação Livamba debruça-se sobre a lexicografia e antroponímia umbundo analisando através de um inquérito a forma a actual forma de se dar nomes aos filhos na província do Huambo. Apresenta uma proposta de harmonização ortográfica dos antropónimos híbridos. Trata-se de um trabalho dirigido aos profissionais dos cartórios centrais e notariais, mas também ao público em geral.

1.8.2 *A investigação sobre a toponímia angolana*

Passamos a elencar uma lista de pesquisas realizadas nos últimos anos cujo tema versa a toponímia angolana, com indicação do autor e breve descrição do conteúdo:

Helder Pande Alexandre (2015) *Propostas de harmonização gráfica da toponímia de Angola: o caso do Município de Malanje*. Dissertação de Mestrado; Pande propõe a distinção entre ortografia de topónimos em LP, ortografia de topónimos em kimbundo, e a ortografia de topónimos híbridos, fazendo proposta de critério. Analisa o contacto entre o português e o kimbundo, e a influência do primeiro no léxico do segundo fazendo uma boa síntese ao trabalho da Professora Doutora Amélia Mingas. A proposta apoia-se no modelo de Dick;

Jacques Mpova Nzuze Tomás (2015) *Harmonização gráfica da toponímia da província do Uije*. Dissertação de Mestrado, onde se apresentam subsídios ao estudo kikongo e sua relação com a LP;

Bernardo Kessongo Menezes (2015) *Harmonização da grafia toponímica do Município de Benguela*. Trata-se uma monografia para obtenção do grau de Mestre. Excelente radiografia de pesquisa etimológica da toponímia em estudo;

Leonardo Tuyenikumwe Pedro (2015) *Propostas para a harmonização gráfica da toponímia da comuna de Ondjiva: Aldeias, Bairros e Ruas*. Trata-se uma monografia para obtenção do grau de Mestrado. O autor constrói fichas lexicográfico-toponímicas com ênfase na motivação etimológica. Tendo uma fonte documental bem elaborada e cuidada, cria uma fonte de pesquisa credível que fundamenta a sua proposta de harmonização ortográfica dos topónimos.

Duas obras devo destacar, embora não façam parte, do tema em estudo, são elas:

- 1) *Neologismo do Português: proposta de constituição de base de dados com vista à construção de um observatório linguístico*, de Ana Bela Pereira Loureiro (2015), pela sua relevância para as estratégias didáctico-pedagógicas e de oficialização e divulgação do PA.
- 2) A tese de João Naege (2015) *Aquisição da Competência lexical na aprendizagem do português Língua Segunda – Especialidades do aluno angolano*. Aborda a muito importante questão que é a oficialização do ensino do português como língua segunda.

1.9 Síntese

Este capítulo serviu para mostrar pela investigação, aos actores sociais, no caso concreto à Escola Angolana, a necessidade de difundir as bases conceptuais para um renovado conhecimento da diversidade linguística dos povos angolanos, presente desde sempre, nos actos de comunicação sobre e desta parcela do território africano, como subsídios para o fortalecimento dos estudantes na aprendizagem do português em contexto de bilinguismo e multilinguismo. Como frisou A. Costa (2006), a invisibilidade pedagógica das nossas características culturais angolanas no sistema de ensino reflecte uma assimilação linguística de uma realidade portadora de desigualdades sociais e resultados pedagógicos ineficazes.

2. Resenha Histórica da Língua Portuguesa em África e em Angola

Através deste nosso estudo, gostaríamos não só de demonstrar, como também de criar as condições para que se compreenda que este fenómeno não está, de modo algum, ligado nem à raça, nem a qualquer tipo de inferioridade, mas muito simplesmente, a uma situação de contacto entre duas ou várias comunidades sociais humanas, com línguas, culturas e hábitos sociais diferentes. (Mingas, 2000:17)

2.1 A LP é levada para outras geografias

No século XV, considerado por Castro (2013: 11) e Mateus (2003:26-27) como o século do Português Médio, dá-se a expansão marítima de Portugal. Os humanistas valorizam a cultura greco-latina e (re)introduzem no português uma enorme quantidade de elementos dessas culturas, que não existiam na base da formação do português, que se formou por via do latim vulgar. Para além de algumas transformações gramaticais, como o uso da crase, da ditongação em - *ão* e da epêntese, há alterações na morfologia de alguns verbos e no género de outros tantos nomes.

Essa é a língua [o português Médio] que, com os descobrimentos, será transportada para fora da Europa, a começar pelas ilhas atlânticas e a terminar no Brasil, depois de passar pelo litoral africano e certos pontos do Oriente, dando origem, conforme o tipo de contacto com as populações locais e com povoados supervenientes, a novas áreas de expansão da língua portuguesa, de história autónoma [refere-se ao português do Brasil e ao português de África] (...) ou o fenómeno de pidginização que conduziram, ou não, ao nascimento de línguas crioulas de base lexical portuguesa (Castro, 2013:12).

Nos séculos XVI a XVIII, a LP para Castro (2013: 12) e Mateus (2003: 26-27), em resultado do contacto com outras realidades culturais, solidifica-se e enriquece-se. Estamos na época do Português Clássico. Surgem as primeiras gramáticas de uso generalizado, a pronúncia estabiliza-se e começam a surgir os princípios de uma norma culta. Uniformizam-se os radicais etimológicos, criando desta forma duplas entradas de palavras no português: via popular e via erudita. Ao nível do léxico reintroduzem-se latinismos, desenvolvendo-se a norma culta do português. Fomenta-se o orgulho e a identidade nacional, através da valorização do português.

É nesse contexto que Dick (1998:106) caracteriza o PB:

A sociedade brasileira de um modo geral, apresenta-se com uma composição étnica heterogênea, contraposta a uma homogeneidade, linguística definida pela língua padrão. A consequência de contacto de povos diferentes foi a incorporação pelo léxico português de um vocabulário marcado por termos de três troncos indígenas reconhecidos (tupi, arwak, makro-jê) e de famílias não relacionadas a troncos (karib), de africanismos coloniais e de estrangeirismos modernos e contemporâneos, além de elementos culturais e comportamentais propriamente ditos.

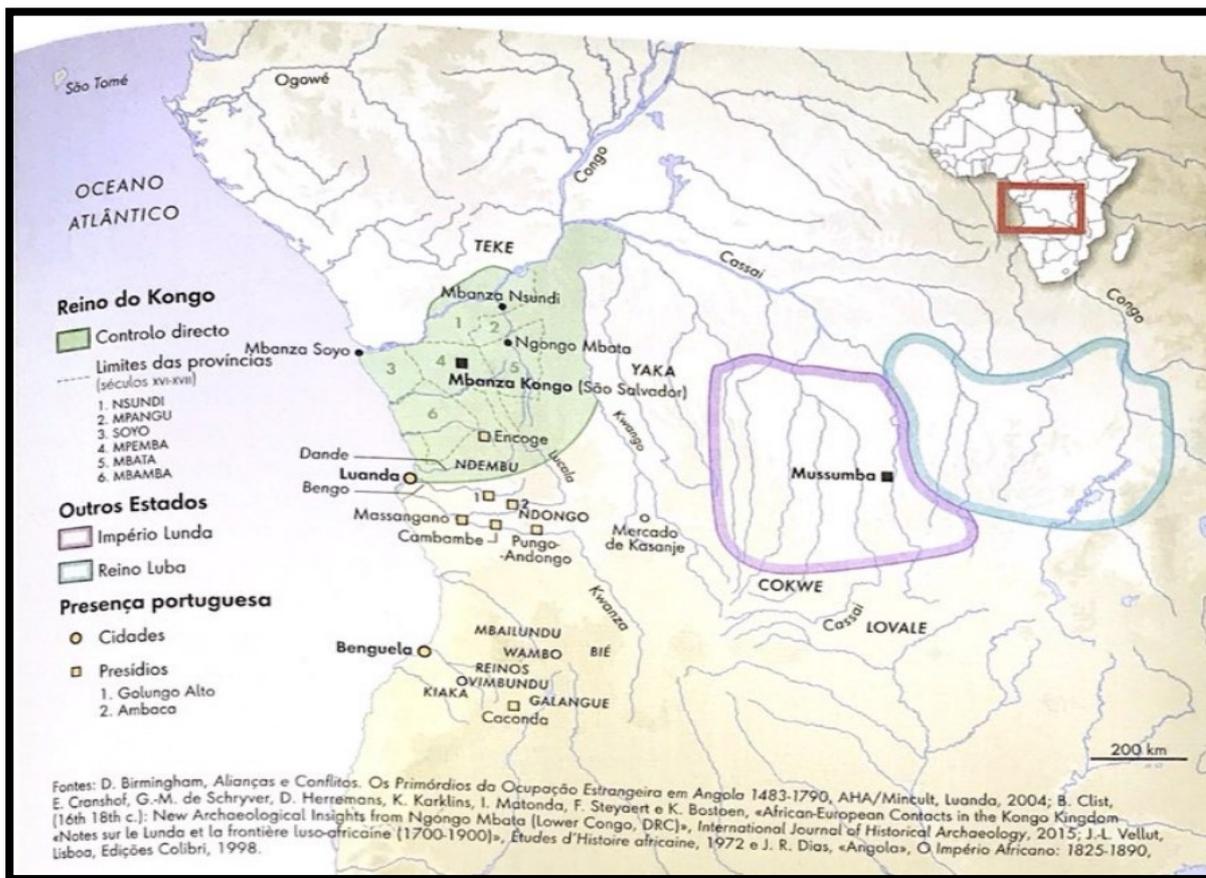
O contacto com as culturas e línguas dos povos da Ásia, da África e da América, a partir do séc. XVI, enriquecem a LP. Vários foram os povos com os quais a LP estabeleceu contacto, para além dos falares gregos, latinos e moçárabes, novos falares vão juntar-se ao Português, pelo contacto com asiáticos, brasileiros e africanos (angolanos, caboverdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses), resultando em interferências, trocas, influências, mudanças e variações linguísticas. E nesse meio termo, a literatura, a gramática, e todo desenvolvimento científico do mundo, bem como o aumento da escolarização de Portugal contribuíram para uma aparente estabilização do PE.

O Português Moderno para Mateus (2003:28) e o Português Contemporâneo, para Castro (2013), embora herdem estruturas gramaticais e lexicais greco-latinas, estas ficam praticamente reduzidas à terminologia científica.

2.2 Contacto entre línguas em África

O objectivo deste ponto é chamar a atenção para o universo de línguas em contacto no contexto africano, antes da relação destas línguas com o PE.

Mapa nº 2 - Os Reinos de Angola



Fonte: Fauvelle & Surun (2020:19). *Atlas Histórico de África: da pré-História aos nossos dias*.

Antes da chegada dos portugueses à parte austral e sul de África, esta era composta por vários reinos ou sobados em territórios com dimensões e estruturas organizativas próprias. Trata-se de povos diferentes, o reino do Kongo, reino do Ndongo, reino da Matamba, reino Luba, reino Lunda, reino Zulu, reino Ndembu, reino Loango e reino Kassanje.

O mapa nº2 representa os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1790) e mostra os primeiros reinos existentes em Angola retirado do *Atlas Histórico de África: da pré-História aos nossos dias* (publicado em 2020 sob direcção de Fauvelle & Surun, p.19).

Esta distribuição de reinos deixa antever uma África cuja estrutura e organização estava assente em modelos próprios de gestão territorial. À chegada dos portugueses, os reinos estavam organizados da seguinte forma:

1) Reino do Kongo

O primeiro reino a estabelecer contacto com Portugal e cuja capital segundo Parreira (1990: 161) era *Mbanza Kongo* onde residiam os *ntotela*¹⁸. Situada na confluência de *Mpemba*¹⁹, *Kiova e Nsundi*, era o entreposto comercial das rotas comerciais do nzimbu²⁰ panaria, sal, marfim, para além da escravização de africanos, que provinham ou se destinavam praticamente a todos os outros centros de comércio, tais como *Mbata, Nsundi, Wamba, Mpumba, Mbata Yongo, Kasanji e Luanda*. O reino do Kongo estabeleceu uma sólida diplomacia com Portugal, chegando esta até ao Vaticano, tendo-se tornado, então um reino cristão como, de qualquer modo, já o fora a Etiópia.

Segundo Cavazzi (1687:16), o Reino do Congo “*estende-se até ao reino do Dongo ou Angola*”.

Para Cavazzi (1687:19), as Províncias do reino do Congo eram seis principais: Bamba, *Sonho*, Sundi, Pango (Anterior Pangalungos), Bata (antes Anguirima, composta por 2 outros reinos Lula e Congo-ria- Ncanga, Congo-ria-Mulaza) e **Pemba** *situada quase no centro do reino, gloria-se de ser como que o seu coração, e igualmente berço, trono e tûmulo de todos os reis. Dá o seu nome também à banza principal, residência do marquês que a governa.*

2) Reino do Ndongo

D'O. Dapper, D.M. (1486)²¹ afirma que *Le royome D'Angola, Ambonde ou Dongo* é um antropónimo do Rei que se sublevou contra o reino do Congo ao qual deveria pagar tributo. Para os autores os naturais do reino tratam-no por Dongo ou, às vezes, por Ambonde, segundo ainda os mesmos, esta última

¹⁸ Designativo do soberano.

¹⁹ Como veremos, no ponto a seguir, há em Moçambique um topónimo com este mesmo nome. Portanto, há necessidade de se buscar conhecimento sobre o assunto com forte probabilidade de povos transferidos e resquícios linguísticos.

²⁰ Dinheiro local.

²¹ D'O. Dapper, D.M. [1486]. Description de L'Afrique, contenant Les noms, la situation & les Confins de toutes les parties, leurs Rivieres, leurs Villes & leurs Habitations, leurs palntes & leurs Animaux; les moeurs, les Coûtumes, la langue, les Richeffes, la Religion & le Gouvernement de les peuples. Avec Des Cartes des Etats, des Provinces & des Villes, & des Figures en taille-douce, qui represent les habits & les peincipales Ceremonies des Habitans, les Plantes & les Animaux les moins connus. Traduite du Flamand. D'O. Dapper, D.M. Amsterdam, Chez Wolfgang, Waesberge, Boom & van Someren, M. DC. LXXXVI.

expressão “Ambonde” está fora de moda. E situa-se entre os rios *Dande* e *Coanza*.

Au couchant, le long de la côte, depuis l'embouchure de Danda & de Bengo, jusqu'à celle de Coanza ou Quanza, (...) on trouve qu'il en a tout autant de large. (D'O. Dapper, D.M. 1486, 360) .

Segundo Parreira (1990:168) era um estado de Ngola cujo soberano era reconhecido por rei Ngola (soba ou sova), com sua esposa, *Muala Inene*. O reino de Ngola fazia parte do *Estado Ambundu*, e fazia fronteira a Norte com o reino do Kongo, a Leste com o reino da Matamba, e a Sul com os estados ovimbundu. Finalmente, a Oeste com a Kisama e com o oceano Atlântico. O Ngola fundador do Reino do *Ndongo* foi *Mbanza Kabassa*.

3) **Reino da Matamba**

Parreira (1990: 124) informa que em 1680 há registos de acções de guerras travadas pelo rei da Matamba de nome *Francisco Guterres Ngola Kanini* e reinos vizinhos como os do Kassanji. O nome do rei da Matamba é caracteristicamente híbrido, português e kimbundo, o que significava ser a Matamba, já nessa altura, um reino em contacto com a LP e que adoptou a religião católica.

4) **Reino Ovimbundu**

Vindos do litoral formaram vários reinos estados entre eles: o reino do Huambo (Wambu), o reino do Bié (Viyé), o reino do Andulo (Ndulu), o reino do Bailundo (Mbalundu), o reino do Galangue (Ngalangi), o reino do Sambo (sambu), o reino do Quingolo (tchigolo). O reino mais envolvido nas lutas contra a invasão portuguesa foi o reino do Bié, largamente documentado por Serpa Pinto.

5) **Reino Lunda**

Possuía uma fronteira comum, ao Sul, com o **Reino Luba ou Império Luba** que expandia seus limites através da conquista de territórios vizinhos, o que resultava nas relações entre vizinhos nem sempre pacíficas. Tiveram lugar

muitas guerras com os reinos de *Ndongo, Loango, Matamba, Mpemba, Cacongo, Mpanzu, Soyo, Dembos, Quissama*, entre outros. Foi dos últimos reinos a ser conquistado pelo império português, isto já em 1911, em que o seu rei destronado, Rei Mandume, se suicida.

Estes reinos foram amplamente estudados por Pe. João António Cavazzi que em 1687 publica a obra em dois volumes intitulada *Descrição Histórica dos três Reinos do Congo, Matamba e Angola*. E traduzida em 1965 em português por Graciano Maria de Leguzzano, O. M. A pedido do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 2ª Secção de Lisboa, da Junta de Investigações do Ultramar.

O reconhecimento da existência de tais reinos e suas relações traduzem o contacto entre grupo de relações culturais e linguísticas diferentes.

O contacto entre línguas resulta em fenómenos sociolinguísticos como o bilinguismo²², plurilinguismo e de diglossia²³ teorizados por Weinrich (1970), Ferguson (1971), Fishman (1975) e Appel (1987).

O contacto entre línguas é um dos factores que mais contribuem para desencadear variação linguística a qual, ao ser progressiva e sistematicamente incorporada nos usos dos seus falantes, levará eventualmente a uma situação de mudança de alguns dos parâmetros da língua (Mateus, 2003:35).

O movimento linguístico africano, antes do contacto com o europeu, era já de grande actividade comercial, devido à produção de metais e do pastoreio. Uma organização de vida que rodava em torno dos reinos, que invadiam e conquistavam ou eram conquistados, pelo que já havia línguas em contacto e comunicação entre: reis, sobas, aristocracia local, serviçais e “plebe”. Tal coloca em evidência os grandes grupos linguísticos e os seus ciclos de comunicação numa África anterior à colonização europeia.

²² Weinreich, Uriel (1970). *Languages in Contact*. Seventh Printing, Mouton: The Hague-Paris.

²³ Ferguson, Charles (1971). *Language Structure and Language*. California: Stanford University Press.

Assim, Okoudowa (2010:11) faz constar que os autores africanistas ao estudarem os ciclos de comunicação e definirem características e divisões comuns às línguas não são unânimes na delimitação do número total ou aproximado de línguas bantas, Guthrie, em 1967 -1971, declara existirem 400 variedades de LB; Mann et al., em 1987, declara existirem 680 variedades de LB; Bastin et al., em 1999, declara existirem 542 variedades de LB; Maho, em 2003, declara existirem 660 variedades de LB; e finalmente, Lewis, em 2009, declara existirem 501 variedades de LB; O próprio Okoudowa (2010:11) vai balizar o seu limite entre 400 e 680 línguas bantas em África.

A africanista brasileira Margarida Petter (2015) e o africanista português Gonçalo Fernandes (2021a) consideram existirem em África mais de 2.000 línguas, um terço de todas as línguas existentes no mundo, cuja distribuição e classificação ainda está até hoje pouco explícita. Peter (2015) apresenta um quadro exaustivo das línguas africanas e sua divisão por zonas, do qual extraímos a parte correspondente às línguas de Angola.

Classificação das línguas africanas:

H10 congo (quicongo): quissolongo, quissicongo (quissangala), quizombo, quissundi (falada pelos bacongos, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e quivíli, iuoio (fiote), quiombe (faladas em Cabinda e em Loango);
H20 quimbundo (falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo), quissama, quindongo;
H30 iaca-holo: iaca, imbangala, chinji;
H10 chôcue: uchôcue, ochinganguela, chilucazi, luena (luvale);
L30 luba: chiluba, urunda;
L50 lunda: chilunda, urunda;
P30 macua: omacua;
R10 umbundo (falado pelos ovimbundos na região de Benguela, em Angola): umbundo, olunianeca;
R20 cuaniama, indonga: ochicuaniamama, cuambi;
R30 herero: ochiherero (Peter, 2015:223).

Petter & Araújo (2015: 27-85) classificam a actual linguística que se pratica em África como descritiva, chamando a atenção para o cuidado em manter tais descrições ligadas ao campo teórico da descrição, pautando a investigação pelo rigor, abrangência, perspicácia e interesse.

evidencia as relações de comunicação e troca entre os grandes reinos africanos do: Kongo, Imbangala, Luba, Kuba, Lunda, Benguela, Tonga, Bemba, Nyamwezi, Mombaça e Pemba.

Ao mesmo tempo não se pode ignorar os circuitos do comércio de escravizados, pessoas que eram retiradas de Angola e de Moçambique, mas também das Repúblicas vizinhas do Congo, e de todos os países fronteiriços. Conforme elucidado no mapa, as pessoas eram levadas para todos os países do mundo para trabalho não remunerado. Nessas longas viagens os africanos de diferentes línguas eram colocados em fortes e entrepostos, e conviviam entre si por longos períodos, por toda a Costa africana com destino à América do Norte e do Sul e à Europa.

Alguns destes entrepostos da Costa Africana estão situados em territórios diferentes, mas os seus nomes apresentam similaridades *Tanger*, Gâmbia, Mayumba, Malamba, Cabinda, Ambriz, Luanda, Loango, Benguela, Inhambane, Quelimane, Pemba, Moçambique, Kilwa, Zanzibar, Mombaça e o Cabo da Boa Esperança.

Há, ainda, a presença holandesa em África. Estes tomam dos portugueses a fortaleza de São Jorge de Mina, em 1637, a seguir, ocupam a Ilha de São Tomé e Príncipe, depois Angola e parte do Brasil. A LP entra em contacto com o holandês, sofrendo novas alterações. É um dado que não deve ser esquecido na história da LP, porque o Sul de Angola sofre forte influência holandesa e alemã, uma vez que, e a presença destes durou até a independência de Angola, o que vai influenciar os sons das línguas no sul do país.

Todo o circuito, de línguas em contacto, acima transcrito vai influenciar a realidade linguística angolana.

Mapa nº 4 - Principais etnias de Angola



Fonte: Fernando & Ntongo 2002.

As principais etnias de Angola variam entre as seis e dez, dependendo do investigador e da área de conhecimento que esteja a tratar da questão. Rendinha (1967) citado por Fonseca (2012:29) identifica onze línguas, a saber, Kikongo, Kimbundo, Lunda-Cokwe, Umbundu, Ngangela, Nyaneke-Humbi, Herero, Ambó, Xindonga, Hotentote-Bochimane, Vátwa. Para Costa (2006:47) o contexto é o de línguas em contacto – português com, pelo menos, seis línguas angolanas: kicongo, kimbundo, umbundo, choque, mbunda e cuanhama e os bosquimanes²⁸ (não-bantu). O *Atlas Histórico de Angola*²⁹ (2017) identifica as seguintes etnias: Bacongo, Ambundu, Lunda, Ngangela, Ovimbundu, Nyaneke, Helelo, Ambó, Vaxindoga.

Na altura da presença holandesa existe uma intensificação do tráfico para o Brasil, mas também a vinda de exploradores brasileiros para Angola, o que de certa forma, espelha uma outra realidade linguística do PB em contacto com o PE em território angolano, permitindo desse modo uma abertura ao PA.

²⁸ Denominação considerada pejorativa.

²⁹ De circulação fácil e muito vendido em Luanda.

A Conferência de Berlim, 1884 -1885, e a conseqüente expansão do domínio europeu sobre África, faz com que as línguas destes últimos, sejam subalternizadas, devido a regimes de trabalho contratados de e para outros países dentro da própria África. Houve, dessa forma, uma mistura de línguas e etnias, obrigando a um permanente contacto de diferentes línguas africanas entre si, tornando os africanos, no mínimo, bilingües, ou seja, portadores das suas línguas maternas e da língua do colonizador. No entanto, era comum dominarem mais do que duas línguas, especialmente devido ao contacto fronteiriço entre regiões.

Depois da Segunda Guerra Mundial, e conseqüente independência dos estados da América, Ásia e Caribe, e também de África, o mundo depara-se com continentes caracterizados pela diversidade e multiplicidade de línguas que neles se falam e que, de repente, se tornam visíveis.

Surge, desse modo, um ideal linguístico, na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, que no seu preâmbulo reflete a situação de cada língua no mundo, tendo em conta as considerações prévias, isto é, que os países do século XXI, devem zelar pela preservação de todas as suas línguas; devem respeitar todas as línguas maternas de todos os cidadãos do mundo, como resultado da confluência e da interação de uma multiplicidade de factores: político-jurídicos, ideológicos e históricos, demográficos e territoriais, económicos e sociais, culturais, linguísticos e sociolinguísticos, interlinguísticos e subjectivos.

A política de colonização destes países resultou num novo êxodo, ou seja, a forte mobilidade dos africanos para o interior do continente para as grandes fazendas e para a mineração, acabou por trazer ao de cima a diversidade linguística e a estratificação dos povos e línguas levando estudiosos, a maior parte missionários religiosos de diferentes confecções religiosas, países e línguas, mas também, europeus a abrir-se à pesquisa sobre África e sobre as línguas africanas. A antropologia, ainda com forte carga colonial, traça estudos genético-étnicos dos africanos e das suas línguas começando, então, a ser matéria de estudo universitário de especialidade, na tentativa de se definir, classificar, categorizar as línguas pelos critérios já indicados (tipológico, genético e geográfico), em diferenças étnico-linguísticas. Desse modo, poder-se-ia reagrupar evidenciando o forte contacto, permuta e interferências das línguas em contexto africano.

Assim, a etnografia, que trata do estudo descritivo e classificativo das diferentes formas de civilização ou cultura da sociedade, ganha vulto com os estudos africanistas. Ao mesmo tempo,

remete-nos para o conceito de etnologia como sendo a ciência que cria a teoria explicativa das sociedades tradicionais com base em dados fornecidos pela etnografia. Este conceito, *etnografia*, provém da composição de dois nomes gregos *Éthnos*, que significa povo, raça, tribo, clã ou nação, mais o *graphè*, que significa descrição (*Dicionário prático de filosofia*, 1999:136-137).

Etnia, por sua vez, é um conceito que as diferentes disciplinas de estudos da sociedade, como a antropologia, etnologia, sociologia, história e geografia, podem apelidar de *castas*, *raças*, *tribos*, *clãs*, *nações*, *povos* ou *culturas*. A estes juntam-se os conceitos de comunidade, que tanto pode ser política, como brasileiros, portugueses, árabes, timorenses, moçambicanos, caboverdianos, guineenses ou angolanos; como pode ser religiosa: israelitas, judeus, palestinos, muçulmanos ou cristãos desde que possam ser tomados em sentido de grupo.

Segundo o *Dicionário de Antropologia* (1972:16) encontramos 63 designações de etnias em África:

árabes, berberes, cabilas, mouros, uolofes ou jalofos, sereres, maliqués, bambaras, dogoes, haúças, mosis, sussus, mendés, achantis, ewe, fon, iorubas, saras, bacotas, nupes, mpongwe, bacongus, bacumbas ou acambas, azandés, dincas, chiluques, nueres, galas, amaras, danaliques, somalis, massai, nandis, suques, iao, tongas, chonas, vendas, pedis, zulos, bassutos ou sotos, cafres ou cafus, bosquimanos, hotentotes, hereros, sacalaves, baras, bembas, baulés, bamilequés, dãs, diúlas, ekoi, fang, ijós, ibos, quicuios, kissi, toucouleurs, dâmaras, peules e pigmeus.

No entanto, em mapas antigos podemos ainda encontrar: *congus*, *lunda*, *gangela*, *ambó*, *nhaneca*, *ovimbundo*, *ovandongu*, *ambundo*, entre outros.

Endónimos é o nome pelo qual um povo designa sua própria língua, ou seja, como os naturais se auto designam.

A ausência de publicações especializadas sobre endónimos (nome pelo qual um povo designa sua própria língua) e os entraves de adaptação ortográfica relacionados com as limitações dos sistemas de escrita têm gerado uma série de grafias flutuantes em língua portuguesa de nomes de línguas africanas (Peter, 2015:19).

Exónimos são nomes das línguas dados por estrangeiros ou pessoas exteriores aos lugares. Sabe-se que a nomeação das etnias e línguas africanas foi maioritariamente realizada a partir de fora, da Europa no momento escravagista, ou por outros povos. É a nomeação do outro, razão por que muitos dos nomes das línguas ou etnias possuem conotação pejorativa e desagradável.

A história da evolução da hipótese afro-asiática é relativamente longa. Começou pelo reconhecimento precoce dos laços que unem as línguas semíticas; desenvolveu-se progressivamente por mais de um século, concedendo o estatuto de “parente pobre” do semítico a diversas línguas ou grupos de línguas africanas. (...) a concepção da natureza do ancestral linguístico original era inevitavelmente enviesada. Além disso, o processo foi, por muito tempo, ofuscado por preconceitos raciais e racistas (Peter, 2015:71).

Esta questão surge um pouco por toda a linguística e etnolinguística africana. Fornecemos alguns exemplos de nomes pejorativos, os quais ainda hoje se utilizam, facto que, para nós, é de difícil explicação.

- a) Família de línguas Berbere – (Peter, 2015: 67);
- b) Família de línguas de grande prestígio Semítico, derivada do nome bíblico do livro de Géneses, `Sem` (Abel) o filho mais velho de Noé, (Peter, 2015: 67);
- c) Família das línguas em Camítico derivada do nome bíblico do livro de Géneses, `Cam` o filho mais novo de Noé;
- d) Fiote - para a língua de Cabinda – palavra aportuguesada;
- e) Quioco – para a língua cockwe da Lunda Norte e da Lunda Sul – palavra aportuguesada;
- f) Bosquimanes — palavra aportuguesada;
- g) Bailundo - palavra aportuguesada;
- h) Hotentotes.

Aparenta ser uma questão que existe nas denominações entre os povos.

Muitas povoações mudaram de nome por causa de várias razões, eufônicas, históricas, políticas, supersticiosas, etc. e ainda, porque os seus topónimos eram considerados de significação ridícula, depreciativa ou pejorativa, dando assim diversas vezes origem a questões que convinha evitar (Fernandes, 1946:26).

E, aparentemente, continua por se resolver

(...) é comum também utilizar nomes já consagrados pelo uso, ainda que algumas vezes a designação seja, na origem, pejorativa. Há também casos em que o endônimo é conhecido, mas por força do hábito, emprega-se sua forma reduzida (caso, por exemplo, de suaíli, em vez da forma integral quissuaíli (kiswahili). Igualmente concorrente à adaptação ideal dos nomes das línguas africanas é o fato de um dado sistema de escrita não possuir os sons (ou letras) presentes no nome da língua de origem a ser adaptado, caso particularmente visível nos nomes que apresentam consoantes cliques (por exemplo, o nome da língua !x~u:) (Peter 2015: 20).

Há um outro caso, o dos chamados adjectivos pitorescos, onde poderemos encontrar algumas denominações de “naturais de”, como nos exemplos (Fernandes, 1941:29):

- a. os naturais de Lisboa são alfacinhas;
- b. os naturais do Porto são tripeiros;
- c. os naturais do Rio de Janeiro são cariocas;
- d. os naturais do Espírito Santo são capixabas.

Tornou-se evidente que, em resultado do comércio que foi a escravização dos africanos, hoje, distinguir raças ou etnias em África, ou em qualquer parte do mundo, é contraproducente ou, diríamos mesmo, despropositado. A história da Europa, desde a época da romanização, provou-nos que o que define os Estados não são as línguas, embora seja através desta que os Estados se afirmam e firmam. A nova literatura sobre as línguas no mundo vem demonstrar que elas existem em número muito maior do que os números oficializados pelos países. Depende das políticas linguísticas de cada país reconhecê-las, dando visibilidade e respeitá-las dando oportunidade de “ir à escola”. Isto é, de se tornar uma língua oficial de um lugar, seja aldeia, município, distrito, província ou país.

2.4 O contacto entre LP e as línguas africanas

A língua é um sistema dinâmico em constante mudança. (Raposo 2013: xxvi).

O objectivo desta secção será o de tentar desenhar a dimensão do contacto entre a LP e as línguas africanas em contexto que foi o *ultramarino* africano. Esboçar um pequeno vislumbre do que possa ser a informação toponímica resultante do contacto do PE com o contexto africano, que permitiu a assumpção da existência de um PA no que respeita às suas origens, às suas diferentes fases de formação e à sua evolução em termos gerais.

A história da LP traduz uma história de línguas em contacto e sua variação no tempo é fruto desse imenso diálogo e cruzamento com outras realidades, com outras culturas. Após a conferência de Berlim, Portugal começa, oficialmente, a colonizar Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe. O mapa nº5 ilustra a extensão do Portugal Ultramarino.

Mapa nº 5 - Mapa do Portugal Ultramarino.



Fonte: *Arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal* (mapa de J. B. Nunes Júnior, datado de 1931)

Como se sabe, e o mapa assim o ilustra, esta relação está permeada pelo ciclo da escravização de africanos. A deslocação não se fazia num só sentido, nem era apenas entre Angola e Portugal. Existe uma movimentação dos povos do interior de Angola para os portos de Luanda ou de Benguela, e destes para Portugal, Brasil, São Tomé e Príncipe, Cabo-verde, Guiné-Bissau e Moçambique, embora este último estivesse mais longe do circuito habitual.

As dimensões de Angola e o facto dessas deslocações no interior do território serem feitas a pé, implicava vários meses de viagem, por vários lugares do território, com revoltas e guerras a

acontecerem até à chegada ao porto marítimo. Havia que se estabelecer um diálogo entre as pessoas que estavam nestas caravanas. Qual seria a língua (ou línguas) utilizadas?

2.4.1 *Corografia de Angola*

A corografia de Angola no mapa supra ilustrado irá permitir-nos observar dados importantes:

- 1) Em relação às dimensões territoriais, às riquezas da terra e aos produtos explorados, de notar que, lamentavelmente, quando são citados, não o são na sua totalidade, sendo apenas referidos alguns exemplares, salvaguardados pelo título. Assim, as produções principais são: “borracha, café, cana-de-açúcar, algodão, mandioca, **ginguba**³⁰, milho, tabaco, excelentes madeiras, etc. gado bovino, zebras, elefantes que fornecem o marfim, cera, etc.³¹” Tal leva-nos a ter uma percepção da dimensão geográfica do território e da quantidade de bens a serem transportados. A LP entra em contacto com uma geografia física em que os produtos da terra, a flora e a fauna são completamente diferentes dos do território português, portanto, há necessidade de nomear essas novas realidades. O destaque em **ginguba**, que em PE significa amendoim, é uma palavra do kimbundo corrente no PA, como atesta o mapa editado em Lisboa.
- 2) Neste mapa de 1931, os topónimos estão distribuídos em doze distritos assim nomeados “Zaire, Congo, **Loanda**³², Cuanza Norte, Cuanza Sul, Malange, Lunda, Benguela, Bié, Moxico, Mossâmedes³³ e Huíla; Capital: **São Paulo de Loanda**.³⁴” Características gerais dos topónimos: doze das dezoito províncias actuais³⁵.

³⁰ Grifo nosso.

³¹ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província de Angola*. Mapa.

³² Grifo nosso para chamar a atenção para a escrita de Luanda, antes da reforma de 1945, com a letra o.

³³ Para chamar a atenção para a escrita do topónimo Moçamedes, antes da reforma de 1945 com a letra s duplo.

³⁴ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província de Angola*. Mapa.

³⁵ Estes topónimos serão alvo de análise pormenorizada no capítulo IV.

- 3) Os rios: “**Zaire** (com afluentes Cassai, Cuango e Loangue), **Cuanza**, **Cunene**, hoje **Bengo**, Zambeze, **Cubango**, etc.”; Características gerais dos seis topónimos: seis topónimos e, diríamos, 6 angolanismos.
- 4) Baías e portos principais: “Loanda, Lobito, Mossâmedes, Porto Alexandre, Tigres, Elefantes, etc.” Características gerais dos seis topónimos: dois angolanismos, dois antropotopónimos e dois zootopónimos.
- 5) Serras: “Canganza, Chela, Catanga, Caconda, Planalto Meridional, etc.” cinco topónimos: três angolanismos, um corotopónimo e um cardinotopónimo.
- 6) Em relação às línguas locais ou em contacto, o autor não faz qualquer comentário, mas o mapa apresentará o que chama de *raças* ou etnias: “Bangalas, Cabindas, Bundas, Dembos, Bailundos, Mussorongos, Biênos, ambuelas, cuamatas, cuanhamas, etc.³⁶” O lamentável “etc.” impede de saber o número exacto de etnias. No entanto, faz saber que existem, pelo menos, dez etnias angolanas em contacto, com suas dez línguas e dialetos. Importa, também realçar outro dado, o qual se prende com as definições das etnias usadas com palavras de raiz angolana, embora aportuguesadas, que em nosso entender é a prova definitiva do contacto entre as línguas.
- 7) Dos vinte e nove topónimos provinciais, três são de denominação coincidente com nomes de rios indicados na legenda, o que facilmente, nos induz a inferir uma motivação de natureza física de taxonomia hidrotopónica: Zaire, Cuanza, Bengo. Três topónimos de motivação antrotoponímica: o nome de colonizador, Moçamedes, Sá da Bandeira e Alexandre. Um corotopónimo: Catanga. Um cardinotopónimo: Planalto Meridional. Dois zootopónimos: Tigres e Elefantes. As oito restantes apresentam denominações com características de angolanismos.

Poder-se-ia dizer, grosso modo, que Angola tem uma característica com tendência à taxonomia de natureza física. Isto porque se sabe que Congo também é nome de rio e que Cubango e Cunene tornar-se-ão, em 1975, nomes de províncias de Angola.

³⁶ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província de Angola*. Mapa.

2.4.2 Corografia de São Tomé e Príncipe

Esta permite mostrar o grande fluxo de angolanos escravizados, depois contratados (forma mascarada de escravização), levados para São Tomé e Príncipe. O contacto das línguas entre estes dois países é uma fonte de investigação profunda; os produtos explorados em São Tomé eram “café, quina, baunilha, cacau e várias madeiras³⁷”. O autor do mapa, neste contexto já não usa o termo raça, mas “população de brancos, pretos, e indígenas mestiços e pretos³⁸.” Portanto, há uma distinção entre os naturais da terra e os que chegam, sejam eles brancos ou negros, e esbate-se a questão étnica do povo, distinguindo-se apenas pela cor da pele:

- 1) Primeiro contacto com os portugueses: 1470-1471, primeiros navegantes João Santarém e Pedro Escobar.
- 2) Os principais topónimos são: “São João Baptista de Ajudá, e Madalena, Santo Amaro, Trindade, Guadalupe, Nossa Senhora das Neves, Santa Ana e Santa Cruz, Cidade de Santo António; Capital: cidade de São Tomé.³⁹”. Características gerais dos dez topónimos que traduzem dez nomes de santos ou hagiotopónimos, a motivação dos denominadores era religiosa.
- 3) Ribeiras: Na Ilha de São Tomé: “Água Abade, Água Grande, Água-Ize”; Na Ilha de Príncipe: “Mãe Marta, Papagaio, Frades e Ize⁴⁰”. Características gerais dos sete topónimos: dois hierotopónimo, um Dimensiotopónimo, dois desconhecidos, um axiotopónimo, um zootopónimo.
- 4) Ilhéus: próximos à Ilha de São Tomé: “Rôlas e Cabras”; próximos à Ilha de Príncipe: “Caroço, Pedra da Galé, Pedras Tinhosas e Mosteiros ⁴¹ ”. Características gerais seis dos topónimos: dois zootopónimos, um fitotopónimo, dois geomorfotopónimo, um hierotopónimo.
- 5) Baías, portos e praias: Na Ilha de São Tomé: “Angra de S. João, Ana de Chaves, Almoxarife, Praia Grande, Logo-logo, S. Miguel, Pilar, Fernão Dias, Santa

³⁷ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província de S. Tomé*. Mapa.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província de S. Tomé*. Mapa.

Catarina, Mossa, **Ana Ambó**⁴², Diogo Nunes, Conchas e Rei⁴³”. Na Ilha de Príncipe: “Oeste, Agulhas e Santo António”⁴⁴. Características gerais dos dezassete topónimos: quatro hagiotopónimos, três antropotopónimos, três ergotopónimos, um Dimensiotopónimo, um litotopónimo, um axiotopónimo, um cardinotopónimo, um etnotopónimo, dois desconhecidos⁴⁵.

- 6) Montes principais: Na Ilha de São Tomé: “Pico de São Tomé, Pico de Santa Maria⁴⁶”; Na Ilha de Príncipe: “Pico de Príncipe⁴⁷”. Características gerais dos três topónimos: dois hagiotopónimos e um axiotopónimo.
- 7) Povoações importantes: Na Ilha de São Tomé: “Madalena, Santo Amaro, Trindade, Guadalupe, Nossa Senhora das Neves, Santana e Santa Cruz⁴⁸”; Na Ilha de Príncipe: “Cidade de Santo António⁴⁹”. Características gerais dos oito topónimos, motivação religiosa católica.
- 8) Sobre a toponímia de São Tomé e Príncipe, destaca-se o nome de um lugar denominado “Ana Ambó”. Trata-se antropónimo híbrido, composto do hagiónimo ou hierónimo Ana em LP + Ambó, etnónimo da província do Cunene, em PA, o que fora do contexto angolano, o torna interessante. Destacamos a importância do estudo deste nome, ainda que tal fuja do âmbito do nosso estudo. Tirando esta primeira nota mais evidente sobre a passagem de Angola, a restante nomeação dos lugares em São Tomé é caracterizada por hagiótóponimos e uma forte repetição de nomes, do país, ilhas, picos e montes, o que dificulta a pesquisa quando se trata de enunciar referências. É necessário existir exatidão do lugar geográfico para ter a certeza do nome, numa pesquisa diacrónica de dados ou do nome do lugar e, desta forma, este nome não é suficiente para identificar o nome do lugar.

⁴² Grifo nosso.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Porque se trata de uma análise superficial à primeira vista, os nomes de lugar cujo significado a primeira leitura nada nos diz, pois precisaria de pesquisa, lamentavelmente, classificamo-lo por “desconhecido” pelo autor, pois não se trata de um objecto da nossa.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

Dos cinquenta e um topónimos supra citados, vinte e quatro são hagiotoipónimos, isto é, o denominador teve uma motivação religiosa de natureza antropocultural; um cardinotoipónimo; três hierotoipónimos; dois dimensiotoipónimos; três ergotoipónimos; um etnotopónimo; três axiotoipónimos; três zootopónimos; um fitopónimo; dois geomorfotoipónimos; um litotoipónimo; três antropotoipónimos e quatro desconhecidos⁵⁰.

2.4.3 *Corografia da Guiné-Bissau*

A corografia da Guiné-Bissau passa pela produção de “borracha, café, tabaco, algodão cola, cera, anil, etc. Madeiras, abundância de gado, etc. animais ferozes, (no interior), elefantes, etc. nos rios hipopótamos, tubarões e jacarés⁵¹”.

- 1) Raças ou etnias: “Felupes, papéis, Bijagós, Macajos, Fulas vermelhos, Fulas pretos, Mandingas, Balantas, Banhuns, Biafadas, etc.⁵²” Aparentemente, nenhuma etnia coincide com aquelas existentes em Angola.
- 2) Primeiro contacto com os portugueses: 1446-1447; primeiros navegantes, Nuno Tristão, António Nóla, Álvaro Gonçalves e Luís Cadamosto.
- 3) Os principais topónimos: “Ilha de Bolama, cidade de Bolama, Geba, São José de Bissau, Cacheu, Farim, Dandum⁵³”. Características gerais dos sete topónimos: um hagiotoipónimo, três africanismos, dois hidrotopónimo; um desconhecido.
- 4) Rios: “Cacheu, Geba, Rio Grande e Cacine⁵⁴”. Características gerais dos quatro topónimos: três africanismos, um dimensiotoipónimo.
- 5) Ilhas: “Bissau, Bolama, Busais e Jata (junto à Costa); Orango, Ponta, Caraxa, Caravela, Mel, Galinhas, Formosa, etc⁵⁵.” (formam o arquipélago). Características gerais dos onze topónimos: dois africanismos, um ergotoipónimo, um zootopónimo, um hodotoipónimo, um etnotopónimo, um pejorativo, e quatro desconhecidos.

⁵⁰ Porque se trata de uma análise superficial à primeira vista, os nomes de lugar cujo significado a primeira leitura nada nos diz, pois precisaria de pesquisa, lamentavelmente, classificamo-lo por “desconhecido” pelo autor, pois não se trata de um objecto da nossa.

⁵¹ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província da Guiné*. Mapa.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

- 6) Povoações principais: Na Ilha de Bolama: de cidade “Bolama (capital), Geba, S. José de Bissau, Cacheu, Farim e Dadum⁵⁶”. Características gerais dos seis topónimos: três africanismo, dois hidrotopónimos, um hagiopónimo.

Dos vinte e oito topónimos, onze são africanismos, um dimensiotopónimo, dois hagiopónimos, quatro hidrotopónimos, um ergotopónimo, um zootopónimo, um hodotopónimo, um etnotopónimo, um pejorativo e cinco desconhecidos.⁵⁷

A toponímia da Guiné-Bissau indica a existência de contacto e interferência na nomeação dos lugares, demonstrando forte contacto e mudança na LP. Embora exista ainda nomes de cariz religioso, já não será tão forte, como nas restantes ilhas.

2.4.4 Corografia de Cabo Verde

Na corografia de Cabo Verde não há referência às características ou origem da sua população, ou língua(s) falada(s). A produção é de “café, purgueira, cana-de-açúcar, milho, mandioca, feijão, batata doce, banana, sal marinho, gado, etc⁵⁸.”

- 1) Primeiro contacto com os portugueses: 1460. Primeiros navegantes, António Nóla e Diogo Gomes.
- 2) Os principais topónimos: do grupo do Barlavento, composto de ilhas de “Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista e os Ilhéus Branco e Raso⁵⁹”; do grupo de Sotavento composto pelas ilhas de “Maio, São Tiago, Fogo,

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Porque se trata de uma análise superficial, à primeira vista, os nomes de lugar cujo significado a primeira leitura nada nos diz, pois precisaria de pesquisa aprofundada, lamentavelmente, classificamo-lo por “desconhecido” pelo autor, pois não se trata de um objecto da nossa pesquisa.

⁵⁸ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província de Cabo Verde*. Mapa.

⁵⁹ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província de Cabo Verde*. Mapa.

Brava e os Ilhéus Rombo⁶⁰”. Características gerais dos treze topónimos: cinco hagiotopónimos, um litotopónimo, um cromotopónimo, um dimensiotopónimo, um Cronotopónimo, um sociotopónimo, um etnotopónimo, dois desconhecidos.

- 3) Ribeiras principais: “Ribeira Grande, Ferreiros, Barca, Inferno, Tarrafal, Brava, Rabil, etc.⁶¹” Características gerais dos sete topónimos: um dimensiotopónimo, um ergotopónimo, dois Mitotopónimos (pejorativos), um sociotopónimo, dois desconhecidos.
- 4) Montes principais: “Pico António, Monte Verde, Tope da Corôa, Monte Gordo, Fontainhas e Pico do Fogo⁶²”. Características gerais dos seis topónimos: um antropotopónimo, um cromotopónimo, um axiotopónimo, um somatotopónimo, um sociotopónimo, um desconhecido.
- 5) Portos: “Carvoeiros, Ponta do Sol, Tarrafal, Baia de São Pedro, Grande, Santa Luzia, Carriçal, Preguiça, Lapa, Sal-Rei, Santa Maria, Palmeira, Inglês, Madama, Paria, Sêco, São Filipe, Rincão, Mosteiros, Fajã de Água, São João Baptista, Ferreiros, Furna e Ancião.⁶³” Características gerais dos vinte e cinco topónimos: Três ergotopónimos, um astrotopónimo, um antropotopónimo, sete hagiotopónimos, dois fitotopónimos, seis sociotopónimos, um dimensiotopónimo, quatro desconhecidos.
- 6) Povoações importantes. Na ilha de Santo Antão: “Maria Pia, Ribeira Grande, Paul e São Pedro⁶⁴”. Na ilha de S. Vicente: “Cidade do Mindelo⁶⁵”. Na ilha de S. Nicolau: “Carriçal, Preguiça, Cabeçalinho, Caramujo e Ribeira Brava⁶⁶”. Na ilha de Sal: “Madama, Beirona e Santa Maria.⁶⁷” Na ilha da Boa Vista: “Sal-Rei, Rabil, São J. Baptista.⁶⁸” Na ilha do Maio: “Nossa Senhora da Luz.⁶⁹” Na ilha de S. Tiago: “Cidade da Praia, Tarrafal, Barca, São Tiago, Santa Cruz, Nossa Senhora da Luz, Órgãos⁷⁰” Na ilha do Fogo: “Nossa Senhora da Luz e S. Filipe⁷¹”. Na ilha Brava:

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província de Cabo Verde*. Mapa.

⁷¹ Idem.

“Povoação e São João Baptista⁷²”. Características gerais dos vinte e sete topónimos: onze hagiotopónimos; um Dimensiotopónimo; dois ergotopónimo; dois sociotopónimos; um somatotopónimo; um etnotopónimo; três pejorativo e seis desconhecidos.

O grande destaque para a toponímia de Cabo Verde é a ausência, *grosso modo*, de um topónimo característico de uma língua africana, constituindo tal facto prova da forte miscigenação dos povos e da invasão e imposição portuguesa que prevalece sobre todos os outros povos existentes no território. Não há qualquer referência à origem da população ou à língua. Há predominância de hagiónimos ou hierónimos, isto é, as principais povoações têm nomes de santos católicos, o que mostra a forte influência da religião nessas denominações.

2.4.5 Corografia de Moçambique

Esta localiza-se na costa oriental de África. A sua produção é de “gergelim, côcos, café, borracha, algodão, boas madeiras, ouro e carvão de pedra.”

- 1) Raças: “landins, vátuas, maraves, macúas, etc;⁷³”
- 2) Os principais topónimos estão identificados em cinco distritos: “Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Moçambique e Tête⁷⁴”. Características gerais dos cinco topónimos: dois antropotopónimo, três africanismos;
- 3) Baías e portos: “Lourenço Marques, Bartolomeu Dias, Inhambane, Sofala, Barras do Zambeze, Beira, Angoche, Quelimane, Moçambique, Pemba, Memba, Fernão Veloso, etc. Características gerais dos doze topónimos: quatro antropotopónimos, um corotopónimo, sete africanismos;
- 4) Rios: Rovuma, Zambeze, Limpopo, Pungue, Busi, Save, Incomate, etc. ⁷⁵”
Características gerais dos sete topónimos: sete africanismos;

⁷² Idem.

⁷³ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província de Moçambique*. Mapa.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

- 5) Cabos: “São Sebastião, Santa Maria, Correntes, Delgado e Machanca ⁷⁶ ”. Características gerais dos cinco topónimos: dois hagiotopónimos, um africanismo, dois desconhecidos⁷⁷;
- 6) Ilhas: “Moçambique, Ibo, Innhaca, Chiloane, etc.⁷⁸” Características gerais dos quatro topónimos: quatro africanismos;
- 7) Lagos: “Niassa e Chirua ⁷⁹ ”. Características gerais dos dois topónimos: dois africanismos;
- 8) Serras: “Libombos, Gorongosa, Lupata, Montes Namuli, planalto de Manica, etc.⁸⁰”

Tal como a angolana, a toponímia moçambicana observa forte influência das suas línguas locais moçambicanas nos nomes dos lugares. Embora não haja qualquer referência às línguas faladas no país, há pouca toponímia religiosa dos nomes de lugares mais importantes: dois santos e três antropónimos portugueses. Acreditamos que a toponímia moçambicana tem fortes elementos das línguas locais moçambicanas. Os topónimos *Pemba*, *Memba*, existem igualmente nas línguas de Angola. A primeira referência seria uma alusão ao antigo território Mpemba do Reino do Congo; *Pemba*, significa “gesso” em kimbundo (para Cordeiro da Mata 1893:128); *Pemba*, na língua umbundu (Daniel 2002: 641) significa “assoar”; *Pemba* na língua cockwe (Daniel 2011: 307) significa uma “variedade de larva comestível”. *Memba*, no kimbundo *membe* (para Cordeiro da Mata 1893:98 e 136), é o plural de *riembe*, que significa “rola”. Assim, *membe* significa “rolas”. Não foi encontrado equivalente em umbundu, nem em cokwe. Existe, assim, uma possibilidade de contacto com as línguas de Angola.

O fluxo migratório entre as etnias africanas resultantes do processo de escravização africana é enorme. As línguas aproximaram-se, influenciaram-se mutuamente, as construções morfológicas, sintácticas, lexicais, semânticas e fonológicas sofreram alterações. Deste estreito contacto surgiram línguas de comunicação.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Porque se trata de uma análise superficial à primeira vista, os nomes de lugar cujo significado a primeira leitura nada nos diz, pois precisaria de pesquisa, lamentavelmente, classificamo-lo por “desconhecido” pelo autor, pois não se trata de um objecto da nossa.

⁷⁸ Nunes Júnior, J.B. (1931). Portugal Ultramarino: Províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. *Corografia da Província de Moçambique*. Mapa.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

Acredita-se que o topónimo consegue, muitas vezes, guardar em si, vestígios dessa variação da língua ao longo do tempo, contendo vestígios do seu contacto com outras línguas, ao longo da sua evolução.

Alguns dos topónimos africanos resultaram, muitas vezes, do contacto entre a LP e as línguas regionais, ou resultaram de um empréstimo. Por vezes houve, alteração de significação, noutros casos existiu uma adaptação ao idioma de chegada. Noutras ocasiões, ainda, houve imposição.

O contacto entre línguas é um dos factores que mais contribuem para desencadear variação linguística a qual, ao ser progressiva e sistematicamente incorporada nos usos dos seus falantes, levará eventualmente a uma situação de mudança de alguns dos parâmetros da língua (Mateus, 2003:35).

A situação da identificação linguística de Angola e de Moçambique vai permanecer, mais ou menos estável, quando comparada com a situação das Ilhas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Uma excepção, contudo, os crioulos formados, possivelmente, sobre o “Proto Crioulo ou Língua Franca”, que serviu de meio de comunicação entre as populações locais e os navegadores, comerciantes e missionários, portugueses e cujas variantes estão actualmente tão desenvolvidas que,[citando Celso Cunha e Lindley Cintra 1984] “... *mais do que como Dialectos, os crioulos devem ser considerados como Línguas derivadas do português*” (Mingas, 2000: 39).

O resultado do encontro das várias civilizações, europeias, asiáticas e árabes, em território africano resultou no encontro, na interferência entre línguas e no surgimento de novas línguas, a que se chamou crioulos. Segundo Mateus & Villalva (2007:95) os crioulos são línguas maternas nascidas em contexto de colonização.

O Africânder na África do Sul, é um exemplo de crioulo. É uma língua que tem origem no holandês, mistura o inglês e as línguas africanas. O Africandêr é língua oficial, ao lado de outras dez, na África do Sul. Assim, como o lingala, o swahili, ou o crioulo Cabo-verdiano, o crioulo São-tomense, o crioulo guineense, ou o tétum em Timor Leste.

O contacto entre as línguas africanas, em contexto africano, foi muito intenso e complexo. Os reinos africanos tiveram de fazer alianças para lutar contra o invasor; os invasores tiveram de separar os contratados africanos das suas etnias de origem para evitar sublevações. As diferentes línguas foram intencionalmente misturadas e desse cruzamento, por necessidade imperativa de comunicação, criaram-se novas línguas de base portuguesa em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau.

Deve-se ter consciência de que a língua falada em Portugal apresenta características que opõem o norte ao sul de Portugal, por exemplo. Portanto, há variedade diatópica ou dialectológica⁸¹. Permanecem fortes diferenças entre Portugal e o Brasil. Neste campo, fala-se, apenas, em variação diatópica⁸². As diferenças são ainda mais acentuadas entre Portugal e Angola, ou entre Portugal e Timor-Leste. No entanto, Angola também tem uma variante diferente da de Moçambique. Embora, diste ainda mais da de Cabo Verde, da Guiné-Bissau ou da de São Tomé e Príncipe.

A LP forma uma grande comunidade linguística, a CPLP, ainda que dispersa geograficamente. Será necessário identificar a existência de termos geográficos endógenos que a caracterizem e que devam fazer parte do vocabulário escolar na actividade docente, por nível de ensino, mas também na actividade social e quotidiana.

Qualquer língua natural varia ao longo do tempo e do espaço da sua utilização. Varia ao longo da sua própria história (...) varia de região para região onde é utilizada, varia em função do contacto com outras línguas (Faria, 2006: 33).

As línguas de Angola, como de resto todas as línguas do mundo, são dinâmicas e estiveram sempre em estreito contacto umas com as outras. Esse contacto era promovido pelas constantes rotas escravagistas, em que os povos locais eram transportados para os portos. Nessas deslocações a comunicação era maioritariamente realizada em kimbundo.

A concentração forçada e prolongada de falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, no caso das línguas bantas de Angola, pôde levar, de acordo com Bonvini (2008:32), à adoção do quimbundo como língua veicular nesses “depósitos”. Essa língua era

⁸¹ Mateus e Carneira (2007:80).

⁸² Idem.

falada em Luanda e ao longo do rio Cuanza até sua foz (Petter, 2015: 225).

A fonética do português angolano e das várias línguas bantu faladas em Angola influenciam e, conseqüentemente, a pronúncia do português variava de acordo com as diferentes regiões. No entanto, não havia a noção da multiplicidade de línguas e culturas angolanas, existia apenas a língua de Angola. Como se pode observar na segunda gramática bantu feita em 1714 cujo título é: “ A Arte da lingua de Angola, oferecida (sic) a Virgem Senhora Nossa do Rosario, Mãe e Senhora dos mesmo Pretos. *Alguns apontamentos da lingoa Mina com as palavras portuguezas correspondentes* (Biblioteca Nacional de Portugal). 1731. 14 fólhos não numerados. *Obra nova da lingoa geral de mina, traduzida ao nosso idioma por António da Costa Peixoto*”.

Aquando da Conferência de Berlim muitos angolanos já dominavam a LP, já sabiam ler e escrever. A diplomacia era realizada em português e os assuntos eram negociados de igual para igual. Senão veja-se:

Doc.7 Delegação do Governo Geral de Angola em Cabinda

Aos onze dias do mez de Março do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e oitenta e cinco, na povoação de Porto Rico, em Cabinda, em caza de Manoel Bonzola Franque,⁸³ Governador de Porto Rico e Motanda se reuniram, como representante do Governo de Sua Magestade Fidelissima, o segundo tenente da armada, Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel, delegado do Governo Portuguez em Cabinda, (...)

Porto Rico, em Cabinda, 12 de Março de 1885.

Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel

Segundo Tenente da Armada,

*Delegado do Governo Geral de **Angola em Cabinda***

*Signal + de **Machimbe Mafuca Franque***

Signal + de Maboti Tati Franque

Manuel B. Franque

Fran. R. Franque

Signal + de Manafume Luemba Franque

Barão de Cabinda Manoel José Puna

*Signal + de do Príncipe Sambo, **Governador de Chinga**⁸⁴.*

⁸³ Grifo nosso.

⁸⁴ Texto Citado no Doc. 7 Delegação do Governo Portuguez em Cabinda, de 12 de Março de 1885. In *Revista do Arquivo Histórico de Angola Fontes e Estudos*, nº2 de Novembro de 1995

Pelo que se pode perceber tratava-se de dois reinos em diálogo, a maior parte da realeza, porque havia títulos de nobreza africanos reconhecidos por Portugal, a realeza congueso- angolana dominava o português, alguns deles assinavam os seus nomes nos documentos. Portanto, sabiam ler e escrever em português, eram bilingues, e a toponímia no documento vem contextualizar geograficamente a acção em Angola, particularmente em Cabinda, para além de possuírem, uma antroponímia híbrida entre:

- a) Língua Portuguesa e língua bantu, Manoel José Puna;
- b) Língua bantu, e língua francesa, p.e., Maboti Tati Franque;
- c) Língua portuguesa, língua bantu e língua francesa, p.e., Manoel Bonzola Franque.

A mudança para o português só ocorreu em 1823, após o fracasso de uma revolta da elite local e da vinda de uma nova vaga de emigrantes portugueses.

2.5 Contributo africano à Língua Portuguesa

Como se sabe a relação da LP com a região centro-sul do continente africano começou, provavelmente, entre 1446 ou 1447, com a Guiné-Bissau. Apenas 40 anos mais tarde, com a chegada de Paulo Dias de Novais, se deu início à história do Reino de Portugal com o Reino do Congo. Inicialmente, um diálogo entre pares que os acontecimentos históricos se encarregaram de alterar.

O contacto da língua portuguesa com a realidade africana, ao longo dos tempos, põe em evidência o quanto as línguas angolanas eram usadas também pelos colonizadores. Se no litoral de África a língua utilizada era o português, no interior a língua franca era o kimbundo, possivelmente misturada com as outras línguas, entre as quais o kicongo, porque primeira língua de contacto.

Nos séc. XV e XVI a escolarização era apenas para os missionários e exploradores, os soldados não eram escolarizados e eram eles que estavam em mais estreito contacto com as populações.

Assim, a LP era usada, em contexto angolano, apenas em situação oficial, uma vez que a tendência era que a comunicação do dia-a-dia acontecesse nas línguas angolanas, misturadas com o português dos soldados não-escolarizados. Tal pode, em parte, explicar os estrangulamentos à norma no contexto angolano.

Da Matta (1893: 94-95) ao reproduzir texto de Capello e Ivens sobre a região de Ambaca “Rachita e tristonha, a mísera aldeia (...) é ladeada de uns pés de *ginguba*⁸⁵ e de tabaco, (...). A *ginguba* e o tabaco, principais culturas no districto.”

Se tivermos em conta que Capello e Ivens são contemporâneos a Cordeiro da Matta e que *ginguba* é uma palavra utilizada em Angola até os nossos dias em português corrente angolano e foi utilizada muitas vezes, na legenda cartográfica sobre produtos angolanos, poderemos dizer que não é uma palavra do kimbundo, mas do PA. De recordar que se trata da mesma palavra que vimos ilustrada em 1.4, no mapa nº 5 de Nunes Júnior de 1931 do *Portugal Ultramarino* aqui analisado.

Aquando da independência das ex-colónias muitos cidadãos angolanos, ou naturais de Angola, viram-se forçados a abandonar o país, uma vez que a governação socialista obrigou muitos cidadãos detentores de poder e bens, a fugir do país. Ora, esses cidadãos, tinham hábitos, costumes e falares próprios do contexto geo-político em que nasceram, Angola, e transportaram consigo e influenciaram no novo contexto linguístico em que se encontravam o PE.

A relação da LP com o Brasil começou em 1500, quando o português Pedro Álvares Cabral aportou num continente habitado por índios, de diferentes grupos étnicos, cujas línguas se diferenciavam, como os tupis e os guaranis, por exemplo. Estas línguas em contacto com o português e com as línguas africanas, trazidas com o processo de escravização, gerou uma variante. Em 1822, o Brasil declarou-se independente de Portugal e sagrou D. Pedro I, Imperador. Algum tempo mais tarde, o imperador abdica do trono para seu filho D. Pedro II. O Brasil é constituído por 26 estados federativos, com uma dimensão de 7 491km e uma população de 210 milhões de habitantes.

⁸⁵ Grifo nosso. *Ginguba* significa em PE amendoim.

Em Minas-Gerais, onde as explorações de terrenos auríferos atraíam os colonos, aparecem bastantes evidências desse contacto entre línguas:

Ambaca⁸⁶, andu, Angola, angu, banguê, **Bengo**, **Cabinda**, Caborge, candonga, **Congo**, Dombe, Dunga, Ema, fandê, giló, gongo, Gunga, Guiné, Inhaca, Inhame, Janga, Jonggo, Lebo, **Loango**, **Luanda**, mambaçá, mambembe, mandinga, **Moçambique**, nagô, Ogô, Pango, quilombo, quitanda, Jonggo, senzala, sunga, tambo, zungu.

Algumas destes topónimos partem de designações comuns como andu, angu, candonga, dunga, ema, gongo, inhaca, inhame, janga, mandinga, quilombo, quitanda, senzala, tambo, etc. (I. Fernandes, 1943:14).

Os topónimos destacados estão relacionados com Angola: o país, três províncias (Bengo, Cabinda e Luanda), quatro regiões antigas (Ambaca, Congo, Dombe, Loango) e três referentes de lugar: Pango, Quilombo e Senzala.

O gramático brasileiro Coutinho (1976) apresenta uma lista de vocábulos de origem africana e que passaram a fazer parte do português vernacular no Brasil.

Os vocábulos de precedência africana, que passaram ao nosso léxico (Brasileiro), são nomes geográficos: Bangu, **Benguela**, Cachimbo, Cacimba, Carangola, Caxambu, Guandu, Murundu, Quilombo. Designações de divindades, ministros de culto, práticas rituais, credices: exu, Iemanjá, Ogum, Olorum, Oxum, Orixá, Xangô, alufá, babalaô, babalorixá, quimbombo, candomblé, canjerê, catimbau, macumba, mandinga, muamba, quibungo, tutu, zumbi. Danças e instrumentos musicais: bangulê, batucaguê, batuque, jeguedê, jongo, dundu, maracadú, samba, **banza**, agogô, afofiê, berimbau, canzá, caxambu, ingome, marimba, puíta, urucungo. Alimentos, iguarias, bebidas: abará, acará, acarajé, abranzó, angu, anguzô, efô, mugonzá, quenga, quibebe, quimama, quitute, ratapá, cachaça, jeribita, marafo, quimbembé. Animais, aves, insectos: caxinguelê, camundongo, ngongolô, maribondo, tatanguê. Árvores, plantas, legumes, frutas: mutamba, mulungu, dendê, diamba, guandu, inhame, chuchu, jiló, maxixe, munganga, quiabo, quimbombo. Inflamação, doenças, estados d'alma: calombo, cachumba, cafe, maculo, calundu, banzo. Objectos de uso, enfeites, vestes: cachimbo, **carimbo**, gongá, malunga, miçanga, tanga. Habitação, local de reunião ou onde se exerce alguma actividade, prisão: cubata, quimbembe, mucambo, quilombo, senzala, banguê, cafua. Pessoas,

⁸⁶ Região de Angola muito referenciada na literatura antiga. Segundo Fernandes (2021) pode ser do kimbundo desta região que Pedro Dias escreveu o primeiro dicionário desta língua em 1697.

levando em consideração sexo, a idade, a condição social, a camaradagem: macota, obá, soba, zambi, moleque, denngo, curumba, macamba, malungo, mobica, mucama. São ainda de origem africana: banguelê, mironga, molambo, murundu, muxiba, muxinga, muxoxu, quizília, xendengue. Da mesma proveniência também se contam em nosso vocabulário alguns adjetivos: banguela, caçula, caçanje, cambembe, canhengue, capiongo, macambúzio, mazanza, xacoco. Verbos, formas de nomes já integrados no idioma: aquilombar, banzar, batucar, cochilar, candongar, sungar, xingar; Algumas palavras afro-negras se tornaram fecundas entre nós, produzindo compostos e derivados: angu-de-carço, pé-de-moleque, azeite-de-dendê, banzeiro, congada, quiabal, molecagem, deparam-se-nos também alguns exemplos de influência negra, embora raros, na fraseologia. (Coutinho, 1976: 325)

A esse respeito diz-nos Peter & Cunha (2015:244) que o léxico tem sido apontado como a prova mais evidente do contato entre línguas, pois ele revela a história da língua e regista, portanto, os possíveis contatos linguísticos e culturais dos seus falantes. Os autores, citam o inventário de Castro (2001) que contabiliza 3.517 termos de origem africana no PB. Desses, a maior parte refere-se ao universo religioso, seguido dos termos relativos à culinária, música, dança, entre outros. A autora afirma que, a partir de uma análise inicial dos resultados obtidos, foi constatado que os dados poderiam ser organizados em três categorias:

1. **categoria que inclui termos que podem ser usados em qualquer interação social** (30 vocábulos): abadá, banzo, caçamba, cachaça, cachimbo, caçula, candango, canga, capanga, carimbo, caxumba, cochilar, corcunda, denngo, fubá, gíbi, macaco, maconha, macumba, marimbondo, missanga, molambo, moleque, moringa, quilombo, quitanda, quitute, senzala, tanga, xingar;
2. **categoria que é constituída por termos informais, de uso coloquial, que, eventualmente, dependendo da situação, são substituídos por outros** (9 vocábulos): bamba/bambambã, benguela, cafuné, catimba, catimbeiro, catinga, mandinga, muamba, muxoxo;
3. **categoria, em que constam termos marcadamente informais, de uso restrito** (17 vocábulos): angu ('confusão'), babaca, babau, biboca, bunda, cafofo, cafundó, cambada, cucuia, muquifo, muquirana, muvuca, muxiba, quizumba, sacana, ziquizira, zumbi. (Castro citado por Peter 2015: 242-243).

Gomes (2019) vem acrescentar alguns esclarecimentos aos nomes de origem africana:

1. Banguela, como proveniente dos *Ingambalas*⁸⁷ ou corruptela (*inbamgalas*) pode ser uma palavra aportuguesa ou quimbundismo. Outra proveniência mais recente é o verbo fazer – ku banguela.
2. Kilombos, o escritor assume a escrita da língua original kimbundu Kilombo e, acto contínuo assume o aportuguesamento quilombo. Que é uma palavra comum de LP no Brasil. O dicionário quimbundu, português coordenado por Cordeiro da Mata de 1893, vai definir kilômbu, União . Junta. (Gomes, 2019:220)

Embora o autor classifique como “curioso” o termo *cacimbas*, por desconhecer a origem, na verdade trata-se de uma palavra do kimbundo, referente às águas paradas, cacimbas, comumente usada no PA.

O antropólogo angolano Souza (2012) acrescenta mais contributos de Angola ao português do Brasil:

O português que se fala no Brasil é uma contribuição de quase cinco séculos que integra expressões oriundas das línguas autóctones (dos índios), descendentes de africanos e de outras línguas europeias. Ex: quiabo (kimbundu/Angola), jiló (cokwe/Angola) (Souza, 2012: 33).

Em 1990, Maria Vicentina Dick, no livro *Toponímia e línguas indígenas no Brasil*, faz referência à obra escrita do Padre Pedro Dias, como elemento de ligação às origens africanas. Esta obra foi publicada, em 1697, em Lisboa, na oficina de Miguel Deslandes, impressor de sua Majestade, mas redigida no Brasil, em Salvador. O seu autor era português, mas vivia no Brasil desde sua infância. Era jesuíta, jurista e médico. O seu estudo é uma gramática da língua kimbundo falada em Salvador, pelos africanos escravizados oriundos de Angola. Acredita-se que esses seriam numerosos, pois o Padre Vieira afirmava que, no ano de 1660, havia 23 mil africanos catequizados na língua de Angola. (Okoudowa, 2006:127). Esse trabalho testemunha o emprego corrente, à época, de uma língua africana, o kimbundo, entre escravos oriundos de

⁸⁷ Em 1611, o governador Bento Banha (...) fez um acordo com os *ingambalas*, a quem os portugueses chamavam de *jagas*, os temidos guerreiros da África Central (...) Não pertenciam propriamente a um povo ou etnia específica. Eram guerreiros que se organizavam em *Kilombos*, nome de campo militar ou local de iniciação de novos guerreiros, que no Brasil se tornaria sinónimo de acampamento ou comunidade de escravos fugidos (*quilombo*). Incorporavam em suas fileiras os prisioneiros mais aptos de suas guerras e razias. O rito iniciático incluía a extração de dois dentes dianteiros da arcada superior, origem do substantivo “*banguela*”, em português. Assim, iam aumentando o seu contingente. “formavam um rolo compressor multiétnico que sacudiu o Congo e Angola a partir da segunda metade do século XVI. (Gomes, 2019: 220)

Angola. Esse facto é importante, pois permite que se correlacione a data da redação da gramática (1694) com a da destruição do Quilombo de Palmares (1695). Poderia, então, ter sido o kimbundo, a língua africana utilizada naquela comunidade constituída na sua maioria por negros fugitivos (Bonvini e Petter, 1998:75).

No universo de significações mais amplas da palavra nos grupos, aparecem também as experiências individuais, capazes de construir vivências ligadas à sua própria história. O vocabulário vai construir um indicador importante para a compreensão da cultura de cada povo. Fenómenos como mudanças de sentido, perda de significados, criação de novas palavras, empréstimos lexicais estão estreitamente ligados às condições adversas nas quais esses povos reorganizaram o seu modus Vivendi, trazido de diferentes regiões do continente africano. (Monadeosi citado por Petter, 2015:279)

2.6 A língua portuguesa em Angola

(...) e eu reduzi a mais breve methodo, explicando nelle breuemente os principaes mysterios da fé em lingua Portuguesa, & de Angola, que mw corresponde da outra parte, & acco- frondando me à capacidade dos Negros, (...) Pacconio (1642: 5-6).

Aqui fica evidente que ao falar de língua de Angola não havia a noção da multiplicidade de língua e culturas angolanas, pois, à época havia uma língua única.

O contacto com os povos africanos, nomeadamente com os Angolanos e Moçambicanos, detentores de estruturas linguísticas e culturais consolidadas, viabilizou, (...) o aportuguesamento dos termos locais e, seguidamente, com o decorrer do tempo e da intensidade e frequência das interações entre Portugueses e Africanos aparecem os de bantuiização e de expansão do campo semântico de termos portugueses (Mingas, 2015:6).

O homem está tão ligado ao espaço que o rodeia à nascença que, muitas vezes, quando transplantado para outros lugares, leva consigo parte de si e reproduz a sua cultura, isto é, os seus hábitos, costumes, a sua linguagem. Assim aconteceu com a romanização da Península Ibérica, como ficou explicitado no ponto anterior. Desta feita é a LP que sai da Europa e invade

novos territórios, na Ásia, na América e em África. Será neste último território que se irá centrar a nossa análise.

Como se pode facilmente depreender decorrente da forte actividade política e comercial e movimentação de pessoas e bens, a sociedade angolana do final século XVIII, XIX e metade do século XX era bilingue. Vários autores irão auxiliar-nos na explicitação do conceito de bilinguismo.

Para Mateus e Villalva (2007)

Bilinguismo é a capacidade de comunicar e de se expressar em duas línguas diferentes, resultante de um contacto frequente com essas duas línguas (...). No caso de o indivíduo possuir essa capacidade de expressão em mais do que duas línguas, com as quais contacta regular e frequentemente, pode considerar-se multilingue (Mateus e Villalva, 2007:95).

Baker (2001) define o bilinguismo funcional como a capacidade que um indivíduo tem de usar com propriedade duas línguas diferentes, independentemente do contexto comunicativo.

Segundo Câmara (1992: 66) o bilinguismo é a

(...) capacidade de um indivíduo usar duas línguas distintas, como se ambas fossem a sua língua materna, optando por uma ou por outra, conforme a situação social em que no momento se acha. (...)

é uma capacidade diferente da de falar ou escrever corretamente uma língua estrangeira.

Câmara (1992: 66) indica dois momentos da história de Portugal, em que se pode defender a existência de bilinguismo. O primeiro terá acontecido aquando da conquista visigótica, falando-se latim e visigodo ou suevo. O segundo momento foi o da conquista árabe e reconquista cristã, criando-se um grupo etno-linguístico chamado moçárabe. A necessidade de se construir uma nação forte e coesa agregou Portugal em torno da língua transformando-a num instrumento de identidade nacional.

No Brasil também existiu bilinguismo na época colonial em que os índios se adaptavam à LP. No entanto, esse fenómeno, ficou circunscrito às zonas fronteiriças. (Câmara, 1992: 66)

Em Angola, faremos o levantamento de algumas situações de bilinguismo flagrante com base nas análises de Amélia Mingas e Zavoni Ntondo e tentar evidenciar como a toponímia é preservadora de tais fenómenos.

A autora apresenta exemplos das línguas umbundo, kimbundo e kikongo, para explicar alguns fenómenos de aportuguesamento:

1º Oralização da pré-nasal Bilabial /b-/ .

Ex: a) Banza < **M**banza Kongo [ba -nza ko – ŋgo]⁸⁸;

b) Bucu < Mbucu Nzau [bu - ku zaw];

c) Brige < Rio Mbridji [bri- dge]

Ao que somamos exemplos da oralização da pré-nasal Bilabial /p-/.

a) Pinda < Morro do **M**pinda [mo -Ro du pi -nda].

b) Pumbe < Mpumbu [pumbe]. (Que deu origem a novo termo aportuguesado *pumbeiros* ou *pombeiros*).

c) Punga < Mpunga [pu- ŋga]

2º Oralização da pré-nasal Bilabial /b-/ somada à mudança de grau de abertura das vogais /-u/ e /-i/ em posição final de sílaba.

Ex: a) Belize < mbelizi [bə – li - zə];

3º Oralização da pré-nasal Apical /nd/ e /nt/ . Bem como oralização da pré-nasal e pré-palatal /nz/.

Ex: a) Tando Zinze < **nt**andu **n**zinzi [ntha -**ndu** **n**zin -**nzi**]⁸⁹

b) Manicongo Ntotila < mwene **nk**ongo Ntotila [nko-ŋgo ntho – ti -la]

⁸⁸ Grifo nosso.

⁸⁹ Idem.

4º Palatalização da consoante velar, por quanto no termo africano temos [kahala] onde a segunda vogal central /-a-/ é precedida da consoante aspirada [-h-] inexistente no termo aportuguesado.

- a) Talahadi < Talahady [Tala-a-di].
- b) **Hoji ya Henda** < **Hoji ya Henda** [ɔʒi- a- en-da].
- c) Humpata < **Humpata** [~u – pa – ta].
- d) Bihé < **bihé** [bi ɛ].

4º Substituição da vibrante [r] pela lateral [l].

Ex: a) herero < helelo (existe, nalgumas regiões a existência pacífica das duas realizações);

- b) Zaire < Nzady < NZary < Zaire [Nza - ry];
- c) Liamba < Riamba < Diamba.

5º Substituição da africada palatal sonora [dʒ] pela palatal simples [ʒ].

- Ex: a) Jamba < Ondjamba [ð – dʒa - mba];
- b) Gimboa < Djimboa [ð – dʒi - mbwa];
 - c) Jango < Ondjango [ð – dʒa - ngo].

6º Substituição da palatal sonora [ʒ] pela alveolar sonora [z].

Ex: a) Jinga < Zinga;

- b) Njinga < Nzinga;
- c) Jango < Zango.

7º Velarização da africada palatal⁹⁰ [tʃ].

- Ex: a) **quissangua** < **ocisangwa** [o- tʃi – sã – gwa];
- b) quimbombo < ocibombo [o - tʃi – mbo -mbo];
 - c) Quibanda < ocibanda [o- tʃi – mba – nda];
 - d) Quipungo < Tyipungu [tʃi – pu – ŋgo].

⁹⁰ Tal fenómeno acontece como resultado interferências do umbundo no kimbundo segundo. SANTOS, J. Almeida. (1962:60). (perspectiva de) Dicionário Comparado Bato – Português e Português Banto. Nova Lisboa. (Dactilografado) In Sociedade de Geografia de Lisboa.

8º A existência de complexos⁹¹ consonânticos pré-nasais.

Ex: a) Nganda < Ganda [ŋga – nda];

b) Ntondo < Tondo [nto – ndo];

c) Mpunga < Punga [mpu – ŋga].

Estes fenómenos irão ser observados na nossa análise da toponominalização, no âmbito do aportuguesamento da cultura angolana.

Outro autor que se debruça sobre a questão é Zavoni Ntondo que apresenta uma Proposta de Normalização da ortografia angolana⁹² e explica alguns fenómenos relacionados com o aportuguesamento:

a) A desnasalização do grupo consonântico (pré-nasalizado) CNC^o - 0/ C^o

Ex: ngola > Angola, Mbengu > Bengo, Mbaka > Ambaca;

b) A segmentação do grupo consonântico (Nc^o) com um apóstrofo, criando duas sílabas diferentes: CNC^o - CN`c^o, conforme quadro 3.

Quadro 1 – Segmentação do grupo consonântico

Português	Topónimo
Ngola	N`gola
Ndalatando	N`dala Tandu
Dande	Ndandi
Moxico	Muxíku
Cuanza	Kwanza
Cuando	Kwandu
Dembo	Ndembu
Buco Zau	Mbuku Nzawu
Chinhama	Cinyama
Quipungo	Cipungu

⁹¹ Teoria desenvolvida por Meeussen (1967:83). *Bantu Grammatical Reconstruction*. In *Africana Linguística* 3: 79-121. Sobre *Nasal Complex. Complex consonants, or consonant sequences: mm, mb, mp, nn, nd, nt, ŋŋ, nj, nc (ŋŋ), ng, nk*.

⁹² Ntondo, Z. (s/d) *A Normalização ortográfica da toponímia angolana por e a sua contribuição para a normalização ortográfica da toponímia angolana com base na Glotofagia* (Calvet, 1974). Consultado online (10.08.2020).

Kassai	Kasayi
Sosso	Nsoso
Mussende	Musende

Fonte: Ntondo (s/d). *A normalização da toponímia*.

- c) A utilização de /o/ em final de palavra, em conformidade com a fonologia portuguesa, em vez de /u/ próprio do kimbundo;

Ex: kimbundu > kimbundo, umbundu > Umbundo, kikongu > kikongo, Bengu, Bengo.

Na morfologia e sintaxe protótipo das frases do PA, as línguas angolanas influenciam o português e por sua vez, já se começa a produzir forte influência deste nas línguas de Angola.

As universidades em Angola conscientes de tais acontecimentos, optaram pelo ensino da disciplina de LP, para ajudar o aluno a construir textos, isto é, desenvolver um tema de tal forma organizado que espelhe o sentido completo sem dúvidas nem ambiguidades, transversal a todos os cursos e universidades do país (com raras exceções).

Paralelamente, os órgãos de comunicação têm divulgado programas destinados ao “bem falar” ou “uso correcto” da língua, de que de facto ninguém, *grosso modo*, faz uso.

A utilização de uma língua por uma comunidade está condicionada por factores extralinguísticos, de carácter social que a modelam, imprimindo-lhe variações múltiplas de ordem geográfica, histórica e sócio-cultural.

Ainda no século passado, em 1885, António José Valente, ao escrever a sua História de Angola e Congo, usa a grafia Loango e Chiloango. Fortunato de Almeida passa a escrever com U os nomes de alguns rios e regiões de angolanas: **Cuanza, Cuanhama, Cuango, Cuando**,⁹³ etc., como se poderá verificar pelo livro Portugal e as Colónias Portuguesas, dêsse ilustre escritor, cuja segunda edição é de 1920 (Conceição, 1943:26).

⁹³ Grifo nosso.

Tal assunto levanta a questão da harmonização ortográfica das línguas bantu. O Instituto de Línguas Nacionais define a ortografia das línguas bantu em 1978 e em 2013 procede-se à padronização e sistematização das línguas nacionais. Várias dificuldades foram encontradas:

Consoante a instituição em que o texto é produzido, circula e é reconhecido, a posição e o poder simbólico dos participantes, a relação entre eles, o assunto do texto e o tipo de texto, são tolerados em maior ou menor grau desvios, rupturas, reformulações, imprecisões (Duarte 1987).

Portugal reconheceu oficialmente a palavra *kwanza*, mas Angola tende a admitir *cuanza*, ou variações como *kuanza*. Ao aportuguesar-se criaram-se várias formas gráficas em concorrência. No entanto, a moeda continuaria a ser *kwanza*.

Caracterização do problema: um nome para várias grafias:

- a. Antropónimos com múltipla grafia
 1. Jinga, Nzinga, Ginga, Njinga
 2. Ngola, Gola, Negola,
 3. Eza, Weza, Esa.
 4. Mpunga, Npunga, Punga.

- b. Topónimos com múltipla grafia⁹⁴
 1. mbaka, mbaca, Ambaca.
 2. Mbanza koongu, Mbanza Kongo, Mbanza Congo.
 3. Kwanza Norte, kuanza Norte, Cuanza-Norte.
 4. Kwanza Sul, kuanza Sul, Cuanza-Sul.
 5. Kwandu Kubangu, quando Kubango, Cuando Cubango.
 6. Malange, Malanje, Malanji.
 7. Wije, Uíge, Uíje, Uíji.

- c. Vocábulos com várias grafias
 1. Herero, Helelo.

⁹⁴ A ortografia dos topónimos angolanos é uma preocupação antiga no PA. Frazão, Serra (1947: 33) Chama a atenção para o topónimo, rio Dande, com várias formas em que aparece escrito: Dande, Dandi, Danje, ou Danji. Um pouco, conforme a região em que fosse pronunciado e/ou a formação académica de quem escrevia.. In, Boletim geral das Colónias, Breves apontamentos sobre o toponímico gentílico de Angola. Ano 23º, Vol. XXIII, nº 259.

2. Cockwe, Tchocué, kokwe, choque.
3. Kimbundu, kimbundo, quimbundo.
4. kikoongu, kikongo, kicongo. kicongo.
5. Kwanyama, kuanyama, kuaniama, Cuaniamama, Cuanhama.

d. Topónimos Híbridos

1. Lunda Norte
2. Lunda Sul
3. Cuanza Norte
4. Cuanza Sul

e. Topónimos aportuguesados

1. Dombe Grande⁹⁵,
2. Gulongo Alto
3. Os nomes das 18 províncias de Angola em estudo foram todos aportuguesados.

A ortografia da toponímia angolana é alvo, desde sempre, de discussões inflamadas entre os intelectuais angolanos. Estas são algumas das hipóteses levantadas:

- a) deixar o topónimo escrito em língua angolana, uma vez que todos o dominam;
- b) aportuguesar o topónimo porque de português se tratava;
- c) aportuguesar o topónimo respeitando o seu significado;
- d) aportuguesar o topónimo respeitando a sua motivação;
- e) aportuguesar o topónimo respeitando a sua etimologia africana;
- f) aportuguesar o topónimo respeitando a etimologia portuguesa;
- g) aportuguesar o topónimo dando-lhe erudição etimológica latina.

Deixamos aqui registado uma destas contendas, que durou cerca de dez anos.

⁹⁵ Ndombe Yinene – foi aportuguesado para Dombe Grande, parte do nome foi traduzida para português, yienene que significa grande, o nome inicial Ndombe, manteve-se sofrendo o respectivo aportuguesamento, isto é, a desnasalização, a perda do `n` inicial.

A impugnação⁹⁶[à escrita de Luanda com U] do Sr. Castro Lopo assenta nas seguintes razões fundamentais:

- a. Ter sido adoptada arbitrariamente em Angola a grafia Luanda, sem que nenhuma disposição de lei o permitisse, procedimento êste que o Diário do Governo repudia, continuando a usar a tradicional grafia de Loanda;
- b. Contrariar-se a tradição de quasi quatro séculos, durante os quais todos os escritores usaram a grafia Loanda;
- c. Sendo o kimbundo uma língua inculta não haver um caso de linguística a resolver pela etimologia da palavra;
- d. Haver necessidade de se manter a pureza da língua e não aquimbandar um termo que sempre se escreveu «à boa maneira portuguesa. (Lopo, 1943)

Em resposta Lourenço Mendes da Conceição (1943:17) escreve uma obra intitulada: *Porque se escreve Luanda com “U.”*, cujo índice se apresenta a seguir.

Descreve a sua tarefa decidiremos êste (sic) modesto estudo nos seguintes capítulos:

- II – nem arbitrariedade, nem ilegalidade;
- III - Só a tradição não basta;
- IV – A grafia Luanda não se opõe à pureza da língua portuguesa;
- V – A consagração do Vocábulo «Luanda» na Metrópole;
- VI – O império da etimologia sobre as chamadas línguas incultas;
- VII – Aos diferentes significados do vocábulo «Luanda»;
- VIII – Como se pronuncia e sempre se pronunciou a palavra Luanda;
- IX – Razão desta grafia;

⁹⁶ Manual de línguas indígenas de Cónego António Miranda Magalhães retrará o vocábulo Loanda – folheto publicação Júlio de Castro Lopo.

X - Palavras finais (Conceição, 1943:9-10).

A grafia de *Luanda* aparece pela primeira vez no Diploma legislativo nº 521, de 22 de Abril de 1927, que aprova e põe em vigor a nova divisão administrativa de Angola. E, é adoptada oficialmente a 23 Abril de 1927 no Boletim Oficial da Colónia de Angola. Este assunto foi amplamente discutido em Luanda durante uma década, até à publicação do acordo ortográfico de 1945.

Outra questão que é muito importante para a cultura angolana é a questão do respeito à língua de origem do topónimo. Há que estudar a origem, etimologia, motivação, para perceber as razões do nome, o(s) significado(s) ao longo do tempo, para se proceder à sua actualização. Não se pode analisar um topónimo atribuído há duzentos anos, aplicando um significado actual, sob pena de o enviesar. O topónimo *Luanda* é uma realidade luandense em kimbundo. Trata-se, portanto, de uma questão endógena, o que significa que cada província, distrito, município ou quimbo deve tratar a questão da harmonização da ortografia com base na cultura de origem local, tanto quanto possível.

Há, na actualidade da ortografia das línguas angolanas, várias grafias, das quais chamamos a atenção para a *ortografia católica* e a *ortografia protestante*. Os primeiros lexicógrafos de umbundu são americanos e os seus primeiros dicionários datam de 1885; ora a realidade ortográfica para o umbundu é diferente da do kikongo, de influência francesa, ou do kimbundo com forte tendência ao aportuguesamento.

2.6.1 *Traços linguísticos angolanos*

Angola insere-se no quadro africano do grupo linguístico classificado como Nigero-congolês e o seu glossónimo é bantu. Como refere Sousa (2012: 25)

De salientar que a designação Bantu não retrata um grupo étnico isolado; trata-se de uma designação que os antropólogos encontraram para identificar o grande grupo de povos que habitam o sul do Saara.

Okoudowa (2010), tal como Peter (2015), divide a história do que chama bantuísmo em três períodos. O primeiro período engloba toda a história das línguas africanas antes de 1940. Caracterizou-se pelo fluxo do tráfico negreiro e pela escravização dos africanos. Foi neste período que se deu a colonização e a ocupação do território por forças estrangeiras. O segundo período ocorre entre 1940 e 1960, e está marcado pelos funcionários públicos das administrações coloniais, que, de certa forma, carregaram estereótipos raciais e coloniais, acabando por influenciar e enviesar os critérios de definição das línguas. Exemplo disso será a redução ao estatuto de dialectos, línguas de pleno direito. Finalmente, o terceiro e último período começa nos anos de 1960 e chega até aos nossos dias. A partir da década de 1960 começa-se a produzir conhecimento tendo em conta o endógeno. Existe uma preocupação em ouvir as populações locais, indagando factos que contribuam para a sua descrição.

As LB são línguas essencialmente tonais. Exceptua-se o quissuaíli e o comorense, que se caracterizam pela associação do tom alto ou baixo à propriedade da sílaba (Okoudwa, 2016: 15). A importância do tom para as línguas africanas é sinalizada em 1642, explicando-se que este serve sobretudo para a compreensão do texto. Desde cedo, foi notada a importância do tom para diferenciação de significados nas línguas bantu.

Múcuá diferente de mucuà. Múcuá, he hua certa fruta, & mucuà quer dizer natural de tal parte, acrescentandolhe a terra de dõde he natural. Exemplo. Mucuà Ndongo, natural do Reyno de Dongo. Mucuà Matamba, natural da provincia de Matamba. (Pacconio, 1642: 5-6)

Outro dado caracterizador das línguas africanas já há bastante identificado é o uso de prefixos para a identificação do lugar de origem e não propriamente a etnia, por exemplo.

A maioria das LBs têm nomes derivados e não-derivados: os nomes derivados têm um prefixo flexionado e um sufixo derivacional. Para nomes, um radical é formado pela incorporação de um sufixo derivacional (geralmente composto apenas de uma vogal). A série de sufixos é limitada para nomes e verbos. Para nomes um prefixo de classe é acrescentado, e em algumas línguas existe um pré-prefixo chamado aumento. Todos os nomes têm uma classe. São mais de 20 classes nominais reconstruídas para o protobantu (PB). Hoje têm entre 12 e 20 classes nominais e outras estão sem classes. (Nurse e Philippson, 2008:21).

Segundo Nascimento (1894)

um grande número de substantivos compostos obtem-se da união dos prefixos pessoais u-, va-, com substantivos e verbos que denotam origem, qualidade, etc.

Juntando os prefixos aos nomes de terras, formam-se as designações gentílicas ou patronímicas. Exemplo:

u- ngangela, natural da Nganguella. Va - ngangela, naturais da Nganguella.

u- mbuela, natural da Ambuella. Va - mbuela, naturais da Ambuella.

u- nkumbi, natural da Humbe. Va - nkumbi, naturais do Humbe (Nascimento, 1894:20).

Quanto à organização dos constituintes na frase, de um modo geral, a ordem comum das palavras na frase obedece a uma organização SVO, isto é, Sujeito, Verbo, Objecto.

As palavras apresentam a forma típica, prefixo-base-sufixo, ou seja, a estrutura morfológica do nome, consiste de duas partes, um radical nominal (RN) e um prefixo ou um morfema zero (∅). Portanto, nomes ou substantivos são, normalmente, antecidos por prefixos. As línguas não fazem flexão de género, masculino ou feminino no nome, apenas de número, portanto, não existem artigos. Outra característica africana, cara à presente investigação, é palatização ou uso da nasal diante da consoante *b* (Mb), *d* (Nd), *g* (Ng), *j* (Nj), *k* (Nk), *p* (Mp), *t* (Nt), *z* (Nz) que entendemos ser dos étimos primários das línguas africanas.

Todas línguas angolanas têm um sistema vocálico que comporta cinco vogais. No cokwe, kikongo, ngangela e oshikwanyama as vogais desdobram-se em breves e longas. O umbundu caracteriza-se pela presença de vogais nasais ao lado das orais (ILN, 1985). O kimbundo apresenta cinco vogais orais e não apresenta nenhuma vogal nasal (Mingas, 200:36).

Quadro 2 - As vogais da LP quanto ao ponto de articulação.

Grau de abertura	Ponto de articulação	Anteriores	Centrais	Posteriores
	1º		I	
2º		E		O
3º			A	

Fonte: Ntongo (s/d) *A Normalização ortográfica da toponímia angolana*.

Contrastivamente, as línguas angolanas apresentam tons.

Quadro 3 - As vogais em kicoco, kicongo, nganguela e oshiwambo.

Ponto de articulação / Grau de Abertura	Anteriores		Centrais		Posteriores	
	Breves	Longas	Breves	Longas	breves	Longas
1°	I	Ii			U	Uu
2°	E	Ee			O	Oo
3°			A	Aa		

Fonte: Ntondo (s/d) *A Normalização ortográfica da toponímia angolana*.

O kimbundo, não apresenta na sua origem vogais nasais. Aparenta, na actualidade, devido ao aportuguesamento ter perdido ao longo do tempo, em Luanda, o uso tom.

Ex. Maaka > maka [ma- ka]. Hoje palavra do PA. Que significa problema ou questão a tratar.

Quadro 4 - As vogais em kimbundo.

	Anterior	Central	Posterior
1° grau	[i]		[u]
2° grau	[o]		[o]
3° grau	[E]		[ɔ]
4° grau		[a]	

Fonte: Mingas (2000:36) *VIII encontro das Universidades de LP*.

O umbundu apresenta um novo momento linguístico, pois alberga no seu seio vogais orais e nasais.

Quadro 5 - As vogais em umbundo.

Ponto de articulação \ Grau de abertura	Anteriores		Centrais		Posteriores	
	Orais	Nasais	Orais	Nasais	Orais	Nasais
1º	I	ĩ			U	ũ
2º	E	ẽ			O	õ
3º			A	ã		

Fonte: Ntondo (s/d) *A Normalização ortográfica da toponímia angolana*.

As consoantes desdobram-se em simples e complexas. Todas as línguas exemplificadas não possuem o fonema /g/ mas sim /ng/; as línguas oshiwambo e umbundu não possuem fonemas oclusivos sonoros simples /b/, /d/, /j/, cokwe e ngangela (mbunda) /b/, /d/ e kikongo /j/, /x/.

Quadro 6 - As consoantes das línguas angolanas

		Bi-labiais	Lábio-dentais	Apical	Pré-palatal	Palatal	Velar
Orais	Fortes(surdas)	[p]	[f]	[t]	[s]	[ʃ]	[k]
	Fracas(sonoras)	[b/β]	[v]	[d]	[z]	[ʒ]	
Nasais	Fortes(nasais)	[m]		[n]		[ɲ]	
	Fracas(pré-nasais)	[mb]	[mv]	[nd]	[nz]	[nʒ]	[ŋg]
Contínuas				[l]		[y]	[w]

Fonte: Mingas (2000:38). *VIII encontro das Universidades de LP*.

Segundo o *Dicionário de Antropologia*, a etnia bacongo faz parte do grupo congo, cujo prefixo plural *Ba*⁹⁷, agrupa aproximadamente uma dezena de outros grandes grupos que ultrapassam as fronteiras do país. Tal como se sabe de construção semelhante para o significado do termo *bantu*. Onde o prefixo *ba*, indica o plural + a base *ntu* significa pessoa.

⁹⁷ Nas línguas bantas a marcação do plural é feita por prefixação (ba, a, ji, Wa).

Em Angola, a etnia bacongo está representada, principalmente, nas províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo (parte nordeste) e Cuanza-Norte (parte norte). A língua que os identifica é o kicongo. Estão subdivididos em catorze subgrupos, a saber, Bayombe, Bavili, Basundi, Balwango, Balinji, Bakongo, Bawoyo, Basolongo, Bachikongo, Bazombo, Bakano, Basoso, Bayaka e Basuku.

De salientar que o prefixo *Ba* indica o plural e significa “os”. Portanto, Ba + congo = bacongos significa, os congos ou os do congo.

O prefixo *mu* designa o singular e significa “-o”. Portanto, mu + congo = mucongo significaria, o lugar, o reino do congo e as pessoas nascidas naquele lugar, naquele reino.

O prefixo *ki* designa o singular *Ki* que significaria língua do reino do Kongu, portanto o kikongu.

De acordo com a classificação de Guthrie (1970), as línguas angolanas integram 3 zonas: H, K, R, cujos alfabetos foram aprovados pelo conselho de Ministros:

- a) Zona H: kicongo, kimbundo.
- b) Zona K: kioco, ngangela (mbunda).
- c) Zona R: oshiwambo (oshkwanyama, umbundo).

Traços linguísticos do kicongo:

- a) Zona H: kicongo
- b) Oclusivas: /p/, /b/, /t/, /d/, /k/, /(c)/
- c) Fricativas: /f/, /v/, /s/, /z/, /h/
- d) Lateral: /l/
- e) Nasais: /m/, /n/, /ny/
- f) Pré-nasalizadas: /mp/, /mb/, /mf/, /mv/, /nt/, /nd/, /ns/, /nz/, /nk/, /ng/ = 10
- g) Semivogais: /w/, /y/.

Traços linguísticos do Ibinda

- a) Zona H*: Ibinda
- b) Semi-vogais: /y/ e /w/
- c) Pré-nasalizadas: /ng/, /nj/, /ny/= 3
- d) Dígrafos: /ch/, /cy/, /nh/, /kh/, /ly/, /ph/, /tch/, /tsh/, /tx/.

Traços linguísticos do Inongo-nongo⁹⁸

- a) 5 vogais: a, e, i, o, u.
- b) Semivogais: w, e y.
- c) 17 consoantes: b, c, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, r, s, t, v, z.
- d) São geralmente agudas as dissilábicas começadas pela sílaba “suspensa” (m`)
- e) Exemplos m`ti (árvore), m`bu (mar), m`tu (cabeça).
- f) Grupos consonânticos: /ch/, /th/, /kh/, /ph/.
- g) Pré-nasalizadas: /mb⁹⁹/, /mt/, /ng/, /ny/, /nh/, /nj/=6

Traços linguísticos do kimbundo

- a) Zona F: kimbundo
- b) Oclusivas: /p/, /b/, /bh/, /t/, /th/, /k/
- c) Fricativas: /f/, /v/, /s/, /z/, /x/, /j/, /h/
- d) Lateral: /l/
- e) Nasais: /m/, /n/, /ny/
- f) Pré-nasalizadas: /mb/, /mv/, /nd/, /ng/, /nj/= 5
- g) Semivogais: /w/, /y/.

Traços linguísticos do kioco

- a) Zona K: kioco
- b) Oclusivas: /p/, /ph/, /t/, /th/, /k/, /kh/, /c/
- c) Fricativas: /f/, /v/, /s/, /z/, /h/, /j/, /x/
- d) Lateral: /l/

⁹⁸ (Mazunga, 2015b:11). Inventou o método de Alfabetização Inongo-Nongo a partir da cultura do meio que estudou em profundidade.

⁹⁹ São geralmente agudas as dissilábicas começadas pela sílaba “suspensa” (m`). Exemplos m`ti (árvore), m`bu (mar), m`tu (cabeça).

- e) Nasais: /m/, /n/, /ny/
- f) Pré-nasalizadas: /mb/, /nd/, /ndv/, /ng/, /nj/, /ndj/= 6
- g) Semivogais: /w/, /y/.
- h) Grupos consonânticos: /kh/, /ph/, /th/ e /li/.

Traços linguísticos do Ngangela

- a) Zona G: Ngangela
- b) Oclusivas: /p/, /t/, /c/, /k/
- c) Fricativas: /f/, /v/, /s/, /z/, /x/, /j/, /h/
- d) Lateral: /l/
- e) Nasais: /m/, /n/, /ny/
- f) Pré-nasalizadas: /mb/, /nd/, /nts/, /ndj/, /mg/, /mph/, /nth/, /nkh/= 8
- g) Semivogais: /w/, /e/, /y/.

Traços linguísticos do Umbundo

- a) Zona H: Umbundo
- b) Oclusivas: /p/, /t/, /c/, /k/
- c) Fricativas: /f/, /v/, /s/, /h/
- d) Lateral: /l/
- e) Nasais: /m/, /n/, /ny/, /ñg/
- f) Pré-nasalizadas: /mb/, /nd/, /ndj/, /ng/=4
- g) Semivogais: /w/, /y/.

Traços linguísticos do Ambó:

- a) Zona R: Oshiwambo/ oshikwanyama.
- b) Oclusivas: /p/, /b/, /t/, /d/, /k/
- c) Fricativas: /f/, /v/, /sh/, /x/ /
- d) Lateral: /l/
- e) Nasais: /m/, /n/, /ny/
- f) Pré-nasalizadas: /mb/, /nd/, /ndj/, /ng/=4
- g) Semivogais: /w/, /y/.

Para o presente estudo dos topónimos angolanos interessa observar o comportamento das consoantes pré-nasalizadas, uma vez que estas, como vimos, estão presentes em todas as línguas angolanas, ainda que se detectem variações no seu uso aparentando ser o seu elemento mais remoto ou característico.

Na linguística africana contemporânea, a investigação e descrição das línguas tem permitido desenvolver o conhecimento universal sobre fonética e fonologia, morfologia e sintaxe ou mesmo semântica e pragmática. O estudo do contacto das línguas europeias com as línguas africanas sofreu imensos avanços com teorias como aquisição da linguagem, mudança e variedade, etimologia e formação das línguas, para citar alguns campos de análise.

2.7 Relações estabelecidas entre a LP e as LN de Angola - topónimos

colocar duas línguas, duas culturas em relação dialógica, na demonstração da possibilidade de compenetração das ideias e das acções.[A respeito do dicionário bilingue](...)uma obra progressiva, isto é, destinada a crescer no tempo e com tempo, quer pelo dinamismo próprio de cada língua, que se constrói no tempo, quer pela exigência dos saberes. (...) a língua é um objecto riquíssimo e sempre inacabado, este constitui o desafio permanente do lexicógrafo¹⁰⁰” (Dom Filomeno Vieira Dias Arcebispo de Luanda, 2015) .

O objectivo deste ponto será a inventariação de dados que permitam visualizar a presença da LP na toponímia de Angola, bem como o seu diálogo com a realidade cultural angolana, com ênfase para os nomes geográficos e históricos.

Defende-se aqui a posição de A. Costa (2006), segundo a qual, tradicionalmente, quando a língua parte de uma congénere e se distancia desta no tempo por deslocação geográfica, como o início do capítulo anterior elucidou, estamos em presença de um estudo comparativo. Por outro lado, se a essa diferença se acrescentam origens culturais e linguísticas diferentes, porque se não pode comparar o incomparável, é preferível chamar-lhe estudo contrastivo, como é o caso da linguística europeia representada pela LP e a linguística africana, representada pelas línguas bantu e, principalmente, pela referência ao kicongo e ao kimbundo. Inicialmente, no

¹⁰⁰ Mazunga (2015 prefácio) Dom Filomeno do Nascimento Vieira Dias. Então, Bispo de Cabinda e Vice-Presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé.

contacto oficial com o português, todo o trabalhador escravizado/contratado fez parte indiscriminada de todas as etnias existentes no território angolano: ambundo, ovimbundo, kongo, herero, cokwe, cuanhama, entre outras. Por isso, há necessidade de conhecer a História, a cultura e as línguas destes povos.

On recherchera ensuite l'aire géographique du mot: dans quelles régions (...) de même que pour les emprunts aux langues voisines qui, jusqu'à une époque récente, ont pénétré, par étapes, à travers les frontières. L'histoire politique et sociale nous enseignera quelles ont été les relations. (Dauzat, 1938:XIV)

Os primeiros catecismos das línguas bantu e as primeiras provas de diálogo entre a LP e as línguas angolanas acontece no século XVII, conforme atesta Pacconio (1642):

M. assi como em **o Reyno de Dongo** tanto que algum **vassalo** he traydor cõtra **o Soba** seu senhor, naõ somente o q cometeo a traiçaõ, mas também os filhos ficaõ participantes dos trabalhos do pay traydor, descahindo todos da graça do **Soba** seu senhor; assi tambem tanto que os nossos primeiros pays foraõ desobedientes a Deus, ficamos contraindo a maldiçaõ de seu pecado; & por isso nascemos com elle, o qual se chama pecado original (Pacconio, 1642: 19).

A extensão territorial de Angola é 1.246.700km². Tem fronteiras a norte com a República do Congo, cuja língua oficial é o lingala e o francês, embora tenho várias outras línguas e dialectos. A leste faz fronteira com a Zâmbia, que tem o inglês como língua oficial, ainda que existam diversos línguas locais. A Sul está a Namíbia, também com inglês e partilha com Angola os mesmos povos e línguas e a Oeste está o Oceano Atlântico, todas estas línguas fronteiriças estão em contacto com o PA e influenciam-no.

O PE está em permanente contacto com o espaço angolano desde o sec. XV, mas tornou-se língua oficial de Angola a 11 de Novembro de 1975, e passa a ser assumida pelo Estado como língua de trabalho e organização e ensino no país, pelo que, a sua difusão toma grandes proporções, permitindo a presença e variação geográfica ou diatópica da LP.

A nomenclatura da flora angolana deve ser conhecida em cada uma das províncias do território, de forma a se perceber até que ponto a toponímia foi influenciada, no sentido ser um denominador motivador, pela LP e pelas línguas locais.

Quadro 7 - Lista de Freidrich Welwitschia (Flora e toponímia)

Pesquisador	Flora	Topónimo de localização
Freidrich Welwitschia 1858 ¹⁰¹ e 1862 ¹⁰²	<i>Calôlo</i>	<i>Pungo Andongo</i>
	<i>Mangue</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Cosanza</i>	<i>Pungo Andongo</i>
	<i>Tacula, hûla, zenza</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Mucamba, camba</i>	<i>Interior de Angola</i>
	<i>Musalengue</i>	<i>Golungo Alto, Dembos</i>
	<i>Quiseco ou Quisédua, cabeça</i>	<i>Golungo Alto, Pungo Andongo</i>
	<i>Mufufutu</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Mungundo</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Muriambambe</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo</i>
	<i>Quipuculo cafele</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo, Dembos</i>
	<i>Caseque</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo, Dembos</i>
	<i>Dendo</i>	<i>Densas matas</i>
	<i>Calubange</i>	<i>Densas matas</i>
	<i>Urday, nday</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo, Ambaca</i>
	<i>Mucaça, ncumbi</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo, Dembos, Alto Dande</i>
	<i>Calalanza</i>	<i>Golungo Alto (Muxaúlo), Cazengo, Ambaca</i>
	<i>Mutare</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Bombolo</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo, Pungo Andongo, Malange</i>
	<i>Munguengue</i>	<i>(Litoral e zonas montanhosas)</i>
<i>Mutala, menha</i>	<i>(Várzeas, ribeiras e rios) Golungo Alto, Cazengo, Alto Dande, Bengo, Lifure, Calucala e outros.</i>	

¹⁰¹ Apontamentos fito-geográficos

¹⁰² Apresentação uma colecção com 8000 amostras variadas colectadas em Angola para a exposição de Londres de 1862.

	<i>N-caça, N-Cumbi</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo</i>
	<i>Mulumba</i>	<i>Pungo Andongo, Paiz de Haca e dos</i> <i>Quibundos</i>
	<i>Mussondo (Mçondo)</i>	<i>Sertão</i>
	<i>Cafequesu de Monte ou</i> <i>Quisunhunga</i>	<i>Quilombo Quiacatubia</i>
	<i>Muance</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Quibosa iã mugito,</i> <i>Mussengue</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Mugongue</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo, Ambaca</i>
	<i>Muzumba</i>	<i>Sertão Angolense</i>
	<i>Cafequesu</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo, paiz vizinho</i> <i>dos mahungos</i>
	<i>Sabongo, hungo</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Moringa</i> ¹⁰³	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Butua ou abútua</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo, Dembos</i>
	<i>Disûe</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Dongos, jidungos</i> ¹⁰⁴	<i>Rio Coango (todo o sertão)</i>
	<i>Mucumbi (casca)</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Molungo</i>	<i>Interiores/Golungo Alto/Ambaca</i>
	<i>Pepe ou Gipepe</i> <i>jipepe ou xipepe</i> <i>Songo</i>	<i>Mercados da Costa. Golungo Alto,</i> <i>Cazengo/Dande/Dembos</i> <i>Da terra dos musongos</i>
	<i>Mulôlo</i>	<i>Sertão</i>
	<i>Mubango</i>	<i>Ambaca</i>
	<i>Muundondo</i>	<i>Dende à Xella</i>
	<i>Umpeque</i>	<i>Mossamedes</i>
	<i>Massambala</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>

¹⁰³ Está internacionalizado o seu nome e efeito terapêutico homeopático. Produto com o mesmo nome em ervanárias e supermercados biológicos portugueses e espanhóis.

¹⁰⁴ kimbundo: Dongo é singular de piri, piri; jidungo é o seu plural. Actualmente, no PA Jidungo, encontra-se à venda em qualquer supermercado português, com uma significação de colectivo. E género masculino. O jidungo. 1 kg de jidungo. P.e..

	<i>Massango</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Mupungo</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Ntumbo</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Muriangombe</i>	<i>Desde o Ambriz até Benguela</i>
	<i>Quitundo</i>	<i>Pungo Andongo e Huila, no cume da serra da Xella.</i>
	<i>Pau de Quicongo de</i>	<i>Huilla</i>
	<i>Maboca</i>	<i>Huilla</i>
	<i>Noxa(Nocha)</i>	<i>Huilla</i>
	<i>Liamba, Riamba ou Diamba</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Barbas de Mulemba</i>	<i>Loanda</i>
	<i>Sacalaséne</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo, Dembos, dongos do Congo.</i>
	<i>Catete* bulla</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Cachinde¹⁰⁵, candange</i>	<i>Serra de Guinga, Pungo Andongo</i>
	<i>Encotahóte, (n-cotahóte)</i>	<i>Huilla</i>
	<i>Biriba</i>	Bengo até ao rio Coroca. Todo o litoral. (principalmente Benguella e Mossamedes.

Quadro 8 - Lista de Freidrich Welwitschia (variada)

Pesquisador/Ano	Variada	Topónimo
F. Welwitschia	<i>Ntumbo</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Resina de Mubafo</i>	<i>Cazengo, Pungo Andongo</i>
	<i>Mirahonde</i>	<i>Huila</i>
	<i>Ngillasonde</i>	<i>Golungo Alto</i>
	<i>Hue, Humbe, M'humbe</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>N'Bungo*</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Quisafu</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>

¹⁰⁵ Em PE: foi traduzido para chá do Príncipe.

*Topónimo.

	<i>Mabella, mateca</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Jimbusu</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Imbeon</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Cachingas dos sobas</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Quibosa quilombo, quiacatubia</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Ucucu</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Mutage, Licongue</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>Sobado de Lopollo</i>	<i>Sertão da Huila</i>
	<i>Mungo, mohambo</i>	<i>Reino Hungo</i>
	<i>Lagoa do Ivantala</i>	<i>Huilla no caminho do Lopolo para Quilengues.</i>
	<i>Mueia</i>	<i>Sem indicação de lugar</i>
	<i>N-Panda ou Umpanda, Mupanda</i>	<i>Huilla</i>
	<i>Losna de Humpata</i>	<i>Huilla</i>
	<i>Quibaba</i>	<i>Golungo Alto, Cazengo, Ambaca, MUssengue, Hungo.</i>

Quadro 9 - Flora kioca

Quioca	Flora	kai, kasuamu, mafulafula, muaji, muehe, muhasu (ubuanga), muhengu, muhonga, mulalale, Mulemba, mulengu, mukondu, mukula, munda, mungonga, muiemaema, musa, musangula (muchito), musole, mussungua, mutongu, mutundu, muvuma, muzalanganga, ngele, kasékué , kajia, makosu, masenda, mukuza, mulombe, musenda, naueje, ngúlu, nvuri, tchá mukala, tchikua, tchikuakuale. (Santos, 1962)
	Animais lendários	tambué, kese, tchifi, mukiríchi de rios e lagos. (Santos, 1962:28)

A seguir indicamos o nome de alguns rios angolanos constantes do mapa de Angola de 1912. A hidrografia angolana é de uma grande riqueza, contribuindo de forma significativa para a história e etimologia das línguas angolanas.

Quadro 10 - Acidentes geográficos – 1912.

Rios	<p>Bengo, <i>beo, berigo, bongola, bumba, bungo, cailo, cacequele</i>, cacique, <i>chape-chape, cachire, caçombe, calacala, caleo, calumbo, caluzi, cambo, camochilo, cana, canabinga, canda, caquioco, cassai, cateba, cavali, chaduisi, chiambala, chicapa, chiloango, chiumbe, cocuchi ou cuti, cole, colubango, comba, condo, coroca, Cuanavale, cuando, cuango, cuanza, cubango, cubangui, cuchí, cuengo, cugho, cuilo, cuime, Cunene, cungungo, cunhinga, cutato, cutato dos gangelas, dande, diachire, dombuije, dunde, embo, fubo, fumege, gambo, gango, guero, gunga, gunza, inhuca, jombo, kele, lefunde, lessanga, lifune, lilundo, loango, lombe, lombije, loge, longa, lua, luacano, luache, luachimo, luafi, luaia, lualé, luali, luana, luando, luangue, luanza, luati, lubale, lubigi, lubinda, lubuambua, lucaia, lucala, lucango, lucende, Luchazes, luchico, luculo, lucunga, lue, lué, luela, luemba, luena, lufa, lugimba, luegia vovo, luha, lui, luidi, luime, luindo, luinga, luinha, luitu, lulue, lulunde, luluvo, lumeji, lumonhe, lunda, lungouza, lupa, luvo, luvua, luzo, machimbo, maluco, mandimbo, mbrige, membia, mete, michache, mieji, moque, moquiche, mpozo, mucinge, mucussueje, muembei, muere, mui, munda, muonzo, muria, nebando, ngumbo, nhia, nuonvo, ochijau, ocuare, onzo, pacasa, quiende, quivije, rambinda, sal, sange, sembo, suambala, sussa, tampa, uamba, ucuá, uije, uronquiila, vele, viezi, zanca, zadi, zaza, zenza, zibo, zombo.</i></p>
Lagos	<p><i>cabemba, cacuí, calamo, carionga, carumbo, chiconde, chipanga, foto, langa culo, langa uamba, nerinde, nguimeo, ngolume, nmonguel, lotama.</i></p>

Fonte: *Esboço da Carta de Angola de 1912*

É fundamental analisar a geografia angolana e pesquisar a sua presença na toponímia, de forma a entender que o elemento sincrónico actual, mesmo recorrendo a consulta das línguas angolanas, não nos vai permitir identificar a motivação e riqueza cultural dos nomes mais

antigos dos lugares, havendo necessidade de confrontar vários elementos culturais etimológicos.

Quadro 11 – Agronomia Tropical¹⁰⁶ (1956).

<p>Memórias de Angola- Agronomia tropical - 1956</p>	<p>Flora</p>	<p><i>Maconguele, papiros, mulungo, mucuio, ocuihuo, mochos densos, musso, muama, mucololo, muandutche (dente de jacaré) ou mungando,¹⁰⁷ mulombelombe, mumbuzi, muxica¹⁰⁸, munhande, munhondo, munhenhe, muyungo-vungo, mucumbi, macona, muhêe, mateba¹⁰⁹, mucuio, mucungo, mussobolombo, dipopo, mucondi, muongonga, munhui, mussuana, linofe, linofe, luhele, luele, lehele¹¹⁰, luanhanha ou catiecaintse, cangongo, luaii, cangungo¹¹¹, cacilacomboa, caciracombua, calalagumbe, calicongue, cafuchi, catengo, cantiequele, tengambulo, muquenque, mucosso, mungolo, mussala, mussália¹¹², mussuana, manongue, mussibi, mubamba, mujongolo, muha, muhama, muhanuna, muri, mutete, mujimbajimba, mucube, mussoque-ansoque, mucuriambambe¹¹³, mubala ou mubalató, musesse, munititi ou tchifútua, mubanga-banga, miqueliassoco, mussoca, muliadombolo, mutcha, mubeba, muama, mufuco, mutúndua, muiongolo, muama, mufunda, mubambo, muha, mucula, mufuco, muvala, jinguba, fubas, girassonde ou mucula, mucusse, muhumbe ou mumué, mussesse, mucubé ou mucué, mujungue ou jungue, muquerete, mubalagonga ou mussenene, mufuco, mulungué, mumanga, songombia, nhassabala, xinde,</i></p>
	<p>Rios</p>	<p><i>Cuebe, Luengue, Longa, Lucala, Cuito Cuanavale, quedas do rio Lucala, Lombe, lombá, Muesse, Cubia, Mussuma, Bacia do Cubango, Bacia do Cuando ou Zambeze, Cuando, quedas de</i></p>

¹⁰⁶ Fonte: Ministério do Ultramar (1956) *Memórias de Angola – Agronomia Tropical*.

¹⁰⁷ Em ganguela.

¹⁰⁸ Semelhante a mulemba.

¹⁰⁹ Expressão conhecida por toda Angola, PA. Espécie de palha que se usa para confecção de vários utensílios domésticos: chapéus, cestos, abanos, tapetes, etc.

¹¹⁰ Grafia: Luhele, luele, lehele. Outra possível pista de análise variação de dialeto.

¹¹¹ Grafia: *cangongo*, numa parte do documento aparece escrito com a letra *o*, na outra com a letra *u*.

¹¹² Mussa e mussália, tratar-se-ia da mesma planta?

¹¹³ O mesmo que mussália. Tratar-se-ia de uma variação fonética porque de um dialeto de outra região.

		<i>água do Lucala, quedas de água do Luanguinga, Cunto, Rápidos Cangombe no rio Cuando, Rápidos do rio Cumbe, Rápido do rio Longa, Lumai, Lutembo, Utembo, Luassinga, Quiriri, Luio, Lungué-Bungo, Lufuta, Nengo, Luce, Luati, Ninda, Mulai, Cubangui, Cussibi, Chicolui, Quembo, Quembe¹¹⁴, Dima ou Cueio, Mavinga ou Cúbia, Luiana, Luengue, Cuatir, Longa, Cuito, Cuanavale, Cuvo, Cubal, Catumbela, Cuanza, Lovua, Tuachico, Luchazes, Capui, Mulai, chichilo, chissilo, macunde, massango, massambala, cito, uefo, capui, muingolo, muúris, mucubés, macolos,</i>
	Fauna	<i>Turfapsamossolos, punjas, bambis¹¹⁵, gungas ou cefo¹¹⁶, palancas, olongo ou ungiro, guelengues¹¹⁷, jamba¹¹⁸, dumba¹¹⁹, cacu, songue, sengue¹²⁰, impala, guevei¹²¹, jibóia¹²², cuio¹²³, tsé-tsé¹²⁴,</i>
	Gerais	<i>Arimbos¹²⁵.</i>
	Topónimos	<i>Tracado Norte: parte do Longa, segue na direcção dos postos do Lupire, Cangombe, Muié e Ninda.</i> <i>Traçado Sul: além-Longa, Cuito Cuanavale, Mavinga, N`Riquita, Missão de Santa Cruz, até o rio Cuando.</i> <i>Serpa Pinto, Moçamedes, Bié, Nova Lisboa, Mucusso-Luiana, Caiundo, Alto Cuito, Cassamba, Lutembe, Baixo Longa, Gago Coutinho, Lunda, Cuchi, Bembe, Kalahari, Rodésia, Cangamba, Congo, Moxico, Congo Belga (Kwango), Alto Zambeze, Kassai, Kapemba, Cassanje, Cunjamba, Cangombe, Cangamba-Alto Cuito, Chitengue, Muié-Cangamba, Chiúme, Catota, Mucusso,</i>

¹¹⁴ Grafia: rio Quembo e rio Quembe? Tratar-se-ia do mesmo rio?

¹¹⁵ O nome *Bambi* está internacionalizado pelo imaginário universal infantil. É espécie de cabra. Trata-se de um neologismo do PA?.

¹¹⁶ Antílope. O “ maior antílope de África, chegando a pesar mais de uma tonelada. Abundante em todo o Sul.” Ministério do Ultramar (1956: 191).

¹¹⁷ Gno.

¹¹⁸ Elefante.

¹¹⁹ Leão.

¹²⁰ Lagarto.

¹²¹ Cabra.

¹²² Jibóia. Qual a origem, tratar-se-ia, também, de um PA?

¹²³ Lebre saltadora.

¹²⁴ Expressão de origem africana.

¹²⁵ Antigas lavras.

		<p><i>Luiana, Baixo Longa, Cassoango, Sobado de Muzaza, Cúbia, Cuangar, Cabinda, Sto António do Zaire, Ambrizete, Ambriz, Luanda, Maquela do Zombo, Marechal Carmona, V^a Salazar, Duque de Bragança, V^a Henrique de Carvalho, Porto Amboim, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Nova Lisboa, General Machado, V^a Luso, Cazombo, Lucusse, Sá da Bandeira, Porto Alexandre, Baia dos Tigres, Oncócoa, Chibemba, Quibita, V^a Paiva Couceiro, Capelongo, V^a Artur de Paiva, Silva Porto, Chitembo, Alto Cuito, Cassamba, Mupa, Cafu, Humbe, Roçadas, V^a Pereira de Eça, Cunene, Coroca, V^a Arriaga, Quihita, Chão da Chela, Tchivinguiro, Catengue, Chenga, Certunga, Cuembo, Quilombo, Pangué Aluquem, Camomboloca, Dundo, Teixeira de Sousa, Mucueje, Matada, Chifula, Luxilo, Andrada, Cassanguidi, Cosse, Nova Gaia, Chitengue, Santa Cruz, Missão de Santa Cruz, Micango, Mupende, Cunjamba, nhasabala, sáculo, mussaria, gongueiro, Missão de Cassoango, Missão Católica de Capico, Canguar, quimbo do soba Muvuelo, Lutembo, quimbo do soba Sandonga, Ganda, Kivu (Congo Belga), Sessa, Huila, anhara,</i></p>
	Antropónimos	<p><i>Soba Mavuelo, soba Muvuelo¹²⁶, Soba Saluanheca, Soba Mabaia, Soba Mocoboto, Soba Sandongo,</i></p>
	Etnias	<p><i>Caluios, Bundas (estrada dos), Camaxes, Vaiamas, Camucusses, Camaches, Camaxes¹²⁷, Camucussos, Ganguelas, Ambuelas, Cuangares, Camussequeres, Quiocos, Luenas, Nhembas, Camucussos, Caluios, Luchazes, Lubas, Vanhengos, Cambundos, Venhembas, Cangalas, Ambuilas, Valhaumas, Gengistas,</i></p>

Segundo Parreira (1990:175) as províncias do Norte – Designativo dado pelos portugueses às regiões do Ndongo situadas a norte do rio Kwanza: *Dande, Bengo, Museke, Ilamba Baixa, Ilamba Alta, ou Lumbo, Hari e Mbaka*. Muitas vezes, o termo foi aportuguesado na escrita para Dongo. Outras títulos usados no reino eram: Tandalas, mucunzes, macotas.

¹²⁶ Tratar-se-ia do mesmo soba? Será um lapso na escrita?.

¹²⁷ A grafia oscila na escrita dos textos: no relatório dos engenheiros agrónomos aparece *Camaches*, escrito com o dígrafo *ch*, já no relatório dos silvicultores aparece *Camaxes*, escrito com a letra *x*.

Hoje, duas variedades do português estão consolidadas, o Português Europeu, do qual Angola faz uso normativo, e o Português Brasileiro. Segundo Mateus et al. (2006:35), o português em África, por se encontrar fora do seu continente de origem implicará uma variação própria da evolução da língua, e eventualmente alguma mudança. Tal como aconteceu com a LP no Brasil.

Mingas (2000: 50) vai citar três fontes importantes para a história da LP em Angola: as obras de Carlos Ervedosa, na sua obra de 1963 que vai referir as cidade de Luanda e Benguela como os primeiros núcleos dinamizadores da língua e de maior contacto do português com as línguas e culturais angolanas; é ainda este autor que vai chamar a atenção para surgimento de cidadãos angolanos bilingues e autodidatas, com o surgimento de uma burguesia angolana; A criação do primeiro Boletim Oficial impresso em 1845, seguido da criação do primeiro Jornal de Arsénio Carpo denominado “O Futuro de Angola”.

Finalmente, vai referir a José Carlos Venâncio como acérrimo defensor da LP e domínio desta por parte dos angolanos.

2.8 Síntese

Este terceiro capítulo foi dedicado ao enquadramento social, geográfico e cultural da LP no contexto africano, em geral, e no contexto angolano, em particular.

No século XVI o português chega ao continente americano, entra em contacto com as línguas ameríndias, começa a escravização e massacre dos índios no que virá a ser o Brasil. Paralelamente, o PE chega a África invadindo, escravizando, ensinando (também). Entra em contacto com as línguas africanas e transforma-se. As relações comerciais impuseram uma língua de comunicação que servisse as trocas comerciais, fossem elas de bens ou de pessoas.

Estão, deste modo, criadas as condições mínimas para se construir algum conhecimento sobre os primórdios da história da LP em Angola. Tal como aconteceu com o latim na Península Ibérica, a mudança geográfica da língua conduz à sua variação. Em contexto africano, o português entrará em contacto com diferentes realidades geográficas e históricas. Criam-se, em

Angola, acordos e parcerias entre o reino de Portugal e o reino do Kongo, formando-se uma elite composta pelos dois grupos. Durante três séculos o português e o kimbundo funcionam como línguas francas.

Em 1975 o Estado angolano alcança a sua autodeterminação política e assume a língua portuguesa como língua oficial. Esta “nova” língua é o resultado de culturas diversas, de uma geografia específica, de hábitos que influenciam a forma de utilizar a LP. Em Angola, as línguas angolanas estão em estudo, a preparam-se para se oficializarem e transportarem-se para o domínio da escola. Tal como a LP, que já está oficializada em todo o país, prepara-se a identificação dos dialectos provinciais que servirão de base para a formulação daquela que será a estrutura normativa do PA.

As línguas são património de cada país que as falam e por esse país são protegidas. Porque cada língua proporciona uma das múltiplas e infinitas formas de compreender e expressar a percepção individual do mundo. Em Angola, a língua é um dado importante para a identidade dos povos preservado nas línguas desses muitos povos que compõem o país.

A presente resenha sobre a LP em Angola, permitiu-nos perceber que línguas em contacto, tocam-se, permutam, conquistam-se, influenciam-se e mudam com o tempo, porque são organismos dinâmicos.

3. Metodologia

O presente capítulo visa apresentar a metodologia a usar no presente trabalho de investigação; nos métodos usados para a criação do corpus; nas técnicas escolhidas para a análise de documentos de e sobre Angola; bem como nos procedimentos aplicados para a validação dos referidos dados. Partimos dos seguintes pressupostos ao trabalho:

1º - As ciências sociais e humanas não podem estabelecer leis universais porque os fenómenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados¹²⁸;

2º - Nas ciências sociais e humanas não há consenso paradigmático, pelo que, o debate tende a atravessar verticalmente toda a espessura do conhecimento adquirido¹²⁹;

3º - A ciência humana é uma ciência subjectiva, logo é necessário utilizar métodos de investigação qualitativa e critérios epistemológicos que levem à obtenção de um conhecimento intersubjectivo, descritivo e compreensivo.

Pretende-se desenvolver um trabalho empírico dentro de uma metodologia qualitativa. Partindo do propósito de fazer o trabalho de investigação com o fito de não apresentar qualquer julgamento moral, mas restringir-se à análise da realidade, conforme propõem Quivy e Campenhoudt, (2017:226-227). A partir de um quadro epistemológico-conceptual definidor das linhas teóricas de base da investigação, pretende-se analisar as obras de referência histórica da toponímia de Angola.

O objectivo será realizar um levantamento bibliográfico da documentação em LP relativa à formação toponímica dos nomes daqueles lugares que o Estado angolano convencionou definir como as dezoito províncias a saber, Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire. Numa leitura atenta de tais nomes, notamos que, aparentemente, não são palavras da LP, reflectindo o hábito dos habitantes angolanos desses lugares, LsB, que prevaleceu à LP influenciando na sua nomeação.

¹²⁸ Segundo Ernest Nagel, em *The Structure of Science*, in Santos, Boaventura (2003) S. Um discurso sobre as ciências. 14ª ed. Afrontamento. Porto.

¹²⁹ Teoria das revoluções científicas de Thomas Kuhn, in Santos, Boaventura (2003) S. *Um discurso sobre as ciências*. 14ª ed. Afrontamento. Porto.

Paradoxalmente, ao estudar-se a gramática de LP na sua formação de nomes pátrios ou gentílicos, não encontramos qualquer referência, nem mesmo em prontuários identificadores dos adjectivos pátrios denominadores dos oriundos de tais províncias. O que se afigura como, para o docente de LP em contexto angolano, uma grande oportunidade de demonstrar, um possível hibridismo cultural praticado ao longo dos séculos. Deste contexto várias questões se levantam. Por exemplo, o nome do país, Angola, que deriva do nome do rei do Ndongo, rei Ngola, e que foi aportuguesado na escrita para Angola. Como aconteceu tal aculturação? Foi um processo sincrónico ou diacrónico? E, qual o seu significado?

Na actualidade angolana, várias são as grafias em que aparecem impressos oficialmente (em manuais, mapas ou jornais) os topónimos angolanos, ora com o grafema <c>, ora com <k>, ou até mesmo <q>, como acontece, por exemplo com a palavra *Cuanza/Kuanza/Kwanza*; ou *Cuando Cubango/Kuando Kubango/ Kwando Kubango*, o que causa sério descrédito educativo ao ensino da ortografia. Há necessidade de se dar um contributo às políticas linguísticas com bases científicas. Para tanto, acredita-se que a interdisciplinaridade, com áreas como ética, a metodologia, a paleografia, a geografia, a história e a educação são cruciais.

Segundo A. Costa (2006:49) em Angola a LP “contextualiza-se mediante a incorporação na sua estrutura de marcas e traços linguísticos característicos dos idiomas bantu.” É no buscar de resposta a tais “incorporações” que a pesquisa se debruçará sobre a história do contacto dos dois sistemas linguísticos, de forma a perceber como se formaram os topónimos angolanos e consequentes adjectivos pátrios.

Delimitação do tema: A formação dos adjectivos pátrios angolanos.

Ao contribuir para a identificação dos adjectivos pátrios angolanos, estar-se-á a contribuir para a identificação dos significados dos nomes gentílicos e da história da LP em Angola.

3.1 Metodologia

A metodologia em ciências humanas para Quivy e Campenhout, (2017: 24) é das questões mais delicadas e complexas de um trabalho de investigação, por trata-se de uma análise

qualitativa que depende muito do empenho do investigador, da sua experiência, do domínio da questão e do contexto, mas principalmente da autenticidade. Pois, para os autores “uma característica essencial – e rara – de uma boa investigação é a autenticidade”, que se espelha na busca constante de tentar compreender e explicar a realidade através do que chamam de “procedimento científico”. A presente investigação não descreve só uma realidade “real”, isto é, actual, mas também uma realidade condicionada pelo passado.

Ora, tal propósito, a busca do passado, torna o projecto investigativo ainda mais delicado quando se trata do que Raposo (2013:21) chamaria de “observação da mudança linguística”. Assim, o autor alerta que quando se trata de estudar a língua do passado, é preciso ultrapassar o problema de ser obviamente “impossível a observação direta dos falantes e do seu comportamento em sociedade.” A análise estará restrita à investigação documental.

3.1.1 Metodologia qualitativa

Segundo Quivy e Campenhoudt, (2017:26-28) trata-se de metodologia qualitativa quando se está ante um procedimento científico que consiste em eleger alguns princípios fundamentais que permitam atingir um objectivo. Isto é, a partir de princípios de ruptura, de construção e de verificação que implicam no trabalho de investigação, descrever procedimentos que evidenciem ruptura com preconceitos epistemológicos, e abertura para a construção de proposições explicativas e descritivas dos fenómenos em estudo que possam ser observadas, analisadas e verificadas.

Na presente pesquisa inspiramo-nos em Quivy (2017:24) para encetarmos uma “procura sincera da verdade (...) aquela que se repõe sempre em questão e se aprofunda incessantemente devido ao desejo de compreender com mais justeza a realidade em que vivemos e para cuja produção contribuímos.” O nosso propósito com a presente investigação é, despidos de todos os preconceitos já identificados, desenvolver um trabalho empírico dentro de uma metodologia qualitativa para descrever o hibridismo do sistema linguístico português, por um lado, e das línguas bantu, por outro. Para fazer uma pesquisa diacrónica da motivação e origem do significado dos topónimos e identificar as suas derivações morfológicas e, caso não as haja,

poder sugerir possíveis formações de denominações adjectivais pátrias, pois tais definições devem ser oficialmente definidas pelo Estado angolano (A. Costa 2006:369).

A investigação far-se-á apoiar na metodologia qualitativa, mais propriamente na observação de dados concretos. Isto é, a partir da *análise de documentos* escritos antigos comprobatórios das várias denominações toponímicas de que as várias províncias de Angola foram alvo ao longo dos séculos, e de como os naturais foram sendo referenciados e/ou se auto-referenciaram, para descrever, e quando possível justificar, a evolução linguística da toponímia angolana.

Da Matta (1893) alerta para o cuidado na investigação diacrónica, a propósito de uma cópia do manuscrito de João Vieira Carneiro intitulado *glossário*, “(...) pois na língua nbunda encontram-se raízes de idiomas muito diferentes. Eu encontrei algumas da língua grega, outras do árabe, e o meu ilustre patrício o senhor Francisco Pereira Dutra, encontrou muitas das línguas indígenas da América do Sul.” Tal apontamento deixa qualquer investigador se não assustado, pelo menos alerta, para a necessidade de uma investigação pormenorizada, exaustiva e não conclusiva. O método para a investigação pretérita tem de ser mesmo comparativo e de profunda análise de documentos.

O capítulo V trata a formação da toponímia angolana, a descrição da estrutura dos topónimos e as suas propriedades morfológicas. De seguida, dar-se-á ênfase à distinção entre adjectivos pátrios e adjectivos gentílicos para distinguir:

- a) Adjectivo pátrio: aquele que, denominado oficialmente por estatuto próprio do governo angolano, identifica o cidadão natural de cada província e/ou município do país. Este, é formado em LP tendo por base ou radical um nome de lugar (topónimo) acrescido de sufixo adjectival designativo de naturalidade.
- b) Adjectivo gentílico: aquele que, denominado oficialmente por estatuto próprio, identifica o cidadão pertencente a um grupo étnico e/ou um grupo etno-linguístico, independentemente do município, província ou país de nascimento, designados em LP por um nome próprio do povo a que pertence, formado em LP por um nome endógeno.

Para isso, procurámos uma metodologia que nos permita como afirma Quivy e Campenhoudt,

compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns fundamentos das suas representações. (2017:19)

Trata-se da construção e identificação dos modelos de análise utilizados para a leitura da bibliografia teórica ou conceptual e da fonte documental sobre a toponímia angolana. Usamos o termo método nesta investigação de acordo com o conceito de Quivy e Campenhoudt (2017:187) “é o dispositivo específico de recolha ou análise das informações.” Nesta investigação em concreto utilizamos a análise de documentos ou conteúdo, com base em pesquisa bibliográfica.

3.1.2 *Método comparativo*

A partir da linguística comparada pretende-se analisar os elementos constitutivos dos topónimos que compõem as províncias angolanas em LP, em contacto com as LA. Estudar as fontes e delas fazer uma análise qualitativa para identificar, descrever, caracterizar e compreender as várias denominações toponímicas ao longo dos tempos. Segundo Raposo (2013:xxvi) o método comparativo, que se realiza na leitura em paralelo de texto de épocas diferentes da história da LP, permite chegar à conclusão de que o seu sistema é dinâmico e em permanente mudança. Desse modo, permitir-nos-á fazer uma análise diacrónica para identificar as mudanças ocorridas nos topónimos do PA no decurso da história dos seus lugares para perceber em que aspectos, quando e como ocorreram tais mudanças no contexto específico angolano.

O método comparativo segundo Coutinho (1976:14) consiste em relacionar “os fatos de uma língua com os análogos de outra, para assim lhes descobrir a origem ou procedência.” Para este autor, é o método mais seguro para auxiliar a investigação etimológica.

O estudo dos topónimos seleccionados, a partir das fontes, permitirá realizar uma análise qualitativa, o que implicará não apenas uma investigação interna da LP no tempo, a chamada variação diacrónica, comparando o PE e o PA, mas também uma análise no espaço geográfico,

chamada variação diatópica. A segunda exige uma análise contrastiva entre o PA e as línguas bantu (Mateus & Cardeira (2007: 80).

Enquanto, no estudo comparativo se cotejem duas ou mais línguas afins, no estudo contrastivo criam-se espaços de diálogo e de coabitação no tempo. Cabe ao linguista perceber e encontrar conhecimento e explicação cabal, isto é, gramatical e linguística que explique as permutas ocorridas entre a LP e principalmente as LA, kimbundo, kicongo, kioco, umbundo, ibinda, nhaneca e ganguela, para citar as de maior relevância nos primeiros contactos com o português.

3.1.3 Método Contrastivo

A partir do contraste entre a LP e as LB de Angola, procede-se à identificação de criação de quadros sinalizadores das principais diferenças que estiveram na origem das interferências.

Tais procedimentos tenderão, no plano dos estudos da variação ao longo do tempo, a estabelecer cortes que, ainda que artificialmente, permitam estabilizar sincronicamente os estádios da língua que passarão, então, a ser objecto de contraste (Faria, 2006: 33).

Com estes métodos pretende-se:

- Comparar a ortografia de LP e a Ortografia de LB quanto à morfologia – formação de palavras para identificar possível origem da denominação e significação dos topónimos em estudo;
- Identificar os componentes, raiz, morfemas, prefixos e sufixos na formação de palavras da toponímia angolana, das dezoito províncias angolanas;
- Identificar em dicionários LP e LB possíveis significados de tais topónimos;
- Criar quadros derivacionais;
- Comparar tais quadros e identificar possíveis origens;
- Criar quadros sinalizadores de interferências linguísticas das LB na LP.

Em Angola, ainda não há acordo em relação à ortografia para as diferentes línguas angolanas, ou seja, e conseqüentemente, ainda não há critérios científicos ou políticos oficiais

que permitam regulamentar a ortografia dos topónimos em estudo. Tal resulta nos seguintes factos:

- 1º Não existe uma forma definitiva na escrita actual dos nomes das dezoito províncias;
- 2º Não se conhece a origem e significado dos topónimos (história da língua);
- 3º Não há descrição regular dos hibridismos linguísticos.

3.2 Fontes

As fontes de investigação são fontes históricas que se baseiam na constituição de um grupo de documentos antigos, composto pela cartografia antiga e literatura de viagens e todo o tipo de texto que tenha alguma referência antiga de algum lugar em estudo.

Segundo Raposo (2013: xxvi) “Ao estudo histórico da evolução fonética, lexical, sintáctica e semântica das línguas chama-se linguística diacrónica.”

A análise das fontes documentais será realizada numa perspectiva descritiva, sem intenção prescritiva da gramática tradicional, assumindo a postura de Raposo (2013: xxvi):

A perspectiva – chamada descritiva - os gramáticos não fazem juízos de valor sobre a correção ou incorreção das variantes linguísticas, descrevendo-as sem preconceitos quando as suas características são relevantes para os fenómenos em análise.

3.2.1 *Corpus*

Consideramos a cartografia antiga: mapas geográficos, atlas históricos, atlas linguístico e atlas geográfico com referência à toponímia angolana. E ainda mapas etno-linguísticos, dicionários etimológicos, gramáticas antigas de LP e das LsB, prontuários, manuais escolares e outros textos com referência à toponímia angolana. Mas também dicionários bilingues e exemplares vários de textos escritos ao longo dos séculos de contacto dos sistemas linguísticos em estudo para perceber como os naturais dos diferentes locais se identificam.

A definição far-se-á do cotejo da toponímia angolana nos documentos supra citados. Tal cotejo será feito com base em pressupostos metodológicos e princípios éticos que a seguir serão retratados, o que, evidenciará a análise às obras de referência histórica e toponímica de Angola.

A partir do Modelo Toponímico de Dick (1999) serão elaborados dezoito comentários etimológicos, linguísticos, gramaticais e históricos da evolução dos topónimos, ou seja, análise etimológica, taxonómica, semântica e vocabular da toponímia angolana e levantamento dos elementos radicais afixos, e dos pátrios. Tais comentários resultarão em 18 fichas lexicográfico-toponímicas que correspondem às dezoito províncias do território angolano para demonstração, do estudo descritivo comparativo e identificação de características das línguas em contacto. A análise dos topónimos provinciais angolanos será apresentada por ordem alfabética.

A fonte primária de pesquisa etimológica é a obra de Mário Milheiros (1972) *Índice Histórico-Corográfico de Angola*, do Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.

A análise das tais fontes irá permitir, construir e condensar num banco de dados organizado, possibilitando apurar a origem banta dos topónimos, estudar como se deu, ou não, o aportuguesamento dos topónimos e identificar possíveis hibridismos dos seus constituintes.

O passo seguinte consistirá em identificar as características da toponímia angolana:

1. Elemento específico simples com radical mais sufixo;
2. Topónimo composto ou elemento específico composto: mais de um elemento formador, de origens diversas entre si;
3. Topónimo híbrido ou elemento específico híbrido: elementos oriundos de diversas línguas.

O Modelo Toponímico enunciado por Dick (1990), com adaptação metodológica de Seabra (2004; 2006), enquadra-se no Sistema Toponímico Taxionómico com 27 categorias, o que permitirá sistematizar e organizar o conhecimento da área da toponímia angolana.

3.3 Técnicas

A ficha lexicográfico-toponímica é um instrumento que facilita o processo de estudo linguístico e etno-histórico dos designativos de lugares, acompanhado de mapas gerais, específicos, temáticos representativos das diferentes dimensões que orientam o estudo dos topónimos. Espelha e sintetiza, também, o tratamento lexicográfico de mapas, documentos e registos bibliográficos que serviram de instrumentos metodológicos que embasaram a análise de dados.

Para tal, outro procedimento metodológico citado Dick (1999), Isquierdo & Seabra (2004, 2018), e que adoptaremos para a toponímia angolana, consiste no procedimento de descrição de taxonomias toponímicas: distribuição e agrupamento do topónimo em categorias indicativas do campo semântico; busca de causas motivadoras da sua denominação; identificação da realidade física e antropocultural do topónimo.

2.3.1 *Taxonomia de natureza física*

1. Astropónimo: topónimo relativo aos corpos celestes.
Ex: Ponta do Sol, Camujeje¹³⁰.
2. Cardinotopónimo: topónimo relativo à posição e orientação geográfica; estabelecem, entre si, uma relação sintáctica uma vez que são como que partes de um mesmo nome. Estes topónimos indicam, claramente, uma motivação orientadora de referente espacial com o critério objectivo de descrever a posição do topónimo na localização geográfica.
Ex: Kwanza Norte, Kwanza Sul; Lunda Norte, Lunda Sul, Cassai – Norte (Lunda).
3. Cromotopónimo: topónimo relativo à escala cromática.
Ex: Praia Morena (Benguela), Morro Preto (Moçamedes), Quedas Monte Negro (Namibe), Ponta *Negra* (Cabinda), Pedras *Negras* de Pungo a Dongo (Malanje).
4. Dimensiotopónimo: topónimo relativo às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade.

¹³⁰ kimbundo: Luar.

- Ex: Ngolungo Alto, Baixa do Cassanje, Dombe Grande. Quissanga pequena (Novo Redondo), Tendo Pequeno (Benguela), Tendo Grande (Benguela), Serra da Leba¹³¹.
5. Fitotopónimo: topónimo de índole vegetal, espontânea na sua individualidade, em conjuntos da mesma espécie, ou de espécies diferentes, além de formações não espontâneas.
- Ex: Banana¹³², **Dongo**, Samba Caju, Massangano, Massango, Mucamba, Musalengue, Caseque, Mangue, Calalanza, Cosanza.
6. Geomorfotopónimo: topónimo relativo às formas topográficas.
- Ex: *Quedas Monte Negro* (Namibe), *Pico do Azevedo* (Namibe), *Cabo de Sta Marta* (Namibe). *Cova do Leão*, *Ponta Negra* (Cabinda), *Pedras Negras de Pungo a Dongo* (Malanje). *Pedra Maior*, *Pedra Grande e Pedra Pequena*, *Ponta da Marca*.
7. Hidrotopónimo/patamónimos: topónimo que designa água ou água corrente, resultante de acidentes geográficos.
- Ex: Rio Kwanza, Rio Zaire, Rio Bengo, Rio Cunene, Rio Lumeje, Rio Lueje, Rio Cuango, Rio Cassai, Rio Cuvango, Rio Cunene, Rio Zambeze, Rio Kwando.
8. Litotopónimo: topónimo de índole mineral, relativo à constituição do solo, representado por indivíduos, conjuntos da mesma espécie, ou de espécies diferentes.
- Ex: Alto Cauale, Alto Cuilo (Lunda), Alto Chicapa, baixo Songo, Alto Songo, Alto Kwanza, Alto Cuile, Baixo Cunene (Huíla), Alto Cunene (Huíla), Baixo Cuito (Cubango), Baixo Kwando (Cubango).
9. Meteorotopónimo: topónimo relativo a fenómenos atmosféricos.
- Ex: Quigungo¹³³. Nvula, Mbela.
10. Zootopónimo: topónimo de índole animal, representado por animais domésticos, não domésticos ou da mesma espécie.
- Ex: *Ngolungo*¹³⁴ Alto, *Cova do Leão*, *Rio dos Flamingos*, *Baía das Pombas*, *Baía das Vacas*, *Baía dos elefantes*, *Baía das Tartarugas*, *Península dos Tigres*, *Palanca*, *Cabeça de Baleia*, *Cotovelo das Ostras*.

¹³¹ Léba, adj. comprido, alto (kimbundo) *Dicionário kimbundu-portuguez* da Matta (1893:86)

¹³² Citado no Doc. 8 Delegação do Governo Portuguez em Cabinda, nº 17, de 26 de Março de 1885. In *Revista do Arquivo Histórico de Angola Fontes e Estudos*, nº2 de Novembro de 1995.

¹³³ Ribombar (da chuva). In Helder Pande (2017:482). *Proposta de Harmonização ortográfica da toponímia de*

¹³⁴ Ngulúngu, veado. In Da Matta (1893) *Dicionário Kimbundu-Portuguez*.

2.3.2 *Taxonomia de natureza antropocultural*

11. Animotopónimo ou nootopónimo: topónimo relativo à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano.
Ex: Pedras *Salvadoras* (Namibe), Ponta do *Diabo*, (Cabinda), Bela Bela, Boa Vista.
12. Antropotopónimo: topónimo relativo aos nomes próprios individuais.
Ex: Angola, Muatianvua, Soba Huila, Soba Giraul, Soba Goyo. Serpa Pinto, Silva Porto, António Ennes, Sarmiento Rodrigues, Hoji ya Henda, Deolinda Rodrigues, Lénine.
13. Axiotopónimo: topónimo relativo aos títulos e dignidades que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.
Ex: Rua: Rei Katyavala, Rainha Nginga ou Nzinga, Rei Mandume, Major Kanhangulo, a princesa Mani-Cimbi-Cambisi¹³⁵, Mani Kongo, *Xá-Muteba*.
14. Corotopónimo¹³⁶: topónimo relativo aos nomes de cidades, países, regiões, estados, províncias, continentes.
Ex: Vila Nova (em Benguela), Benguella Velha, Benguela (no Bié), Angola (em Benguela), Egito (em Benguela), Montemor (Namibe).
15. Cronotopónimo: topónimo que encerra indicadores cronológicos representados, em toponímia, pelos adjetivos nova/novo e velha/velho.
Ex: Novo Redondo¹³⁷ (Kwanza Sul); Nova Lisboa (Huambo); Terra Nova (Luanda).
16. Ecotopónimo: topónimo relativo a habitações.
Ex: Mbanza¹³⁸ Congo; Mbanza Nsundi, Mbanza Soyo, Mbanza Puto¹³⁹.
17. Ergotopónimo: topónimo relativo a elementos da cultura material.
Ex: Chapéu Armado, Marimba¹⁴⁰.

¹³⁵ Governadora do Chiavola. Citado no Doc. 8 Delegação do Governo Portuguez em Cabinda, nº 17, de 26 de Março de 1885. In Revista do Arquivo Histórico de Angola Fontes e Estudos, nº2 de Novembro de 1995.

¹³⁶ O Corotopónimo em Angola vai coincidir, de um modo geral, com o Cronotopónimo, que se distinguirá deste último, pelo uso dos adjectivos em causa: novo/a e velho/a.

¹³⁷ Antigo Ngunza, rio Ngunza. In Da Matta (1893) *Dicionário Kimbundu-Portuguez*.

¹³⁸ O topónimo *Mbanza* significa a residência da corte real ou as casas reais. CHATELAIN, Héli. (1894: 504-505). Contos Populares de Angola. In. PIRES DE LIMA, Dr. Fernando de Castro (Org.). Cinquenta contos em quimbundo coligidos e anotados por Héli Chatelain. Lisboa, Agência-Geral do Ultramar – 1964.

¹³⁹ Casa do representante o Rei de Portugal no Reino do Congo.

¹⁴⁰ O topónimo *Marimba* (também, nome de instrumento musical) era o antigo Holo e Ginja segundo Granado (1946:202) a sede da corte da rainha Ginga em Malanje.

18. Etnotopónimo: topónimo relativo a elementos étnicos, clã ou tribo.
Ex: Congo, Lunda, Ovampo, Bié, Bailundo.
19. Dirrematotopónimo: topónimo constituído por frases ou enunciados linguísticos.
Ex: Malanje, Chobó¹⁴¹ (Bié), Bela – Bela (Huila), Savitangaiala -da- Môma¹⁴² (Huambo).
20. Hierotopónimo: topónimo relativo a nomes sagrados de diferentes crenças: a associações religiosas e a efemérides religiosas.
Ex: Ponta do Diabo¹⁴³ (Cabinda), Pedra do Feitiço.
21. Hagiotopónimo: topónimo relativo aos santos e santas do hagiologio romano. Ex: São Salvador; Santo António do Zaire, Nossa Senhora da Muxima, São Paulo de Assumpção de Luanda, S. Nicolau (Namibe).
22. Mitotopónimo: topónimo relativo a entidades mitológicas.
Ex: kalunga¹⁴⁴, ManiKongo, Ngola.
23. Historiotopónimo: topónimo relativo aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes.
Ex: Avenida 11 de Novembro, 5 de Outubro, Avenida Revolução de Outubro.
24. Hodotopónimo (adotopónimo): topónimo relativo a vias de comunicação rural e urbana.
Ex: Nha¹⁴⁵Comboio (Moxico), Musseque.
25. Numerotopónimo: topónimo relativo aos adjetivos numerais.
Ex: Cabo das Três Pontas (Benguela), Sete Armazéns (Seles), Rio Sete.
26. Sociotopónimo: topónimo relativo a actividade profissional, económica, cultural ou outra de uma comunidade.
Ex: Tenente (Bié), Ponta Albina, Duque de Bragança, ManiCongo, Muatiânvua, Marechal Carmona. Comandante Bula.
27. Somatotopónimo: topónimo relativo a partes do corpo humano (relação metafórica).
Ex: Braço de Ferro (Portugal), Pé na Cova (Portugal).

¹⁴¹ *Xobô-xobô! Expressão onomatopaica que exprime a queda d'um corpo n'água.* Segundo o dicionário kimbundo- português de Da Matta (1893: 152) ; Citado no Doc. 8 Delegação do Governo Portuguez em Cabinda nº 17, de 26 de Março de 1885. In Revista do Arquivo Histórico de Angola Fontes e Estudos, nº2 de Novembro de 1995.

¹⁴² In Granado (1946:289).

¹⁴³ Citado no Doc. 8 Delegação do Governo Portuguez em Cabinda, nº 17, de 26 de Março de 1885. In Revista do Arquivo Histórico de Angola Fontes e Estudos, nº2 de Novembro de 1995.

¹⁴⁴ O infinito, Deus, o mar, a morte . (traduz-se pelas várias línguas bantu).

¹⁴⁵ Deve sugerir a forte presença de Cabo verdianos na região, uma vez que nha significa minha em crioulo de Cabo-Verde.

2.3.3 *As fichas lexicográfico-toponímicas*

A construção das fichas lexicográficas seguindo o modelo de Dick (1999) é a principal técnica a utilizar para atingir o objectivo da pesquisa, isto é, compreender como é construída a toponímia angolana.

As fichas lexicográficas permitem comparar a ortografia de LP e a ortografia Bantu, a morfologia, formação de palavras para identificar possível origem da denominação e significação dos topónimos em estudo, identificar os componentes, raiz, morfemas, prefixos, sufixos na formação de palavras da toponímia angolana, das dezoito províncias angolanas:

- a) Identificar em dicionários de LP e de LB possíveis significados de tais topónimos;
- b) Criar quadros derivacionais;
- c) Comparar tais quadros e identificar possíveis origens;
- d) Criar quadros sinalizadores de interferências linguísticas das LB na LP.

Para isso, foram estabelecidos os seguintes critérios de análise:

- I. Características fonético-fonológicas e morfológicas que, embora os distingam do PE, se inscrevem em padrões angolanos;
- II. Características fonéticas/fonológicas e morfológicas que, embora se inscrevam em padrões angolanos de língua portuguesa, se distingam dos padrões bantu;
- III. Correspondência dos topónimos em estudo atestados nas raízes históricas de LP, reconstruídas a partir de tais topónimos;
- IV. Correspondência dos topónimos às palavras atestadas numa LB e às raízes reconstruídas a partir de tais topónimos;
- V. Correspondência dos topónimos constituídos por elementos linguísticos frequentes nas regiões a que estão nomeados.

A análise de tais critérios, como enuncia Viriato (2011:121) vai criar condições das quais decorre uma ponderação que permita distinguir “soluções mais prováveis e científicas numa

proposta de étimo”, a partir da leitura de mapas e documentos antigos possibilitadores da criação de inferências, que, finalmente, será sintetizada pela construção dos seguintes modelos de fichas bibliográficas.

Assim, criámos uma ficha lexicográfica – toponímica, adaptado ao contexto angolano, conforme se segue:

Quadro 12 - Ficha lexicográfica-toponímica (Modelo Dick, 1990)

Ficha lexicográfica-toponímica nº0
Município:-----Localização:----Topónimo: ----Variante ortográfica:----
C: Tipo de acidente:---- AG:----AH:----Taxonomia:----Etimologia:----
Entrada Lexical:----Estrutura Morfológica:----Histórico:----
Informações Enciclopédicas:----Fonte:----Revisora: ----Data da coleta:

Explicitação da ficha lexicográfico-toponímica, Modelo Dick 1990:

- a) **Município** – Divisão Administrativa de uma província;
- b) **Localização** – As coordenadas geográficas que indicam a posição do lugar em estudo em relação ao país;
- c) **Variação Ortográfica** – As mudanças ocorridas na escrita do topónimo ao longo dos tempos;
- d) **Topónimo** - Trata-se do signo toponímico, isto é, o significante;
- e) **Acidente Geográfico** - Lugar de natureza geográfica ou física - rio, mar, ponta, bacia, península, montanha, monte, planície, planalto, vale, serra, floresta ou outro;
- f) **Acidente Humano** - Lugar nomeado e delimitado pelo homem – continente, país, sobado, província, distrito, concelho, povoação, sanzala, quimbo, vila, campo, aldeia, cidade, município, bairro, comuna, rua;
- g) **Taxonomia** - classificação segundo as características toponímicas;
- h) **Etimologia** - trata-se da descrição pormenorizada da possível origem e evolução histórica dos elementos que constituem o signo toponímico. O processo de nomeação onomástico-toponímico e sua motivação;

- i) **Estrutura Morfológica** - Uma vez que se trata de construções que nascem em contexto de línguas em contacto, há necessidade de identificar as suas estruturas e analisar possíveis hibridismos, ou neologismos;
- j) **Histórico** - Exposição de dados que resgatam ou registam factos diacrónicos que possam auxiliar na compreensão da significação do signo toponímico;
- k) **Informações Enciclopédicas** - Dados complementares compilados a partir de obras de referência auxiliares;
- l) **Fontes** - Indicação das obras e dos documentos que forneceram as informações basilares necessárias à análise dos dados;
- m) **Revisora** - A Professora Orientadora;
- n) **Data da coleta** - Indicação do dia, do mês e do ano em que os dados em análise foram recolhidos.

Devido às características socio-linguísticas de Angola, um país multilingue, cuja característica primeira dos seus habitantes é o bilinguismo, foram acrescentados elementos de carácter etno-linguístico à ficha.

O foco do nosso trabalho serão as linhas metodológicas de análise de documentos antigos da história do contacto da LP com as LB em e sobre Angola, pautando-se por o que é definidor da linguística, isto é, a descrição desses dados para possíveis interpretações e criação de linhas de actuação para um agir mais ético e próximo da verdade e cientificidade na investigação em linguística que ora se inicia.

Enquanto a gramática tem um carácter prescritivo e normativo, isto é, serve para dar à sociedade, normalmente através da formação escolar, as regras para um correto uso da língua em diferentes circunstâncias. A linguística tem um fim descritivo, analisando causas ou consequências, identificando ocorrências e tendências.

Um fenómeno comum na nomeação de lugares e que o investigador deve levar em conta é a *transposição de nomes* de um lugar para outro. O pesquisador tem de cuidar da informação e da fonte, pois muitas vezes, um nome que aparente ser original de um lugar, na verdade pode ter sido descolado por razões diversas. Tais fenómenos acabam, muitas vezes, por enviesar, as

informações, porque se não se souber do ocorrido, o investigador pode ser induzido em erro, e comunicar dados de um lugar como se fossem de outro, por desconhecimento.

Assim, nascem muitas cidades que para diferenciar do nome inicial levam um adjectivo, como p.e, Benguella Velha, Vila Nova (em Benguela), Benguela (no Bié), Angola (em Benguela), Egipto (em Benguela), Baixo Cuito (no Kwando Cubango), Baixo Cunene (na Huíla), Alto Cunene (na Huíla).

Para acautelar tais situações, mais comuns do que se imagina, a Lei de Bases da Toponímia no seu (*Decreto Lei nº 14/016 de 12 de Setembro do Ministério da Administração do Território e da Educação, 2016*), trata da questão temática dos topónimos atribuindo categorias como populares e tradicionais, personalidades do mundo das artes, letras e cultura, da vida política, académica, científica, religiosa e desportiva; acidentes geográficos, nomeadamente, montes, vales, serras, rios, lagos; nomes de plantas e animais; datas e acontecimentos históricos, políticos ou culturais; monumentos históricos e património cultural; heróis de resistência e de luta armada; referências geográficas; antropónimo tradicional angolana e profissões.

Em linguística, o investigador deve abster-se de corrigir os fenómenos que observa sob pena de falsear os dados da pesquisa, e induzir o leitor a aceitar ou refutar as suas propostas. Portanto, o linguista deverá tão-somente, descrever e evidenciar inferências nos fenómenos analisados tais como estão escritos ou são pronunciados. Depois, sim, aventar a sua hipótese de harmonização, acomodação ou ruptura, e se tais características se enquadram numa linha diacrónica e/ou sincrónica do topónimo em estudo.

3.4 Limitações da pesquisa

As principais limitações da presente investigação prendem-se com:

- i) Insuficiência na obtenção das fontes primárias: houve dificuldade na localização de documentos que testemunhem as línguas angolanas que deram origem aos topónimos;
- ii) Indefinição da ortografia das LB, originando várias indefinições passíveis de induzir o investigador em erro;

- iii) Limitação temporal para a pesquisa, devido ao COVID-19, muitos acessos estiveram limitados por longo período.

3.5 Síntese

A nossa investigação optou, no que diz respeito à recolha de dados, pela realização de análise documental e etimológica da toponímia, pátrios e gentílicos de Angola, apoiada numa dupla classificação tipológica, taxonómica e linguística, por um lado e em 18 grelhas de codificação: uma temática (raiz = nome= significado), uma linguística (derivacional =nominal ou adjectival; composicional/afixal= prefixo, sufixo, afixo), motivacional (origem cultural do étimo), histórica (datação e fonte) e outra espacial (taxionómica segundo Dick, 1999, 2004), o que resultou na ficha lexicográfica-toponímica de Angola, a partir do modelo Dick.

A análise aos topónimos nas fontes supra citadas e em estudo nalguns dicionários etimológicos e gerais de LP, permitiu a escolha de procedimento de análise documental e verificar e ou inferir sobre a origem e evolução etimológica dos topónimos angolanos: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire, que correspondem às 18 províncias que compõem o país, Angola. Observamos numa primeira análise dicionários de LP, prontuários de LP, manuais e Mapa.

A análise das tais fontes permitirá construir e condensar em um resumo de banco de dados organizados em, por exemplo, o total de topónimos a analisar, neste caso às dezoito províncias de Angola, a origem bantu dos topónimos, estudar como se deu ou não o aportuguesamento dos topónimos, identificar possíveis hibridismos e seus constituintes.

E assim, contribuir também para que os professores angolanos estejam mais habilitados e tenham mais ferramentas locais para trabalhar a LP em contexto próprio, como diria Quivy (2017:19) “...contribuir muito para a lucidez dos actores sociais acerca das práticas de que são autores, ou sobre os acontecimentos e os fenómenos que testemunham.”

Enfim, este trabalho de investigação visa responder aos critérios metodológicos que tem como questão de fundo acudir a harmonização linguística de bases descritivas de justaposição toponímica entre etimologia bantu e a etimologia portuguesa.

4. Análise dos Dados

O objectivo deste quarto capítulo será o de apresentar documentação sobre Angola, produzida ao longo dos tempos, e que comprova o contacto das várias línguas angolanas com a LP. Com base nessa documentação, pretendemos descrever os hibridismos, levantando hipóteses sobre as etimologias que justificam a origem dos dezoito topónimos em estudo, a sua evolução diacrónica, a identificação dos traços seus distintivos.

O presente capítulo permitirá compreender a forma como Portugal, enquanto o colonizador, percebeu, escreveu, descreveu, representou, criou, transformou e aportuguesou os nomes dos lugares angolanos. Será essencial perceber como, depois da independência, Angola tem tratado a relação dos topónimos com a realidade cultural, com vista à construção do PA, marcado pelo contacto interidiomático mantido com as línguas angolanas durante cerca de cinco séculos de convívio.

4.1 O problema

O início do trabalho, foi marcado pelo levantamento de dados que confirmavam o problema, isto é, a ausência na literatura didactico-pedagógica angolana sobre topónimos pátrios e gentílicos.

4.1.1 *Análise da obra de Silva Porto (1817-1890) Viagens e apontamentos de um portuense em África.*

Procedeu-se à análise em MAXQDA do livro de Silva Porto *Viagens e apontamentos de um portuense em África* [1846-1890]. O MAXQDA é um software de análise qualitativa de dados cujo objecto é coletar, transcrever, organizar, visualizar e publicar investigação científica. O objectivo desta análise foi proceder à identificação de topónimos, gentílicos e adjectivos pátrios referentes a Angola e seus povos.

Constatou-se:

- a) A obra em análise foi compilada e reeditada, em 1986, em dois volumes pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra no que resultou em grandes alterações aos textos originais de Silva Porto conforme faremos algumas notas a seguir;
- b) Forte interferência da editora na escrita do autor, alterando-lhe forma (ortografia e pontuação) e conteúdo (ordem de frases, conceitos e assuntos). O editor acreditava que a obra não era de interesse filológico, logo poderia alterá-los, conforme assume nos excertos em anexo 1(p. 283);
- c) O editor afirmou ter alterado a ortografia dos seguintes topónimos: Benguela, Bié, Luanda, Catumbela e Cuanza. Mas alterou também Pungo Andongo, Caconda, Ambaca, entre outras muitas;
- d) O editor assume a alteração da ortografia de Silva Porto *Ocimbundu* (*singular*) e *Ovimbundu* (*plural*) e *umbundu* (*língua e adjectivo*) aportuguesadas para *Umbundo* e *Ovimbundo*;
- e) O editor escreve alguns topónimos com várias grafias: por ex no (anexo 1:293) *ambo* (*Huambo, Wambo*); *Ciyaka* (*quiaca*); *Nganda Canda*. E ao longo da obra, qualquer das três formas pode vir a ser utilizada;
- f) Silva Porto cita exhaustivamente nomes étnicos: *bienos, bailundos, sertanejos, ganguelas, humbes, imbangalas, quimbares*;
- g) Silva Porto cita inúmeros nomes de lugares: *Cuango, Lunda, Lovale, Lui*;

Uma vez assumida a advertência da compiladora sobre a alteração ortográfica dos topónimos, sentiu-se necessidade de se ter acesso aos manuscritos:

1. O tempo de pesquisa não nos permitiu uma leitura exhaustiva, paciente e aprofundada que tal análise exige. Pois, trata-se de 13 volumes, de aproximadamente 400 páginas cada, distribuídos entre Lisboa e o Porto.
2. Na Sociedade de Geografia de Lisboa, tivemos acesso ao reservado do espólio manuscrito de Silva Porto (1817 -1890) Copiador de 80 cartões (vol. I) 1871. Bem como tivemos acesso ao seu *Livro de carga e copiadore cartas VI.II do sertanejo Silva Porto 1879 – 1889*. E as *Cartas -1888-1890*.

3. No pouco tempo de contacto e manuseio dos manuscritos de Silva Porto localizámos os seguintes topónimos: *Bihé, Bengo, Benguella, Vapor Bengo, vapor Dande*. E possivelmente, *Cambinda*?

A análise desta obra de Silva Porto que retrata Angola do início da colonização territorial permitiu identificar o problema da tese, um topónimo de origem angolana, quando referenciado, pode apresentar duas a três grafias diferentes ao longo da obra; a referência aos africanos é feita pela indicação étnica que se mistura e confunde com a regional e, muitas vezes, o pejorativo.

4.1.2 *Análise de dicionários*

Procedeu-se a seguir à inventariação dos topónimos angolanos nos dicionários oficiais usados no mercado angolano:

- 1) *Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora (2015). Acordo ortográfico o antes e o depois*. Porto: Porto editora.

Escolhemos este dicionário por ser o de maior circulação no mercado angolano. Sendo talvez o mais consultado. É um instrumento de uso generalizado nas diversas instituições de ensino.

Analisadas as entradas de topónimos angolanos no dicionário em estudo, constatamos que dos 18 topónimos alvo apenas três estão presentes: O topónimo *Angola* e mais duas províncias, *Cabinda* e *Huambo*.

Analisados os possíveis adjectivos pátrios e/ou gentílicos dos topónimos no dicionário encontrámos:

Angolanismo – referente a Angola - definição de sistema político.

Angular – referente a Angola – antiga moeda.

Cuanza n.m. = Kwanza . A ortografia do topónimo com o grafema <c> remete igualmente para o grafema <k>. A primeira entrada não possui qualquer explicação, enquanto na segunda,

Kuanza, é indicada como a unidade monetária de Angola; faz, igualmente, referência ao *cuanza*, como nome de rio angolano enquanto acidente geográfico. Não há qualquer referência ao topónimo (acidente humano), isto é, à província.

a) Entradas de adjectivos pátrios com referências aos respectivos topónimos:

Angolense – referente a Angola;

Angolano – sem indicação de variação de género;

Benguelense – referente à província de Benguela;

Benguelas – referente à província de Benguela;

Bieno – referente à província do Bié, sem indicação de variação de género;

Cabindas – referente à província de Cabinda;

Huambos - referente à província do Huambo, sem indicação de variação de género;

Luandense – referente à província de Luanda;

Lundês – referente à província da Lunda.

b) Os gentílicos ligados a possíveis etnias:

Angolares – etnia (sem explicação ou localização geográfica);

Angolas - etnia (sem explicação ou localização geográfica);

Cuanhamas – etnia (sem explicação ou localização geográfica).

c) Outras entradas relevantes:

Cuandu - A título de curiosidade, faz-se notar que esta palavra aparece no dicionário, mas com referência ao Brasil - do tupi – zoologia, sem explicação do possível significado.

Cuanhama – aparece como entrada de topónimo de Angola, sem localização geográfica.

Algumas unidades lexicais angolanas que aparecem no dicionário: *Cabiri*, *Luando*, *Malambas*, *Muamba*, *Muambeiro*, *Muana*¹⁴⁶.

Em 2015, o *Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora*, ainda não tinha produzido conhecimento para as 18 províncias que compõem o território angolano. Para além da referência ao país, Angola, inclui apenas como entrada duas províncias: Cabinda e Huambo. Outras três

¹⁴⁶ Nota de curiosidade: monema comum às línguas bantu para indicar “criança”.

províncias são referenciadas quando os seus adjectivos pátrios são mencionados como entradas, a saber, “Benguela”, “Bié”. A designação de “Cuanza”, tem entrada apenas como acidente geográfico, rio, e não como acidente humano, província; finalmente, aparece o topónimo “Lunda”, embora, sem a devida distinção Norte e Sul. Tendo em conta que se trata de um dicionário geral da LP, a contribuição para o estudo da toponímia angolana é, ainda assim, escassa.

2) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências das Lisboa (2001)*. Lisboa: Verbo.

Este é um dicionário considerado de referência, uma vez que tem a chancela da Academia de Ciências de Lisboa.

Analisadas as entradas dos topónimos angolanos no dicionário em estudo, constatamos que dos 18 topónimos, identificamos a presença, para além do topónimo *Angola*, de mais quatro províncias: *Benguela*, *Cabinda*, *Huambo* e *Luanda*.

Analisadas os possíveis adjectivos pátrios e/ou gentílicos dos topónimos no dicionário constatámos:

a) Entradas gerais com referências a topónimos:

Angola - referência ao país.

Cabinda - sem referência à província e ao topónimo, mas à etnia.

Huambo - sem referência à província e ao topónimo, mas à etnia.

Kuanza - unidade monetária de Angola (faz referência ao “*cuanza*” como nome de rio angolano, ou seja, como acidente geográfico. Não há qualquer referência ao acidente humano, isto é, à província (tal como no *Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora*).

b) Adjectivos pátrios com referências aos respectivos topónimos:

Benguelense – referente aos naturais da província de Benguela;

Luandense, *luandino*, *luandês* – referente aos naturais da província de Luanda;

c) Entrada de gentílicos ligados a possíveis etnias:

Os cabindas – referenciado como uso pejorativo no Brasil.

Como se pode deduzir não há grandes diferenças entre os dois primeiros dicionários. Constatase uma parca contribuição do léxico de Angola para a constituição de ambos.

3) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2002). Instituto António Houaiss de Lexicografia, Lisboa.

Analisadas as entradas de topónimos angolanos no dicionário em estudo, constatamos que dos 18, identificamos a presença, para além do topónimo *Angola*, de mais duas províncias: *Bié* e *Lunda*.

Analisadas os possíveis adjetivos pátrios e ou gentílicos dos topónimos no dicionário constatámos:

a) Entradas gerais com referências a topónimos angolanos:

Identificamos uma lista de 11 entradas cuja referência estava ligada ao topónimo *Angola*: *angolanismo*, *angolano*, *angolares*, *angolas*, *angolense*, *angolinha*, *angolista*, *angolo*, *angola – congo*, *angolo – conguês*.

b) Entradas de adjetivos pátrios com ou sem referências aos respectivos topónimos:

Benguelas - Adjectivo, sem referência ao topónimo.

Benguelense – Adjectivo, idem.

Bieno - Adjectivo, referente aos naturais da província do Bié.

Cuanhama – sem referência ao topónimo.

Cuanhamas – referente aos naturais da província do Cunene.

Luandense – referente aos naturais da província de Luanda.

Lundês - referente aos naturais da Lunda, sem distinção de género.

c) Entradas de gentílicos ligados a possíveis etnias:

Cabindas – sem referência ao topónimo.

Huambos - sem referência ao topónimo.

A título de curiosidade refira-se que o termo *banguela* aparece como entrada de termo brasileiro, que significa desdentado. A sua origem, segundo Gomes¹⁴⁷ (2019: 220) deve-se aos bângalas ou imbangalas angolanos. Em termos de análise, continuamos a encontrar poucos topónimos e, quando estes são referenciados, a informação sobre eles é escassa.

4.1.3 *Análise de prontuários*

Analisámos o *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*, de Magnus Bergstrom e Neves Reis (1965). A motivação desta escolha está relacionada com as próprias palavras dos autores:

No vocabulário Geográfico, (...), anotámos muitos nomes de localidades portuguesas e grande cópia de topónimos estrangeiros, com a sua correspondência em português. Dedicámos (sic) boa atenção igualmente ao Vocabulário Onomástico e aos Nomes Pátrios e Gentílicos, sempre com o espírito de facilitar a tarefa do leitor (Bergstrom e Reis, 1956:7).

Tratando-se de um prontuário de LP acreditámos que fosse elencar os topónimos correspondes a Angola. No entanto, encontrámos apenas algumas poucas referências: *Catanga*, *Cuangular*, *Cubango*, *Dombe*, *Cuanza* (sem distinção Norte ou Sul), *Luanda*. Aparece escrito também a denominação *São Paulo de Luanda*, *Lunda* (sem distinção Norte ou Sul), *Malange* – grafada com <g>. *Zêzere*, *São Salvador do Congo*. Estes vocábulos aparecem apenas listados sem qualquer outra informação. Não há indicação sobre a localização geográfica, função administrativa ou explicação nominal.

O segundo prontuário de LP analisado o *Prontuário Actual da Língua Portuguesa com Guia Alfabético* de 2005, organizado por Olívia de Figueiredo e Eunice de Figueiredo, editado pela

¹⁴⁷ Gomes, (2019: 220) *Em 1611, o governador Bento Banha (...) fez um acordo com os ingambalas, a quem os portugueses chamavam de jagas, os temidos guerreiros da África Central (...) Não pertenciam propriamente a um povo ou etnia específica. Eram guerreiros que se organizavam em Kilombos, nome de campo militar ou local de iniciação de novos guerreiros, que no Brasil se tornaria sinónimo de acampamento ou comunidade de escravos fugidos (quilombo). Incorporavam em suas fileiras os prisioneiros mais aptos de suas guerras e razias. O rito iniciático incluía a extração de dois dentes dianteiros da arcada superior, origem do substantivo “banguela”, em português. Assim, iam aumentando o seu contingente. “formavam um rolo compressor multiétnico que sacudiu o Congo e Angola a partir da segunda metade do século XVI.*

ASA, encontra-se disponível em Angola para aquisição. Neste prontuário encontrámos apenas uma listagem de vocábulos sem qualquer outra informação. Torna a não haver indicação de localização geográfica, função administrativa ou explicação nominal.

4.1.4 *Análise de manuais escolares*

Os manuais escolares de LP, Geografia e História para as 4^a, 5^a e 6^a classes foram analisados. Foi feita uma análise qualitativa no programa MAXQDA um software de análise qualitativa de dados. Um método misto qualitativo e quantitativo que permite a análise longitudinal de dados sem a manipulação de variáveis. Foi adquirida a licença de seis meses para a realização do relatório.

O uso de tal software permitiu a coleta, organização e análise documental dos manuais do ensino primário e secundário: 4^a, 5^a e 6^a classes às disciplinas de Português, Geografia e História, bem como para identificar os topónimos em estudo, e a existência, ou não, de adjectivos pátrios. Chegou-se às seguintes conclusões:

- a) Nos manuais analisados, não se transmite, em momento algum a ideia de pertença a uma província ou de ser natural de um lugar;
- b) Não estão definidos ou expressos os adjectivos pátrios das províncias dos alunos;
- c) Há uma forte confusão na destrição entre o étnico (gentílico) e o pátrio provincial;
- d) Existem muitos estrangulamentos ortográficos que atrapalham o processo de ensino e aprendizagem. Por exemplo, no manual de 6^a classe de LP, o nome da província de “Malange” aparece escrito ora com o grafema <g>, ora com <j>; o nome da província do “Cuanza Norte” surge escrito ora com o grafema <k>, ora com o grafema <c>., como se poderá comprovar no relatório em anexo 1.

Não há referência aos pátrios e/ou gentílicos angolanos, não se incentivando a identidade cultural e a pertença ao país, como um todo.

Chegamos à conclusão de que os manuais escolares reproduzem a desarmonia ortográfica que se vive um pouco por toda a administração pública. Assim, justifica-se a necessidade de investigar o passado desses topónimos, desvendando a sua etimologia.

4.2 Apresentação do *corpus*

Uma vez a metodologia detalhada no capítulo II, passa-se agora à apresentação da documentação de base:

A investigação irá alicerçar-se na Revista do Arquivo Histórico Nacional, intitulada *Fontes & Estudos*, organizado pelo Ministério da Cultura de Angola, sob a direcção de Rosa da Cruz e Silva, em cinco edições, das quais usaremos quatro, por falta de acesso à primeira.

A revista número 2 foi editada em Novembro de 1995, e nela constam 37 documentos escritos no período que vai de 1796 a 1911. São estes documentos da Secção de manuscritos e avulsos encontrados arquivados em caixas. Consta também um artigo de Isabel Martins intitulado *Assentamentos Humanos*.

A revista número 3 foi editada em Novembro 1996, e nela constam 67 documentos escritos no período entre 1796 e 1845. São estes documentos da Secção de manuscritos e avulsos, encontrados arquivados em caixas. Consta também três artigos de Rosa Cruz e Silva e Alexandra Aparício, *O fundo documental sobre o tráfico de escravos e escravatura no arquivo histórico nacional*; Joseph C. Miller, *O tráfico português de escravos no atlântico sul no século dezoito: uma instituição marginal nas margens do sistema atlântico* e Roquinaldo Ferreira, *Padrões de investimentos durante o tráfico ilegal de escravos em Angola (1830-1860)*.

A revista número 4-5 foi editada em Outubro 1998/1999, e dela constam 41 documentos escritos no período de 1836 a 1849. Trata-se de documentos da Secção de manuscritos e avulsos arquivados em caixas. Consta também quatro artigos de Ana Paula Tavares & Catarina Santos, *Fontes escritas africanas para a História de Angola*; John Thornton *São Salvador: uma cidade sagrada do Kongo*, Virgílio Coelho *Os de dentro, os de fora e os outros: análise sucinta de um modelo estrutural de organização administrativa e urbana do reino de Ndôngò, desde a*

sua fundação até fins do século XVI, Isabel Henriques, *Urbanização comercial em Angola no século XIX* e Ana Paula Tavares, *Pelos caminhos da lebre, em busca da “tartaruga perdida”*: *na mussumba lunda*.

A revista número 6-7 foi editada em 2011, e dela constam 135 documentos escritos no período de 1799 a 1802. Novamente, são documentos que pertencem à Secção de manuscritos e avulsos encontrados arquivados em caixas. Existem ainda seis artigos de estudo: Aida Freudenthal, *Benguela – da feitoria à cidade colonial*, Augusto Nascimento, *Lazer e dominação política e racial em S. Tomé (1880-1940)*, Ilídio do Amaral, *O Cuanza e Massangano: eixo e pólo primordiais da construção de Angola*, Jill Dias, *Alimentando a cidade: o aprovisionamento de Luanda no século dezanove*, João de Sá, *O advento colonial em Cabinda: as transformações urbanas e as elites locais*, Virgílio Coelho, *A sociedade túmúndòngò antiga*.

Servirá como indicador primeiro da datação dos topónimos em estudo o *Índice Histórico-Corográfico de Angola* de Mário Milheiros, elaborado em 1972, pelo Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda. A pesquisa foi realizada em Luanda no arquivo histórico durante os dias 07 a 20 de janeiro de 2019.

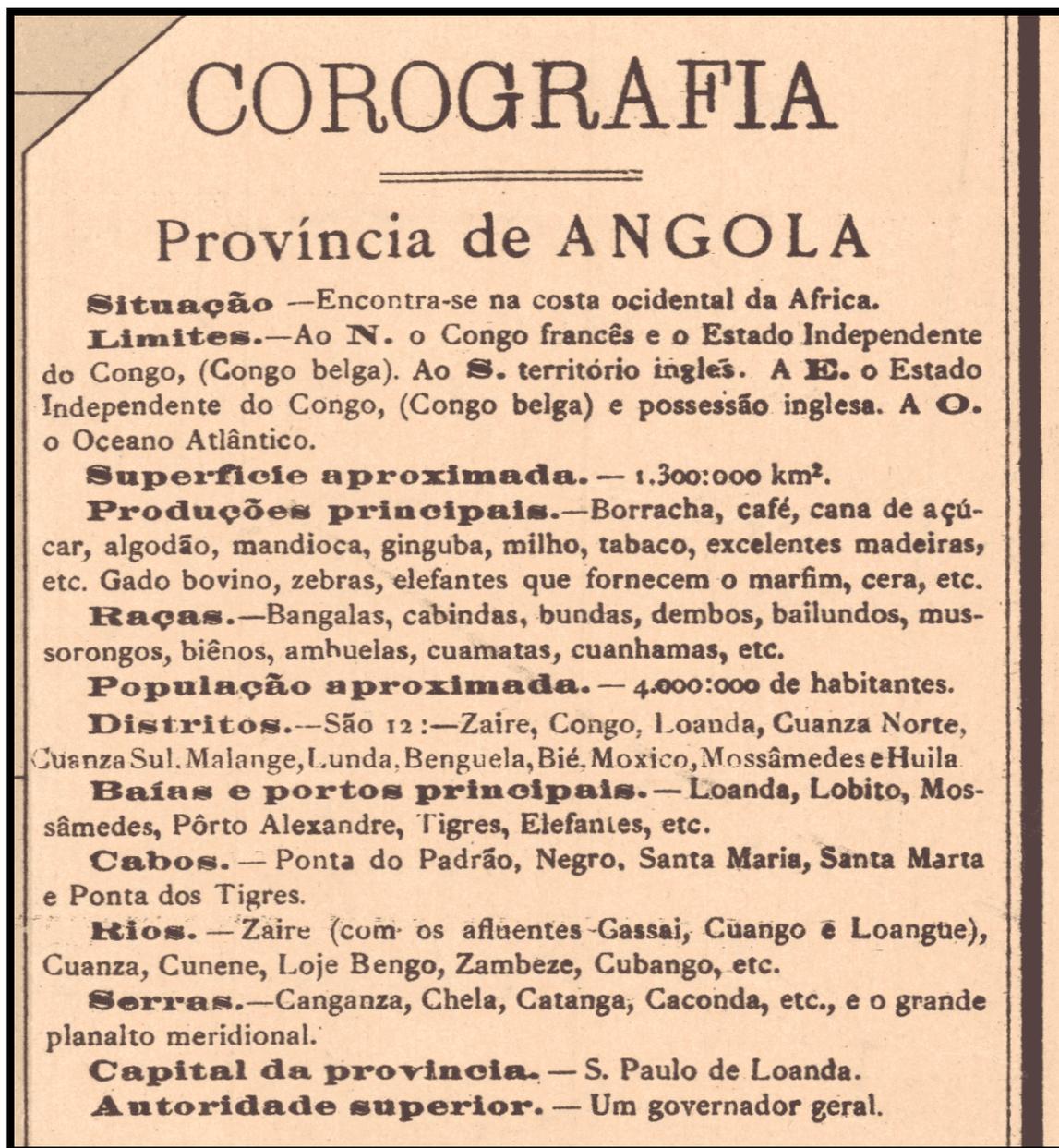
Seguidamente, procedemos ao visionamento de dois microfilmes de livros antigos na Biblioteca Nacional de Portugal - BNP:

- 1) *Gentio de Angola sufficientemente instruído nos myfterios da noffa fanta FÉ. Obra posthuma, composta pelo padre Francisco Paconio da Companhia de IESV. Resvsida a methodo mais breve & acomodado à capacidade dos fogeitos, que fe infruem pelo Padre António de Couto da mefma Companhia*. Em Lisboa, anno 1642. Assinam pela parte da língua de Angola D. Ndonguixi (mestre) e B. Bambala (discípulo).
- 2) *Topónimos de origem portuguesa na Costa Ocidental de África*, de A. Teixeira da Mota e datado de 1950, como uma contribuição do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa para o *Colloquium Internacional de estudos Luso-Brasileiros*, realizado em Bissau.

4.3 Análise etimológica dos topónimos

A legenda do *Mapa de Portugal Ultramarino* (Quadro - 13) evidencia a importância da informação linguística contida nestes mapas.

Quadro 13 - Corografia de Angola



Fonte: Corografia do *Mapa de Portugal Ultramarino* da BNP em Lisboa.

Iniciaremos assim, um percurso descritivo das transformações perceptíveis que ocorreram, ou não, nos nomes dos lugares angolanos ao longo dos séculos da história de Angola em contacto

com o PE. Estamos cientes que o contexto de contacto linguístico não se refere apenas a duas línguas, mas a várias. Todas elas diferentes, mas que comungam num propósito comum: a comunicação.

De notar que no presente estudo, faremos a análise dos dados referentes aos topónimos em estudo (topónimos das províncias angolanas) apresentando-os por ordem alfabética de entrada, modo comumente usado na escola e não tendo em conta a geografia do território na descrição de norte a sul.

Começamos com a origem da palavra *Angola*, por se tratar do nome do país. Faremos a sua apresentação pela *Carta de donataria* conferida em 1571, por El-Rei D. Sebastião de Portugal. Aí era reconhecido Paulo Dias de Novais como “governador e capitão-Mor, conquistador e povoador do *Reyno de Sebaste na conquista da Etiópia ou Guiné Inferior.*” Angola era conhecida como terras do Sebaste – em honra a D. Sebastião. Diz-se haver uma 2ª Carta de donataria conferida, cuja data ainda não confirmada, por El-Rei D. Sebastião de Portugal, em que era reconhecido Paulo Dias de Novais como “*governador e capitão-General e governador do Reyno de Angola*”.

Numa segunda, fase, procederemos a uma análise da cartografia angolana, porque pretendemos referir o conjunto de diferentes mapas que, ao longo dos séculos, representaram a região austral de África, hoje, Angola. O objectivo será o de produzir conhecimento sobre a razão da multiplicidade ortográfica na toponímia angolana, bem como perceber interferências etimológicas e etno-linguísticas. Para alcançar tal objectivo foram analisados 10 mapas antigos que representavam Angola.

Nestes mapas, a toponímia mostra-nos casos que servem para fixar sobre o mapa o alcance histórico de determinados fenómenos linguísticos, hoje em manifesto retrocesso ou apagamento, nas zonas de contacto das línguas angolanas com o português, como é o caso das pré-nasais bantu [mb], [mp], [mph], [nd], [ng], [nʒ], [nk], [nth], [nz], como em:

Mbinda > binda; Mkaka > Ambaca; mpumbu > Pumbo, Ndala Tandu > Dalatando; nzimbu > zimbo; Njinga > Jinga; Ndembu > Dembos; Ngola > Angola.

A distribuição dos nomes que representam estes mapas são o resultado da interferência das línguas bantas no português e vice-versa. Os mapas acabam por ser o reflexo actual de uma acumulação histórica de materiais recolhidos e representados com critérios muito diferenciados.

Para o caso da toponímia angolana, estão identificadas as 18 províncias que compõem o território nacional. A nossa análise fixar-se-á na apresentação ortográfica dos topónimos, os quais serão apresentados por ordem alfabética: *Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cuando Cubango, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.*

Dos 18 topónimos identificados apresentam uma grafia diferente à estrutura linguística e ortográfica estabelecido pela lei angolana. Embora sejam palavras comumente usadas em LP em contexto angolano, há necessidade de se identificar a sua língua e significados de origem, isto é, de estudar a sua etimologia para melhor colocação no quadro linguístico do léxico angolano.

Tal análise pressupõe o conhecimento prévio das diferentes variantes sufixais que correspondem a cada um dos tradicionalmente designados como adjetivos pátrios e/ou gentílicos em LP (como *-ano/a - ; -ense-; - eta- ês*, ou outros).

4.3.1 *Análise etimológica na cartografia*

O objectivo da análise de alguns mapas antigos será o de localizar, na toponímia angolana, traços característicos das línguas angolanas presentes na grafia em LP.

4.3.1.1 *Análise dos mapas de dioceses de Portugal (África)*¹⁴⁸

Os dois mapas não estão datados. São documentos que estão armazenados na Biblioteca Nacional de Portugal, o que atesta a sua idoneidade. Pela estrutura que apresentam e pela forma

¹⁴⁸ Mapa de Dioceses de Portugal (África) 1ª carta de Angola e os Reinos do Congo e Angola Referência - C.C. 39 V. BN de Lisboa.

simples (sem escala ou perspectiva geográfica da disposição dos continentes), através de uma cartela descrevem a geografia antiga: o mundo na perspectiva da costa sul africana, a partir do Cabo da Boa Esperança à direita, a Ásia e à esquerda a América. Apresenta as seguintes características:

a) Um mapa colorido que trata da 1ª carta apresentada pela Igreja sobre Angola e os Reinos do Congo e Angola. Se traduzirmos à letra “1ª carta” para primeiro mapa da diocese, então podemos dimensionar a importância do mapa para a história da presença da LP em Angola.

Observação: O mapa apresenta os reinos do Congo e de Angola com as cinco dioceses que as compõem.

b) Outro mapa a preto e branco chamado “2ª carta cor carmesim”.

Os dois mapas, ainda que sem escala definida, nem identificação de autores ou data de elaboração, apresentam uma visão do mundo e principalmente a consagração de Angola e do Reino do Kongo à fé católica, bem como o seu reconhecimento como diocese pertencente à Igreja Católica.

4.3.1.1 *Análise do mapa contido na obra de Pe. João António Cavazzi (1687)*

Descrição Histórica dos três Reinos do Congo, Matamba e Angola. Vol. 1 e 2. Pe. Graciano Maria de Leguzzano, O. M. (Tradução) Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga 2 Secção de Lisboa. Junta de Investigações do Ultramar – 1965. Descrição Histórica dos três Reinos do Congo, Matamba e Angola situados na Etiópia Inferior Ocidental e das Missões Apostólicas aí estabelecidas por religiosos capuchinhos.

Trata-se de um mapa datado de 1656. Intitulado: *Delineazione Geografica de Regni Congo Angola & Per m. Sansione di Abbeiuille*. 1656. Apresentado com Cartela descritiva.

O mesmo está localizado entre a páginas 12 e 15 obra e apresenta em cartela os seguintes limites geográficos: *linea di la dall'Equatore, Abissinie, Melemba, Monomapata, Mata man, Ocean Meridionale ou uero Aethiopico*.

O mapa apresenta os seguintes topónimos¹⁴⁹: Cabinde, Mayomba, Cakongo, Loango, Mausoles, Ambulila, Bengo, Ba Oanda, Canzanze, Mondombes, Terra Prata, Benguela, Pango, Pombo, Chicaco de Lula, Kicongo.

Nele vêm referidos os rios¹⁵⁰: *de l`Ora dia, Fernando Vaz, Sette, Loango, Cacongo, LeLunda, Zaire, Sunga, Dandi*.

Outros acidentes geográficos presentes no mapa:

- a) Serra: S. spirito;
- b) Baias: Bay de toro, Benguela. Perguntamo-nos se esta seria uma referência a benguela baía das Vacas ou toros;
- c) Angras: angra dos Negros.

Acidentes Humanos presentes no mapa:

- a) Antropónimos¹⁵¹ (a referência aos reis) Mani¹⁵² Quilunda, Manikim Somba
- b) sociotopónimos¹⁵³ a Banza S. salvador e o Soba Mbbuela.

De referir que, aparece no mapa o topónimo *Sonho*. Trata-se, já nessa altura, de uma corruptela aportuguesada do nome *soyo*, existente até os nossos dias, é uma cidade da província angolana do Zaire na sua fronteira com o Congo.

4.3.1.3 Análise dos mapas contidos na obra¹⁵⁴ *Description de L`Afrique*.

Contenant Les noms, la situation & les Confins de toutes les parties, leurs Rivieres, leurs Villes & leurs Habitations, leurs plantes & leurs Animaux; les

¹⁴⁹ Cavazzi (1687) Outros topónimos inseridos na obra: *Pango, Sonso, Dembos, quiamacondo, Damba, sosso, sela, Iuva, Alombo, zolo, zanga, mansinga e metondo; Uandu, matombe*.

¹⁵⁰ Outros rios citados ao longo da Obra de Cavazzi (1687): Mbrije, Loje, Lufune, Zaire, Bancari, barbela, Zadi.

¹⁵¹ Cita outros reis: *Mani – Loango, Mani Caconda, Mani-Ngoi, Mani-Mbuila (Cavazzi, 1687:16; p19)*.

¹⁵² Cavazzi (1687:15) Explica que *Mani quer dizer senhor ou senhoria (...) Manicongo quer dizer Reino do Congo, compreendendo também Matamba e Angola. Fazem parte da Etiópia ocidental inferior, para distinguir da Etiópia habitada por Abissínios*.

¹⁵³ *Os governadores tinham título de Duques e são sempre de sangue real*. Outro título usado era de Marquês: *Marquês de Quiova*.

¹⁵⁴ Obra encontrada a disposição do leitor na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

moeurs, les Coûtumes, la langue, les Richeffes(sic), la Religion & le Gouvernement de les peuples¹⁵⁵.

A obra está datada de M. DC. LXXXVI. [1686]. Da qual analisamos cinco mapas que representam o nosso objecto de estudo a parte Austral de África antiga. Conforme segue:

a) *Mapa 1: Da africae accurata tabula ex officina iacohum meurstum.*

O Mapa está localizado na obra em análise entre a página de *l'avertissement* e a página 1.

Segundo o cartógrafo o mapa é referente aos anos entre 1492 e 1520.

O mapa, escrito em latim, apresenta, para além do título e da Cartela descritiva, os seguintes Limites: Mar du Atlanticum; Mare Mediterraneum, Asie pars, Mare Arabicum, Oceani Orientalis pars, Mar d India.

Oceanus Aethiopicus (a parte Oeste de África que representa Angola).

O mapa apresenta como principais topónimos: Loango, **Congo**, **Benguela**, Libolo, Malemba, Matamba, Mata Aethiopian (que vai até Moçambique), Coango, Catombelle, Cacongo, Pombo, Lucala, **Embaca**, **Zaire**.

O Mapa apresenta ainda três rios: **Lilunda**, Ambrizete e **Coanza**. E dois Cabos: Negro e das aldeas (sic).

b) *Mapa 2: Do nigritarum regio. imagem do oceanus aethiopicus.*

O mapa apresenta, para além do título, a seguinte Cartela em latim: **Métrica: Milliaria Germanica Communia**. E está localizado na obra em análise entre as páginas 218 e 219.

¹⁵⁵ Description de L'Afrique, contenant Les noms, la situation & les Confins de toutes les parties, leurs Rivieres, leurs Villes & leurs Habitations, leurs paltes & leurs Animaux; les moeurs, les Coûtumes, la langue, les Richeffes, la Religion & le Gouvernement de les peuples. Avec Des Cartes des Etats, des Provinces & des Villes, & des Figures en taille-douce, qui represent les habits & les peincipales Ceremonies des Habitans, les Plantes & les Animaux les moins connus. Traduite du Flamand. D'O. Dapper, D. M. Amsterdam, Chez Wolfgang, Waesberge, Boom & van Someren, M. DC. LXXXVI. [1686].

O mapa refere-se a região Austral de África e identificamos da parte que, hoje, abrange Angola, alguns topónimos: Loango, Pombo de Ocango, Congo, São Salvador, Angoy, Ambouille, Gunze Arne, **Gola**, S. Salvador, Malambo, batta, **Embacca**, **Angola** Regn., **Loanda S. Paulo**, Corimba, AnzaleMabingam, Cambamba, Anzicana, C Neger.

Estão, no mapa, representados três Rios: **Congo, Zaire e Coanza**. Uma Serra: de S. Spirito. E um título aristocrático: Mani **Kikongo**.

O mapa não está datado, deduz-se por inferência. Sabe-se que é anterior a 1686, data da edição da obra, possivelmente, posterior a 1520, data máxima do mapa anterior.

c) *Mapa 3: Da aethipia inferior vel exterior. cartas magisseptentrionales, quae hic defiderantur, ride in tabula aethipia superioris.*

O Mapa está localizado na obra em análise entre as páginas 320 e 321.

O mapa apresenta, para além do título, a seguinte Cartela com Métrica Milliaría Germanica Communia. E limites: Isle et porto Loando, Mar e (ilegível) Linea sub Tropico Capricorni. Assunto: description de la basse Ethiopie Du Royaume de Lovango ou terre des Bramas.

Os principais topónimos apresentados no mapa: Lavango ou Lovanga, Monomapata, **Congo, Angola**, Vila de S. Paulo, Cormiba cuja ortografia evoluiu para Corimba.

O mapa apresenta os Rios: Zaire, **Kongo**, Coanza, Iongo.

Há referência a Angras: de S. António, de Santa Maria, dos negros. E a dois Cabos: Nêgro, Ledo.

O mapa faz referência a Ilhas secas, e ao porto Loando.

Ao acidente físico Morro de pedra.

Pela primeira vez, o rio Congo aparece escrito com o grafema <k> num mapa. Até aqui, vimos sempre escrito com o grafema <c>. Pela primeira vez a indicação de um povo *d'Amboes*.

d) *Mapa 4: Do Regna Congo et Angola.*

Limites: C. de Lopo Gonfabres, Olibatta, Molongo, Mopenda, Panguelungui (populi), Sierras de Cristal, Sierras de Prata, Malamba, Matama, Sierras de Hierro Coyla, Gunsa Arene, Mondondes, fort **Benguela**.

O mapa apresenta, para além do título, a seguinte Cartela: Métrica: Milliarum Germanicorum Communia. Este está localizado na obra em análise entre as páginas 340 e 341.

Os principais topónimos referenciados no mapa: Reino do Congo – Mayumba, Piri, Pemba, Quilongo, **Wembe**¹⁵⁶, Ambule, Kine, Wand, Ambuile, Kacongo, Chicongo, **Bengo**. Angola - Regnum mani KiKongo, **Benguela**, Benguela vieja, C. S. Bras, I. Motelvina, , Lemba, Luiola, Gisymba, Embacca, Cambamba, Mapongo.

O mapa apresenta os Rios: **Zaire, Zaire ó Congo, Bengo**, Paridia, Fernando Vaz, Loango, Morena, **Quaney**, Lucala, Libongo, Dandi, Ambris, Cakongo, Sette, Comby, **Lelunda**, Coango, Encocoquematari.

Destaca-se o uso do título aristocrático: **mani KiKongo**, e a indicação de banzas ou casas reais: Banza do Bamba.

A localização geográfica é feita essencialmente por Acidente geográficos: Bacias: Ihoro, Camma; Serras: Cristal, de Prata, de Hierro Coyla, spirito; Lago **Aquilunda**, salinas Coton Belle; Cabo Ledo; Punta de Palmeirinho; Barra de Corimba.

e) *Mapa 5: Da bansa ofte de stadt salvador hooft ftadt van het ryk congo. nabsa ou s.s. salvador capitale de congo.*

O Mapa está localizado na obra em análise entre as páginas 342 e 343. Este apresenta, para além do título, a seguinte Cartela:

- A. Palais du Roy;
- B. Esclaves qui vont puiser de l'eau dans la rivieres;
- C. Eglises;

¹⁵⁶ Próximo ao rio Dandi.

D. Citudelle;

E. Source d'eau douce;

F. Beira do rio **LeLunda**.

Trata-se de um mapa panorâmico da localização da cidade de São Salvador capital do então Reino do Congo. O título do mapa, faz referência a “Nabsa ou S. S. Salvador” levando-nos a levantar a questão, chamar-se-ia, a região anteriormente “Nabsa”?

4.3.1.4 *Análise do Mapa Royaume de Congo*

C. Par N.Sanson d'Abbeville. Geographe ordinaï' du roy Avecq Privil Po` 10 anos 1649 ou 1659. Localizado na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa. Cota 699: I-R- 38.

Para além do título a cartela apresenta a seguinte informação *L`huillier Sculp*. Provavelmente, tendo a ver com o material de produção do mapa. E apresenta como dados limites: Ocean Meridional ou Aethiopien, Mer de Congo.

Principais topónimos indicados no mapa: Mayumba, Quilongo, Loango, Cascais, Cabinda, Malemba, Angoy, Mussula, Lengo, Libongo, Loanda S. Paulo, Bam, Pemba, Bengo, Quinquenge, **Angra dos Negros**, M. Negro, Mataman, Mondombes, Pango, Sonhos, Mobalas, Benguela, Angola, Banza S. Salvador, Angote, Cacôgo, Zaire, Engaze, Ambuila, NBetequa, BenD' Angola, Embacca, Dongo.

O mapa apresenta dois títulos aristocráticos africanos: Manikilondo e ManiSomba.

O mapa apresenta alguns Rios: Loango, Cacongo, , Ambriz, Encoqui Matâ, **dandi**. Com destaque para os rios **Coanza e Lelunda**.

As Serras referenciadas no mapa: do S. Spirito, de Ferro, cadaia, de Prata.

4.3.1.5 *Análise de seis Mapas contidos na Obra¹⁵⁷ Suite du Neptune François*

ou Atlas nouveau des cartes marines¹⁵⁸. Datada de 1700.

¹⁵⁷ A obra está disponível online na Biblioteca Nacional de Portugal - cota do exemplar digitalizado: ca-11-3-r.

¹⁵⁸ A obra intitulada: *Suite du Neptune François, ou Atlas nouveau des cartes marines. Levée Par Ordre Expres des ROYS de PORTUGAL. Sous qui on a Fait la Decouverte de L'Afrique &c. Et donnée au Publique par les soins de feu Monseigneur D'A Blancourt. Dans le quele on voit la description exacte de toutes les Côtes du Monde, Du Détroit de Gibraltar, de la Mer*

A obra contém 36 mapas do mundo dos quais extraímos seis sobre a parte Austral de África por ser nosso objecto de estudo.

Os seis mapas não estão datados, mas por constarem de uma obra de 1700 definimos esta data como limite, e consequentemente, consideramo-los mapas anteriores a 1700. Uma vez a obra fazendo parte do acervo da biblioteca de Nacional de Portugal, atesta a sua idoneidade.

a) Mapa 1: Da *CARTE GENERALE de toutes les costes du monde avec un indice des VARIATIONS MAGNÉTIQUES selon les OBSERVATIONS FAITES en l'année de 1700.*

O mapa apresenta, para além do título, a seguinte Cartela: Par Edñ. Halley. Se vend A AMSTARDAM chez PIERRE MORTIER. Avec Privilege. E está localizado pela digitalização da BNP na página nº 29 de 65, da referida obra.

O mapa apresenta outras regiões do globo, mas a análise limitar-se-á a toponímia da Costa Austral do continente africano.

Principais topónimos apresentados: Atlântico Ocean, Afrique interiore incognite, Guinée, Benin, Biafare, Gabon, **Congo**, Loango, **Angola**, **Cabinole**, **Sonho**, **Loando S. Paulo**, **Benguela**, Monte Negre, Mata Man, Monomapata.

O mapa indica os seguintes rios: Sette, **Bengo**, **Coaza**, Seco, Dondo, **Congo**.

O cartógrafo faz questão de frisar que o interior de África era um lugar desconhecido para eles, limitam-se ao contacto com a costa.

b) Mapa 2 : Da *CARTE GENERALE de toutes les costes du MONDE, et les pays nouvellement decouvert. Dressé sur les relations les plus nouvelles. Et principalement sur la carte que MONSIEUR N. WITSEN à donnée au Public.*

Oceano Meridionale ou Ethiopiene, de la Mer des Indes, Orientales, & Occidentale &c. Où sont exactement marquées les routes qu'il faut tenir, les bancs des fables, Rocher set brasses d'eau; & generalement tout ce qui concerne la Navegation. Le tout fait sur les Observations & l'experience de plus habiles Ingenieurs & Pilotes. A AMSTARDAM chez PIERRE MORTIER. Libraire. MDCC. Avec Privilege de nos Seigneurs les Etats.

O mapa apresenta, para além do título, a seguinte Cartela: Partie orientale du monde, qui contiennent L'EUROPE, L'ASIE ET L'AFRIQUE. A AMSTARDAM chez PIERRE MORTIER Libraire. Avec Privilege de nos Seigneurs les Etats.

O mapa está localizado pela digitalização da BNP na página nº 30 de 65.

Principais topónimos indicados no mapa: Loango, Yamba, **Zaire**, Meti, Fungi, **Loanda**, Sibiaubela, **Bengella**, **Angola**.

Os rios indicados no mapa: **Zette**, **Zaire**, d'Ambre, Zanne, **Coanza**, do Moreira, Longa.

O mapa apresenta também alguns Cabos: Palmar, Padro, Ledo, **Negro**.

c) Mapa 3: Da CARTE des COSTES de L'AFRIQUE Depuis Cap de Lopo, Jusques à L'Isle Mazira. Leyée Par Ordre Expres des ROYS de PORTUGAL sous Qui on en a Fait la Decouverte.

O mapa apresenta, para além do título, a seguinte Cartela: A AMSTARDAM chez PIERRE MORTIER. Libraire. Avec Privilege de nos Seigneurs les Etats de Holl. et de Westfrise.

O Mapa está localizado pela digitalização da BNP na página nº 36 de 65.

Alguns Topónimos representados no mapa: **Cabinda**, **Benguella**. Lamentavelmente, notamos que a maior parte dos topónimos ortografados no presente mapa estão ilegíveis.

O mapa apresenta os seguintes Reinos africanos: Loango, **Congo**, **D'Angola**, Da Butua Mata Man.

O mapa apresenta ainda Impérios: Abissans, do Mono Emugi, do Manamotapa,

Os Rios identificados pelo cartógrafo: **Zaire**, Ambriz, **Coanza**, Moreira.

d) Mapa 4 da CARTE des COSTES de L'AFRIQUE Depuis Cabo Corso Jusques à OMORRO. Leyée Par Ordre Expres des ROYS de PORTUGAL sous qui on en a Fait la Decouverte.

O mapa apresenta, para além do título, a seguinte Cartela: A AMSTARDAM chez PIERRE MORTIER Libraire. Sur le Vygen -Dam Avec Privilege de Nos Seigneurs les Etats de Hollande, et de Westfrise.

O mapa está localizado pela digitalização da BNP na página nº 41 de 65.

O mapa apresenta os seguintes topónimos: Sprito, P. Mayomba, Cafres, **Benguella a Yelha**, **Benguella Anoua**, Sumbe Anbela, Sal. De Benguela, Morro de Sta M^a, Angra de Sta M^a, Omorro.

O cartógrafo apresenta os Reinos de: Loango, **Congo, Angola**.

Estão indicados no mapa os seguintes Rios: Fernando Vaz, Zaire, do Moreira, Longa, Quizombo, Morambo, Catumbella.

O mapa apresenta também Cabos: de Catarina, Segundo, S. Braz, Ledo. Um Porto: do Mayombe e uma Serra: de sonho.

e) Mapa 5 da CARTE particuliere des COSTES de L'AFRIQUE qui comprennent une PARTIE de CONGO. Leyée Par Ordre Expres des ROYS de PORTUGAL sous qui on en a Fait la Decouverte.

O mapa apresenta, para além do título, a seguinte Cartela: A AMSTARDAM chez PIERRE MORTIER Libraire. Sur le Vygen -Dam Avec Privilege de Nos Seigneurs les Etats de Holl. et de Westfrise. O Mapa está localizado pela digitalização da BNP na página nº 42 de 65.

O mapa faz referência ao Mar do Congo. E apresenta como Topónimos: Ponta Dande, morro das lagostas, Cacandama, Fort de Cruz Auera, Amadelena, Cidade de São Paulo de Loanda, Isle de Loanda, Lagoa dos elefantes, morro dos elefantes, Barra de Curinba (sic), Ponta da Palmeirinha, Tanzu, Barra do rio Coanza, Cabo Ledo, TrêsPontas.

Apresenta como Rios: Dande, Bengo, Coanza.

Neste mapa o cartógrafo já descreve com maior pormenor Luanda, pelo menos. Embora, não se possa dizer que já tenha passado do litoral.

f) Mapa 6 da *CARTE particuliere des COSTES de L'AFRIQUE Depuis CABO LEDO jusques au Cap de la Bone ESPERANCE.*

O mapa apresenta, para além do título, a seguinte Cartela: *Leyée Par Ordre Expres des ROYS de PORTUGAL sous qui on en a Fait la Decouverte. A AMSTARDAM chez PIERRE MORTIER Libraire. Sur le Vygen -Dam Avec Privilege de Nos Seigneurs les Etats de Holl. et de Westfrise.*

O Mapa localizado pela digitalização da BNP na página nº 43 de 65.

Os principais topónimos apresentados pelo mapa em análise: Astres (sic) pontas, barreiras Negras, Nemceada, **Benguella a Yelha**, Terras de S. Lourenço, Angra de Sto Antº, Angra, Simbe Anbella (Sic.), **Benguella Noua**, Ponta do Chapeo, Sal. De Benguela, Morro, Morro de Sta Mª, Angra de Sta Mª, **Angra de Negro** ou Baia de S. Francisco, Morro Redondo, Osmedaos, Praya, Terra das Neves, Angra de santo Ambrósio.

Os rios apresentados pelo Mapa são: Moreira, Longa, Quiconbo (sic.), da Angra fria.

O mapa apresenta os cabos: Ledo, de S. Brás, Negro, Enceada de Cabo Negro.

Os seis mapas analisados apresentam os primeiros contactos com a costa angolana e os primeiros ensaios toponímicos, mostrando que alguns topónimos são mais antigos no seu contacto com o português do que supúnhamos. É interessante notar a existência de uma *Benguela velha* e uma *Benguela nova* antes de 1700, demonstrando dessa forma, uma cidade em crescimento e a ocupação de novos espaços. O que estes mapas representam uma África anterior à colonização em que o espaço territorial ou físico de África era irrelevante e, portanto, de pouco domínio.

4.3.1.6 Análise do Mapa dos rios Cunene e Cubango¹⁵⁹.

O mapa descreve pormenorizadamente a geografia da época e apresenta a respectiva legenda.

O mapa está datado de 1851, constituindo um excelente material para se observar a ortografia da época. Registe-se a ortografia do distrito de *Mossamedes*, na África Austral Ocidental, ainda com <ss>.

Destaque-se a referência a diferentes etnias presentes na região, como os: **Muximbas** – **Bandimbas**, *Mucuancalas*, *Nhembas*, *Ganguella*, *Ambuelas*.

Em relação aos *Mucuancalas*, relembre-se a explicação de Pacconio sobre o tom do kimbundo. *Mucua* seria o locativo para designar origem de. Assim, [*mukua nkala*]* = *mucua* + *nkala* + *s*. O que inicialmente seria uma frase dita 'Os de origem nkala' é percebida e traduzida como uma palavra se tratasse "mucuancala". O <s> seria um dos primeiros sinais de aportuguesamento, significando o plural.

O cartógrafo anuncia o rio *Nzenza*¹⁶⁰, também chamado de rio Bengo (duas designações angolanas para o mesmo rio).

Trata-se de um mapa hidrográfico, que explora o curso dos rios Cunene e Cubango. Logo justifica a motivação dos topónimos em estudo, ao abordar o nome das províncias do Cunene e do Cuando Cubango, respectivamente.

O mapa está escrito em LP e é uma tentativa de transcrição e reprodução da toponímia e etnografia locais, o que põe em evidência a diferença fonética na realização dos sons nasais que resulta na identificação, enquanto no PE há vogais nasais no kimbundo não as há. (Mingas, 200:36 -38) em contrapartida, as línguas bantu têm os sons pré-nasais [mb], [mp], [mph], [nd], [ng], [nɔ], [nk], [nkɰ], [nth], [nz] (Lusakalalu, 2005:52) não identificados no PE e representados no mapa.

¹⁵⁹ Referência: PT/AHU/CARTI/001/00342/ MAPPA 1851: in anais do CU,1854/1858, Escala de 100 léguas. Data da consulta: 15.07.2020.

¹⁶⁰ Segundo da Matta (1893:126) *Nzenza* significa margem do rio. Nome primitivo de rio bengo. (*Dicionário kimbundo – português*).

4.3.1.7 *Análise do Mapa de Angola de 1864*¹⁶¹

O mapa descreve pormenorizadamente a geografia da época, fazendo referência ao Porto de **Loanda** em Angola e à Bahia de **Benguella**. Estabelece os limites fronteiriços indicados no item “Observações do Mapa”.

O mapa constata que, em 1484, aquando da navegação do Rio Zaire ou Congo havia distinção entre os dois.

Faz-se referência à *Barra de Moma*, mas não se indica a sua localização exacta. Faz-se referência à Canhoteira “**Bengo**”, o que comprova que, em 1864, o termo já estava aportuguesado, estando presente nos mapas. Os rios são minuciosamente descritos.

Em 1864 o aportuguesamento das pré-nasais já havia acontecido, e o topónimo *Bengo* já estava espalhado pelo território, havendo uma transposição do nome do rio para o lugar e deste, possivelmente, ou ainda do rio para o barco.

O topónimo *zady*, em kikongo, também já estava aportuguesada para Zaire. Sofreu o processo fonológico de sonorização **zady** > **zaire**. Ou Assimilação do grafema <d> pelo grafema <r>, como explicitamos capítulo III, sobre os traços linguísticos angolanos.

4.3.1.8 *Análise da Carta da Africa Occidental. Austro- Equatorial contendo o Itinerário e explorações de Capello e Ivens 1877 – 1880*¹⁶².

O mapa descreve pormenorizadamente a geografia da época e apresenta a respectiva legenda. Trata-se de um mapa oficial do Ministério das Colónias sobre a África Ocidental e Austro-Equatorial, contendo o itinerário e explorações de Capello e Ivens entre 1877 – 1880 (circuito pelos rios no interior de Angola).

As etnias aparecem representadas por prefixação, sendo os prefixos separados dos nomes: **Ba** – **cuandos**, **Ba** – **cuisos**, **ba** – **congos**, **ba** – **cundi** ou Iacca, cangas, bondos, mussorongos, Ngura, Hollo. O prefixo Ba, significa ‘os povos de’; ‘os de’. Portanto, indicada o plural de origem.

¹⁶¹ *Mapa de Angola de 1864 de Referência* - C.C. 1064a da BN de Lisboa.

¹⁶² Ministério das Colónias. *Carta da Africa Occidental. Austro- Equatorial contendo o Itinerário e explorações de Capello e Ivens 1877 – 1880*. Legenda: Escala: 1: 1.481.480. Referência - C.C. 41 R. BN de Lisboa.

As cidades destacadas são *Cabinda*, *Ambriz*, *Luanda* (escrito com o grafema <u>), *Benguella*, *Mossamedes*, (escrito com o grafema <s>), *Malange* (escrito com o grafema <g>).

O perfil do caminho percorrido entre o M. Caengue ao Dondo é traçado da seguinte forma: Massango, Dondo acampto, Bungo, **Wanji-ia-menha**, Nhangue, Cat. Do Nhangue Muta, Lengue, Capanda, Acampto Pungo N'dongo, Quivuma, Calundo, Lombe do Motto, Quesso, Calandula, Muquiche, Catala, N'Dala Samba, Tala Mongogo acampto, Luango, Mutuvu, Lui, Cambollo, Catondo, Cassanje, Banza e Lundo, Mungimbo, carinba (sic), Camassa Catoca, Daringumbo (imperceptível) Chiquilla, M Caengue.

O perfil do caminho percorrido entre **Benguella** e M. Quibau é traçado da seguinte forma: Benguella, **Wambe**, **Cabindondo**, Finé, **Chá-Luenga**, Calucula, Fama, Quiteque, Cope, Quillengues, Serra Visseena, Cuberai, Cucece, **Nangola**, Catonga, Cobunga, Londumba, Caconda, Cusse, **Cha – lambanja**, **Cu ando**, **cu – lola**, Quilau, Caputo, **Cu – nene**, Jamba, Yambongo, Utoari, Wava, **Cu bango**, Fehimbrioca, Olumupa, **Bié**, Quiteque, Nunda, Calongo, Quinoca, **Cu – aura**, Bandua, Calombo, Mongoa.

No mapa são identificadas as seguintes baías: Baía das Matilhas, Baía de Pinda (em Moçamedes), Baía das Moscas, Baía das Pipas.

Em relação à antropotoponímia identificada no mapa destacam-se: Soba Gireaul, **Quilolo do MuataIano**¹⁶³, Cajinga. Existe a referência a reis, em vez de sobas: Rei Polo-bolo, Rei Binga, Rei Etona, Rei Cala, Rei Macha e Rei Mongoi.

Aparecem no mapa as quatro designações de chefe: Soba, Chá, Muata e Rei.

Montanhas /Morros: M. do Prata, M. do Velho, M. Redondo, Montes negros.

As regiões no mapa: Cabinda, Ambriz, **Luanda** (já aparece escrito com o grafema < u >), Benguella, Mossamedes, Matamba, Malange, Jinga, Cajinga, Huilla, Huambo, Bié.

¹⁶³ Muata, segundo Parreira (1990: 81) o mesmo que Mwata Título principal da Lunda. Abreviatura de Mwene – u - áta. O mesmo que senhor.

As Banzas¹⁶⁴: Portanto as várias povoações africanas **Manianga** ¹⁶⁵– Banza Ntombo, Banza Sadi¹⁶⁶, Banza Congo, inúmeras banzas que valem a pena analisar.

Destaque aos prefixos `Lu`¹⁶⁷: lu – Amba; u – anza, lu – ena e o prefixo Cha: Cha –cha – malundo, cha – Lumbanza. **Banza – ia- puto**¹⁶⁸ (seria o equivalente a povoação portuguesa ou dos portugueses).

Dos rios citados no mapa destacamos: Rio **Congo**, rio ou **Zaire, Bengo ou Zenza**, rio Cuanza, rio Nganga, rio **Cu – nene, rio cu – ando**, rio Lungo-e-ungo, rio lu – aia, rio Cu – ilo- Munene, Rio Cu – engo, **rio Ambo**, cu- Cece, rio Cu – bal, rio Caringo, (em Benguela), rio Cu vo, rio Lu – calla; rio dos flamingos, rio Saone ou Bero, rio cu -longo, **rio Caluando**, rio mbrije, rio Cavaco, rio Quando.

Os povos: Ba – sesse, ba – Congo, banza Conco (sic)Banza M`pazu, Luan`za (ao lado de B. tando e Nianjota) Ba – Sundi. Como se sabe **ba** significa “os” prefixo plural que faz referência as gentes dos lugares Congo e S. Salvador.

Cidades destacadas pelos exploradores: **Benguella**, Dombe, Quilengues, Caconda, **Bié**, Cangombe (Suíça), Cassanje, Duque de Bragança, Pungo N`dongo, Dongo, **Loanda**. Desta vez o cartógrafo escreve Luanda com o grafema <o>.

Destaque para o uso do topónimo angolano *Cacimbas*, que significa um lugar de reservas de água natural; e da escrita de Pungo N`dongo com o uso do apóstrofe para sinalizar o pré-nasalização do fonema /d/ resultando em [nd] inexistente no PE.

¹⁶⁴ Parreira (1990: 28) Aportuguesamento de Mbanza = Povoação principal do soba.

¹⁶⁵ Mani.(Ntotela) Segundo Parreira (1990: 69) O vocábulo mani tem sido vulgarmente sinónimo de senhor, autoridade, no contexto congues. Porém, o vocábulo não parece ser de origem kikongo ou kimbundo, sendo muito provavelmente um termo distorcido da palavra mwene.

¹⁶⁶ Seria uma variante de Zady?

¹⁶⁷ Parreira (1990: 156) « Prefixo usado no nome dos povos das regiões alagadas (...) na formação de substantivos próprios indicativos de extensas massas de água de grandes rios e sobretudo de quantos se espraiam nas terras planas» citando outras fontes.

¹⁶⁸ Banza, segundo Parreira (1990:28) aportuguesamento de Mbanza que significa povoação. Mbanza, Segundo Da Matta (1893: 12) Capital. Residência de dembo, jagga ou soba.

O grande interesse deste mapa é poder observar-se a escrita de um português antigo, pois trata-se de um percurso feito em 1880. Denuncia um observador pouco preocupado com o aportuguesamento da língua, sendo mais evidente a preocupação com a escrita fonética ou descritiva. Denota-se uma tentativa de reprodução daquele som que se acredita perceber, permitindo, desse modo, um estudo mais próximo do etimológico. De notar o cuidado em manter-se, ainda, a identificação ou separação do prefixo do radical, o que nos faz acreditar que quem traduzia ou quem escrevia era bilingue e sabia da separação da ordem comum das palavras no português ou, pelo menos, da categorização destas por classes, numa e noutra língua.

4.3.1.9 *Análise da Carta do curso do rio Zaire de Stanley- Pool, 1883*¹⁶⁹

O mapa descreve a continuação do percurso pelo rio Zaire, embora pormenorizado na descrição da geografia da época, desta vez, não apresenta a respectiva legenda. Trata-se de um segundo mapa, também, oficial do Ministério das Colónias sobre a África Ocidental e Austro-Equatorial, contendo o itinerário e explorações de Capello e Ivens, três anos depois do anterior, isto em 1883 (desta vez o circuito prolonga-se pelos rios no interior do República do Congo na sua ligação com Angola).

O mapa apresenta os topónimos: Maiumba, Loango, Zoba, Cungo, Molembó, Ivundo, Cacongo, Chango, Macatalla, Binda, Chango, Sonho, Tchia-Tchia. Congo, Congo Vunda, Muanda, Banza N'Goi, cabo lombo, Vanzanza, tomboco, bi – lue, lamba ou landa (autores com dúvida).

O destaque para os antropotopónimos usados como denominadores dos lugares: *Senzala*¹⁷⁰ do falecido Capilla **Manitati**. Manoel Puna (Pernambuco), Xico Franco (Porto Rico), congo – dia – Utchino, congo – dia – lemba.

¹⁶⁹ Comissão de Cartografia Junto do Ministério da Marinha. Carta do curso do rio Zaire de Stanley- Pool ao oceano Coordenada por Capelo e Ivens. 1883. Gravée et imprimée par Erhard, 8 Rue Nicole- Paris. C.C. 201 R BN de Lisboa.

¹⁷⁰ Termo angolano comumente usado em LP em contexto angolano.

O mapa refere-se às etnias, estas continuam a ser apresentadas por prefixos separados dos nomes: Mussorongos, **Ba** – Sundi, **Ba** – Buende, **Ba** – Teque, **Ba** – Congo, ca- longo, lunda. As banzas, casas reais africanas ou sedes de titulares africanos estão assinaladas no mapa *Banza-Mbatta, Sumbi, Zambi, Luanza, banza Voqui, Banza Tadi, congo-Nginga, Banza Zulu, Banza Mputo*¹⁷¹, Serra da *Chatumbanza*.

O mapa apresenta os rios: iac-congo, Cuilo – Niaai, nbundi, cacongo ou **Luango** Luce, **Lu-**culla, lu – ala; rio **Onene**, o que liga a proveniência do nome da província do Cunene como hidrotópónimo. Ainda nomes curiosos *rio macho, rio neve, rio colola, rio chicocoje, rio Bentiaba ou benliaba, rio tcimbe*.

O cartógrafo faz uso do apóstrofe na escrita de topónimos africanos para sinalizar o pré-nasalização do fonema /g/ resultando em [ng] inexistente no PE *N'Goi*; pré-nasalização do fonema /p/ resultando em [np] rio N'pacaça.

O mapa apresenta os antrotopónimos **Soba Huilla**, localizado a norte quileba, a este Quipungo, a sul Lopolo e a oeste *umpata*, escrito sem o grafema <h>e próximo ao rio **Onene**.

O mapa referencia o rio *helo*, a etnia herero, devido à pronúncia é também designada, helelo, uma vez que os moradores da região não pronunciam o fonema /r/. Pode estar ligada à sua proximidade ao rio. Teríamos aqui o étimo *helo* da etnia helelo?

Este mapa continua ainda com uma escrita fonética que se observa nos pormenores de tentativa de escrita aportuguesada, mas respeitando as línguas de origem angolana. Mantêm-se, desse modo, as mesmas observações que no mapa anterior. O destaque é a presença do antropotópónimo *Soba Huilla*, que vai motivar a criação do topónimo em estudo, Huíla;

O outro destaque é do nome do rio *Onene* que será motivador para a denominação de outro topónimo em estudo a Província do Cunene;

¹⁷¹ Referência à residência portuguesa, mas escrita à maneira da região.

O terceiro destaque para a presença da etnia *lunda*. Ainda aqui é notório o bilinguismo, isto é, a LP a querer transcrever as línguas Bantu, mas sem um forte aportuguesamento, portanto as línguas não se misturam, mas justapõem-se, não se justifica uma diglossia¹⁷² visível.

4.3.1.10 *Análise do Mapa de Angola de 1912*¹⁷³

O mapa descreve pormenorizadamente a divisão do povo Kongo como resultado da conferência de Berlim. Apresentando os limites fronteiriços dos três territórios Angola, tendo à Norte as regiões do Congo Francês e do Congo Belga bem delimitadas.

A prova de que a etnia não é um factor determinante para a definição de territórios veio demonstrada no reconhecimento e divisão do povo Kongo, ao ser atribuído o topónimo Congo ao qual, consciente de se tratar de um mesmo povo, fora dividido e ao nome do lugar, acrescentado, apenas, o adjectivo diferenciador, a marca do colonizador, isto é, francês e belga. E, assim, são criados os topónimos compostos híbridos, Congo francês e Congo belga, cujo denominador colonizador é motivado por forte intenção de se sobrepor, dominar e subjugar o outro. Por outro lado, permanece um grupo kongo também em Angola com o seu respectivo topónimo identificador, *região do Congo*.

Embora a legenda diga, Esboço da carta de Angola, Convenções, Capital da província, Idem de Distritos, Sede de concelho, Povoação importante: Pequena povoação, Posto militar, Missão, Pharol e Cacimba¹⁷⁴, O Mapa não representa um esboçar, mas, é dos mais completos e pormenorizados em toponímia. A presente análise está muito longe de fazer justiça à riqueza de informação onomástica existente no presente mapa, uma vez que o nosso objecto são 18 nomes.

¹⁷² Mateus & Cardeira (2007: 79) Bilinguismo em que uma língua é considerada superior a outra.

¹⁷³ Comissão de Cartographia, esboço da carta de Angola 1912, Convenções (folha Norte). Mapa de Angola. Referência - C.C. 189 R. BN de Lisboa. Escala: I 2000.000.

¹⁷⁴ Há uma convivência pacífica em contexto angolano de expressões da língua kimbundo. O nome que se dá a uma reserva de água natural.

O mapa é testemunha do contributo de Angola ao enriquecimento da LP com o uso das palavras *quimbo*¹⁷⁵ e *cacimba*, adoptadas já nesse contexto de uso comum de LP, sem precisar de legenda ou explicação.

O mapa apresenta as sedes do distrito da Colônia de Angola: **Bihé**, **Cabinda**, **Congo**, **Loanda**, **Benguella**, Mossâmedes, **Huambo**, **Lubango**, **Lunda**, Lubale. Percebe-se a escrita de Luanda com o grafema <o>, Benguela escrito com duplo grafema <l>, e o duplo grafema <s> em Moçamedes.

Os títulos de nobreza africana continuam presentes: Banza Mbamba, Banza Bamba, Cha Cajé, Cha Tumba, Cha Bala, Cha Capua; entre outros.

O mapa apresenta grande quantidade de rios: rio *Cuanza*, rio cubangui, rio *quando*¹⁷⁶, rio *Cunene*¹⁷⁷, rio *gola Lueji*, rio *Cole*, rio *Luando*, rio *tombe*, rio *lue*, rio *luenzi*, rio *luegi*, rio *fumegi*, rio *lucala*, rio *luachi*, rio *lui*. Entre outros.

Algumas regiões apresentadas no mapa: *Malange*, já escrito com o grafema <g>. Portanto, aportuguesado. E, quissama¹⁷⁸, cabíri, lombiji, Tala, Ntumba, **Kinda**, Nhague, Lutete, Ndala Ngunza, maxinje, nzovo, Macume Njimbo, Entre muitíssimos e interessantes outros. A predominância de nomes angolanos é notória.

O aportuguesamento gráfico de termos angolanos começa a esboçar-se: **quifangondo**, **Quiluange**, **quicongo**, **quinguangua**, Dondo, Dundo, Tala mungongo, **Pungo Andongo**, Ndala Tando, Muto **Gola**.

Os topónimos híbridos também começam a formar-se Golungo alto, Congo médio, Congo baixo.

¹⁷⁵ O mesmo que povoação.

¹⁷⁶ Hidropónimo da província do Cuando Cubango.

¹⁷⁷ Hidropónimo da província do Cunene.

¹⁷⁸ É uma das regiões de Angola cuja grafia é problemática.

Topónimos portugueses Santo António, São Salvador, Duque de Bragança, João D'Almeida, Beça Monteiro, Cabeça de Cobra, Pedra do Feitiço, Quim João, Pau de Bandeira, Cabeça de Baleia, entre outros.

O mapa faz referência a uma mistura de povos, etnias e topónimos, línguas, uns em grafemas minúsculas outros em maiúsculas, o que exigiria um trabalho mais acurado junto de etnólogos, antropólogos, sociólogos e historiadores: bamba congo, **Luamba**, congo, Mutu Ngola (sul); **bacuandos**, **Ndala Tando**, manbunda, Mussorongo, **quicongo**¹⁷⁹, **Mataba**, **Jinga**, Bangos, quiocos, amucundos, Lubale, Mahungo, Maxinje, Muto Ngola, Quipungos, Quipungo dos banhaneca, vahimba, ovampo, Egito, entre outras denominações. O destaque para o etnónimo cuanhama, que vem grafado com as sílabas separadas, **cua nha ma**.

O mapa vai trazer um sinal de renovação, um prenúncio de mudança de denominação toponímica em que aparecem as duas denominações a do denominador em LP e a angolana entre aspas: *Novo Redondo (Sumbe)*, Cabango (Sanza).

Este mapa datado de 1912, depois da conferência de Berlim. A ocupação de Angola efectiva-se. Esta passa ao estatuto de Colônia, deixa de haver reinos e criam-se primeiras províncias de LP em africanas. À Colônia de Angola são fixadas nove regiões designadas pelos topónimos **Cabinda**, **Congo**, **Loanda** (escrito com o grafema <o>), **Benguella** (escrito com duplo grafema <l>), **Mossâmedes** (escrito com o grafema <s>) **Lubango**, **Lunda**, **Lubale**, **Malange** (escrito com o grafema <g>). *O Moxico* aparece como subscrição. O bilinguismo passa a diglossia, agora sim, o português passa a ser considerada língua superior e já é visível e a tentativa de aportuguesamento dos topónimos africanos. Vimos assim surgir dois corotopónimos¹⁸⁰ Congo Francês e Congo Belga.

¹⁷⁹ Segundo Lusakalalu (2005:12) o ki, representa o prefixo definidor de língua e não etnónimo ou topónimo. Aqui começam a misturar-se conceitos.

¹⁸⁰ Nomes relativos a países.

4.3.1.11 *Análise do Plano Hidrográfico da Baía Diogo Cão (rio Zaire) – 1925*¹⁸¹

O mapa descreve pormenorizadamente a hidrotponímia do rio zaire e apresenta a respectiva legenda.

O mapa apresenta os hidrotponónimos ligados ao rio zaire e seus afluentes, muito importante para a cultura geral e para um profundo de estudo da etimologia das línguas angolanas. Lamentavelmente o seu aprofundar desviaria o objecto do nosso trabalho, a toponímia das províncias de Angola.

O título do mapa, isto é, a Baía Diogo Cão, reflecte a acção do denominador colonial motivado pela vontade de demarcar o seu território com o antropotponónimo de referência colonial.

Neste mapa, há o cuidado de anotar uma grande quantidade de nomes de rios. O que é basilar para identificar uma motivação ou característica toponímica taxonómica, o hidrotponónimo¹⁸² ou Patamónimo, que pode deixar antever a relação do topónimo com o lugar que é nomeado. Não cabe neste trabalho analisar os hidrotponónimos dos mapas, serão apenas anotados alguns nomes para servirem de exemplo, e estimularem um estudo da linguística da hidrografia antiga de Angola. Pois, acreditamos que o estudo etimológico da hidrotponímia de Angola trará imenso contributo à onomástica angolana e, sublinhe-se, este mapa é disso prova.

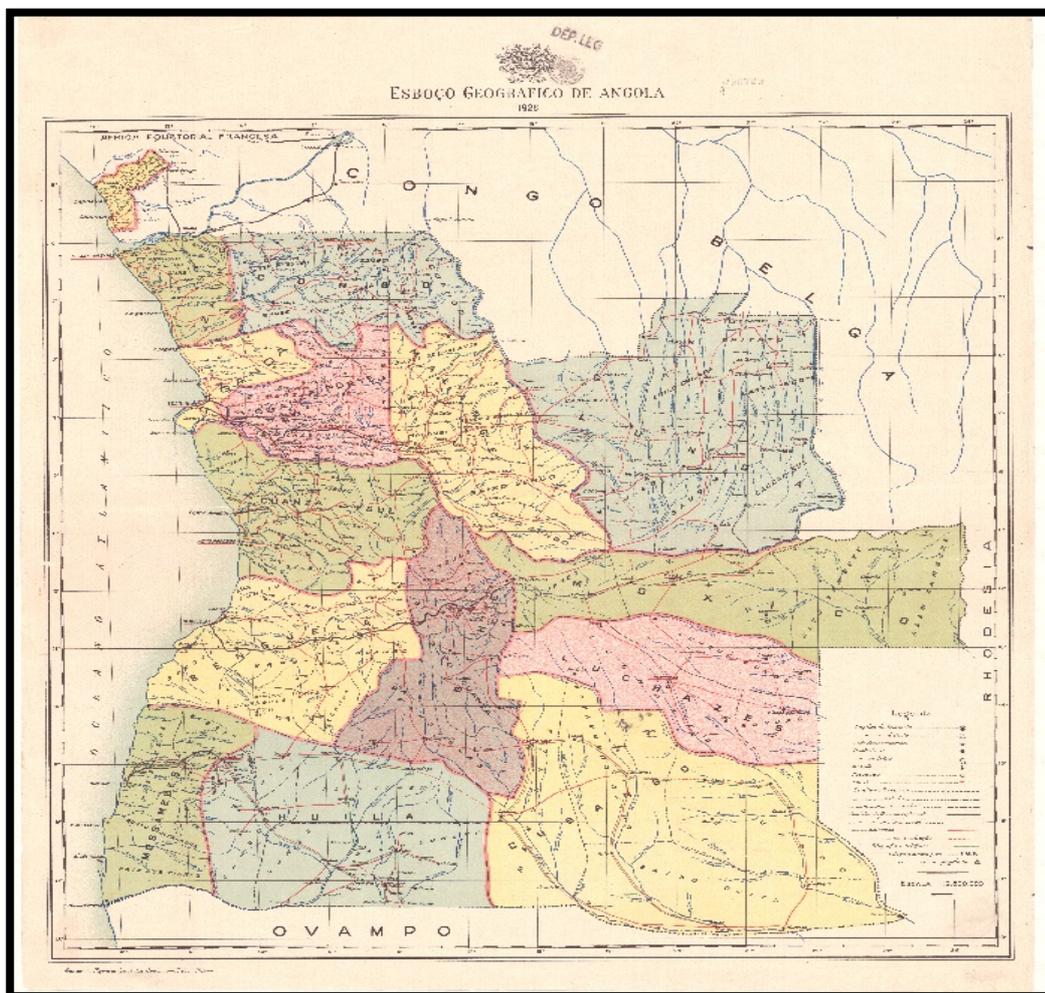
O notório neste mapa é todo o processo de aportuguesamento da toponímia africana.

¹⁸¹ Ministério das Colonias, Comissão de Cartografia Costa Ocidental DÀ África: província de Angola- Plano Hidrográfico da *Baía Diogo Cão (rio Zaire)* – 1925. Escala: I 20.000. Levantado em setembro de 1924 pelo capitão-tenente Carlos Maduro. Referência - C.C. 207 V. BN de Lisboa.

¹⁸² Topónimo que designa água ou água corrente, resultante de acidentes geográficos.

4.3.1.12 *Análise ao mapa intitulado: Esboço Geográfico de Angola, 1926.*¹⁸³

Mapa nº 6 - Mapa de Angola de 1926



Fonte: BNP - Biblioteca Nacional de Portugal.

O mapa descreve pormenorizadamente a geografia da época e apresenta a respectiva legenda.

O mapa apresenta os distritos de Angola: Cabinda, Zaire, Congo, Loanda (ainda escrito com o grafema < o >), Cuanza Norte, Cuanza Sul, Malange (escrito com o grafema < g >), Lunda, Benguela (ainda escrito com o grafema duplo < l >), Bihé (escrito com o grafema < h >), Moxico, Luchazes, Mossamedes (ainda escrito com o grafema < s >), Huíla, Cubango.

¹⁸³ Esboço Geográfico de Angola. Edição da Agência Geral das Colônias – Lisboa 1926. Referência - C.C. 212 R. BN Lisboa.

No mapa não havia ainda o distrito do Bengo, Cunene, Huambo, estes eram ainda subscrições. Por exemplo, o Cunene era uma subscrição da Huíla.

Há um posto civil chamado Angola, transposição de nomes (Este acto, é um dado muito importante para a investiga pode significar ruído no momento da transmissão e leitura de informações).

O mapa apresenta as montanhas *camonda, caunda, chioca, altocavale?, Pedra Maior, Pedra grande e Pedra pequena.*

O mapa apresenta uma grande riqueza hidrotoponímica que demonstramos uma pequena parte composta por 163 rios que representam uma amostra de cada uma das províncias de Angola:

Luiana, Luengue, Lumuna, Chitondo, Luengue, Buga, **Cubango**, **Cuatir**, **Cueba**, **Luassingua**, **Quiriri**, Longa, Coa, **Cuanavale**, Cuvelai, **Quembo**, Mului, Chitanda, **Cunene**, Muena, Elefantes, Oçi, Cacuvelar, Cariongo, Cuba, Catape, Catumbela, Cuito, Culele, Cacuchi, Luacenha, Cuchi, Cussava, Cusso, Cubanque, Cutato, Jambo, Cunje, **Cuanza**, Conja, Cunhingo, Cueleí, **Cubango**, Lungue **Bungo**, Luxi, Lutembo, Luati, Ninda, **Cussia**, **Cuando**, **Cubangui**, Zambeze, Lutembu, Luvua, Luc, Chefumage ou Ohefumage?, Munhange, Gumbo, **Luando**, Dunde, Cassai, Chiumbe, Mombo, Chicapa, Lucissa, **Cuango** Muca, Futo, Luole, **Luxico**, Luana, Chiumbe, Luia, Luembe, Luigi, Lóvua, **Luangue**, **Caluango**, Cuilo, **uamba**, Cuengo, Lubalo, Cucumbi, Chicundo, Luaia, Cuia, Jombo, Lubo, Lucexi, Luça, Cuque, **Cuango**, Sussa, **Uamba**, Cambo, Lui, **Cuije**, Riagine, Cuvel, Cubal, **Lua**, Cutoto, Lombe, Luce, Gango, Nhio, Cuvo, Carloonga ou Carloongo? Ngunza, Quissione, Suto, **Vamba**, Candudo, Dande, Ucuá, **Zenza**, Lucal ou Lucol? Lifune, Onzo Guero, Loge, Mbrige, Sange, Luculo, Pozo, Lué, Buquelu, Luculo, Chiloango, Lucala, Loema **Lunda**, Luso, Caluca, Luaia, Lucola, Luquel, Luege, Lueca, Lucunga, Cuito, Bomba, Sanza, Cugo, Lunga, Lufige, Loege, Riquissi, Curoca, Chiombala, Damba, Giraul, Nicolau, Chape, Cangando.

O mapa põe em evidência Hangiotopónimo *Santo António* acrescentado ao nome do subdistrito do Zaire. Acrescenta-se-lhe um nome de santo, cria-se um hibridismo linguístico, LP e língua angolana. O mesmo acontece ao Distrito do Congo e a referência a Santo António do distrito Congo o que dá um hibridismo linguístico.

Neste mapa, há o cuidado de anotar uma grande quantidade de nomes de rios. O que é basilar para identificar uma motivação ou característica toponímica taxonómica, o hidropónimo ou Patamónimo, que pode deixar antever a relação do topónimo com o lugar que é nomeado. Não cabe neste trabalho analisar os hidrotopónimos dos mapas, serão apenas anotados alguns nomes para servirem de exemplo, e estimularem um estudo da linguística da hidrografia antiga de Angola. Pois, acreditamos que o estudo etimológico da hidrotoponímia de Angola trará imenso contributo à onomástica angolana e este mapa é disso prova. Para já o nome dos rios: **cubango**, Cunene, **cuanza**, **quando**, **cuango**, **luando**, **luangue**, **luxico**, **caluango**, **uamba**, **lua**, **vamba**. O número de topónimos distritais aumenta de nove para quinze: **Cabinda**, **Zaire**, **Congo**, **Loanda**, **Cuanza Norte**, **Cuanza Sul**, **Malange**, **Lunda**, **Benguela** (já com um “l”), **Bihé**, **Moxico**, **Luchazes**, **Mossamedes**, **Huíla**, **Cubango**.

4.3.1.13 *Análise do Mapa de Colónias de Portugal de 1931*¹⁸⁴

O mapa descreve pormenorizadamente a geografia da época e apresenta a respectiva legenda.

Província de Angola (África ocidental).

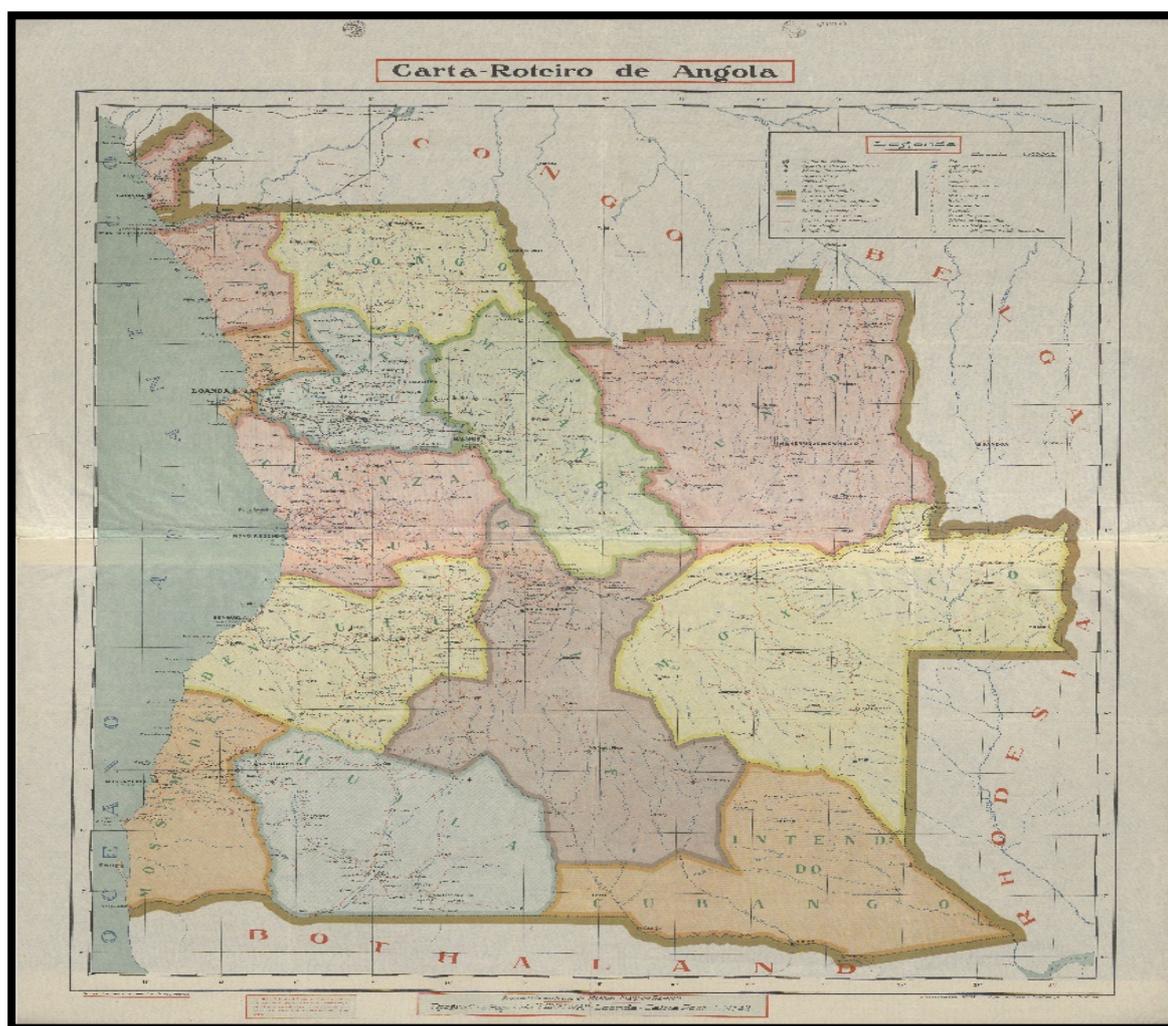
Os nomes dos rios são o elemento de destaque no mapa.

Neste mapa, tirando a diferença de datas, é basicamente uma cópia do mapa analisado anteriormente, pelo que, não se fará referência às anotações, sob pena de repetição.

¹⁸⁴ Portugal Ultramarino por J. B. Nunes Júnior Professor Inscrito no Liceu de Lisboa. Ano 1931. Escala: I 000.000. 9ª edição. Referência - C.C. 30 R. ou C. C. 31 R. BN de Lisboa.

4.3.1.14 Análise da Carta Roteiro de Angola¹⁸⁵

Mapa nº 7 - Mapa de Angola entre 1930 e 1950



Fonte: BNP - Biblioteca Nacional de Portugal.

O mapa descreve pormenorizadamente a geografia da época e apresenta a respectiva legenda. Não se encontra datado.

O mapa, embora não tenha data expressa vem em nota de rodapé: *Cuanza-Norte, Cuanza-Sul e Biè(sic) foram suprimidos em 1930, mas como até hoje, oficialmente, se desconhece em que distrito eles ficarão incorporados, eis o motivo por que ainda aparecem na Carta-roteiro de Angola.* Inferiu-se, portanto, que seja posterior a 1930. E como mais adiante o distrito de

¹⁸⁵ Carta do roteiro de Angola . LIMT de Portugal – Lisboa. Coligida, coordenada e desenhada por J. E. de Amorim. Referência - C.C. 56 R. BN de Lisboa.

Luanda, ainda vem escrito com grafema < o > , bem como o distrito de Moçamedes ainda vem escrito com o grafema < s > o que já não acontece nas cartas posteriores a 1950¹⁸⁶. Logo, datamos o mapa no período entre 1930 e 1950. Outrossim, trata-se de um mapa guardado pela Biblioteca Nacional de Portugal o que atesta a sua idoneidade.

O mapa informa como distritos de Angola, Cabinda, Zaire, Congo, Loanda, Cza Norte, Cuanza Sul, Malange, Lunda, Moxico, Benguela, Mossamedes, Huila, Bié, *Intendência do Cubango*. Agora já sobem para um número de 14 distritos.

O mapa Sede de posto Angola (em Benguela). A repetição de topónimos causa ruído de informação na hora de se identificar o referente. Há necessidade de colocar um adjectivo diferenciador do primeiro nome.

O mapa anota os nomes de alguns rios dos muitos inscritos no mapa, repetimos há necessidade de um trabalho, apenas sobre os nomes dos rios, que não cabe aqui: (há um número maior de descrição de rios que no mapa anterior).

O mapa apresenta uma grande riqueza hidrotoponímica que o anteriormente analisado. Fez-se o mesmo exercício de levantamento de alguns nomes de rio para se demonstrar uma pequena parte, do seu todo, composta por 155 rios, (constata-se neste mapa um volume maior de descrições de nomes de rios) que representa uma amostra de cada uma das províncias de Angola: lumbe, *Luango*, luivo, chilungo **lubinda**, *fubo*, inhuca, *lucala*, lulonga, luialilulonda. *lucongo*, lué pequeno, lue bukele, lué grande, zombe, bridge (que vai até ao distrito do Congo com o mesmo nome), sembo, locunga, songe, dionique, lufica, Mpozo, bó, **lunda**, lucosa, luvo, diu, *zadi*, lucunga, bungo, cuilo, zaza, lunga, cugho, côco, **uije**, longe, luquela, uamba, Kasongo-Lunda, lué, vezo, onzo, lifuna, cuito. loge, *yumba*, luicu, **bengo**, lumenha, *lucala*, hui, luica ou luicu? mucoso, lutete, calucala, eleige, suro, quissione, cun, **uije**¹⁸⁷, lua, cango, michache, cuilo, cuva, cubal, **cuanza**, longa, nhia, longa, buinza, luime, mugige, *luando*, zombo, cugho, *vambo*, combo, léle, *luango*, **cuije**, cole, cassanza, luali, cuque, *cubango*, lúia, Lago catete, lago cabonde, cué, quê, tunda, cuvelai, massonge, caparolo, calunga, cubal, dungue-amachito, equimina, caimbembo, Catumbela, bolombo, **cuando**, calai, coquema, cune,

¹⁸⁶ Cf 6.10 sobre a província de Luanda as discussões à volta da escrita com a letra “O” ou “U” decorreram na década de 1940.

¹⁸⁷ Pode ter partido deste do nome deste rio uije o nome dado a província do Uíje.

cunhinga, cuanza, cutupo, cuchi, cusso, cussava, cubango, cuebe, cuatir, *cuito*, quiriri, lua, tchivo,

Já no âmbito da geografia humana, este mapa torna nítida a motivação do denominador em substituir os nomes angolanos por nomes europeus, a colonização começa a ficar vincada nos nomes de lugar institucionalizados pela administração

Vila Teixeira da Silva, Dombe grande, Silva Porto, General Machado, Vila Serpa Pinto, Vila da ponte, São Salvador, aldeia nova, Golungo alto, Pedras Negras, S. José eddo Encoje, Vila Nova de Sales, Vila Nova, Sá da Bandeira, vila Pereira d'Eça, vila Arriaga, vila Luzo, vila Gago Coutinho, Henrique de Carvalho, Nova Chaves, Veríssimo Sarmento sede da circunscrição, Portugália, Trás-os-Montes, Paiva de Andrade, Alto Cuilo, Elias Garcia, Tentativa, Gratidão, Nova Gaia, sede da circunscrição, 5 de Outubro (Xá- Muteba), Duque de Bragança sede da circunscrição, Brito Godins, Teixeira de Sousa, Gago Coutinho, Alto Cuito, Emílio de Carvalho, Porto Rico, Beça Monteiro.

Alguns nomes africanos N'gane, Dange-iá-Menha; Malanje: calego Cangola, Bango Angola, Munha-ia-xiba, Gola Luige, Cambo Canma; Lunda, Xá-ibengi; Benguela: (Bailundo), Intendência do Cubango: sede Cuando e Cuangar.

Outros nomes híbridos Ou curiosos, serra cu lanha, serra do vandarengo, cha Minguezo.

Foram analisados 22 Mapas da cartografia antiga portuguesa sobre a África de LP no geral e no particular de Angola no período compreendido entre [1492] e 1950.

Para a construção de algum conhecimento sobre a realidade toponímica angolana obrigou-nos a diversificada leitura:

A leitura de material didático-pedagógico, manuais escolares, prontuários e dicionários para identificação do problema, das presenças ou ausências de informação sobre a realidade da LP no contexto angolano;

A leitura de teoria científica que embasasse e delimita-se a área de pesquisa do nosso tema, a toponímia angolana e permitisse a criação de um construto epistemológico capaz de criar um fio condutor à pesquisa;

A identificar na escrita dos cartógrafos o uso indiscriminado de denominações: raciais, étnicas, tribais e linguísticas sobre os povos, povoações, dialetos, socioletos sem qualquer preocupação ou respeito pelo real.

A inferir na leitura dos mapas que, embora escritos em português:

- a nacionalidade de quem escreve, poderia não ser portuguesa;
- As fronteiras e limites de distritos eram feitos, sem qualquer atenção às diferenças étnicas e linguísticas, muito pelo contrário;
- Os hidrotopónimos, dentre a taxonomia toponímica, aparenta ser o elemento mais comum que influenciava na nomeação dos primeiros povoados;

A perguntarmo-nos, sem resposta à vista, se o aportuguesamento linguístico foi feito a partir de uma língua local ou a partir da língua de cada localidade?

Toda a informação e documentação até aqui analisada, manuais, prontuários, dicionários, a cartografia angolana, bem como as fontes primárias, embasarão a nossa construção de conhecimento sobre a origem toponímica angolana que será apresenta a seguir em forma de fichas lexicográfico-toponímicas, como síntese, conforme o modelo de Dick.

4.4 Construção das Fichas Toponímicas

Pretende-se, com base no modelo taxonímico de Dick (1990) e respeitando o conjunto de critérios de ordem linguística, tendo em consideração a motivação geográfica, histórica e cultural dos povos de Angola, evidenciar, datar e explicar a origem etimológica e significado de todos os topónimos do nosso estudo. De tal levantamento resultará o preenchimento da ficha lexicográfica conforme o modelo Dick adaptado ao contexto angolano com os seguintes dados:

Quadro 14 - Ficha lexicográfica-toponímica (Modelo adaptado ao contexto angolano)

Ficha lexicográfica - toponímica nº0	
Província Topónimo:---	Localização:--- Variante ortográfica: ---
AH: ---	Taxonomia: --- Etimologia: --- Étimo--- Adjectivo Pátrio:---
Adjectivo Gentílico: ---	Língua(s) materna(s): --- Outra(s) língua(s): ---
Histórico:	
Fonte Primária ¹⁸⁸ : ---	Pesquisadora:----
Revisora: -----	Data da coleta: -----

Explicitação dos conceitos ligados ao quadro toponímico:

Província Topónimo: nome de cada uma das dezoito províncias que compõem o território angolano. Uma província por ficha.

Localização: Geográfica, pontos cardeais, do topónimo em estudo (Norte, Sul, Este, Oeste de Angola).

Variante ortográfica: chamar atenção quando na actualidade estão em uso, pelo menos, dois registos de língua.

Acidente Humano (AH): A presente análise debruçar-se-á, apenas nos nomes das dezoito províncias de Angola. Ora, sabemos que a organização social que resulta da indicação fronteiriça de uma província é uma actividade humana e administrativa ou política. Portanto, os topónimos estudados classificam-se pela taxonomia de natureza humana. Embora, como a análise etimológica vem comprovar, alguns topónimos têm motivação em acidentes físicos ou geográficos, como sucede, por exemplo, com os nomes dos rios, influenciados pela nomenclatura das regiões circunvizinhas. Por isso, a taxonomia pode aparecer como um segundo elemento na presente classificação toponímica.

Etimologia: descrever a motivação, origem e evolução do topónimo em estudo.

¹⁸⁸ Na ficha enunciaremos, apenas o uso da fonte primária, ao longo do texto de análise da província, pode ser usada outra fonte.

Étimo: identificar a origem linguística dos topónimos.

Adjectivo Pátrio: Nome oficialmente atribuído pelo estado angolano ou de uso consuetudinário para os naturais de cada uma das dezoito províncias de Angola.

Adjectivo gentílico: o nome étnico através do qual determinado grupo social se reconhece na sociedade angolana.

Língua(s) Materna (s): Trata-se de um país plurilingue, o que faz com que uma província possa ser composta por cidadãos de diferentes proveniências linguísticas.

Outra(s) Língua(s): Os angolanos são bilingues, pelo que há que considerar as zonas fronteiriças entre províncias e entre países.

Histórico: Apenas data da fundação da província. O nosso objectivo é etimológico, não nos interessa descrever as várias designações diferentes que o lugar teve, mas sobretudo a motivação, origem e evolução do mesmo.

Fonte Primária¹⁸⁹: Os principais documentos a usar para atingir o objectivo de identificação dos topónimos; devem ser documentos oficiais e datados ou com data aproximada.

Pesquisadora: A pesquisa foi realizada pela autora deste estudo.

Revisora: Sob coordenação da orientadora.

Data da pesquisa: A procura aturada de dados durou dois anos consecutivos de janeiro de 2019 a dezembro de 2020.

¹⁸⁹ Quivy & Campenhoudt (2017:202) Trata-se de controlar a credibilidade dos documentos e das informações que eles contêm, bem como a sua adequação aos objectivos e às exigências do trabalho de investigação.

4.4.1 *A província do Bengo*

A capital da província do Bengo é a cidade do Dande. Esta província é composta por seis municípios: Ambriz, Bula Atumba, Dande, Dembos, Nambuanguo, Pangu Aluquem.

Faz fronteira a Norte com a província do Zaire, Nordeste com a província do Uíge, Este com a província do Cuanza-Norte, Sul com a província de Luanda, Oeste com o Oceano Atlântico.

O rio *Dandi* é referenciado na cartografia antiga desde 1484 (cf. 3.1.1: Mapa 4 da obra *Description de L'Áfrique...*) e esteve sempre presente em, quase, todos os mapas a partir dessa altura. O seu aportuguesamento para Dande está registado ainda na cartografia antiga, isto por volta de 1700 (cf. 3.1.1: Mapa 5 da obra *Suite du Neptune François...*)

Actual Posto adm. do Conc. do Alto Cuale, Dist. do Uíje. Antiga pov. Com. criada por Port. 8170 (B.O. 14, de 1953). Existe porém, outro **Bengo** que foi um dos primeiros presídios estabelecidos em Angola, depois de 1575. Depois da criação do Dist. de Icolo-Golungo, ficou incluído na sua área, que ia desde o Atlântico, nas embocaduras do **Bengo** e Dandi (ou Danji ou Dande), por ambas as margens do primeiro até às terras hoje chamadas do Duque de Bragança, compreendendo a Jinga, ficando-lhe ao Sul, em toda a extensão, as terras de Massangano, Ambaca e Pungo Andongo. Milheiros (1972:29)

De salientar nessa zona de confluência do rio que surge a referência também contante na cartografia aos ambaquistas que têm a tradição da escrita e fala da LP, desde o séc. XVI. (cf. Mapa de 1851).

Etimologia: Inicialmente o rio chamava-se *zenza* da língua kikongo. Sabe-se que em kikongo, *maza* significa “água”, *maza ma zenza*, significa “água doce”, portanto água do rio. Há uma tendência generalizada, fruto do contacto entre as línguas, em abreviar as palavras, e assim passou a designar-se simplesmente *zenza*.

Já na língua kimbundo, *zenza* significava a margem do rio. (Da Matta, 1893:126) *mbengu* em kimbundo, significa o “*vale ou campina*” junto ao rio. Segundo Parreira (1990:189) “*zenza* é o

mesmo que rio Bengo”. Portanto, no seu percurso, a parte os lugares onde falavam kimbundo chamavam o rio de *Mbengu*, ao passo que os falantes do kikongo, o chamavam *Zenza*. Portanto, duas denominações para lugares diferentes do mesmo rio.

Proposta de construção silábica: (mbeng+u) > mbengu > bengu > bengo. mb + *mbengu*. (mb + e + ng+u) = .

Étimo: mbeng > mb + ng.

Outras fontes:

1617

Silveira (1953:452) (...) *Pello que do Rio da Coanza, barra da Corimba, e jlha da loanda, e emseada do Bengo Rio do dande se fara abaixo como se eura.*

1687

Cavazzi (1687: 21-22) Rios: **Icolo Bagamidir**, Cuanza, uamba, lunino, cambo, xarique, cuiji, cuango.

Cavazzi (1687: 22-34) Sobre o Reino de Dongo ou Angola dirá que era composto por 17 províncias do reino entre as quais irá citar também **Benguela**, quissama, Rimba, Haco, Dande, **Bengo**, Musseque.

1746

Carte de la Costa D`Angola Depuis de la riviere de Bengo jusque a cete du Quanza / [Jean Nicolas Bellin - cartógrafo francês] escala 6 léguas marinas de França e Inglaterra [Paris]:[Chez Didot], [1746].¹⁹⁰

1847

“E não nos devemos admirar deste caso de longevidade, muito frequente relativamente, entre as populações negras africanas. Temos conhecimento, por exemplo, de que, em 7 de Agosto de 1847, faleceu na **Barra do Bengo, em Angola**, «um preto de nome António da Rocha com 92

¹⁹⁰ In PT/AHU/CARTI/001/00463. Consultado na internet: *Arquivo histórico ultramarino* a 20 de 01.2021.

anos de idade! – tendo nascido no memorável anno de 1755, o do fatal terremoto em Lisboa.” (Cf. Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola, nº102 de 21 de Agosto de 1847)¹⁹¹.

1850

Monteiro¹⁹² (1850: 142, 143, 146, 305) Neste dicionário o autor faz referência ao topónimo **Bengo e Icolo; Icolo e Bengo**. E como Acidente Físico **barra do Bengo**.

O sítio desta denominação com o do Icolo e Bengo formam um Districto de Angola. (Monteiro, 1850:143)

Sobre o topónimo *Bengo*

Descrição 1: A hipótese de criação etimológica da ortografia do topónimo *mbengu*, como tendo perdido o grafema inicial <m> sofrendo uma desnasalização permitindo o seu aportuguesamento para Bengo. Não fora provada pela cartografia, pois nesta o termo apareceu sempre grafado com . Desde a obra datada de 1484; 1656; ou no ano de 1746 o hidrotopónimo Bengo já era referenciado em francês, e mapas subsequentes. O que demonstra a sua antiguidade e a ortografia *Bengo* mantém-se até aos dias de hoje.

Descrição 2: No ano de 1687 Cavazzi já o declarava uma província do Reino do Kongo. Portanto, trata-se de topónimo que em 1687 já circulava na cartografia e a sua ortografia mantém-se, aportuguesada sem mais alterações, até aos nossos dias.

Descrição 3: A partir de 1975, data da independência, surge uma nova corrente de angolanização do português e com ela a proposta da escrita do topónimo Bengo com o grafema <u> ***Bengu***.

¹⁹¹ In Instituto Nacional de Investigação Científica (1988) Descobrimientos Portugueses: O Algarve e os descobrimientos. Volume II Tomo 2. Reprodução. Fac-similada. Edição Comemorativa dos Descobrimientos Portugueses. p. 403.

¹⁹² Monteiro, José (1850). *Diccionario geográfico das províncias e possessões portuguezas no ultramar*. Lisboa: tipografia Lisbonense.

Quadro 15 - Ficha lexicográfica-toponímica nº1 (Bengo)

Ficha lexicográfica-toponímica nº1
Província Topónimo: Bengo
Localização: Norte de Angola. Zona litoral costeira. Províncias fronteiriças: Norte – Zaire; Nordeste – Uíge, Este - Cuanza-Norte; Sul – Luanda; Oeste – Oceano Atlântico.
Variante ortográfica: Ø
AH:--Taxonomia: Hidrotopónimo /Cromotopónimo ¹⁹³ /Zootopónimo.
Etimologia: Mbengu, bengu, bengo, Bengo. Duas hipóteses: 1. Animal: rato, Bengo ¹⁹⁴ , <i>ribengu</i> ou <i>dibengu</i> , abreviado Béngu; 2. Rio <i>mbéngu</i> , <i>Bengu</i> , qualquer das duas formas acabaram aportuguesadas para <i>Bengo</i> . Outro: foi também chamado de rio zenza (cf. Mapa de 1854-1858).
Étimo: <i>mbengu</i> > <i>bengu</i> > <i>bengo</i> . (<i>mb</i> + <i>ng</i>); Base: Beng.
Adjectivo Pátrio: Ø.
Adjectivo Gentílico: ambundu e bakongu.
Língua(s) materna(s): kicongo, kimbundo.
Outra(s) língua(s): Português.
Histórico: Nome proveniente de um acidente físico <i>rio mbengo</i> , principal rio da região. A província do Bengo foi fundada a 26 de Abril de 1980.
Fonte Primária: Milheiros (1972) <i>Índice Histórico-Corográfico de Angola</i> . Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.
Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários, nem dos prontuários analisados em 4.1.2 e 4.1.3.
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

¹⁹³ Do Kikongo *Zenza ou ma zenza* (águas doces). Topónimo relativo à escala cromática.

¹⁹⁴ Da Matta (1864: 2) **Béngu - abrev. de ribéngu. Rato** // Bengu ua rimukina mu huina uê, (prov.) o rato é esperto na sua toca; (p.163) *mbéngu*, s..Pá para remar.

4.4.2 *A província de Benguela*

A província de Benguela tem como capital a cidade de Benguela. Esta província é composta por dez municípios: Baía Farta, Balombo, Benguela, Bocoio, Caimbambo, Catumbela, Chongorói, Cubal, Ganda, Lobito.

Etimologia: 1. benguela. (cf. Assis s.d.) o mesmo que bangela; 2. Mbeng`ela, quimbundo, pequeno saco de carvão (cf. Assis s.d. e Cordeiro da Matta 1893: 96); 3. Mbeng`i, quimbundo, noutro lado, noutra parte (cf. Cordeiro da Matta 1893: 96); **Mbaka**, **Ombaka** ou benguela.4 Guennec & Valente (1972:78) indica como habitantes de Benguela os *Benguelas* ou “*vamutangele, vambaka*”.

Proposta de construção silábica: mbeng (mb + e + ng + ela) = benguela.

Étímo: mbeng > mb + ng > mb + ng + *ela*.

Inicialmente denominada de Baía das vacas¹⁹⁵ Monteiro (1850:455) Exploradores: Cerveira Pereira e Hermenegildo Capelo, em 1617, a fundam com o nome de cidade de São Filipe de Benguela.

Actual Dist. da Província de Angola com sede em Benguela. Conc. do Dist. de Benguela (Dec. 50/71, de 23/2/971 –B.O. 57) – Só tem o Posto sede. (...) Antigo reino Vassalo de Portugal, desde 1615, segundo uns e 1617, segundo outros, ali se fundaram os presídios de S. Filipe de Benguela(...) e o de Caconda. (...) Em 1617 fundou-se a Capitania-mor de Benguela, que superentendia no Presídio de Caconda e nas terras de Quilengues. (...) passando Benguela a constituir a sede de um Dist. com jurisdição em todas as instalações a Sul do Cuanza. (Milheiros, 1972: 29)

¹⁹⁵ No *Ensaio sobre a statistica das possessões Portuguezas na Africa Occidental e Oriental do livro III – parte II*. Entre as páginas 26 e 27 encontra-se a ***Planta hidrográfica da Bahia das Vacas ou de S. António, Porto da Cidade de S. Phillipe de Benguela***. Publicado pelo Conselheiro José Joaquim Lopes de Lima(1846:26-27). In *Ensaio sobre a statistica das possessões Portuguezas na Africa Occidental e Oriental; na Asia Occidental; na China, e na Oceania: escriptos de Ordem do Governo de sua Magestade Fidelissima a Senhora D. Maria II*.

Referindo-se a Benguela, diz Feio Cardozo de Castelo Branco e Torres, no seu já citado livro «Memórias...» (editado em Paris em 1825):

Este presídio tem governo separado e abrange o presídio de Caconda e distritos do seu sertão. Caconda – 160 léguas de Pungo-Andongo – 15 dias. Distritos de Benguela: Bailundo, Dombe Grande da Quinzamba, Hambo, Galengue e Sambos, Quilengues e Sambos, Quilengues, Huíla e Bihé.

Outras fontes

1617

Cerveira Perreira passa o reino de Benguela à cidade de São Filipe, segundo *Silveira*

(1953:452) sobre os feitos de Domingos Fernandes e M. Cerveira Pereira em 1617. Citando Ralph Delgado, em « O Reino de Benguela» historia as condições em que o fundador da cidade de S. Filipe saiu de Luanda em Abril de 1617.

1846

Lima¹⁹⁶ apresenta um mapa situado entre a pág. 26 e 27, intitulado: “Planta Hydrographica da Bahia das Vacas ou de Santo António, Porto da Cidade de S. Phillippe de Benguella”. Cujos únicos topónimos apresentados são, Enseada dos Monos, morro do sombreiro, desembarcadouro, forte e Cidade de S. Philippe de Benguella, e ainda, área, pedra, pedra e vaza.

1850

Monteiro¹⁹⁷(1850:66,135, 147, 451, 455, 476). Faz referência, sem explicação de significados a Benguela:

Benguella , reino de Benguella, Quilengues, Quinzamba, Quizua em Benguella. Refere-se ainda aos Sambos existentes em Benguella, Hambo, Bihé e Huíla.

¹⁹⁶ Lima, José J. Lopes de (1846:26/27) . In Ensaios sobre a statistica D'Angola e Benguela e suas dependências na Costa Occidental D'Africa ao Sul do Equador. Livro III. – Parte II. Da obra: Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Asia occidental; na China, e na Oceania: escriptos de ordem do governo de sua majestade fidelíssima a senhora D. Maria II. Lisboa, Imprensa Nacional.

¹⁹⁷ Monteiro, José (1850). *Diccionário geográfico das provincias e possessões portuguezas no ultramar*. Lisboa: Tipografia Lisbonense.

1941

Xavier Fernandes (1941: 229) Topónimos e Gentílicos I, faz referência a Benguela.

1953

Silveira (1953:444) “e vindo corre a terra: ate esta bahia da torre que por outro nome se diz nas cartas bahia de sancto António...(…) Morro de Benguella, Porto de Benguella”. Portanto, o étimo *Benguella* vai estender-se a outros acidentes um físico *morro Benguella* e outro humano *porto Benguella*.

Gomes, (2019: 220) Imbangalas¹⁹⁸ – bangala ou Benguela. Gomes associa-o a expressão que deu origem ao termo brasileiro banguela (desdentado) porque afirma que estes senhores tinham a característica de dois dentes arrancados da parte da frente da arcada dentária superior. Como o afirmou Cavazzi em (1687: 172¹⁹⁹)

Para além do Cuari e do Cuango, a distinção maior dos naturais consiste em limar cada dente desde a meninice ou, para imitar os Jagas, em arrancar dois incisivos superiores e dois inferiores. (CAVAZZI, 1687:172)

Sobre o topónimo *Benguela*

Descrição 1: Ombaka que deu origem ao termo Benguella. Com a colonização tornou-se hagiotopónimo que perdeu, ao longo do tempo, a denominação católica *São Filipe*, ficando simplesmente, Benguella.

Descrição 2: Perdeu, ao longo do tempo, o segundo <l>, a denominação Benguela perdura até ao novo milénio, no ano de 2022.

¹⁹⁸ Gomes, (2019: 220) *Em 1611, o governador Bento Banha (...) fez um acordo com os imbangalas, a quem os portugueses chamavam de jagas, os temidos guerreiros da África Central (...) Não pertenciam propriamente a um povo ou etnia específica. Eram guerreiros que se organizavam em Kilombos, nome de campo militar ou local de iniciação de novos guerreiros, que no Brasil se tornaria sinónimo de acampamento ou comunidade de escravos fugidos (quilombo). Incorporavam em suas fileiras os prisioneiros mais aptos de suas guerras e razias. O rito iniciático incluía a extração de dois dentes dianteiros da arcada superior, origem do substantivo “banguela”, em português. Assim, iam aumentando o seu contingente. “formavam um rolo compressor multiétnico que sacudiu o Congo e Angola a partir da segunda metade do século XVI.*

¹⁹⁹ CAVAZZI, Pe. João António. (1687) *Descrição Histórica dos três Reinos do Congo, Matamba e Angola. Vol. 1. Pe. Graciano Maria de Leguzzano, O. M. (Tradução) Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga 2 Secção de Lisboa. Junta de Investigações do Ultramar – 1965.*

Descrição 3: A partir de 1975, data da independência, surge uma nova corrente de angolanização do português e com ela a proposta da escrita do topónimo Benguela sem o grafema <u> **Bengela**.

Quadro 16 - Ficha lexicográfica-toponímica nº2 (Benguela)

Ficha lexicográfica-toponímica nº2
Província Topónimo: Benguela
Localização: Zona litoral costeira de Angola. Fronteiras: Norte – Cuanza-Sul; Este – Huambo; Sudeste – Huíla; Sul – Namibe; Oeste – Oceano Atlântico.
Variante ortográfico-lexical: Ø
AH:--- Taxonomia: Antropotopónimo.
Etimologia: imbangala, mbangala; ombaka, mbaka; mbengela, benguela.
Aportuguesado para Benguela.
Étimo: <i>Mbeng</i> > <i>mb</i> > <i>ng</i> . Base: Benguel
Adjectivo Pátrio: <i>benguelense</i> ²⁰⁰ , " <i>benguelas</i> ²⁰¹ ".
Adjectivo Gentílico: <i>vamutangele</i> , <i>vambaka</i> , ovimbundo.
Língua(s) materna(s): Umbundo.
Outra(s) língua(s): Português.
Histórico: Fundação a 17 de Maio de 1617.
Fonte Primária: Milheiros, Mário (1972) <i>Índice Histórico-Corográfico de Angola</i> . Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.
Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários, nem dos prouduários analisados em 4.1.2 e 4.1.3.
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²⁰⁰ Consta dos três dicionários analisados Cf {4.1.2).

²⁰¹ O *Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora, de 2015, trata os naturais de Benguela como *benguelas*.

4.4.3 A província do Bié

A província do Bié tem como capital Cuito. Esta província é composta por nove municípios: Andulo, Camacupa, Catabola, Chinguar, Chitembo, Cuemba, Cunhinga, Cuito, Nharêa.

Actual Dist. Da Província de Angola, com sede em Silva Porto, o Dist. do Bié “foi criado e delimitado por Dec. 134 de 1 de Maio de 1922, do alto Comissariado, nos territórios orientais do planalto de Benguela até o curso do rio Cuanza, incluindo o território da Circ. dos Ganguelas desmembrados do Dist. de Benguela” (Milheiros, 1972: 33-34).

Etimologia: Segundo T. Costa (2013:46-47) na época do rei Katyavala, consta a lenda, que a propósito da invasão portuguesa ao seu reino, este dizia “Viyé!”, o que em umbundu quer dizer “Que venham!” e cita como fonte de depoimento oral, sua eminência reverendíssima Dom Pedro António, bispo emérito da diocese do Bié, em Dezembro de 2002, na CEAST- Luanda.

A hipótese de evolução linguística é a seguinte: wié > vié > vihe > bihe > biié > bié.

Proposta de construção silábica: [v + y] > vyie > vy > i > e.

Étimo: vy.

Nota: Não existe o fonema `b` em umbundo, língua da região.

O facto é que, infelizmente, é ainda pouco perceptível, isto é, não há dados comprobatórios, da evolução etimológica da escrita em LP do étimo “Vié” na cartografia angolana ou sobre Angola, no que à província do Bié diga respeito. Que o possa tornar na prova acabada do hibridismo linguístico na toponímia angolana.

Monteiro (1850:455) faz referência a várias regiões de Angola, sem dar explicação de significados *Sambos* (*Benguella, Hambo, Bihé e Huíla*). Nessa altura vai escrever Bié com o grafema <h>.

O Distrito do Bié “foi criado e delimitado por Dec. 134 de 1 de Maio de 1922, do alto Comissariado, nos territórios orientais do planalto de Benguela até o curso do rio Cuanza,

incluindo o território da Circ. dos Ganguelas desmembrados do Dist. de Benguela”. (Milheiros, 1972: 33-34)

“Actual Posto adm. do Conc. de General Machado, Dist. do Bié por Port. 15 489, de 25/3/1968 (B.O. 3 – 72). Foi pov. com. do Posto sede do Conc. de Camacupa, Dist. do Bié, criada por Port. 7866, de 18/6/1952. Milheiros (1972: 119-120).

Sobre o Distrito do Bié, ao referir-se a Benguela, diz Feio Cardozo de Castelo Branco e Torres, no seu livro *Memória* (editado em Paris em 1825)

Este presídio tem governo separado e abrange o presídio de Caconda e distritos do seu sertão. Caconda – 160 léguas de Pungo-Andongo – 15 dias. Distritos de Benguela: Bailundo, Dombe Grande da Quinzamba, Hambo, Galengue e Sambos, Quilengues e Sambos, Quilengues, Huíla e **Bihé**.

Outras fontes

1850

Monteiro²⁰² (1850: 152, 301 e 476). Faz referência a várias regiões de Angola, sem dar explicação de significados ...(...) e **Bié**... mais adiante na mesma obra há de escrever ... **Bihé**(...) Sambos (Benguella, Hambo, **Bihé** e Huíla).

Henrique (1997:505)

“...mas primeiro foi entre os **ovimbundos**,” (...) “mais cedo integrados no que esta prática se afirmou em particular nas relações entre **bailundos e bienos**.”

1947

Frazão, Serra (1947: 33)²⁰³

Quem se lembra hoje do grande sobado do Hembo, que se foi identificando com os Nanos e Vienos (hoje chamamos-lhes «Bienos») até se estabelecerem no ponto mais salubre do Planalto? Formando o

²⁰² Monteiro, José (1850). *Diccionario geográfico das províncias e possessões portuguezas no ultramar*. Lisboa: Tipografia Lisbonense.

²⁰³ In, Boletim geral das Colónias, Breves apontamentos sobre o toponímico gentílico de Angola. Ano 23º, nº 259 de 1947.

povo que hoje conhecemos pelo nome de huambos, sem que isso possa definir um grupo rácico, visto que se trata de uma divisão puramente administrativa?

Sobre o topónimo *Bié*

Descrição 1: A consoante lábio-dental [v] perdeu ao longo do tempo característica africana e assimilou a bilabial do PE [b]. O facto é que, infelizmente, é ainda pouco perceptível, isto é, não há dados comprobatórios, da evolução etimológica da escrita em LP do étimo “Vié” na cartografia angolana ou sobre Angola, no que à província do Bié diga respeito. Que o possa tornar na prova acabada do hibridismo linguístico na toponímia angolana.

Descrição 2: perdeu ao longo do tempo o fonema /h/ aspirado e o grafema <h>. O aportuguesamento do topónimo Bié acontece desde, pelo menos, 1877 (cf. Mapa da Carta de África acidental). E não sofreu mais qualquer alteração.

Descrição 3: A partir de 1975, data da independência, surge uma nova corrente de angolanização do português e com ela a proposta da escrita do topónimo Bié com africanização da escrita *Viyé*. A justificação está na ausência do fonema [b] para os falantes da região em questão, o Bié.

Quadro 17 - Ficha lexicográfica-toponímica nº3 (Bié)

Ficha lexicográfica-toponímica nº3
Província Topónimo: Bié
Localização: Centro de Angola. Províncias fronteiriças: Noroeste – Cuanza-Sul; Norte – Malange; Nordeste Lunda-Sul; Este – Moxico; Sul – Kuando Kubango; Sudeste – Huíla; Oeste – Huambo.
Variante ortográfico-lexical: Ø
AH:--- Taxonomia: Dirrematotopónimo. ²⁰⁴
Etimologia: <i>Viyé</i> > <i>Vié</i> > <i>Bihé</i> ²⁰⁵ > <i>Bié</i> . Houve uma evolução no aportuguesado do topónimo para Bié.
Étimo: <i>yé</i> . Base: <i>Bie</i> .
Adjectivo Pátrio: <i>bieno</i> ²⁰⁶ (s), <i>biena</i> (s).
Adjectivo Gentílico: ovimbundo.
Língua(s) materna(s): Umbundu, Lunda ou Cockwe, Tchingangela.
Outra(s) língua(s): Português.
Histórico: Província fundada a 1 de Maio de 1922.
Fonte Primária: Milheiros, Mário (1972) <i>Índice Histórico-Corográfico de Angola</i> . Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.
Fonte Enciclopédica: Consta apenas do dicionário consultado (cf. 4.1.2). Não consta dos proutuários estudados (cf. 4.1.3).
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²⁰⁴ Topónimo constituído por frases ou enunciados linguísticos.

²⁰⁵ Manteve -se a ortografia de topónimos e etnónimos, à excepção apenas de **Benguela, Bié, Bienes, Luanda, Catumbela, Cuanza**. Manteve-se a ortografia dos antropónimos africanos (p. ex., Hiquereto em vez de Seckeleto). Realçaram-se, com o emprego de itálico, as palavras ou expressões de origem africana (p. ex., omballa), respeitando a ortografia de Silva Porto que não corresponde à actual (p. ex., quipaca em vez de ocimbaka ou cambonha em vez de ombonha). Esta é a nota dos editores do texto de Silva Porto. O que possivelmente nos obrigaria a ir à busca do original para confirma escrita mais próxima do original africano, dá época, pelo menos. É uma pista.

²⁰⁶ Consta do *Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora de 2015.

4.4.4 *A província de Cabinda*

A capital da província é Cabinda. Esta província é composta por quatro municípios: Belize, Buco Zau, Cabinda, Cacongo.

Milheiros (1972:43) Cabinda, referencial “ Actual Dist. da Província de Angola. Conc. do referido Dist. por Port. 15 359, de 12/1/1968 (B.O. 1) e Dec. 500/71, de 2/21971 (B.O. 57). Cabinda foi elevado a categoria de Vila, em 10 de Julho de 1890. Elevada a categoria de cidade por D.L. 2757 (B.O. Supl. ao nº 21, de 1956). (...) A criação do Distrito de Cabinda, subdivisões e divisões em circular, vem expressa no D. L. 571, de 24/2/1934 – B.O. 8.

Etimologia: Mbinda (cf. Assis) fruto de cabaceira, cabaça, vaso para enfeite; jimbinda (plural) antigo nome da terra de Cabinda, Kambinda (cabacinha), o prefixo ka, indica diminutivo. Ka + Mbinda > kambinda > kabinda. Da Matta (1893:97) Quimbundo. Neste caso infere-se que o *m* inicial também pode ser marca de classe singular, cujo plural é o prefixo ji.

Da Matta (1893:97) Quimbundo. Neste caso infere-se que o *m* inicial também pode ser marca de classe singular, cujo plural é o prefixo ji, na palavra seguinte.

Da Matta (1893:97) Quimbundo. Neste caso infere-se que ji é a marca do plural.

Da Matta (1893:97) Quimbundo: Neste caso infere-se que

Proposta de construção silábica: Duas hipóteses: 1. Ka²⁰⁷ + mbinda > mbi + nda > mbi + nda > mb + nd.

2. *primária nkambinda > nka + mbi + nda > ka. Neste caso teríamos: nka + mbi + nda => nk+mb+nd.

Proposta de construção silábica: Ka > Mbinda > nkambinda > nk > a > bind > a.

O prefixo ka, indica diminutivo.

²⁰⁷ Da Matta (1983: 9) Preposição de, do; adjectivo meu, minha; aje pronome possessivo seu, sua. **Nota: o autor não faz referência a significação actual de ka como prefixo diminutivo.**

Étimo: mb > nd .

Outras fontes

Os tratados

1883

Com Chinfuma; 1884 com Chicambo para a região Massabi; a 1 de Fevereiro de 1885 é assinado o tratado de Simulambuco.

1850

Nessa altura na região havia três Reinos, Loango, Kacongo e Ngoyo à norte do rio zaire e o grande reino do Kongo. Manuel José Puna, Barão de Cabinda²⁰⁸ reconhecido pela coroa portuguesa, controlador do comércio na região do Porto Rico reino de Ngoyo. *Convém realçar que por volta da década de 80 do século passado, as principais feitorias da região de Cabinda eram de nacionalidade inglesa, francesa e holandesa.* In Revista do Arquivo Histórico Nacional Fontes & Estudos (1995:85-86) nº2 de Novembro.

Monteiro²⁰⁹ (1850: 66, 176). O Autor faz referência a palavra *Cabinda* sem lhe acrescentar mais nenhum dado.

1864

Oliveira (1864: 11) *Kambinda diminutivo de Mbinda que significa Cabacinha, cabacinho.*

1941

- I. Xavier Fernandes (1941: 261) Topónimos e Gentílicos I, faz referência a Cabinda. Também sem mais informação.

1990

²⁰⁸ Título concedido pelo rei D. Luís I, em Portugal, onde fora recebido e baptizado, e onde deixou seus filhos a estudar.

²⁰⁹ Monteiro, José (1850). *Diccionario geográfico das províncias e possessões portuguezas no ultramar*. Lisboa, tipografia Lisbonense.

Parreira (1990) Cabinda/ Kabinda escreve o topónimo das duas formas.

Conceição (1963:11) Em plena cidade de Cabinda e no mercado municipal, funciona um pequeno e modesto restaurante, de um cabindiano, onde se fornecem refeições e bebidas à gente da Terra.

Língua materna: kicongo, ibinda. O Ibinda é a língua falada pelos cabindenses; conjunto das variantes: Iwoyo, Ikoci, Kiyombe, Ikwakongo, Civili, Cijinji, e Kisundi.

Étimo: **mb** + **nd**. Proposta de divisão silábica: (Ka + Mbind + a)= ka + **mb** + i + **nd** + o.

Etnias: bacongo.

7 Mazunga (2015:4) Cabinda – s. f. cowa, (...). *Cabindês, adj mwsí cowa (aquele que é de origem cabinda), ci cowa. Cabindesa, adj. Ci cowa, binda (dos cabindas).*

Sobre o topónimo *Cabinda*

Descrição 1: Os naturais de cabinda não se tratam a si mesmo de Cabinda, mas Cowa. Logo Cabinda é uma expressão aportuguesada.

Descrição 2: Após a independência de Angola, 1975, surge uma corrente de africanização da onomástica e cria-se dupla grafia Cabinda, muitas vezes, é escrito com o grafema <k>.

Ficha lexicográfica-toponímica nº4

Província Topónimo: Cabinda

Localização: Norte do País. Fronteira com as repúblicas do Congo e Democrática do Congo, está na zona litoral costeira banhada pelo oceano atlântico.

Variante ortográfico-lexical: Cabinda, Kabinda.

AH:--- Taxonomia: fitotopónimo²¹⁰.

Étimologia: *mbinda*²¹¹ significa cabaça, *jimbinda*²¹² significa cabaças, *kambinda*, Cabinda.

Duas hipóteses: 1. $Ka^{213} + mbinda > mbi + nda > mbi + nda > mb + nd$.

2. *primária $nkambinda > nka + mbi + nda > ka$. Neste caso teríamos: $nka + mbi + nda = > nk+mb+nd$.

Étimo: *mbind* > *mb* > *nd*. Base: Cabind.

Adjectivo Pátrio: *Cabindês*.

Adjectivo Gentílico: Kongo, bacongo.

Língua(s) materna(s): Kikongo, Ibinda²¹⁴.

Outra(s) língua(s): Português, lingala, francês.

Histórico: Fundada a 28 de Fevereiro de 1919.

Fonte: Primária - Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.

Fonte Enciclopédica: Consta do dicionário (cf. 4.1.2) consultados. Não consta dos prontuários estudados (cf. 4.1.3).

Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira

Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo

Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²¹⁰ Topónimo de índole vegetal, espontânea em sua individualidade, em conjuntos da mesma espécie, ou de espécies diferentes, além de formações não espontâneas.

²¹¹ Da Matta (1893:97) Quimbundo. Neste caso infere-se que o *m* inicial também pode ser marca de classe singular, cujo plural é o prefixo *ji*, na palavra seguinte.

²¹² Da Matta (1893:97) Quimbundo. Neste caso infere-se que *ji* é a marca do plural.

²¹³ Da Matta (1983: 9) Preposição de, do; adjectivo meu, minha; aje pronome possessivo seu, sua. **Nota: o autor não faz referência a significação actual de *ka* como prefixo diminutivo.**

²¹⁴ Designativo em discussão. Não usamos o pejorativo devidamente fundamentado.

4.4.5 *A província do Kwando kubango*²¹⁵

A capital da província do Kuando Kubango, a histórica província do KK, tem como capital Menongue. É composta por dez municípios: Calai, Cuangar, Cuchi, Cuito Cuanavale, Dirico, Mavinga, Menongue, Nancova, Rivungo.

A data da definição como província Cuando - Antiga circ. do Dist. do Cuando-Cubango, com sede em Rivungo (Port. 14 891, de 18/3/1967 – B.O. 11). Actualmente circunscrição de Rivungo. Cuando - Actual pov. com. do Posto sede do Conc. de Caluquembe, Dist. da Huíla, criada por Port. 8601, de 14/7/1954 (B.O. 28). Cuando Cubango - Actual Distrito de Angola, com sede em Serpa Pinto por Decreto nº 50/71 de 23 de Fevereiro de 1971. Do Boletim Oficial-57 Milheiros (1972: 117).

Etimologia: Os dois hidrotopónimos aparecem em quase toda a cartografia angolana. (cf. Mapas de 1851, de 1864, de 1877-1880 e de 1912).

Parreira (1990) Kuando kubango/ Cuando Cubango .

Proposta de construção silábica: kwandu > kwa > ndu = kw > a > nd > u.

Étimo: 1. kwa > kw > ndu > nd.

Proposta de construção silábica: (Ku + mbang + u) = 2. mbang > mba > mb + a > ngu > ng > u .

Étimo: mbang > mba > mb + a > ngu > ng > u .

Sobre o topónimo *Cuando Cubango*

Descrição 1: A sua ortografia causa muita discussão entre linguistas, sociólogos, antropólogas e legisladores angolanos. Porque a sua historiografia variou sempre ao longo da história.

Descrição 2: Após a independência de Angola, 1975, surge uma corrente de africanização da onomástica e criam-se multiplas grafias para Cuando Cubango, passa a ser escrito com os grafemas <k> e/ou <w>, e a chamar-se ou ser tratado pela sigla, a província do KK “capa capa”.

²¹⁵ Como se sabe em Angola a província é referida apenas pelo epíteto KK (capa-capá), a província do KK. Por isso, usa-se a escrita bantu.

Ficha lexicográfica-toponímica nº5

Província Topónimo: Kwando Kubango

Localização: Leste de Angola. Províncias fronteiriças: Norte – Bié; Nordeste - Moxico; Este República da Zâmbia; Sul – República da Namíbia; Oeste – Cunene e Huíla.

Variante ortográfico-lexical: *Cuando Cubango, Kuando Kubango, Kuando Kuvango (Kwandu Kuvango)*²¹⁶.

AH:--- Taxonomia: Hidrotopónimo ou patamónimo²¹⁷/Derrimatotopónimo

Etimologia: coandu, kwandu, cuandu; cubangu. Étimo1: Cuando > kwa + ndo, kw + nd. Base: Kwand.

Étimo2: cubango > ku + mba + ngu, ku + mb + ng; mba > mb; ngu >ng.

Adjectivo Pátrio: Ø.

Adjectivo Gentílico: cuanhama.

Língua(s) materna(s): Lunda ou cockwe, Nganguela.

Outra(s) língua(s): Português, Francês.

Histórico: Fundada a 23 de fevereiro de 1971. Nome do principal rio da região. Fazem parte os povos Khoisan²¹⁸ (de origem não bantu com outra estrutura linguística).

Fonte: Primária - Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda. Atlas Histórico de Angola de Gourgel & Difuiila, Plural Editores.

Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários consultados; Lista do prontuário analisado.

Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira

Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo

Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²¹⁶ O *Atlas Histórico de Angola* apresenta duas escritas Kuando, Kubango (Kwandu Kuvango) sem qualquer explicação de seus usos.

²¹⁷ Topónimo que designa água ou água corrente resultante de acidente geográfico.

²¹⁸ Possível junção de dois povos: os san e os Khoi, khoi.

4.4.6 *O topónimo Kwanza*

A região do Kwanza este grande hidrotópónimo angolano dá nome a dois grandes topónimos as províncias do Cuanza Norte e Cuanza Sul. O rio Kwanza ou rio Cuanza, rio Zaire ou ainda rio Zaidi.

Etimologia: A região do Kwanza este grande hidrotópónimo angolano dá nome a dois grandes topónimos, as províncias do Kwanza Norte e Kwanza Sul. O rio Kwanza ou rio Zaire ou ainda rio Zaidi.

Proposta de construção silábica: Kwanza > Kw + a > nz + a > Kw > nz;

kwa > kw; nza > nz

Étimos: kw > nz.

1594

Conceição²¹⁹ (1943:26) Em 1594, o Padre Jesuíta Pero Rodrigues escrevia na sua História da Residência dos Padres da companhia de Jesus em Angola:

No anno de 80 indo o Governador ao longo do **rio Coanza** para cima com duzentos e noventa portuguezes....

Ainda Conceição (1943:38) afirma que

Cadornega escreveu **Coamza**; Pero Rodriguês, **coanza**; e na Carta de Doação a Paulo Dias de Novais, a que atrás nos referimos, aparecem-nos nada menos de três grafias diferentes: **Quanza, Cuoanza e Quoanza**.

Portanto, não havia propriamente um cuidado ou preocupação ortográfica, e cada um escrevia, um pouco como lhe parecia ouvir ou entender o som das palavras.

1617

Silveira (1953:452)

²¹⁹ In Conceição (1943) *Uma História Inédita de Angola*.

Do cabo ledo pera o **Rio Coanza** avera noue legoas pouco mais ou menos E he h~ua (...) chegar a este **Rio Coanza** no acabam. (...) o qual Rio tem h~u arvoredos muito grossos corresse a costa do cabo pera este **Rio Norte e Sul**. (...) e também a melhor conhecensa que ahy nesta paragem fazendosse qualquer nauio do **Rio do Coanza** pera **aloanda** mande vigiar pera terra. (...) E o mesmo pera **aloanda** e logo vera as cazas da cidade indo correndo a **jlha da loanda**. (...) Pello que do Rio da **Coanza**, barra da Corimba, e jlha da loanda, e emseada do **Bengo Rio do dande** se fara abaixo como se eura.

1746

Carte de la Costa D`Angola Depuis de la riviere de Bengo jusque a cette du **Quanza** / [Jean Nicolas Bellin - cartógrafo francês] escala 6 léguas marinas de França e Inglaterra [Paris]:[Chez Didot], [1746]. In PT/AHU/CARTI/001/00463. Consultado na internet no *Arquivo histórico ultramarino*.

1687

Cavazzi (1687: 21-22) Rios: Icolo Bagamidir, **Cuanza**, uamba, lunino, cambo, xarique, cuiji, cuango.

1846

Lugares: partie D`Angola ou Dongo, mer do Congo ou Ocean Ethiopique, **Ville de Saint Paul de Loanda, Isle de Loanda, Riviere Koanza – Quanza**. (do mapa).

1846

Reino de Angola e Reino de Benguela cf Carta Geographica dos Reinos de Angola e Benguela. Consultado na internet (PT/AHU/CARTI/001/00341).

1850

Monteiro (1850: 90, 209, 454, 455). O autor faz referência a *Adenda ou Dembo rio coanza; Cambambe* (faz referência ao rio Cuanza); *Quinalonga* (Ilhas do rio Cuanza, doado pela Rainha Ginja); *Quizanga* (Ilha do rio Cuanza) respectivamente.

Conceição (1943:22) Temos aqui a História de Angola, de A. Felner. Abrimo-la e a pgs. 376, lemos: Congo he um Reino Christão situado na

Ethiopia Occidental da banda do sul: sua Costa se estende da boca do **Rio espantoso Zayre** até alem do **Rio Coanza** por espaço de cinco graos. (Doc. N.º1, da História do Reino do Congo).

1880

Texto do Barão de Cabinda: *Tendo vindo a este Porto de Cabinda, a Canhoneira **Rio Quanza** com o fim de obter a entrega dos criminosos implicados no assassinio do mestre e dono d`um cahique²²⁰;*

1943

Segundo Conceição (1943:22) *Cadernega, só no 2º volume da sua História das Guerras Angolanas, emprega mais de quarenta vezes o vocábulo **Coanza**.*

Parreira (1990: 124) ...«que é em terra firme junto da coanza.» Citando Brasio (ed) VII, 526 In *História do reino do Congo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969.

Sobre o topónimo Kwanza, que seja considerado um Nome Próprio Canónico, segundo a definição de Raposo, 2013. Não se deveria aportuguesar este topónimo devida a enorme projecção internacional já alcançada, o Kwanza. Símbolo da nossa africanidade. Não há regra sem excepção, que seja esta uma das excepções à regra.

²²⁰ Texto citado no Doc. 2 Carta do Barão de Cabinda dirigida ao Governador Geral da Província d`Angola, datada de 11 de Março de 1880. In Revista do Arquivo Histórico de Angola Fontes e Estudos, nº2 de Novembro de 1995.

4.4.6.1 *A província do Kwanza Norte*

A capital da província do Cuanza-Norte é Cazengo. Esta província é composta por dez municípios: **Ambaca**, Banga, Bolongongo, Cambambe, Cazengo, Golungo Alto, NGonguembo, Lucala, Quiculungo, Samba Caju.

Língua(s) materna(s): Kicongo. Kimbundo. Umbundo.

Antigo Dist. criado por Port. 1026, de 21/9/1914, com sede em Dalatando. Por Dec. 3365, de 15/9/1917, passou a denominar-se Cuanza-Norte. “Actual Dist. da Província de Angola, com sede em Salazar. Salazar é a moderna designação de Dalatando (Ndalatando), que foi posto civil e sede da Circ., por Port. 727, de 27/6/1913 (B.O. 26) e sede do antigo Dist. do Cuanza, criado por Port. 1026, de 21/9/1914”. Milheiros (1972: 119-120).

Sobre o topónimo *Kwanza Norte*

Descrição 1: Os dois hidrotopónimos aparecem em quase toda a cartografia angolana. (cf. Mapas de 1851, de 1864, de 1877-1880 e de 1912).

A sua ortografia causa muita discussão entre linguistas, sociólogos, antropólogos e legisladores angolanos. Porque a sua historiografia variou sempre ao longo da história.

Descrição 2: Após a independência de Angola, 1975, surge uma corrente de africanização da onomástica e cria-se multiplas grafias Cuanza-Norte, passa a ser escrito também, e variavelmente, com os grafemas <k> e <w>.

Quadro 20 - Ficha lexicográfica-toponímica nº6 (Kwanza-Norte)

Ficha lexicográfica - toponímica nº6
Província Topónimo: Kwanza-Norte
Localização: Norte de Angola. Províncias fronteiriças: Norte – Uíge; Este – Malange; Sul – Cuanza-Sul; Sudoeste – Luanda; Oeste – Bengo.
Variante ortográfico-lexical: <i>Cuanza, Kwanza, Cwanza</i> .
AH:--- Taxonomia: Hidrotopónimo ²²¹ ou patamónimo ²²² /Cardiotopónimo
Etimologia: <i>Coanza, Coamza, Quanza, Cuanza, Kwanza, cuanza</i> (cf. mapas) (línguas kimbundo ou kikongo).
Étimo: Kwa + nz + a. Kw + nz; kwa > kw; nza > nz. Base: Kwanz.
Adjectivo Pátrio: Ø.
Adjectivo Gentílico: ambundu, congo ou bacongo.
Língua(s) materna(s): kikongo, kimbundo.
Outra(s) língua(s): Português.
Histórico: Fundada a 15 de Agosto de 1914. Nome do principal rio da região.
Fonte: Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.
Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários consultados (cf. 4.1.2). Lista do prontuário analisado em 4.1.3 (sem distinção Norte e Sul).
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²²¹ O hidrotopónimo Cuanza é referido no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de ciências de Lisboa* de 2001.

²²² Topónimo que designa água ou água corrente resultante de acidente geográfico.

4.4.6.2 *A província do Kwanza Sul*

A capital da província do Cuanza-Sul é Sumbe. Esta província é composta por doze municípios: Amboim, Cassongue, Cela, Conda, Ebo, Libolo, Mussende, Porto Amboim, Quibala, Quilenda, Seles, Sumbe.

Cuanza – Sul - Actual Dist. da Província de Angola, com sede em Novo Redondo. Foi criado, simultaneamente com o Dist. de Cuanza-Norte, pelo Dec. 3365, de 15/9/1917, em virtude do desmembramento do Dist. de Cuanza em Norte e Sul e incluindo também o Conc. de Novo Redondo, onde ficou a sua sede provisória, enquanto não pudesse instalar-se no Amboim para onde fora decretada a sua instalação, em 30 de Janeiro de 1918, sendo a última delimitação feita por Decreto nº 53, de 4 de Setembro de 1921 do Alto Comissariado (Milheiros 1972:120).

Sobre o topónimo *Kwanza Sul*

Descrição: Após a independência de Angola, 1975, surge uma corrente de africanização da onomástica e cria-se dupla grafia Cuanza-Sul, passa a ser escrito também, e variavelmente, com os grafemas [k] e [w].

Ficha lexicográfica-toponímica nº7

Província Topónimo: Cuanza - Sul

Localização: Centro de Angola. Províncias fronteiriças: Norte – Luanda, Cuanza-Norte e Malange; Este – Bié e Huambo; Sul – Benguela; Oeste – Oceano Atlântico.

Variante ortográfico-lexical: *Cuanza, Kwanza, Cwanza*.

AH:--- Taxonomia: Hidrotopónimo ou patamónimo²²³/Cardinotopónimo

Etimologia: *Coanza, Coamza, Quanza, Cuanza, Kwanza*, cuanza (kimbundo ou kikongo).

Étimo: Kwa + nza. Kw + nz; kwa > kw; nza > nz.

Adjectivo Pátrio: Ø.

Adjectivo Gentílico: ambundu, congo ou bacongo.

Língua(s) materna(s): kimbundo, umbundu

Outra(s) língua(s): Português.

Histórico: Fundada a 15 de Setembro 1917. Nome do principal rio da região.

Fonte: Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola.

Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.

Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários consultados em 4.1.2. Lista do prontuário analisado em 4.1.3. (sem distinção Norte ou Sul).

Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira

Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo

Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²²³ Topónimo que designa água ou água corrente resultante de acidente geográfico.

4.4.7 *A província do Cunene*

A capital da província é Cuanhama. Esta província é composta por seis municípios: Cahama, Cuahama, Curoca, Cuvelai, Namacunde, Ombadja.

Deixa de ser um reino para estar sob domínio português, a partir de 1917 com a morte do Rei Mandume, o último rei angolano que se suicida após a batalha perdida.

Actual Dist. da Província de Angola, com sede na cidade de Pereira de Eça, criado por Dec. 399/70, de 16/7/1970 (B.O. 173, de 25/7/1970) e Decreto 50/71, de 23/2/1971 –B. O.57. Cunene - Actual pov. com. do Posto de Samboto, do Conc. de Vila Nova Dist. do Huambo, criada por Port. 838, de 21/10/1953. Cunene – Antigo comando militar criado por P.P. de 29/10/1906 (B.O.44) Milheiros (1972:126).

Etimologia: 1. Cu + nene: o prefixo `ku` que em várias línguas angolanas significa uma preposição. Assim, em kimbundo (Cordeiro da Matta (1893:33) para, por, em, ao(s), à(s), + a raiz `nene` que na grande em várias línguas angolanas significa grande. Assim: em kimbundo, *ónêne*, *uonêne* (cf. Cordeiro da Matta (1893: 127, 151); em umbundo, *cinene*, vasto, largo, *enene*, muito, demais, (cf. Etaungo Daniel 2002:137) em cokwe *néne* volumoso, corpulento, importante, grande (cf. Barbosa (2011: 280); No Umbundu Guennec & Valente (1972: XX) oku movimento fluente para rios. Nomes de rios . ku – nene , Rio grande.

Um dado definitivo é-nos apresentado por Almeida Santos²²⁴ no seu estudo comparativo do significado de algumas palavras do português e das seguintes línguas bantos angolanas: Umbundu, Musele, Oluñaneka, Kwañama, Kimbundo, Omumbwi, Kikongo, Tchokwe e concluiu, entre outras coisas que em todas as o significado da palavra *Grande* ou *enorme* é sempre *nene*.

Pedro (2015) Propõe a escrita do topónimo Cunene com a letra K, Kunene, formação do pátrio kunenense, e dos gentílicos em oxicuanhama om`kunene, ovacunene.

²²⁴ SANTOS, J. Almeida. (1962:3). (perspectiva de) *Dicionário Comparado Banto – Português e Português Banto*. Nova Lisboa. (Dactilografado) In Sociedade de Geografia de Lisboa.

Segundo Pedro (2017) na ficha lexicográfica embasada em inquérito de pessoas idóneas (e com 87 anos) que reproduzimos na íntegra: *deriva de expressões Oshiwambo* ²²⁵*unene (grande, largo, forte, grosso), onloga unene (rio grande); oku okunene “aqui ou neste sítio (do rio) é largo; é maior ou é fundo”*.

Analisado o mapa hidrográfico o rio Cunene é o de maior caudal da zona. E no mapa mais antigos o prefixo /ku/ vem escrito separadamente, cu nene.

1850

José Maria de Souza Monteiro. Dicionário geográfico das províncias e possessões portuguesas no ultramar. Lisboa, tipografia Lisbonense, 1850.

Parreira (1990:33) íonene, adj. grande p.7; kónêne, adj. qualif. Grande; kónêne-nêne, adj. Grandíssimo.

Medeiros (1976: 28) (...) *nem o desmembrar da província da Huíla em 1955, com separação do distrito de Moçamedes (o da Huíla ficou compreendendo o do Cunene), nem a desanexação deste último em 1971 puderam travar este processo: antes pelo contrário. Se a cidade de 8521 habitantes em 1940 (3361 brancos) passou a 15 129 (7494 brancos) em 1960, ela atingia 31 674 (13 429 brancos) em 1970.*

No mapa dos rios cunene e cubango servem de prova da sua existência para motivação de indicação de nome.

No mapa da Viagens de Capella e Ivens há referência ao rio *Onene*.

Segundo Santos (1962:22) no seu estudo comparativo dos falares angolanos. O vocábulo nº115, adjectivo grande ou enorme, nas línguas: *Umbundu, Musele, Oluñaneka, Kwañama, Kimbundu, Omumbwi, Kikongo* e Tchokwe, usa-se a mesma raiz – *nene*.

Sobre o topónimo *Cunene*

Descrição 1: O hidrotópónimo *Cunene* aparece bem referenciado e com mapa próprio na cartografia ano de 1851. Portanto, já circulava a sua ortografia aportuguesada nessa altura e continuou sem mais alterações, até aos nossos dias.

²²⁵ O prefixo Oshi – indicador de língua, portanto, trata-se da língua dos ambó.

Descrição 2: Após a independência de Angola, 1975, surge uma corrente de africanização da onomástica e cria-se dupla grafia Cunene, muitas vezes, é escrito com o grafema <k>.

Quadro 22 - Ficha lexicográfica-toponímica nº8

Ficha lexicográfica-toponímica nº8
Província Topónimo: Cunene
Localização: Sul de Angola. Fronteiras: Norte – Huíla; Este – Cuando Cubango; Sul – República da Namíbia, Oeste – Namibe.
Variante ortográfico-lexical: <i>Cunene, Kunene</i> .
AH:--- Taxonomia: Hidrotopónimo ou patamónimo ²²⁶ . Dimensionotopónimo ²²⁷ .
Etimologia: formado pelo prefixo: ku + adjetivo <i>nene</i> , que quer dizer grande, referindo-se hipoteticamente ao maior caudal.
Étimo: ku (locativo) + inene (volumoso ou grande).
Adjectivo Pátrio: Ø.
Adjectivo Gentílico ²²⁸ : ambó, nhaneca, ngaguela.
Língua(s) materna(s): português, ganguela, nhaneca.
Outra(s) língua(s): inglês, português.
Histórico: Fundada a 10 de Julho de 1970. Nome do principal rio da região. Fazem parte os povos Khoisan (de origem não bantu com outra estrutura linguística).
Fonte: Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda. Atlas Histórico de Angola de Gourgel & Difuila, Plural Editores.
Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários, nem dos prontuários analisados em 4.1.2 e 4.1.3.
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²²⁶ Topónimo que designa água ou água corrente resultante de acidente geográfico.

²²⁷ Topónimo relativo às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade.

²²⁸ Estes estão aporтуguesados e dizem respeito, repetimos, á etnia por uma questão de preservação cultural.

4.4.8 *A província do Huambo*

A capital da província é Huambo. Esta província é composta por onze municípios: Bailundo, Cachingo, Caála, Ecunha, Huambo, Londuimbale, Longonjo, Mungo, Chicala Choloanga, Chindjenje, Ucuma.

Actual Dist. da Província de Angola, com capital em Nova Lisboa (Port. 8904, de 19/2/1955 –B.O. 7), Conc. do Dist. do Huambo (Dec. 50/71, de 23/2/1971 – B. O. 57). (...) Em vez de Huambo, dizia-se e escrevia-se Ambo, Hambo, e até Embo. Só modernamente se escreve Huambo. Quando foi criado o Comando militar, criou-se também a Granja do Huambo, por P. p. 558, de 21/6/1909 (B. O. 26).(...) À cidade do Huambo foi dado o nome de Nova Lisboa, para ali se estabelecer a capital de Angola por Decreto 15 917, de 1 de Setembro 1928 no Boletim Oficial-39 (Milheiros 1972:160-161).

Etimologia: O reino Wambo. Parreira (1990: 186) *Wambu* – 1. Estado Ovimbundu, que, segundo a tradição oral, reivindicava como seu título de fundação a posição ngola-a-kilwanji. 2. Na lenda, ngola – kilwanji, filho de Feti e Koya, figuras etiológicas Ovimbundu, teria recusado o governo no *Wambu*, para fundar o Ndongo. (citando Chils, 1964, 367-370/Ervedosa 1980,19).

Há uma planta cokwe chamada um embo. Perguntamo-nos se seria o étimo do topónimo Huambo? Mais uma vez, solicita-se aqui o diálogo ou cruzamento com outras fontes e disciplinas sociologia e antropologia, mas também geografia e porque não agronomia para se chegar a consenso.

Étimo1: wã. Étimo2: mb. Proposta de divisão silábica: wa + mb + u; wãmb + u.

Outras fontes

1687

Cavazzi (1687: 21-22) Rios: Icolo Bagamidir, Cuanza, **uamba**, lunino, cambo, xarique, cuiji, cuango.

1825

Feio Cardozo de castelo Branco e Torres, no seu já citado livro «Memórias...» (editado em Paris em 1825): Distritos de Benguela: Bailundo, Dombe Grande da Quinzamba, **Hambo**, Galengue e Sambos, Quilengues e Sambos, Quilengues, Huíla e Bihé.

1850

Monteiro²²⁹ (1850: 298). Faz referência província do Huambo evidenciando a sua dupla grafia:

- **Hambo** ou **Huambo**.

Refere-se ainda aos Sambos existentes em *Benguella*, **Hambo**, *Bihé* e *Huíla*.

1894

Chatelain²³⁰ (1964: 492). A tribo original de N'gola, ainda independente, retirou-se para o rio **Huamba**, um dos afluentes do Cuango.

1941

Fernandes (1941:161) in *Topónimos e Gentílicos I*, faz referência ao **Huambo** sem dar detalhes ou explicação.

1947

Frazão, Serra (1947: 33)²³¹ Quem se lembra hoje do grande **sobado do Hembo**, (...) até se estabelecerem no ponto mais salubre do planalto? Formando o povo que hoje conhecemos pelo nome de **huambos**, sem que isso possa definir um grupo rácico, visto que se trata de uma divisão puramente administrativa?

1972

Guenneq & Valente (1972: 318) Não definir simplesmente indivíduos da tribo do Huambo como *huambos*. A grafia *uwambo*, (pl. *Vawambo*).

²²⁹ Monteiro, José (1850). *Diccionario geográfico das províncias e possessões portuguezas no ultramar*. Lisboa, tipografia Lisbonense.

²³⁰ Chatelain, Héli. (1894). *Contos Populares de Angola*. In. Pires de Lima, Dr. Fernando de Castro (Org.). *Cinquenta contos em quimbundo coligidos e anotados por Héli Chatelain*. Lisboa, Agência-Geral do Ultramar – 1964.

²³¹ In, *Boletim geral das Colónias*, Breves apontamentos sobre o toponímico gentílico de Angola. Ano 23º, nº 259 de 1947.

Parreira (1990: 96) « Como explicar que o mesmo topónimo possa ter designado três regiões [Bundi, Okango, e Pumbo]? Pelo facto deste topónimo corresponder a um nome étnico: o da tribo **Wambu**».

Sobre o topónimo *Huambo*

Descrição 1: A sua ortografia variou sempre ao longo da história²³², porque a sua origem, até ao momento, pode ser atribuída à flora *embo*, a antroponímia *Soba wambo*, ou a etnotoponímia reino *hambo* ou *wambo*. Há necessidade de se aprofundar a pesquisa.

Descrição 2: A partir de 1912 (cf. Mapa de Angola de 1912) a ortografia estabiliza-se na cartografia e a escrita mantém-se, aportuguesada sem mais alterações, até aos nossos dias.

Descrição 3: A partir de 1975, data da independência, surge uma nova corrente de angolanização do português e com ela a proposta da escrita do topónimo Huambo com nova escrita **Wambo**.

²³² No percurso do caminho de ferro Benguela e Quibau, um dos troços é Wambe. In Mapa : Costa de África Ocidental. Austero-Equatorial contendo o itinerário e explorações de Capello e Ivens 1877-1880.

Quadro 23 - Ficha lexicográfica-toponímica nº9 (Huambo)

Ficha lexicográfica-toponímica nº9
Província Topónimo: Huambo
Localização: Planalto Central de Angola. Províncias fronteiriças: Norte – Cuanza-Sul e Bié; Este – Bié; Sul – Huíla; Oeste – Benguela.
Variante ortográfico-lexical: Ø
AH:--- Taxonomia: Entnotopónimo/Antropónimo/ imo ou patamónimo ²³³ .
Etimologia: <i>Wambo, ambo, embo, hambo, hwambo, Huambo</i> .
Étimo ²³⁴ : wa > mb> u. Base: Huamb.
Adjectivo Pátrio: Huambos ²³⁵ .
Adjectivo Gentílico: ovimbundo.
Língua(s) materna(s): Umbundu
Outra(s) língua(s): Português.
Histórico: Fundada a 8/12(?) de Agosto de 1912.
Fonte: Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.
Fonte Enciclopédica: Consta dos dicionários consultados em 4.1.2. Não consta da lista dos proutuários analisados em 4.1.3.
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²³³Topónimo que designa água ou água corrente resultante de acidente geográfico.

²³⁴ Acreditamos que para a étimo de monema Huambo, não se ponha a questão do grafema <h> aspirado. Parece-mos mais próximo a supressão de um grafema <w>.

²³⁵ Adjectivo pátrio indicado por dois dicionários.

4.4.9 *A província da Huíla*

A capital da província é Lubango. Esta província é composta por catorze municípios: Caconda, Cacula, Caluquembe, Chibia, Chicomba, Chipindo, Cuvango, Gambos, Humpata, Jamba, Lubango, Matala, Quilengues, Quipungo.

O Distrito da Huíla foi criado em 1901, por desdobramento do de Moçâmedes (Dec. De 2/9/1901). A Huíla foi Conc. do Dist. de Moçâmedes, até 1902. No Conc. da Huíla foram estabelecidos dois fortes: Quipungo e Capelongo: o primeiro, por ocasião das operações de 1901 e, o segundo, por Port. De 13/11/1903 (Milheiros 1972:162).

Etimologia:

Medeiros (1976: 25) Os muílas são populações bantas que fazem parte do grupo étnico Nhaneca- Humbe, segundo a classificação proposta para os povos do sudoeste de Angola, por Carlos ESTERMANN. Outros Nhanecas-humbes também representados por terras Altas da Huíla são os Gambos a sul, os Handas do quipungo a norte e os Quipungos a leste. (...)

Etimologia: Segundo Medeiros (1976: 25), os **muílas** são populações bantas que fazem parte do grupo étnico Nhaneca- Humbe, segundo a classificação proposta para os povos do sudoeste de Angola, por Carlos ESTERMANN. Outros **Nhanecas-humbes** também representados por terras Altas da Huíla são os **Gambos a sul**, os **Handas do quipungo a norte** e os **Quipungos a leste**. (...)

Proposta de divisão silábica: hwila > hwyi > l + a.

Étimo: hwyi > l

Outras fontes

1850

Monteiro (1850:301) afirma que o presídio da Huíla foi fundado em 1845.

1941

Fernandes (1941:165) na sua obra *Topónimos e Gentílicos I*, faz referência à cidade de Lubango.

Parreira (1990: 187) sobre a topónimo *xela* afirmará que é “região que se situa no planalto da *Wila*²³⁶, considerada por Cavazzi²³⁷ «uma das maiores maravilhas do mundo»”.

Estermann (1983: 173) “De facto, quando há dois anos pedi uns dados estatísticos de ordem demográfica ao concelho do Lubango sobre os Muílas, vi com grande surpresa figurar (...) um certo número de zulus.”

Mais adiante Estermann *afirmará à Humpata os bantos ali moradores eram quase exclusivamente constituídos por Muílas.* (1983: 177)

No mapa (4.3.1.5) já analisado também encontrámos em Capello e Ivens 1877-1880 o antropónimo soba Huilla.

Sobre o topónimo *Huila*

Descrição 1: Os povos da região eram etnicamente chamados de *muílas*.

Descrição 2: O soba da região chamava-se *Wila*. Portanto, trata-se de um antropotopónimo, o nome do soba do lugar motivou a sua denominação. O antropotopónimo foi aportuguesado para Huila sem mais alterações, até aos nossos dias.

Descrição 3: A partir de 1975, data da independência, surge uma nova corrente de angolanização do português e com ela a proposta da escrita do topónimo Huíla com nova escrita **Wila**.

²³⁶ Como se vem afirmando, a partir de 1975 e intelectuais angolanos optam para africanização dos topónimos angolanos.

²³⁷ In Cavazzi I, 25, 207.

Ficha lexicográfica-toponímica nº10

Província Topónimo: Huíla

Localização: Sul de Angola. Províncias fronteiriças: Norte – Benguela e Huambo; Este – Bié e Cuando-Cubango; Sul – Cunene; Oeste – Namibe.

Variante ortográfico-lexical: Huíla.

AH:--- Taxonomia: Etnotopónimo²³⁸. Antropotopónimo²³⁹.

Etimologia: mumuila, muila, *Wila*, *Huíla*.

Étimo: 1. mumuila > muila > uila fora aportuguesado para Huíla. Base: Huil.

Adjectivo Pátrio: *Huilana*, *huilano*.

Adjectivo Gentílico: ganguela, nhaneca, humbe.

Língua(s) materna(s): Tchigangela, Umbundu, Nhaneca.

Outra(s) língua(s): Português.

Histórico: Fundada a 2 de Setembro de 1901. Fazem parte os povos Khoisan (de origem não bantu com outra estrutura linguística).

Fonte: Primária Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda. Atlas Histórico de Angola de Gourgel & Difuíla, Plural Editores.

Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários, nem dos prontuários analisados (cf. 4.1.2 e 4.1.3).

Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira

Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo

Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²³⁸ Topónimo relativo a elementos étnicos, clã ou tribo.

²³⁹ Soba Huilla. Cf. Comissão de Cartografia Junto do Ministério da Marinha. Carta do curso do rio Zaire de Stanley- Pool ao oceano Coordenada por Capelo e Ivens. 1883. Gravée et imprimée par Erhard, 8 Rue Nicole-Paris. C.C. 201 R BN de Lisboa

4.4.10 *A província de Luanda*

A capital da província é Luanda que é também a capital do país. Esta província é composta por nove municípios: Belas, Cacuaco, Cazenga, Kilamba Kiaxi, Luanda, Quiçama, Talatona, Viana.

Língua(s) materna(s): kimbundo²⁴⁰.

Actual cidade, capital da Província de Angola e do Distrito de Luanda.
Concelho do Distrito de Luanda do Decreto 50/71, de 23 de fevereiro de 1971 do Boletim Oficial-57. Milheiros (1972:175)

Origem e significado do termo **Luanda**:

Como a maioria das grandes cidades que se situam na encruzilhada de povos, impérios e comércio antigo, a escrita do vocábulo Luanda é o centro de disputa de muitos assuntos e discussões.

Na nomenclatura geográfica de Angola, Luanda, além de ser o nome da Ilha fronteiriça a esta capital, anteriormente designada por Ilha das Cabras pelos primeiros escritores portugueses; e o da primeira povoação angolana, fundada em terra firme, 1576, Por Paulo Dias de Novais (...) é também o nome de um rio, o Luanda, afluente do grande Cuanza. (...) O vocábulo Luanda é do kimbundu, onde, segundo atestam documentos antigos e a tradição indígena, tem diversos significados, o mais generalizado e conhecido dos quais é o de tributo. Conceição (1943:40)

Vários são os estudiosos da etimologia do termo Luanda:

- Frei Bernardo Maria de Cannecattim – Capuchinho italiano;
- Joaquim Cordeiro da Matta no dicionário.
- Dr. José Pereira do Nascimento (1903: 44, 47) dicionário de Português-Kimbundo, Tributo a Luanda; Dos baculamentos ao imposto Indígena.

O certo é que o jimbu, njimbu ou zimbo que serviu de moeda ao reino do Kongo era apanhado em Luanda e por isso alguns estudiosos atribuem o seu significado a tributo ou imposto deixa

²⁴⁰ Sabe-se que devido aos trinta anos de guerra civil em Angola, Luanda, porque capital, alberga no seio cidadãos de todas proveniências linguísticas do país.

inferir alguma subordinação ou relação entre o reino do Kongo e de Ngola Inene ou o grande Angola.

Outros significados atribuídos ao termo luanda²⁴¹: *tambor de festa na Lunda*;

Na região do Mussuco (Lunda) regista um tambor com o nome de Luanda, Dom João Evangelista de Lima Vidal no livro *Por terras de Angola* o descreve.

Segundo Conceição (1943:48) Na douta opinião do Sr. Dr. Manuel Alves da Cunha (Em volta da Nova Missão da Cazzanga, pág. 27) o primeiro documento, em que aparece registado o topónimo Luanda, como nome de povoação fundada por Paulo Dias de Novais de frente da Ilha do mesmo nome, é a carta do Padre Baltazar Barreira, S. J., de 31 de Janeiro de 1582, assim datada: «de luanda, 31 de Janeiro de 582.»

Milheiro (1972: 178) dá conta de um topónimo denominado Luando – Actual Posto administrativo do Concelho do Cuamba, do Distrito do Bié. Pertencia ao antigo Concelho de Camacupa como povoação comercial (criada por Portaria 6423 – Boletim Oficial 36/1948). E passou para o Concelho do Cuamba, por Portaria 14 061, de 13/12/1965 (Boletim Oficial 50).

Outras fontes

1617

Silveira, Luís (1953:4444) Roteiro da Costa de Angola, e da altura de quinze graos em M^o pera ALoanda de como se corre a Costa, das conhecenças della dos protos... piloto mor nesta armada a qual demarcação vay posta e arumada em hum papela este junto o anno de 1917. ”

1796

Ofício do Governador de Benguela para o regente de Caconda: ...como súbdito q he deste, tanto a dar parte dos soldados q tem falecido, dezertado, e aprezent.do pertencentes a esta guarnição p.^a se lhe darás suas competentes nottas, como pela hida do cabo a Loanda, pois q sendo esta hu coiza assáz de circunstancia.

²⁴¹ O termo luanda existe também nas línguas do Encravamento de cabinda, e nas do Alto Congo, é ali o nome de uma divindade. *Cesto* também pode ser definido como no kimbundo de então como *Sanza*.

1847

Iria (1988:403) ²⁴²“ Era natural de Minas Geraes no Brazil donde veio para aqui degradado por toda a vida em 1810, foi soldado do extinto Regimento de Linha de **Loanda**. Este homem ainda um mez antes da sua morte hia daqui a **Loanda** a pé e assim voltava». (Cf. Boletim Official do Governo Geral da Província de Angola, nº102 de 21 de Agosto de 1847).

1850

Monteiro²⁴³ (1850:97,69,208,330): Encontramos as seguintes referências a Luanda escrita com a letra `O` Ambriz *Loanda*, Marquês de Mossul, *São Paulo de Loanda*, *Loanda*.

1864

Kalumbu “ passarei agora a falar do Quanza, rio caudaloso de origem desconhecida.....o qual serve de limite meridional ao antigo reino de Angola. (...) o cargo de piloto-mór da barra do Cuanza: (...) dos presídios do interior situados à margem do Cuanza, (...) a jornada por terra a Loanda é de um pouco mais de dez léguas,(...) - Duarte Lopez esteve em Luanda entre 1578 e 1579, relatado por Fillipo Pigafetta “ relação do reino do congo e das terras circunvizinhas”. Oliveira (1864: 10-11)

1893

Da Matta (1893: 87) **Lúanda, lúandu**, s. Tributo. A mesma palavra Loanda, escripta com a sillaba inicial, lu, como pronunciam os Naturaes, isto é, **Luanda**, quer dizer tributo; porque nestas praias se pescava o zimbo, que é uma casta de Marisco, ou Buzio, de que pagavam tributo ao rei de Congo.» (Fr. Bernardo Maria de Cannecattim).

1898

Creou [referindo-se a Diogo Cão] todos os cargos e officios necessários ao governo da nova colónia, a que chamou S. Paulo de Loanda, intitulado-se ele, capitão-mor e governador do novo Reino de Sibasto na conquista da Ethiopia. Carvalho (1898:38).

²⁴² In Instituto Nacional de Investigação Científica (1988) *Descobrimientos Portugueses: O Algarve e os descobrimientos*. Trabalho realizado por Alberto Iria então, Director do Arquivo Histórico Ultramarino Prefácio de João Martins da Silva Marques. Volume II Tomo 2. Reprodução Fac-similada. Edição Comemorativa dos Descobrimientos Portugueses.

²⁴³ Monteiro, José (1850). *Diccionario geográfico das províncias e possessões portuguezas no ultramar*. Lisboa, tipografia Lisbonense.

1943

Conceição (1943:48) No livro *Estabelecimentos e Resgates Portugueses na Costa Ocidental de África*, publicado por Luciano Cordeiro, topamos esta informação: «*Têm os portugueses neste reino de Angola uma povoação grande a que se chama a vila de S. Paulo de Loanda, por estar na terra firme de frente de uma ilha que se chama assim.*»

Segundo o mesmo autor Loanda passou a Luanda em Abril de 1927 pelo esforço do Pe. Ruela Pombo, para responder a uma exigência da elite.

Conceição, Lourenço Marques da (1943: 25, 45) Porque se escreve Luanda com “U”, Tipografia da Missão Católica de Luanda.

No século XV, quando os portugueses se puseram em contacto com os povos angolanos, ainda a língua de Vieira não tinha atingido a simplificação que nela hoje conhecemos, de maneira que centenas senão milhares de palavras não eram escritas tal como se pronunciavam, como acontece em nossos tempos. A letra `O` seguida de `A` pronunciava-se quasi sempre como U. Desta forma, não admira que os primeiros portugueses que aportaram à Ilha de Luanda, ouvindo os indígenas pronunciar a palavra luanda, a escreveram à boa maneira portuguesa, dessa época.

Parreira (1990: 122) **Assumpção** – *Nome dado pelos portugueses a Luanda.* – Citando A. Brasio (ed) XII, (1969: 533). *História do reino do Congo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Parreira (1990: 185) **Vila Olanda** – Ou Vila de Holanda. O mesmo que Luanda, teoria retirada de Brasio (ed) VI, 57. *História do reino do Congo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969.

A grafia de Luanda foi adoptada oficialmente a 23 Abril de 1927 no Boletim Oficial da Colónia de Angola. O reverendo Padre Manuel Ruela Pombo publicou no jornal *A Província de Angola*, de 8 de Janeiro de 1927 defendeu que a escrita de Loanda não combinava com a índole do kimbundo. 8 dias depois, o Jornal convencido com os argumentos passa a usá-lo para sempre.

Aparece pela primeira vez no Diploma legislativo nº 521, de 22 de Abril de 1927, que aprova e põe em vigor a nova divisão administrativa de Angola.

Sobre o topónimo *Luanda*

Descrição 1: Topónimo aportuguesado. Após a independência de Angola, 1975, surge uma corrente de africanização da onomástica e cria-se dupla grafia Luanda, muitas vezes, é escrito **Lwanda**.

Quadro 25 - Ficha lexicográfica-toponímica nº11 (Luanda)

Ficha lexicográfica-toponímica nº11
Província Topónimo: Luanda
Localização: Zona Litoral Costeira de Angola. Províncias fronteiriças: Norte, Este e Sul pela província do Bengo; Oeste – Oceano Atlântico.
Variante ortográfico-lexical: Ø.
AH:---Taxonomia: Hidrotopónimo ou patamónimo/ergopónimo ²⁴⁴ .
Etimologia: axiluanda, loanda, luanda. Étimo: lwa + nda, loa + nda, lua + nda. lwa > loa > lua. Nda > nd.
Adjectivo Pátrio: <i>luandense</i> ²⁴⁵ , <i>luandino</i> ²⁴⁶ , <i>luandês</i> ²⁴⁷ .
Adjectivo Gentílico: axiluanda, caluanda, “calu”.
Língua(s) materna(s): português, kimbundo, kicongo, umbundo, kioco, cuanhama, nhaneca, ibinda, ngangela.
Outra(s) língua(s): Português, Lingala, Francês, Inglês.
Histórico: Fundada a 25 de Janeiro de 1575. Nome do principal rio da região.
Fonte: Primária - Índice histórico-corográfico de Angola.
Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários consultados em 4.1.2. Lista dos proutuários estudados em 4.1.3.
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira

²⁴⁴ Topónimo relativo a elementos da cultura material.

²⁴⁵ O Adjectivo Pátrio *Luandense* consta dos dicionários analisados.

²⁴⁶ O Adjectivo Pátrio *Luandino* consta do dicionário analisado.

²⁴⁷ O Adjectivo Pátrio *Luandês* consta do dicionário analisado.

Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo

Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

4.4.11 *O topónimo Lunda*

Mais uma grande região angolana o reino da Lunda dará nome a mais dois topónimos a província da Lunda Norte e a província da Lunda Sul.

Para Portugal se fixar e começar a colonização na Lunda foram assinados de 1885 a 1894 oito tratados com os estados do reino da Lunda, o Estado Confederado Mona- Capenda, assinado Pelo Soba Mona Samba, com Estado Confederado Lunda- Muteba, assinado pelo Soba Caungula, com o Reino Lunda-Quioco, assinado por Thissengue, com o Reino Calamas do Moxico, com o reino Muantianvua, e mais dois ou três com rei Leopoldo II por questões fronteiriças. Estes povos e reinos subentendem variações de línguas. Todos esses reinos possuíam diversas províncias e inúmeros grupos étnicos.

*Na minha viagem pelos estados do Muatiânvua 1884-1888, estando em constantes relações com povos de Cassange, (...) por que os seus chefes se me apresentassem como descendentes dos primitivos povoadores da região a que deram o nome de **Lunda**, e entre esses alguns se diziam parentes da família do primeiro Muatiânvua. Carvalho (1898:13)*

Etimologia: segundo Tavares (2009: 223-225) 1. Rio Calanhi > Nkalany ruund> ruunt > rund > rhunda. 2. Que de nome ao título de soberana Swana Rhunda que é a substituta de Lueji. Tal nome fora aportuguesado para Lunda.

A referência ao rio *lelunda* na cartografia antiga aparece em 1486 com a referência ao rio *lilunda*, grafado com <i> no Mapa 1 já no Mapa 4 do mesmo período e referência reaparece o nome do rio escrito desta feita com o grafema <e> *lelunda* e aparece no mesmo mapa o topónimo lago *Aquilunda*; ainda na mesma referência, agora no Mapa 5 consta o hidrotopónimo *lelunda*. A capital do reino do Congo era banhada pelos rios *coanza* e *lelunda* como consta do Mapa de 1649 ou 1659. O aportuguesamento do topónimo que passa a ser escrito com o grafema

<e> *lelunda* em substituição do grafema inicialmente usado <i> *lilunda*. Com a colonização a partir de 1850 conforme mapas subsequentes, deu-se o apagamento da sílaba inicial «le» prevalecendo o etnotopónimo e o topónimo *Lunda*.

4.4.11.1 *A província da Lunda Norte*

A capital da província é Chitato. Esta província é composta por dez municípios: Cambulo, Capenda Camulemba, Caungula, Chitato, Cuango, Cuílo, Lóvua, Lubalo, Lucapa, Xá-Muteba.

Actual Dist. da Província de Angola, com sede em Henriques de Carvalho (Port. 15 362 , de 13/1/1968 (B.O. 11). O Dist. da Lunda foi criado por Dec. 13/7/1895. (...) Após a implantação da República a, então Colónia de Angola, foi dividida em 6 Distritos: Congo, Luanda, Benguela, Moçâmedes, Huíla e **Lunda**. (Milheiros 1972:185).

Etimologia: o monema Lunda em kicongo é muito rica em significados: contenda, conservar, cultivar, cuidar, depositar, manter, ocultar, reservar, sustentar, entre outros.

Formação da palavra: *lu* + *nda* > prefixo `lu` e alguns estudiosos como Parreira atribuem a água.

Étimo: 1. Lu; 2. **nd** + a.

Segundo Milheiro (1972: 186) existem para além da Lunda, dois outros lugares cujo topónimo se denomina Lundo – “Actual povoado comercial do Posto sede, do Concelho da Quilenda, Distrito do Cuanza-Sul, criada por Portaria 8917, de 2/3/1955. (...) - Antigo Posto civil, de S. Salvador do Congo, extinto por Portaria Provincial 91, de 14/6/1917 (Boletim Oficial 21).

Outras fontes

1941

- I. Xavier Fernandes (1941: 209, 214) Topónimos e Gentílicos I, faz referência à Lunda sem Distinção Norte ou sul ou sem acréscimo de qualquer outro dado.

Carvalho (1898:15) ...entre *Jingas, Libollos e Lundas* que se constitui o estado de *Cassange*.

Sobre o topónimo Lunda -Norte :

Descrição 1: A cartografia prova que houve uma evolução linguística etimológica de *lilunda* para o aportuguesamento *lelunda* e conseqüente apagamento da sílaba inicial «le»

Hoje existe mais comumente o etnotopónimo e topónimo *lunda*.

Descrição 2: A ortografia da denominação etnotoponímica Lunda perdura até ao novo milénio, no ano de 2021.

Quadro 26 - Ficha lexicográfica - toponímica nº 12 (Lunda-Norte)

Ficha lexicográfica - toponímica nº 12
Província Topónimo: Lunda-Norte
Localização: Nordeste de Angola. Províncias fronteiriças: Norte e Este – República Democrática do Congo; Sul – Lunda-Sul; Oeste – Malange.
Variante ortográfico-lexical: Ø.
AH: ---Taxonomia: Etnotopónimo ²⁴⁸ e Cardinotopónimo ²⁴⁹ .
Etimologia: lunda > lu + nda > lu + nd. Lw > lu. Nda > nd.
Étimo: lu + nd.
Adjectivo Pátrio: <i>lundês</i> ²⁵⁰ , Lundana, lundano.
Adjectivo Gentílico: cokwe
Língua(s) materna(s): Lunda, cockwe.
Outra(s) língua(s): Português.
Histórico: Fundada a 4 de Julho de 1978.
Fonte: Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.
Fonte Enciclopédica: Consta do dicionário analisado em 4.1.2. Lista dos proutuários estudados em 4.1.3 (sem a distinção Norte e Sul).
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²⁴⁸ Topónimo relativo a elementos étnicos, clã ou tribo. Nome que identifica a origem de povo, o Lunda.

²⁴⁹ Topónimo relativo à posição e orientação geográfica; estabelecem, entre si, uma relação sintática uma vez que são como que partes de um mesmo nome.

²⁵⁰ Consta do *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* de 2002 que analisamos em 4.1.2.3.

4.4.11.2 *A província da Lunda Sul*

A capital da província chama-se Saurimo. A província é composta por quatro municípios: Cacolo, Dala, Muconda, Saurimo.

Milheiros, Mário (1972). Lunda Sul, capital: Saurimo. Quatro municípios: Cacolo, Dala, Muconda, Saurimo.

Da Matta (1892: 87) Lúnda, s. Ilha Contra-costa.

Sobre o topónimo *Lunda Sul*

Descrição 1: A ortografia da denominação etnotoponímica Lunda perdura até ao novo milénio, no ano de 2022.

Ficha lexicográfica-toponímica nº 13

Província Topónimo: Lunda Sul

Localização: Leste de Angola. Províncias fronteiriças: Norte – Lunda-Norte; Este – República Democrática do Congo; Sul – Moxico; Oeste – Bié e Malange.

Variante ortográfico-lexical: *Lunda Sul*.

AH: --- Taxonomia: Etnotopónimo²⁵¹ e Cardiotopónimo.

Etimologia: lunda. Aportuguesa invariável.

Étimo: lu + nd. Lw > lu. Nda > nd.

Adjectivo Pátrio: *lundês, lundana, lundano*.

Adjectivo Gentílico: *cokwe*

Língua(s) materna(s): Lunda, *cockwe*.

Língua(s) materna(s): Lunda, *cokwe* (*luvale, mbunda, lutchazi*)²⁵².

Outra(s) língua(s): Português.

Histórico: Fundada a 13 de Julho de 1895.

Fonte: Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.

Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários analisados (cf.4.1.2). Lista dos proutuários analisados em 4.1.3 (sem a distinção Norte e Sul).

Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira

Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo

Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

4.4.12 *A província de Malange*

A capital da província também se chama Malanje. Esta província é composta por catorze municípios: Cacusó, Calandula, Cambundi-Catempo, Cangandala, Cahombo, Caculama,

²⁵¹ Topónimo relativo a elementos étnicos, clã ou tribo. Nome que identifica a origem de povo, o Lunda.

²⁵² Dialetos da língua lunda ou *cockwe*.

Kwaba Nzoji, Kunda dya Baze, Luquembo, Malanje, Marimba, Massango, Mucari, Quela, Quirima.

Etimologia: 1. Malanje significa pedra (cf. Pande 2005); 2. da Matta (1893:90) Mala, significa homens; 2. anjí, significa ainda; anga anji significa antes; 3. Segundo Francisco (2015) De Ndongo a Angola: Ngola quiluanje/kiluanji foi quem deu o nome à cidade de Malanje. Para o autor Malanje = mala + a + kiluanje.

Proposta de construção silábica: mala > a > kiluanje > malaakiluanje > malaluanje > malwanje > malanje

Étimo: mala ≠ anje > mala > nje.

Milheiros, Mário (1972: 185). O Dec. 18 662, de 24/7/1930 (B.O. 32) definiu nova delimitação e divisão da colónia em 8 Distr. (...) O Dec.-Lei 23 848, de 14/5/1934 (B.O. 34) havia dividido a Colónia em 5 Províncias: Luanda, **Malanje**, Benguela, Bié e Huíla. Ali se referem os Distritos e Concelhos.

Língua(s) materna(s): kimbundo.

Outras fontes

1850

Em Monteiro²⁵³ (1850: 349). *Encontramos referências a Pungo Andongo - Pedras Negras. Antiga corte dos reis do Ndongo*. Que fica situado na região que é hoje Malanje.

Pinto (2012: 218) *O segundo caso passa-se em 1913, algures no distrito de Malanje, entre os postos militares de camalanga e Xá-Muteba, durante uma rebelião dos bângalas*.

Na cartografia a referência a Malanje fora sempre dupla.

²⁵³ Monteiro, José (1850). *Diccionário geográfico das províncias e possessões portuguesas no ultramar*. Lisboa, tipografia Lisbonense.

Sobre o topónimo *Malange*

Descrição 1: Topónimo Aportuguesado, Malange. Embora, Milheiro (1972: 192) aconselha a escrita com o grafema <j> “ A grafia mais aconselhável, para este topónimo, é a de Malanje.” Após a independência de Angola, 1975, o governo determina a escrita com o grafema <g> Malange, ao mesmo tempo, surge uma corrente de africanização da onomástica e cria-se dupla grafia Malange, muitas vezes, é escrito com o grafema <j>, **Malanje**.

Quadro 28 - Ficha lexicográfica-toponímica nº14 (Malanje)

Ficha lexicográfica-toponímica nº14
Província Topónimo: Malanje
Localização: Centro-Norte de Angola. Províncias fronteiriças: Norte – Uíge e República Democrática do Congo; Este – Lunda Norte e Lunda Sul; Sul – Bié; Oeste – Cuanza Sul e Cuanza Norte.
Variante ortográfico-lexical: <i>Malange, malanje</i> .
AH:--- Taxonomia: Hidrotopónimo ou Patamónimo ²⁵⁴ / Dirrematotopónimo ²⁵⁵ .
Etimologia: <i>malanje. malange</i>
Étimo: mala + anj
Adjectivo Pátrio: <i>Malangina/o ou Malanginho/a</i> .
Adjectivo Gentílico: ambundu
Língua(s) materna(s): kimbundo
Outra(s) língua(s): Português, kikongo, cokwe, umbundu, lingala.
Histórico: Fundada em 1868.
Fonte: Primária - Índice histórico-corográfico de Angola.
Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários, nem lista dos prouduários analisados em 4.1.2 e 4.1.3. respectivamente.
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020

²⁵⁴ Topónimo que designa água ou água corrente, resultante de acidentes geográficos

²⁵⁵ Topónimo constituído por frases ou enunciados linguísticos.

4.4.13 *A província do Moxico*

A capital da província é Moxico. A província é composta por nove municípios: Alto Zambeze, Bundas, Camanongue, Cameia, Léua, Luau, Luacano, Luchazes, Luena, Lumeje, Moxico. A organização administrativa mantém-se a mesma da era colonial.

Distrito de Angola, com sede em Luso. Actual Conselho do Distrito de Moxico, com sede na cidade do Luso (Dec. 50/71, de 23/2/1971 – B. O. 57). Por Decreto de 27/1/1894, (...) facultando-se ao governador a escolha do local que foi preferido **nas terras do soba Mossico ou Moxico**. Essa colónia Penal²⁵⁶ foi instalada, em 1895. (...) em fevereiro de 1896, foi criado, para o Moxico, o Posto de Nacatolo. Milheiro (1972: 206)

Anos depois, em 1917, é criado o distrito do Moxico por decreto 3365, de 15 de Setembro de 1917, instalado em 1918.

Etimologia: 1. O Mapa de 1926 o esboço geográfico de Angola (4.3.1.8), aparece o rio denominado *luxico*;

2. Cordeiro da Matta em 1893 vai dizer que *muxiku* significa em kimbundo *inteiriço*, trata-se de um adjetivo, onde *muxi* significa *pau, árvore, tronco*;
3. Santos (1962: 89) vai referir *muchiku*, na cultura cockwe, como o tributo a ser pago pelo marido à família da mulher em caso de falecimento desta.
4. Tavares (2009:311) faz referência ao título político da Lunda *muata muxico muamochico*.²⁵⁷

Sobre o topónimo *Moxico*

Descrição 1: O antropotopónimo *Moxico*, nome do soba da região, já circula a sua ortografia aportuguesada nessa altura e continuou sem mais alterações, até aos nossos dias.

Descrição 2: Após a independência de Angola, 1975, surge uma corrente de africanização da onomástica e cria-se dupla grafia *Muxiku*.

²⁵⁶ Segundo Milheiro (1972:207) A capitania penal do Moxico foi suprimida em 1901.

²⁵⁷ Segundo a autora citado por José Rendingha in Campanha Etnográfica ao Tchiboco, p.17.

Ficha lexicográfica-toponímica nº15

Província Topónimo: Moxico

Localização: Leste de Angola. Províncias fronteiriças: Norte – Lunda Sul e República Democrática do Congo; Este – República da Zâmbia; Sul – Cuando Cubango; Oeste – Bié.

Variante ortográfico-lexical: Ø

AH:--- Taxonomia: Antropotopónimo. Animotopónimo ou nootopónimo²⁵⁸ / ergotopónimo²⁵⁹

Etimologia: Mossico, muxiku. Muxiko. Moxiku, moxico, É um antropónimo, mas também significa cesto ou bau em cokwe. Aportuguesado para Moxico.

Étimo: muxi>k>u>..

Adjectivo Pátrio: Ø.

Adjectivo Gentílico: lunda, cockwe.

Língua(s) materna(s): Lunda ou Cokwe, Tchingangela.

Outra(s) língua(s): Português.

Histórico: Fundada já no séc. XX em 1917.

Fonte: Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.

Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários, nem da lista dos proutuários analisados em 4.1.2 e 4.1.3 respectivamente.

Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira

Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo

Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

²⁵⁸ Topónimo relativo a vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano. Santos (1962:89). Tributo ou indemnização paga à família da esposa por morte desta.

²⁵⁹ Topónimo relativo a elementos da cultura material. Cesto de pesca.

4.4.14 *A província do Namibe*

Namibe, a capital tem a denominação de motivação colonizadora do Barão de Moçamedes. A província tem cinco municípios: Bibala, Camucuiu, Moçamedes (sob protesto), Tômbwa, Virei. A organização administrativa mantém-se a mesma do tempo colonial.

Após a implantação da República a, então Colónia de Angola, foi dividida em 6 Distritos: Congo, Luanda, Benguela, Moçâmedes, Huíla, e Lunda. (...) O quadro geral da Divisão adm. de Angola, foi também alterado por P. P. 60, de 19/5/1925 (B. O. 19). Milheiros (1972:160)

Etimologia: O nome do lugar anterior à chegada dos portugueses era chitoto Chobatua. Segundo a cartografia, o Namibe é dos pontos mais antigos de contacto com Portugal, por se tratar de uma baía, depois transformada em porto. As suas primeiras denominações tinham conotação rática era conhecido em 1486 como *Cabo do Negro ou baía do(s) Negro(s) e Angra dos Negros* como consta dos Mapas 1, 2 e 3 desse período; no Mapa único de 1656; no Mapa único de 1649 ou 1659 .

Na cartografia, a partir de 1700 vai constar o primeiro sinal de mudança no Mapa 6 onde a denominação até aquela data de um etnotopónimo junta-se a este para o diferenciar um hagiopónimo *Angra do Negro ou Baía de S. Francisco*, notando-se assim a intenção da igreja Católica na substituição das denominações dos lugares.

Um local pouco frequentado pela colónia portuguesa era frequentado por alemães e bóers. No mapa 2 de 1486 a grafia vem em inglês ou holandês C. Neger, nos mapas subsequentes é que vem traduzido para português, cabo, baía ou angra do negro.

Com a colonização efectiva da região é atribuído ao lugar o antropónimo português, do barão Mossamedes, escravagista, não sendo relevante e fora sempre assim tratado em todos os mapas, até ao acordo ortográfico de 1945 que passa a escrever Moçamedes, substituindo a o grafema <s> pela grafema <c>.

Moçamêdes deve o seu nome ao facto de ter sido o antigo Governador Geral de Angola, Barão de Moçamêdes (pequena aldeia de Portugal) quem ali mandou, por terra, uma missão de exploração, indo outra por mar, a fim de

encontrarem na Baía do Negro, que era assim que antigamente se chamava aquela magnífica baía do sul de Angola (Milheiros 1972: 201-201).

Etnias: mucubal.

Adjectivos Gentílicos, como são chamados pelos outros, neste caso povos vizinhos: Kwai/tsi, ou Kwa/tse, significam “gente verdadeira.”

1846

Lima²⁶⁰ apresenta um mapa situado entre a pág. 60 e o índice, intitulado: “Planta Hidrographica da Bahia de Mossamedes ou Angra do negro”. Onde representa alguns topónimos como: Boca do rio Quenina, Boca do rio Bero, Loquengo e lagoa marimba, ponta negra, ponta grossa. Entre outros.

1850

Monteiro²⁶¹ (1850:301). O autor faz referência a *Mossamedes e o seu rio Quenina*.

Nos mapas anteriores à conferência de Berlim há referência aos sobas Mossungu e Giraúl e era por tais nomes que os locais eram indicados ou referenciados nos mapas; para além dos nomes Angra do Negro; Baía do Negro (Milheiro, 1972: 17).

Sobre o topónimo *Namibe*

Descrição 1: Em 1975 o governo angolano substituiu o nome Moçamedes por Namibe, em homenagem a sua localização próxima ao deserto do Namibe. Namibe (significa *da terra deserta*) nome transplantado do nome da República da Namíbia. Corotopónimo²⁶² / Derrimatopónimo.²⁶³

²⁶⁰ Lima, José J. Lopes de (1846). Lima, José J. Lopes de (1846:60) . In *Ensaio sobre a statistica D`Angola e Benguela e suas dependências na Costa Occidental D`Africa ao Sul do Equador*. Livro III. – Parte II. Da obra: Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Asia occidental; na China, e na Oceania: escriptos de ordem do governo de sua majestade fidelíssima a senhora D. Maria II. Lisboa, Imprensa Nacional.

²⁶¹ Monteiro, José (1850). *Diccionario geográfico das províncias e possessões portuguezas no ultramar*. Lisboa, tipografia Lisbonense.

²⁶² Topónimo relativo aos nomes de cidades, países, regiões, estados, províncias, continentes. Referente ao país vizinha à Namíbia.

²⁶³ Topónimo constituído por frases ou enunciados linguísticos.

Quadro 30 - Ficha lexicográfica-toponímica nº16 (Namibe)

Ficha lexicográfica-toponímica nº16
Província Topónimo: Namibe
Localização: sudoeste de Angola. Províncias fronteiriças: Norte – Benguela; Este – Huíla e Cunene; Sul – República da Namíbia; Oeste – Oceano Atlântico.
Variante ortográfico-lexical: Ø
AH: ---Taxonomia: Corotopónimo/Derrimatopónimo
Etimologia: Namíbia, Namibe.
Étimo: Namibe; namib>e.
Adjectivo Pátrio: <i>Namibense</i> . ²⁶⁴
Adjectivo Gentílico: <i>cuanhamas</i> ²⁶⁵ .
Língua(s) materna(s): Umbundu, cuanhama, herero.
Outra(s) língua(s): Português, inglês.
Histórico: Fundada a 10 de Julho de 1645.
Fonte: Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.
Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários, nem lista dos prouduários. (cf. 4.1.2 e 4.1.3).
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

4.4.15 *A província do Uíje*

A capital da província é a cidade do Uíje. A província tem 16 municípios: Alto Cauale, Ambuíla, Bembe, Buengas, Bungo, Damba, Dange-Quitexe, Maquela do Zombo, Milunga, Negage, Pombo, Puri, Quimbele, Songo, Uíje.

Étimologia: Da Matta (1893: 149) Úiji, s. Sarro de cachimbo; Úisu adj. verde, fresco. Ex: Mon`a úisu, recém nascido.

²⁶⁴ Deixe-se a denominação namibenho, para os nacionais da Namíbia.

²⁶⁵ Consta do *Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora analisado em 4.1.2.1.

Outras fontes

1687

Cavazzi (1687: 21-22) Rios: Icolo Bagamidir, Cuanza, uamba, lunino, cambo, xarique, **cuiji**, cuango.

No mapa de Angola de 1912, no distrito do Congo, aparece a referência ao rio *uije*. O nome do rio aparece escrito com o grafema <j>. O rio localiza-se próximo à região da Damba; no distrito de Malange aparece a referência ao rio *cuije*. O nome do rio aparece escrito com o grafema <j>.

No mapa Esboço geográfico de Angola de 1926, no distrito de Malange aparece a referência ao rio *cuije*. O nome do rio aparece escrito com o grafema <j>

No mapa Carta Roteiro de Angola, no distrito do Congo aparece a topónimo Uíje. escrito com o grafema <j>.

Finalmente, no Mapa de Angola com [data provável 1930-1950] na província de Malange há o rio *cuije*. desta vez, já aparece a substituição do grafema <j> pelo aportuguesamento pelo grafema <g>.

Sobre o topónimo *Uíge*.

Descrição 1: O hidrotopónimo *uíje* sofreu um aportuguesamento ortográfico definitivo, a partir do acordo ortográfico de 1945. Entretanto, Milheiro (1972:273) considera mais apropriada a escrita do nome da província com o grafema <j>, Uíje.

Descrição 2: Após a independência de Angola, 1975, surge uma corrente de africanização da onomástica e cria-se dupla grafia Uíge/Uíje.

Ficha lexicográfica-toponímica nº17
Província Topónimo: Uíje
Localização: Norte do país. Províncias fronteiriças: Norte e Este – República Democrática do Congo; Sudeste – Malange; Sul – Cuanza Norte e Bengo; Oeste Zaire.
Variante ortográfico-lexical: <i>Uije, Uige</i> .
AH:--- Taxonomia: Hidrotopónimo/ Patamónimo.
Etimologia: uije, rio da cidade do Cuanza-Sul
Étimo: wizi.
Adjectivo Pátrio: <i>Uijense</i> .
Adjectivo Gentílico: congo/ mucongo ou bacongo
Língua(s) materna(s): Kikongo
Outra(s) língua(s): Português, kimbundo, lingala, francês.
Histórico: Fundada a 31 de Maio de 1887.
Fonte: Primária - Milheiros, Mário (1972) Índice Histórico-Corográfico de Angola. Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.
Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários, nem lista dos prouduários analisados (cf. 4.1.2 e 4.1.3).
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

4.4.16 *A província do Zaire*

A capital da província do Zaire é a cidade de Mbanza Kongo. Esta província é composta por seis municípios: Cuimba, Mbanza Congo, Nóqui, Nzeto, Soyo, Tomboco.

Com a junção dos Dists. de Zaire e Congo, sob a designação de Dist. do Zaire-Congo, a Intendência de Cabinda ficou directamente subordinada ao Governo-Geral de Angola – P.M. 1, DE 28/6/932 –b.o. 26, (2º Supl). vem expressa no D. L. 571, de 24/2/1934 – B.O. 8. Leia-se o estudo feito pelo Visconde de santarém, publicado nos n.os 54 a 549 do B.O. de

Angola 2º volume). Elevada a categoria de cidade por D.L. 2757 (B.O. Supl. ao nº 21, de 1956). Milheiros (1972:43).

Etimologia: Nome do topónimo vem do nome do rio Kongo ou Zaire. 1. Rio Kongo, segundo Da Matta (1893: 33) Kongo, contracção de rikôngo, s. Dívida. D'este nome se deriva o do rio Kongo, que significa dívida ou tributo. Ex: konj`e-pinji, s. juramento (no quanza); 2. Rio Zaire, segundo Parreira (1990: 169) Nzadi – k.k. > Zaire, o mesmo que rio Zaire.

O hidrotopónimo Kongo ou Zaire nasce com o reino do Kongo. Antigo Kongo, nomes que sofreram forte campanha pejorativa no tempo colonial, como de qualquer forma, qualquer nome de cariz africano. Com a independência, Angola optou, para a região, também por um hidrotopónimo, o rio Zenza ou Zaire.

Zaire deriva do nome do rio Congo, visto ser uma modificação da palavra conguesa Zadi que significa grande rio, o rio mais importante da região. Chamou-se primitivamente (sic), Santo António do Sonho (ou de Sonhi). (Milheiro 1972:288).

O rio Zaire ou Congo é o hidrotopónimo mais referenciado na cartografia antiga, com raras uma ou duas excepções, encontramos-lo desde 1486 escrito na forma aportuguesada de *Zaire*. Assim o confirmam, nesse ano, os mapas 1, 2, 3 e 4, em que os Mapas 1 e 2 apresentam o mesmo hidrotopónimo com a denominação Congo, grafema <c>. Enquanto, o Mapa 3, apresenta a denominação escrita com o grafema <k> *Kongo*; O mapa único de 1656; O mapa 2, 3 e 4 de 1700.

A denominação Nzady ou Nzadi proposta por Parreira não ficara ainda provada pela cartografia analisada no presente estudo.

Proposta de divisão silábica: Nzadyi > Nzadi > zadyi > zairi > Zaire > za > i > re.

Étimo: *nz*

Outras fontes

As melhores referências sobre o rio zaire são os estudos dos mapas até aqui estudados.

1850

Monteiro²⁶⁶ (1850:66, 225). O autor faz referência ao *Zaire*, e ao Congo sem acrescentar qualquer outro dado. E no fim do texto faz referência ao *rio Zaire ou Congo*, sem acrescentar qualquer outro dado ou informação.

1898

“Os jagas consentiram no estabelecimento da feira. (...) passasse para lá do **rio Zaire ou Quango**.” Carvalho (1898:17)

Carvalho (1898:15) è d', memória: Cassenge, propriamente dito, fica nas terras entre o Bondo, Songo e o rio Quango que é o zaire.

Sobre o topónimo *Zaire*

Descrição 1: O hidrotopónimo *Zaire* aparece conforme o Mapa (4.4.1.4) sobre a Costa Ocidental D'Africa, Província de Angola, com a denominação **rio Zaire**²⁶⁷. Bem como a sua presença como rio zadi, zaire, ou zenza presente em quase toda a cartografia angolana. Afinal foi na sua foz que Diogo Cão iniciou as relações com o reino do Kongo, então, grafado como rio Congo-Zaire.

Descrição 2: O Rio Zaire fora sempre na cartografia antiga. Portanto, trata-se de um hidrotopónimo que circulava na cartografia antiga e a sua ortografia mantém-se, aportuguesada sem mais alterações, até aos nossos dias.

²⁶⁶ Monteiro, José (1850). *Diccionario geográfico das províncias e possessões portuguezas no ultramar*. Lisboa, tipografia Lisbonense.

²⁶⁷ PT/AHU/CARTI/001/12276 – Reconhecimento Hydrographico do Esteiro de Sto António/ Comissão de Cartografía, levantado em 1902 e publicado em 1905. – Escala de 1: 8000.

Ficha lexicográfica - toponímica nº 18
Província Topónimo: Zaire
Localização: Norte do país. Províncias fronteiriças: Norte – República Democrática do Congo; Este – Uíje; Sul – Bengo; Oeste – Oceano Atlântico.
Variante ortográfico-lexical: Ø
AH:--- Taxonomia: Hidrotopónimo/patamónimo.
Etimologia: nzadi > nzayri > zayri > zaire.
Étimo: Nzad > nz.
Adjectivo Pátrio: <i>Zairês</i> ²⁶⁸ , <i>Zaireza</i> ou <i>zariana/zairiano</i> .
Adjectivo Gentílico: congo, mucongo, bacongo.
Língua(s) materna(s): kikongo, kimbundo, lingala e francês.
Outras línguas: lingala, português e francês.
Histórico: Fundada a 1 de Abril de 1961. Nome do principal rio da região.
Fonte Primária: Milheiros, Mário (1972) <i>Índice Histórico-Corográfico de Angola</i> . Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.
Fonte Enciclopédica: Não consta dos dicionários, nem dos prontuários analisados (cf. 4.1.2 e 4.1.3).
Pesquisadora: Jeanine Emanuela Silveira
Revisora: Maria João da Brôa Martins Marçalo
Data da coleta: Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020.

4.5 Síntese

O objectivo deste quarto capítulo foi o de trazer à tona, o resultado do estudo bibliográfico e de investigação sobre os modos de se construir a toponímia angolana. A partir de diferentes fontes, para além, de uma investigação à literatura sobre ao lugares de Angola feita ao longo da história do contacto do PE com a realidade cultural angolana por exploradores, missionários; e toda uma gama de manuscritos antigos colectados por instituição idónea, como o Arquivo Histórico Angola, acrescida de vários Mapas de Angola feitos ao longo da história, e guardados pela Biblioteca Nacional de Lisboa e pela Sociedade de Geografia de Lisboa procurou-se, identificar

²⁶⁸ Por se ter tornado pejorativo o uso do com o sufixo -ense, fazemos tal proposta.

e descrever a origem e a evolução histórico e ortográfica em LP dos nomes dos lugares que compõem as dezoito províncias que constituem os principais topónimos do território angolano.

Dos dezoito topónimos investigados a saber, Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza (Kwanza) Norte, Cuanza (Kwanza) Sul, Cunene, Huambo (Wambo), Huíla (Wila), Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, ou Uije (Wije), Zaire, procurámos fazer a análise da sua evolução etimológica, para procurar desvelar o étimo, para procurar desvelar o étimo de cada um dos topónimos, revelando o elemento base da origem, o mais próximo do primeiro som, o mais característico e comum entre os topónimos.

Consequentemente, foram investigados também étimos portugueses, significados e topónimos híbridos, e finalmente aportuguesados a tal ponto que fazem nascer neologismos caracterizadores de um PA permitindo, desse modo construir fichas lexicográfico- toponímicas angolanas.

Analisados os elementos que compõem a ficha lexicográfica-toponímica de que são característicos o estudo onomástico. A compilação das fichas lexicográfico – toponímicas supra citas, foi possível, a partir da análise diacrónica de documentação de e sobre Angola referente aos nomes dos lugares angolanos, identificar:

Hibridismo linguístico nos topónimos angolanos compostos por justaposição híbrida com cariz bantu – português:

Cuanza - Norte

Cuanza - Sul

Lunda - Norte

Lunda – Sul

Topónimos aportuguesados: todos os topónimos angolanos foram aportuguesados, porque escritos em LP, e este é um princípio normativo do português. Embora, Portugal tenha oficialmente aceite a palavra Kwanza, escrita com o grafema <k>, nos seus dicionários oficiais (cf. Análise de dicionários), como um estrangeirismo, paradoxalmente, os órgãos oficiais angolanos definiram-na como aportuguesamento, e é escrita com o grafema <c>.

Topónimos angolanizados: após a independência de Angola (11 de Novembro de 1975), um grupo de linguistas, dentre eles, a Professora Doutora Amélia Mingas (2000:29) angolanizaram os topónimos provinciais anteriormente aportuguesas resultando em **Bengu, Bengela, Kabinda, Kwandu Kubangu, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Kunene, Lwanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Muxicu, Namibe, Uiyé, Wambo, Wila, Wije, Zaire.**

Da análise resultou a construção de informação sobre a origem dos topónimos em estudo, dentre as 27 taxes enunciadas por Dick e adaptadas como elementos motivadores na cultura angolana para a construção etimológica dos topónimos alguns sobressaíram os hidrotopónimos pela imensa quantidade de rios e os antrotopónimos os nomes de antigos reis e sobas, pois os lugares eram conhecidos pela posse dos seus soberanos e nomes de colonizadores dos lugares.

Neste aportuguesar as línguas africanas e a sua realidade resultou na identificação de uma característica de raiz africana, os sons primeiros, os étimos primários de raiz: **[mb], [mp], [nd], ng, [n3], [nk], [nz], [ku], [lu], [kwa].** Mas também **[mph], [nkh], [nth].**

Como se percebeu existe todo um legado linguístico e cultural, cujo resgate pela memória toponímica de Angola é essencial para se caracterizar também, pelo espaço geográfico e histórico, as regiões que fazem parte dos reinos, sobados, quimbos, sanzalas, povoações, distritos, concelhos, províncias, vilas e cidades testemunhando, ao longo do tempo a cultura linguística e o contributo onomástico das gentes de Angola à língua portuguesa. Outrossim, a ortografia dos macrotopónimos devidos as diferentes nacionalidades que sobre ela escreviam ou o desconhecimento linguístico da realidade ou pelo simples facto de se tratar de estrangeiros, mesmo que em representação de Portugal, em contacto com o angolano, sempre foi deixada para segundo plano a realidade das suas línguas. Termino corroborando com Boaventura de Sousa Santos (2003: 54) “A qualidade do conhecimento afere-se menos pelo que ele controla ou faz funcionar no mundo exterior do que pela satisfação pessoal que dá a quem a ele acede e o partilha.”

5. A Toponímia de Angola

O problema que se apresenta à realidade pedagógica angolana, no contexto da nossa tese, é o facto de um topónimo apresentar várias grafias. Por outro lado, os adjetivos pátrios e gentílicos não estão, até ao momento, identificados, discutidos, descritos, de forma que possam ser integrados no currículo escolar.

Uma possível forma de resolução de tal problema é a busca das características linguísticas dos topónimos angolanos, que venham contribuir para um melhor conhecimento do significado original destes no PA. Evidenciar aspectos da língua que permitam dirimir a problemática ortográfica dos topónimos angolanos e seus mecanismos derivacionais em **pátrios**, os oficialmente atribuídos por nacionalidade de decreto ou se a pessoa ou coisa que qualificam pertence a uma cidade ou povoação, portanto, por atribuição político-administrativa de lugar; para os distinguir dos **gentílicos**, assim considerados, quando exprimem o endógeno cultural por atribuição consuetudinária de pessoa ou coisa que qualificam um povo identificado como de determinada origem (no nosso caso, origem angolana). Deste modo, pretendemos contribuir para a construção do conhecimento sobre a onomástica da cultura angolana presente na LP, de modo especial os macrotopónimos das dezoito províncias que compõem o vasto território angolano, o que passou, necessariamente, pela investigação, análise e possível contribuição na discussão para a destrição do seu étimo, a partir da raiz de cada topónimo. Portanto, este capítulo encerra o presente estudo descrevendo a hipótese de possível formação dos topónimos que constituem os nomes das províncias de Angola.

Como afirmámos repetidamente, Angola é um país multilingue, teoria defendida por linguistas e pedagogos angolanos como Mingas (2000), A. Costa (2006), Zau (2006), Lusakalalu (2005), Nguluve (2010), Barbosa (2012), T. Costa (2013), mas também reconhecido internacionalmente, Fernandes (2015), Mateus (2007), Cardeira (2007), Raposo et. Al (2013, 2020), Peter Gonçalves (2015), Ngunga (2004), Firmino (2006), entre muitos outros. O português é língua segunda para a maioria da população angolana, por força da colonização e consequente assimilação. Embora seja a independência o pretexto para a massificação do ensino de todos os angolanos em PE, bem como o seu emprego na administração pública, acreditamos que o uso de uma pedagogia contextualizada à realidade linguística angolana, passa forçosamente por um trabalho descritivo das realizações comunicativas resultantes do contacto linguístico existente ao longo destes cinco séculos, entre o PE e cada uma das línguas existentes em Angola.

5.1 Elementos toponímicos

Segundo Dick (1992) quando se analisa um topónimo tem-se em conta dois momentos singulares: o acto de nomear, por quem o faz, por um lado, e o significado do nome dado ao lugar, por outro, chamando a estes dois momentos de motivação toponímica. Estes dois momentos altos da toponímia embasaram a nossa investigação, traduzidos na necessidade de perceber, onde e quando (pela geografia e datação) ocorreram; quem e o porquê (pela história e motivação) do procedimento.

Concomitantemente, num topónimo motivado, existem três tipos de elementos toponímicos. Os elementos simples, quando o topónimo é constituído apenas por um elemento (*Brasil, Gabão, Macau, Moçambique, Portugal, Damba, Ndalatando, Cacuaco, Luena, Humpata, Ondjiva, Cameia*). Na construção do topónimo empregam-se elementos compostos quando se usa mais do que um constituinte (*Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Mbanza Congo, Mbanza Puto, Baia dos Tigres, Porto Alexandre, Pungo Andongo, Pange Aluquem, Maquela do Zombo, Tala Mungongo, Muto Ngola. Porto Alexandre, 5 de Outubro (Xá – Muteba) (Malange), Forte República (Malanje), Cabo de Sta Marta (Namibe), S. Nicolau (Namibe)*). Os elementos híbridos ocorrem quando na construção do topónimo se misturam línguas diferentes (*Golungo Alto, Salinas Quinola, Dombe Grande, Sete Armazéns Quimbanda, Morro do Mbinda, Terras de Pungo a Ndongo*), ou atribuição de nomes de Santos padroeiros católicos criando verdadeiros hibridismos culturais, como *Santo António do Ambrizete, Santo António do Zaire*, ou ainda *São Salvador do Congo*.

Dos macrotopónimos investigados neste trabalho resultaram:

- a) Elementos simples: as províncias de Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Malanje, Moxico, Namibe²⁶⁹, Uije, Zaire;
- b) Elementos compostos: as províncias de Kwanza Norte, Kwanza Sul, Kwando Kubango, Lunda Norte, Lunda Sul;

²⁶⁹ Recusamo-nos a aceitar como topónimo para nome de lugar de uma província de Angola, o antropónimo do Barão escravagista de Moçamedes, depois de 40 anos do uso do topónimo Namibe. Considera-se um recuo intelectual inadmissível.

- c) Elementos híbridos: as províncias de Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Malanje, Moxico, Namibe, Uíje, Zaire.

Considera-se elemento híbrido todas as províncias de Angola onde se identifiquem as raízes não indo-europeias.

5.1.1 O topónimo base ou raiz

Ao elemento simples do topónimo, porque pretendemos uma descrição e identificação etimológica do termo, juntamos outros conceitos gramaticais para auxiliarem a nossa pesquisa. Assim, se juntam a este os conceitos de *radical*, *raiz*:

Radical – a parte lexical de um vocábulo, que se opõe à parte correspondente à flexão externa, a que se liga ou não pelo índice temático. Quando essa parte lexical é apenas um semantema, tem-se o radical primário, ou raiz, e o vocabulário é primitivo. As palavras não-primitivas têm radical secundário, ou radical stricto sensu, que pela análise mórfica se decompõe até chegar à raiz. (...) os radicais secundários apresentam assim diversos graus de complexidade a partir do radical primário ou raiz. O radical secundário resulta da derivação ou da composição. Muitos linguistas usam o termo BASE, em contraste com flexão, sem as distinções que pressupõem os termos radical, raiz e tema (Câmara Jr., 1992:205).

O interesse na pesquisa diacrónica é partir do topónimo e chegar ao radical primário ou à raiz da expressão para perceber se existem semelhanças de significação na origem do topónimo.

Raíz – o semantema como parte básica da estrutura das palavras a que se chega pela análise mórfica sincrónica. Ao lado desse conceito sincrónico, há o conceito diacrónico, da gramática histórica indo-européia, que considera raiz o segmento fónico originário correspondente a um semantema do indo-europeu. É fácil compreender que os dois conceitos não coincidem, porque na evolução milenar das línguas indo-européias as raízes originárias muitas vezes se esvaíram ou mudaram essencialmente, incorporando elementos mórficos originariamente distintos. Assim, port. comer já não tem a raiz indo-européia -ed-, que ainda aparece no lat. Comedere, e no port. estrela e lat. Stella a raiz indo-européia ster- foi absorvida num novo semantema em cuja forma entrou o sufixo -la (ster + la > stella < estrela). Sincronicamente a raiz de comer é com- (que

corresponde diacronicamente a um prefixo latino) e a de estrela é estrel- (Câmara Jr., 1992:205).

Há necessidade de se fazer tal exercício de reconstituição linguística dos topónimos para a possível destriça das línguas e elementos que os constituem. Alertados para a existência de raízes que *esvaziam ou mudam* de significado ao longo do tempo, recuperamos a noção de substantivo canónico defendida por Raposo e já abordada no primeiro capítulo.

Outro autor que discorre sobre o assunto, dando-lhe ênfase e actualidade para este milénio, é Carvalhinhos (2002:)

O topónimo, sobrevive ao próprio fato e língua desaparecidos, ficando seus semas em estado latente, ou seja opacos. A reconstrução etimológica, pois, é um dos instrumentos (e não um fim, como muitas vezes se pensa) para o resgate dos significados ocultos, no nível do intracódigo, muitas vezes “socorrido” pelo extracódigo, visando preencher lacunas de significação. (Carvalhinhos, 2003: 173)

A autora faz ainda a destriça entre raiz monossilábica e raízes dissilábicas realçando a complexidade da identificação da origem das segundas.

Rocha (2017:83) recupera o tema explicando: “Às raízes de sufixos e das terminações flexionais atribuem-se configurações variadas: simples fonemas (ex. vogal temática * -e/o- que permite fazer derivar nomes secundários de uma base lexical).”

Neste contexto surge a pergunta: teriam as novas línguas latinas alterado a configuração das línguas africanas em contacto com o PE?

Segundo Rocha

É de esperar que os nomes provavelmente indo-europeus não latinos tenham sido alterados pelas línguas que os transmitiram, podendo a sua configuração ter sido adaptada às estruturas das línguas transmissoras até se fixarem no português. É até possível que alguns nomes não indo-europeus tenham adquirido uma configuração convergente com a indo-europeia, mediante a adunção de sufixos de línguas europeias e elementos morfológicos cuja adaptação concomitante os tornou homónimos de elementos efectivamente indo-europeus. Em tais casos, a

crítica de fontes e os dados históricos externos poderão por vezes auxiliar a tarefa de filiação linguística das unidades analisadas (Rocha, 2017:84).

Tal pressuposto dá precedente à abertura para se construir um paralelismo com as línguas africanas e angolanas.

Segundo Lusakalalu (2005:11), nas línguas angolanas os (...) prefixos nominais acoplam-se a raízes. Estas raízes indicam a relação que existe entre glossónimos e etnónimos, e entre etnónimos e topónimos²⁷⁰.

Assim, as raízes dos topónimos angolanos em estudo, como resultado da análise e descrição organizadas em fichas léxico-toponímicas apresentadas no capítulo IV são:

- a) Para o topónimo *Bengo*, a raiz é *beng*;
- b) Para o topónimo *Benguela*, a raiz é *beng*;
- c) Para o topónimo *Bié*, a raiz é *Bie*;
- d) Para o topónimo *Cabinda*, a raiz é *cabind*;
- e) Para o topónimo *Kwanza Sul*, a raiz é *kwanz*;
- f) Para o topónimo *Kwanza Norte*, a raiz é *kwanz*;
- g) Para o topónimo *Kwando Cubango*, a raiz é *Kubang*;
- h) Para o topónimo *Cunene*, a raiz é *cunen*;
- i) Para o topónimo *Huambo*, a raiz é *huamb*;
- j) Para o topónimo *Huíla*, a raiz é *huíl*;
- k) Para o topónimo *Luanda*, a raiz é *luand*;
- l) Para o topónimo *Lunda Sul*, a raiz é *lund*;
- m) Para o topónimo *Lunda Norte*, a raiz é *lund*;
- n) Para o topónimo *Malanje*, a raiz é *malanj*;
- o) Para o topónimo *Moxico*, a raiz é *moxiq*;
- p) Para o topónimo *Namibe*, a raiz é *namib*,
- q) Para o topónimo *Uíge*, a raiz é *uíj*;
- r) Para o topónimo *Zaire*, a raiz é *zair*.

²⁷⁰ Queremos frisar a necessidade urgente do desapego da etnologia da toponímia africana, isto é, por força das migrações ao longo dos tempos, até aos nossos dias por motivos de guerras civis, associar e principalmente fundir o nome dos povos ao nome dos lugares.

Estão, assim, indicados os radicais dos substantivos canónicos dos topónimos angolanos, à luz da morfologia da língua portuguesa.

5.1.2 *A datação*

Isquierdo²⁷¹ (2020) afirma que o topónimo está sujeito às consequências do tempo: às influências, às modificações e, até mesmo, ao desaparecimento do seu significado original, uma vez que escapa da consciência e memória do povo (espacial e toponímica).

A partir de um estudo da toponímia de Aveiro, Carvalhinhos (2003: 178-179) afirma que há

uma tendência da toponímia portuguesa para a manutenção do léxico toponímico primitivo, preservando intactas formas de língua, e fatos sociais já desaparecidos há muito mais de quinhentos anos. Este fator revela a tendência conservadora da linguagem escrita, pois apesar de nascida na oralidade a toponímia (enquanto código escrito) de qualquer lugar assegura, tanto qualquer outro texto escrito, fatores de estabilidade da língua – pelo menos na macrotoponímia.

A datação em toponímia é um dado importante e em toponímia diacrónica mais importante se torna, pois serve para indicar a data exata, aproximada ou provável em que se começou a fazer uso de determinado topónimo dentro do léxico de uma língua, bem como das modificações sofridas ao longo do seu processo de existência. Sabe-se que os topónimos angolanos em estudo não tiveram a sua origem na LP, pelo que houve necessidade de identificar a época aproximada da sua entrada na língua. Dauzat (1932a:19) explica:

La détermination du sens primitif d'un toponyme pose le problème de la désignation originaire de lieux. Pour le résoudre, il faut savoir d'abord dans quelle langue le nom a été créé, et, au préalable, connaître au moins approximativement l'époque de sa formation.

Trata-se de um exercício muito difícil, senão impossível, principalmente porque, tal estudo é feito a partir de dados escritos ou grafados e, como se sabe, a língua falada é muito anterior à

²⁷¹ Youtube: Conferência ABRALIN ao vivo do dia 23.07.2020 A Pesquisa Toponímica no Brasil: Estudos Contemporâneos. Com a participação de Maria Cândida T. C. Seabra e Alexandre Melo e Sousa.

escrita. Trata-se, normalmente, de fenómenos analisados muitos séculos depois da sua realização, pelo que se fazem inferências com base em pressupostos probabilísticos.

O objectivo no estudo diacrónico é perceber em que período se começou a fazer uso escrito de determinada unidade, em que contextos e, principalmente, se, e como, ele foi mudando ao longo do tempo. Se mudou, quando e como tal aconteceu? Em que circunstâncias, e por que o fenómeno ocorreu? Esta análise foi levada a efeito no capítulo IV que versou a apresentação dos dados, fontes e documentos.

Embora se possa identificar, pela cartografia e fontes documentais oficiais, as datas de início de uso de alguns nomes como topónimos, não foi possível confirmar, no presente trabalho, a data de origem dos nomes dos lugares em estudo. Trata-se de nomes que antes de serem usados como topónimos tinham outras funções de nomeação, como nome de rios (hidrotopónimos), de pessoas (antropónimos), de animais (zootopónimos) e de outras realidade culturais africanas (animotopónimos/sociotopónimos, entre outros), anteriores à chegada da LP ao território. A sua datação efectiva, ou mais aproximada da real, precisa, ainda e urgentemente, de um cruzar de informações de outros trabalhos investigativos, principalmente sobre a datação toponímica da fitotoponímia, da zootoponímia e da hidrotponímia da cultura angolana.

Temos acesso à data oficial da nomeação, renomeação ou promoção político-administrativa de lugares, o que se configura um dado motivador do nome, e não a altura ou data em que tal nome começa a ter uso na língua.

É verdade que se poderia, ingenuamente, tentar defender que a data de início de tais palavras seria o século XV, sempre depois de 1482, mas tal seria um erro grosseiro, pois como se sabe, os étimos dessas palavras não têm origem no PE. Constitui um imperativo a localização dos topónimos nas línguas de origem, para podermos perceber o início toponímico de tais expressões.

Finalmente, com dados robustos de exaustivas investigações linguísticas e cruzamentos de várias áreas de interesse toponímico, poderemos começar a datar o aportuguesamento da toponímia angolana, cujo marco, este sim, o devemos basilar, entre o séc. XV e o fim do séc. XX, pois o mais veloz desenvolvimento do PA, deve ter ocorrido, de 1975 a 1999 devido à

massificação do ensino em LP. A toponímia constitui a prova mais evidente da diacronia do processo de angolanização da LP.

5.1.3 Sobre a motivação político/administrativa da toponímia angolana

A obra de Maria Vicentina Dick (1999) ensina que trabalhar a toponímia de um país, é um atentar aos factores de ordem geográfica na sua maior dimensão, porque nele estão implicadas características e especificidades próprias dos acidentes geográficos, da flora, floresta e deserto, da fauna, montanhas, montes, morros, picos, rios, lagos, lagoas, vales, ribeiras, que influenciarão a língua do território, espelhada nos hábitos e costumes dos seus habitantes, traduzidos nos acidentes humanos político-administrativos, províncias, municípios, vilas, povoados, senzalas, quimbos, aldeias, mbanzas e sócio-culturais do nome dos lugares em causa.

Nos últimos cinco séculos de existência, Angola passou por vários regimes políticos: invasão, escravização, ocupação, colonização e independência, como evidenciado no capítulo III. De entre os regimes, o realce para a Conferência de Berlim no fim do séc. XVIII, que veio definir os limites fronteiriços que hoje definem o território angolano e cuja independência como nação foi alcançada apenas a 11 de Novembro de 1975.

Dauzat (1932a:38) defende que “Les émigrants éprouvent le désir légitime de rappeler, dans les villes qu’ils créent, des cités de leurs patrie originaire. (...) C’est alors le désir de placer la fondation sous un parrainage illustre, l’ambition, l’espoir de l’appeler à de hautes Destinées.” Tal facto ficou visível ao longo da história da presença portuguesa em Angola, ilustrada na preocupação em refundar a cidade com nomes europeus.

Como se sabe, regimes políticos e administrativos, quando não exercem forte influência sobre a indicação do nome a atribuir a um lugar, determinam o topónimo. Na verdade, tais regimes são determinantes para a construção e definição do território como nação, ou país, e um dos principais elementos caracterizadores de um povo é a língua. Esta liga o povo ao seu lugar, ao espaço que o rodeia, transformando-o em sua casa. Assim, são fundadas as cidades com o nome de cidades portuguesas: *Nova Lisboa*, *Vila Gaia* (Malange), *Selles*, *Novo Redondo*, *Trás-os-Montes* (Lunda), *Nova Chaves* (Lunda), *Vila Teixeira de Souza* (Moxico), entre outras.

Este renomear de cidades, não se expressa apenas num estado d'alma de saudade da terra natal, mas serve também, e sobretudo, para mostrar poderio, posse, conquista e subalternizar o conquistado. Portanto, dão nomes de heróis, ou os seus próprios como conquistadores proprietários: *Duque de Bragança*, *Sá da Bandeira*, *Fte*²⁷² *Neves Ferreira* (Malanje) e *Fte* *Amália* (Bié), *Pta*²⁷³ *do Rui de Pina* e *Pto*²⁷⁴ *Alexandre* (Namibe), *Bessa Monteiro* (Ambrizete), *Brito Godins* (Malanje), *Vila Serpa Pinto* (Bié), *Vila Serpa Pinto* (k. Kubango), *Vila Gago Coutinho* (Luchazes), *V. Henrique de Carvalho* (Lunda), *V. Teixeira da Silva* (Benguela), *Vila Pereira D'Eça*, *Elias Garcia* (Lunda), *Veríssimo Sarmento* (Lunda), *Paiva D'Andrade* (Lunda), *Portugália* (Lunda), entre outros.

A independência de Angola, em 1975, traz uma nova configuração ao território nacional, principalmente pelo impulso da expressão de uma nova realidade. A liberdade de povos oprimidos e explorados é expressa pela toponímia através da substituição da carga colonial da maior parte dos nomes dos lugares atribuídos naquela época, por nomes de novos heróis e novas realidade culturais a expressar.

A partir de 1975, o país passa a contar com 18 províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kuando Kubango, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Cunene, Huambo, Huila, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uije, Zaire. Para além da definição das províncias há a refundação ou criação de 154 municípios, outros tantos distritos, aldeias, comunas e bairros. Quase todos, hoje, com uma ênfase mais nacionalista de cunho cultural africano.

Nesta senda, devido à multiplicidade de povos e línguas que constituem o país, e devido sobretudo à opção pela manutenção da LP no território, foram criadas duas leis com vista à harmonização etnolinguística dos povos que compõem o território angolano: a Lei 13/016 de 12 de Setembro, *Lei de Bases da Organização Administrativa do Território* e a *Lei de Bases da Toponímia Angolana*, Lei nº14/16 de 12 de Setembro que visam reger o *modus operandi* na definição administrativa do território e na atribuição dos nomes dos lugares angolanos.

²⁷² Acreditamos que o cartógrafo tivesse abreviado o termo *Frente*.

²⁷³ Acreditamos que o cartógrafo tivesse abreviado o termo *Ponta*.

²⁷⁴ Acreditamos que o cartógrafo tivesse abreviado o termo *Ponto*.

Serve a primeira Lei 13/016 de 12 de Setembro, *Lei de Bases da Organização Administrativa do Território* para orientar a organização dos lugares angolanos, expressa no seu artigo terceiro, destacando objectivos importantes:

Promover a unidade e coesão territorial e do desenvolvimento local; delimitar da competência territorial entre os órgãos da administração local; promover a identidade histórica, cultural das comunidades e sua integração e sua integração na vida nacional; organizar o território e atribuir designação e categoria a cada nível da organização territorial.

Uma vez que cabe ao Estado transformar o território tão vasto em país, multilíngue e pluriétnico, há que cuidar da identidade cultural de cada povo em particular para se sentir parte do todo angolano.

Assim, a segunda *Lei de Bases da Toponímia Angolana*, Lei nº14/16 de 12 de Setembro serve para orientar a atribuição de nome

às ruas, praças, largos, avenidas, aldeias, povoações, bairros, vilas, cidades, distritos urbanos, comunas, municípios e províncias, entre outros, (...) bem como a valorização do património histórico, paisagístico e cultural da República de Angola.

5.1.4 *Sobre a motivação histórico-cultural da toponímia angolana*

A linguística angolana reveste-se do que seriam os modelos culturais que orientaram a atribuição dos topónimos angolanos nos registos textuais e cartográficos antigos. Fazer a análise dos múltiplos estratos toponímicos fixados em diferentes momentos da história da linguística angolana envolve questões de identidade individual e coletiva. Esta é caracterizada pela língua primeira do território que nomeia, a qual poderá influenciar os topónimos do lugar, estando na base de toda a toponímia subsequente, devido à sua proximidade ou afastamento em relação ao mar, à sua proximidade ou afastamento do rio, à existência de montes, vales ou planícies, ou ao reconhecimento de um determinado grupo de animais. Estamos perante um conjunto de especificidades linguísticas que definiram o uso e costumes e se transmitem de geração em

geração pela tradição consuetudinária angolana que definirá a sua língua, a sua maneira de expressar o mundo.

Há a necessidade de trabalhar a formação africana dos nomes dos rios e do curso da água, e as metáforas com ele relacionadas. O contexto angolano exige que se acompanhe o curso da água, para depois de proceder a identificação dos vários étimos e respectivos significados identificadores da sua relação com a água e todo o contexto envolvente.

As marcas da história social, formação étnica, processos migratórios, sistema de povoamento de Angola, permitir-nos-ão aprofundar a pesquisa linguística bantu. Conservarão os nomes dos nossos rios os traços mais antigos da língua dos nossos ancestrais? Há necessidade de dotar a escola angolana e a comunidade de LP de subsídios gramaticais para a identificação e formação dos adjectivos pátrios angolanos, a partir da leitura da origem dos seus hidrotopónimos, mas também fitotopónimos e zootopónimos, a partir da documentação antiga (como realizado no capítulo IV). Há uma imensa riqueza linguística do PA a ser trazida à luz do dia.

5.2 O hibridismo toponímico

Segundo Câmara Jr. (1992: 137) o hibridismo é o

(...) nome que se dá a um vocábulo composto, cujos elementos provêm de línguas diversas. São particularmente importantes os compostos de elemento grego com elemento latino; exs.: autoclave (gr. autós, lat. clavis), endovenoso (gr. endo-, lat. Vena), decímetro (gr. mètron, lat. decem). (...) mas esses compostos decorrem, em princípio, da circunstância dos elementos se terem integrado no mecanismo da língua que faz a composição, e a sua origem diversa só ter um sentido diacrónico.

Tal conceito é usado pela toponímia quando esta visa recuperar ou perceber as influências atribuídas às línguas que passaram por determinado lugar.

A Toponímia serve também para estabelecer pontos de intersecção entre os designativos e as línguas faladas no local, de maneira a determinar as tendências linguísticas manifestadas nos topónimos ou em que medida estes expressam formas antigas de linguagem, com as modificações experimentadas (Dick, 1997: 12).

O hibridismo não é um fenómeno novo na língua, mas uma consequência do seu evoluir no contacto com a diversidade linguística ao seu redor, fruto do contexto histórico.

Raposo (2013: 1006) defende que

A forte dominação romana teve também como consequência a alteração de nomes de localidades já existentes, ou a sua modificação através do acrescentamento de uma palavra ou morfema de origem latina, dando lugar, nesses casos, a nomes híbridos. É disso exemplo o topónimo Portugal, composto formado a partir do latim portu- `porto` e do topónimo pré-latino cale (possivelmente um topónimo celta com o mesmo significado etimológico de `porto` ou `enseado`).

As línguas bantu que influenciaram os topónimos precisam de ser conhecidas, para depois se conseguir identificar as raízes de um determinado topónimo.

A línguas bantu que primeiro entraram em contacto com a LP foram aquelas que se falavam no Reino do Kongo, na foz do rio Zaire (cf. capítulo III). Partimos do princípio de que esta língua tenha sido o Kikongo. Anos mais tarde Paulo Dias de Novais estabeleceu-se em Luanda, o que leva a crer que a segunda língua de contacto tenha sido o kimbundo. Como provas destas assumpções encontramos os primeiros catecismos escritos nessas duas línguas, datados conforme estudo elucidativo de Gonçalo Fernandes, já apontado, sobre os primeiros escritos das línguas africanas.

Em 1893 Cordeiro Da Matta vai criticar o domínio das línguas bantu pelos estrangeiros e principalmente o

Fr. Cannecatim, missionário italiano, o qual tem, para os conhecedores das línguas da província de Angola, muitas imperfeições, sobretudo porque este auctor confunde vocábulos de línguas diferentes, como são as do Congo, de Angola e de Benguella. (...) Demais o idioma nbundu de hoje tem variado um pouco²⁷⁵, segundo affirmão os indígenas, que melhor o fallão, daquele que se falava ha sessenta annos, (...). (Cordeiro Da Matta, 1893)

²⁷⁵ Grifo nosso.

A crítica de Cordeiro da Mata feita há mais de 200 anos pode ainda ser um alerta para a necessidade de uma identificação segura, regida por princípios linguísticos de definição da língua de origem dos étimos e radicais dos topónimos em estudo. Algumas questões prementes: quando foram ouvidos e informados pela primeira vez? As suas primeiras enunciações para transcrição em PE, em que língua angolana foi ouvida? Por um tradutor ou por um nativo da língua? E se, por tradutor, de kimbundo ou kikongo? Línguas próximas ou aproximadas por força das circunstâncias?

Para Dick (1997: 74) O hibridismo toponímico encerra no seu seio “(...) o composto português que se faz complementar pelo indicativo indígena, numa fórmula ampla” dando assim origem a neologismos únicos, próprios e característicos das regiões que nomeiam. Tal como o afirmou a respeito do topónimo de um colégio jesuíta por ter “(...) dado início à terminologia onomástica da vila que principiava em torno dele.” (Dick, 1997: 69)

O próprio topónimo *Angola* nasceu do antropónimo Ngola> Angola (uma primeira evolução), reaparece como negola> (segunda evolução); gola> (terceira evolução: supressão ou elipse do início do monema, comum nas línguas bantu), começou com os primeiros contactos de Portugal com os ngola depois de 1482. Observe-se a transformação do antropónimo Ngola, epíteto dos reis da região do Ndongo, no topónimo Angola, também no nome próprio descritivo negola e no antropónimo Gola. O topónimo *Angola* foi atribuído, inicialmente a um reino, como também havia o reino de Benguella, posteriormente transformado em colónia, província ultramarina. Este território transforma-se, posteriormente, na dimensão territorial do país que é hoje a República de Angola, em 1885, com a realização da conferência de Berlim e a partilha de África pelas potências coloniais europeias.

Mingas (2000:10) refere que o antropónimo *Ngola*, em kimbundo, entra em contacto com o português e é assimilado por este, ganhando uma adaptação portuguesa. O [ñg] é desnasalizado, por ser som inexistente em português, sendo a nasalização realizada como [an], passando de *Ngola* para *Angola*.

Uma segunda evolução do antropónimo *Ngola* surge numa possível “tentativa” de recuperação do [ñg] sendo criada uma nova sílaba [ne], que imita o som [ñg] nascendo assim, como nome próprio descritivo corrente no tempo colonial. Houve mesmo um grupo musical denominado

Negola Ritmos, uma marca de cerveja *Negola*, e até um cinema *Negola*, constituindo-se como uma aproximação ao kimbundo. Tais expressões não pertencem à língua kimbundo como à primeira vista se poderia pensar, mas ao PA, pois são palavras criadas no contexto angolano de LP.

A terceira evolução no antropónimo Ngola, encontramos-la no kimbundo, com a síncope da sílaba inicial. É comum encontrar-se, a par de *Ngola*, o apelido, um antropónimo, hoje comum nome de família, mas citado como erro de cartório, *Gola*.

Os topónimos regionais definem as características linguísticas dos povos. Isto é, os sons nasais angolanos como étimos das línguas africanas e angolanas presentes no PA e espelhados nos topónimos como sendo <mb>, <mp>, <nd>, <ng>, <nj>, <nt>, <nz>, embora haja a presença de outros prefixos nominais como <lu> – ligado às águas.

Sabe-se que no português de Portugal no início da palavra o som nasal pode fazer parte da 1ª sílaba, mas nunca como 1º elemento da sílaba (*Ángelo, andaimas, andar, bombeiros, irmão, mãe, órfão, irmão*). Já no PA o som nasal pode fazer parte do início da palavra, podendo ser o 1º elemento da 1ª sílaba. Isto deve-se à motivação cultural por ser uma característica comum das línguas angolanas (*Mbanza, Ndalatando, Ngunga, mpemba, Ngola, Ntondo, Mbengo, mbolo, Njinga, Ntchokwe (cokwe), Mpunga, Mpungo, Ndongo, njila, nzila*).

Há que recuperar todo o manancial linguístico taxonómico das línguas angolanas que influenciaram a actual nomenclatura toponímica angolana.

5.3 Os topónimos angolanos

Consideramos os topónimos provinciais angolanos nomes próprios canónicos segundo Raposo. Nesta senda, ao construirmos a frase “Vivo no Bengo”, quem a ouve, sabe que se trata da província ou cidade do Bengo, e não a associa a um rato ou a um rio. O monema foi aportuguesado, a partir de uma LA, o kimbundo e/ou o kicongo nos moldes já discutidos. Portanto, não sabemos se a origem etimológica do monema *Bengo* encontra-se no kimbundo no kicongo. No entanto, a partir da sua adequação à toponímia angolana passa a constituir-se

um nome próprio canónico²⁷⁶, identificador da província do Bengo. Não tem outro uso no léxico da LP senão como nome próprio da província do país. Fora deste contexto, não é uma palavra do léxico português.

A partir dela são criados os adjectivos. O mesmo raciocínio é aplicado para todos os restantes 13 topónimos que compõem a macrotoponímia angolana a saber, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Kwando Kubango, Luanda, Malanje, Moxico, Namibe, Uíje, Zaire, abrindo excepção para quatro topónimos, sobre os quais discorreremos.

Assim, atente-se ao seguinte sobre as quatro províncias (e topónimos) que se seguem.

A primeira questão levanta-se com o topónimo *Kwanza*. A nosso ver deve ser considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Enquanto topónimo angolano este, em particular, não se deveria aporuguesar, devida à enorme projecção internacional já alcançada pelo rio Kwanza, símbolo da nossa identidade angolana. Não há regras sem excepção, que seja esta uma das muitas excepções à regra da caracterização da LP angolana. Ainda no contexto *Kwanza*, talvez fosse oportuno criticar o descaso com que se denomina as províncias do Kwanza, com a simples distinção dos cardinotopónimos Norte e Sul. Teme-se ser um desperdício de oportunidade de valorização da cultura provincial, pois são vários os elementos nacionais da flora e da fauna, como, p.e. *Kwanza Tacula* ou *Mutala*, *Kaseke*, *Musalengue*, *Mugongue*, *Kalubangue*, *Húla*, *Mulôlo* ou, ainda, *Palanca*, *Impala*, *Kissema*, *Guelengue*. Deveria ser um símbolo nacional, ou outro elemento cultural da região, como *Ambaca*. Poder-se-iam agregar ao topónimo estas características e não somente atribuir-lhe um preguiçoso ponto cardeal que aos naturais pouco ou nada diz.

A segunda questão diz respeito ao topónimo *Lunda*, considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Este está circunscrito a apenas uma província. Considera-se a distinção dos abstratos cardinotopónimos Norte e Sul paupérrima de significado para designativo de um topónimo esvaziando, assim, parte da rica história que o topónimo carrega. Há necessidade de uma distinção mais significativa para as províncias em questão. Poder-se-ia, talvez, optar por um antropónimo da resistência à ocupação estrangeira

²⁷⁶ Isso não significa que percam a identidade linguística, motivação histórico-cultural ou sequer etimológica dos seus nomes, pois são a sua origem, embora já não tenham o significado actual.

(*Muatianvua*), ou cultural (*Muana Pwô*), ou um hidropónimo (*Kuangu, Kamueji*). Existem tantas opções que nos parece pouco apropriado identificar uma região tão importante para a história de Angola, por meros pontos cardeais.

A exemplo da explicação dada por Dauzat para a origem do nome África devemos fazê-lo com toda a toponímia angolana. Deste modo, a atribuição e alteração dos topónimos deve ser encarada como uma tarefa que tem de ser executada de forma cuidadosa, prudente e pautar-se por critérios de rigor, coerência e isenção.

5.3.1 Os adjectivos gentílicos angolanos ou etnónimos

Dauzat (1932:193) refere que “Les noms des peuplades gauloises et germaniques sont donc créations directes de la langue.” Temos vindo a procurar preceitos linguísticos que fundamentem a origem e formação dos topónimos angolanos.

Lusakalalu (2005: 11) diz que “(...) os prefixos nominais acoplam-se a raízes. Esta raízes indicam a relação que existe entre glossónimos e etnóminos, e entre etnóminos e topónimos. Os etnóminos denotam grupos de pessoas.” Há, em Angola, uma enorme confusão entre o conceito de etnografia e nacionalidade, entre etnonímia e nacionímia ou patrionímia (de pátria ou nação) e patronímia²⁷⁷.

Nacionímia ou patrionímia é o estudo dos nomes de nação ou pátria, que dá nacionalidade ou provincialidade ao cidadão. Assim, o cidadão que nasceu em Timor Leste é timorense, o cidadão nascido no Brasil, é brasileiro(a), mas quem nasceu ou viveu toda a vida na província da Huíla é huilense ou huilano. No entanto, independentemente do seu local de nascimento, se os seus pais forem da etnia congo (koongo), o seu etnónimo é bacongo. Já a sua nacionímia ou patrionímia, é timorense, brasileiro ou huilense. Portanto, a etnonímia define o seu adjectivo gentílico ou étnico – bacongo. Já a nacionímia ou patrionímia vai estudar o nome de territórios político-administrativos independentemente das pessoas que nele habitam.

²⁷⁷ O nome derivado do nome paterno ou seu ascendente.

Lusakalalu (2005:14) defende que

existem os ovimbundu do wambu, os ovimbundu do Sambu, os ovimbundu do Mbalundu, os Ovimbundu do Viye, os ovimbundu de Kakonda ou os ovimbundu do Ndombe. Estes são subgrupos dos ovimbundu e os respectivos topónimos servem de raízes para os etnónimos que se formam acoplando às raízes o prefixo u- no singular. Assim, obtemos os etnónimos uwambu, usambu, uviye, ukakonda ou undombe. As formas do plural são vawambu, vasambu, vambalundu, vaviye, vakakonda ou vandombe.

Os gentílicos angolanos são um elemento muito visado na cartografia e documentação antiga, e evidenciam a linguagem colonial, uma vez que, a forma de tratamento estava sempre baseada na distinção dos povos que ocupavam um mesmo território. Não havia a noção de país. Assim, é visível nos mapas, os *ambaquistas, ginja, jinga, dongo, quimbamba, bambeiro, ngola, jagas, jacas, loando, cuisses, lundas, hungos*, numa indistinção entre topónimo e etnónimo.

A estrutura morfológica do glossónimo kikongo é prefixo nominal ki- e a raiz -koongo. Se colocarmos o prefixo mu- no espaço estrutural do prefixo nominal ki-, obtemos o etnónimo mukoongo. O plural de mukoongo é bakoongo, acoplada a zero prefixo nominal, corresponde com o topónimo koongo, que é o nome do Estado precolonial conhecido como o Reino do Koongo (Lusakalalu, 2005: 11).

Os nomes desta classe que designam indivíduos ou membros duma tribo ou etnia, fazem o plural de dois modos: em *-tu*, para designarem alguns indivíduos, e em *-a* (plural da 1ª cl.) para indicarem a totalidade dos indivíduos dessa etnia:

Quadro 33 - Formação do plural endónimo

Cokwe/Sing	LP	Cokwe/pl.	LP/pl.	Cokwe/Coletivo	LP/Coletivo
Kacokwe	um kioco	Kacokwe	Tucokwe	Acokwe	Os kiocos
Kalwena	Um luena	Kalwena	Tulwena	Alwena	Os luenas
Kalunda	Um lunda	Kalunda	Tulunda	Alunda	Os lundas

Fonte: Ntongo (s/d) Normalização ortográfica da toponímia angolana.

O aportuguesamento é um elemento presente até nas denominações etnográficas angolanas.

Uma das variantes do otjherero chama-se também otjherero. Na Namíbia a outra variante bem conhecida é otjimbanderu. O otjihimba e o otjizemba falam-se na fronteira entre Angola e Namíbia. (...) A mais conhecida dentre elas é o otjikuvale, chamada mucubal na sua forma aportuguesada, que deriva do etnónimo omukuvale...(...) O alunyanekankhumbi fala-se no sul de Angola entre o umbundu no planalto central e o oxiwambo no extremo-sudoeste (Lusakalalu, 2005:23).

O **adjectivo gentílico angolano** é aquele que, denominado oficialmente por estatuto próprio, identifica o cidadão pertencente a um grupo étnico e/ou um grupo etno-linguístico, independentemente do município, província ou país de nascimento, designados em LP por um nome próprio do povo a que pertence, formado em LP por um nome endógeno.

O glossónimo umbundu apresenta morfologicamente o prefixo nominal u- e a raiz -mbundu. Esta raiz com zero prefixo nominal não corresponde com nenhum topónimo. Acopla-se ao prefixo ci- (ou tchi-), dependendo da ortografia usada. A forma plural deste prefixo é vi-. Estas formas fazem-se acompanhar dum chamado pré-prefixo o-, também chamado simplesmente vogal inicial ou aumento por certos linguistas. Assim obtêm-se os etnónimos ocimbundu no singular e ovimbundu no plural (Lusakalalu, 2005:14).

O adjectivo gentílico ou etnónimo angolano não deve ser confundido com o adjectivo pátrio, abordado no ponto anterior.

Seria o momento apropriado para a criação um inquérito nacional, subdividido por províncias, para a construção de um novo Atlas Linguístico de Angola e, entre outras questões próprias das línguas e da dialetologia de cada país e língua, questionar e identificar os etnónimos endógenos de cada povo que constitui a nação angolana. A partir deles criar bases de dados para que os linguistas infiram ou definam os adjectivos gentílicos relacionados com cada etnia que compõe o nosso país para a devida preservação cultural, independentemente, da abrangência escolar que estes venham a alcançar.

5.3.2 A formação dos adjectivos pátrios angolanos

Segundo Câmara (1992:126) “Não há necessariamente na língua gentílicos²⁷⁸ para todos os topónimos, mas há sempre a possibilidade de criá-los, com fácil aceitação geral.”

Existe a necessidade de subsídios científicos que auxiliem na identificação e formação dos adjectivos pátrios angolanos, ao descrever a transformação ocorrida na língua fruto do contacto entre a LP e a cultura bantu na sua multiplicidade de línguas e microculturas ao longo dos séculos de imposição, resistência, permutação e influência, resultando em substratos²⁷⁹, superestrato²⁸⁰ e adstrato²⁸¹. É nessa amálgama linguística que os professores têm de forjar o seu trabalho em LP, e formar as novas gerações a partir de bases científicas estudadas e evidenciadas de que a LP é uma realidade fixada no contexto angolano, e em que a criação e formação de adjectivos pátrios angolanos são prova evidente de tal harmonização.

No início da colonização o kimbundo, o kicongo, e todas as línguas angolanas foram referidas como se de substratos do português se tratassem, nas capitais de província, mas, principalmente, em Luanda por imposição do sistema, tendo sofrido uma maior resistência no interior do país.

No início da independência de Angola, por opção política, decidiu ser um superestrato, anulando do seu currículo o ensino das línguas angolanas. Hoje, passados mais de 45 anos da independência, Angola parece querer adoptar no ensino as suas línguas maternas e tornar-se, finalmente, um país com características de línguas adstratas que caminham juntas para a formação dos seus cidadãos.

Nesta perspectiva, partimos do conceito de monema “natural de” usada por Morais (1994: 210) “(...) como poderão ser variantes do significante de um monema “natural de” os sufixos – ense (portuense), -eta (lisboeta), -io (algarvio), -ano(alentejano), -ão (beirão), -oto (minhoto), -ês

²⁷⁸ Neste caso, Câmara refere-se ao que nossa tese definimos por, apenas, adjectivos pátrios.

²⁷⁹ Câmara (1992:227) “Nome que se dá a língua de um povo que é abandonada e esquecida em proveito de outra que a ele se impõe, em regra como consequência de conquista política.”

²⁸⁰ Câmara (1992:230) “Nome que se dá a língua de um povo que conquistador, quando ele a abandona para adotar a língua do povo vencido.”

²⁸¹ Câmara (1992:42) “Toda a língua que vigora ao lado de outra, num território dado, e que nela interfere como manancial permanente de empréstimos.”

(português), - ita (israelita), -eno (chileno), -ol (espanhol), -ino (argentino), -enho (nortenho), -eiro (brasileiro).” Poderemos evocar a tradição latina para a formação do plural dos adjetivos pátrios angolanos, desobedecendo a concordância em “s” como por exemplo, em concordância com o latim: *curriculum* no singular, mas *curricula* no plural, ainda em uso nos nossos dias.

A partir de l'époque féodale, les noms d'habitants de territoires nouvellement formés sont tous dérivés des toponymes correpondants. Le suffixe le plus usité en France est l'ancien suffixe latin -ense (m), qui a servi aussi, on l'a vu, à créer des noms de pays.(...) il forme de nouveaux noms de peuples. (Dauzat, 1932:193)

A compreensão dos fenómenos e dos processos linguísticos produzidos na articulação das nossas diferentes culturas é fundamental.

Toutefois cette classification est dominée par une autre plus importante. Les faits se présentent en effet fort différemment suivant qu'il s'agit des transformations à l'interieur d'un langage donné, dans l'évolution duquel il n'y a pas de solution de continuité, comme entre le latin et le français, le vieux celtique et le breton, - ou quand le nom de lieu change de langue, c'est -à-dire est adopté par un nouvel idiome qui, s'implantant dans la région, a peu à peu elimine son prédécesseur (Dauzat, 1932: 52).

Vários autores deram-nos exemplos claros de tais fenómenos (T. Costa, 2013:47)

Ex: Lobito= Olupto Vava> >Olu+pitu>olupito> olupitu>Lubito

Lobito (português) ou Lupito (umbundo)?

Constatamos que demarcarmo-nos da escrita, uma vez que nem na franja urbana referida por A. Costa (2013) esta é pedagogicamente respeitada pelo currículo, uma vez que o educando é exposto a várias formas de escrita da palavra. Daí o aparecimento de topónimos híbridos, sendo estes comuns na toponímia angolana.

Assim, para a formação de adjetivos pátrios angolanos propomos a utilização preferencial do sufixo latino “*ense*”. A justificação que apresentamos para tecer tal proposta é a de que a LP varia em género e número, o que causa grande perturbação didáctico-pedagógico no ensino do português. Uma vez que as LA não fazem concordância, optando pela utilização do prefixo, tal pode ser um dos motivos dos baixos resultados dos alunos angolanos.

Os adjectivos pátrios podem ser, segundo Câmara (1992:126)

vocábulos derivados, havendo para isso sufixos preferenciais, como -ês ou -ense, -ão ou -ano, que são pares divergentes (v.), popular a primeira forma e a segunda erudita, e ainda -enho ou -eno, -ino, -eu (exs: português, parisiense, catalão, romano, estremenho, nazareno, florentino, europeu).

Os topónimos estudados são nomes com registo administrativo e, assim organizados:

- a) a função do lugar que será nomeado, isto é, a motivação, neste contexto, a motivação político/administrativa, a província;
- b) seguido da preposição *de* para indicar o aposto especificador do lugar, que com este concorda em género e número;
- c) o nome próprio canónico ou topónimo angolano.

Assim, o adjectivo pátrio angolano, seria, então, aquele que é designado oficialmente por estatuto próprio do governo angolano, identificando o cidadão natural de cada província e/ou município do país. Este é formado em LP tendo por base ou radical um nome de lugar topónimo acrescido do sufixo adjectival de preferência “-ense”.

Para as províncias de Angola, e pelas razões supra citadas, proporíamos:

- a) Que os topónimos provinciais angolanos sejam considerados nomes próprios canónicos e, assim, sejam reconhecidos e oficializados pelos países de língua oficial portuguesa, passando desse modo, a fazer parte do leque de palavras da língua portuguesa.
- b) Que os adjectivos pátrios provinciais angolanos sejam criados com o uso do sufixo latino “-ense” acoplado ao radical dos topónimos. Sugerimos o uso de tal sufixo, tendo em conta a multiplicidade de línguas angolanas e, pelo facto de estas se caracterizarem por serem línguas que não variam em género ou número, facilitando desse modo o seu ensino e aprendizagem.

Proposta para o topónimo **Bengo**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Bengo, o adjectivo pátrio é, o/a Benguense, variando apenas para o plural, os/as benguenses.

Proposta para o topónimo **Benguela**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Benguela, o adjectivo pátrio é, como já está definido, o/a benguelense, e respectiva variação plural, os/as benguelenses.

Proposta para o topónimo **Bié**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Bié, o adjectivo pátrio já vem de longa data, *Bieno*, pelo que deve ser oficializada a sua variação para o feminino e para o plural, *biena*, *bienos*, *bienas*. Poderia existir a opção pelo sufixo latino “-ense”, ficando, nesse, o adjectivo pátrio, o/a biense, e respectiva variação plural, os/as bienses.

Proposta para o topónimo **Cabinda**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;

- b) Para o natural da província de Cabinda, se o adjectivo pátrio tem um pendor pejorativo, pelo que, a título excepcional, poder-se-ia abrir o leque de possibilidades em inquérito à população local e banir *cabindiana (s)*, *cabindenho*.
- c) Para o natural da província de Cabinda, o adjectivo pátrio é, o/a Cabindense, variando apenas para o plural, os/as Cabindenses.

Proposta para o topónimo **Cunene**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Cunene, o adjectivo pátrio é o/a cunenense²⁸², variando apenas para o plural, o/a cunenenses.

Proposta para o topónimo **Kwando Kubango**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Kwando Kubango, o adjectivo pátrio é o/a kwandense ou kubanguense, variando apenas para o plural.

Proposta para o topónimo **Kwanza Norte**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Não se deverá aporuguesar este topónimo devida à enorme projecção internacional já alcançada, o Kwanza, símbolo da nossa africanidade. Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo,

²⁸² Tal proposta de adjectivo pátrio para a província do Cunene foi também apresentada por Pedro (2017). A esse propósito achamos que se é aporuguesamento que seja distinguido das línguas locais. Em nosso entender, o país é bilingue e o oshikwanyama deve ser aprendido, desde já, na escola primária e nesse fórum ensinam-se os gentílicos das respectivas línguas.

constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;

- b) Para o natural da província do Kuanza Norte, o adjectivo pátrio é kuanzense, variando apenas para o plural, os/as kuanzenses;
- c) Para o natural da província do Kuanza Norte, poder-se-ia abrir o leque de possibilidades em inquérito à população local ou nacional com uma lista de nomes ligados à taxonomia de natureza física e à taxonomia de natureza antropocultural para substituição da taxe cardinotoponímica *Norte*.

Proposta para o topónimo **Kwanza Sul**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Não se deverá aporuguesar este topónimo devida à enorme projecção internacional já alcançada, o Kwanza, símbolo da nossa africanidade. Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Kuanza Sul, o adjectivo pátrio, por enquanto, é kuanzense, variando apenas para o plural, os/as kuanzenses;
- c) Para o natural da província do Kuanza Sul, poder-se-ia abrir o leque de possibilidades em inquérito à população local ou nacional com uma lista de nomes ligados à taxonomia de natureza física e à taxonomia de natureza antropocultural para substituição da taxe cardinotoponímica *Sul*.

Proposta para o topónimo **Huíla**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Huíla, o adjectivo pátrio é o/a huilense, variando apenas para o plural, o/a huilense.

Proposta para o topónimo **Huambo**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Huambo, o adjectivo pátrio é o/a, huambense, variando apenas para o plural, o/a huambense.

Proposta para o topónimo **Luanda**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Luanda, o adjectivo pátrio é o/a luandense, variando apenas para o plural, o/a luandense.

Proposta para o topónimo **Lunda-Norte**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província da Lunda-Norte, o adjectivo pátrio, por enquanto, é o/a lundense, variando apenas para o plural, os/as lundenses;
- a) Para o natural da província da Lunda-Norte, poder-se-ia abrir o leque de possibilidades em inquérito à população local ou nacional com uma lista de nomes ligados à taxonomia de natureza física e à taxonomia de natureza antropocultural ligada à região para substituição da *taxe cardinotoponímica Norte*.

Proposta para o topónimo **Lunda-Sul**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da

evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;

- b) Para o natural da província da Lunda Sul, o adjectivo pátrio é o/a lundense, variando apenas para o plural, os/as lundenses;
- c) Para o natural da província da Lunda-Sul, poder-se-ia abrir o leque de possibilidades em inquérito à população local ou nacional com uma lista de nomes ligados à taxonomia de natureza física e à taxonomia de natureza antropocultural ligada à região para substituição da taxa cardinotoponímica *Sul*.

Proposta para o topónimo **Malanje**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Que seja respeitada a escrita aportuguesada, assim, o topónimo Malanje deve ser escrito com o grafema <j>. Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Malanje, o adjectivo pátrio é a malanjino/a ou malanjinho/a²⁸³ como vem de longa data, o seu uso está assumido na variante sociolinguística angolana, bem como a sua variação para o plural. Podendo, caso queiram, usar o sufixo latino “-ense”, ficando, nesse, o adjectivo pátrio, o/a Malanjense, e respectiva variação plural, os/as Malajenses.

Proposta para o topónimo **Moxico**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Que seja respeitada a escrita aportuguesada, assim, o topónimo Moxico. Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Moxico, o adjectivo pátrio é o/a moxiquense e respectiva variação plural, os/as Moxiquenses.

²⁸³ Às vezes, associado à questão pejorativa.

Proposta para o topónimo **Namibe**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Namibe, o adjectivo pátrio é o/a namibense, variando apenas para o plural, os /as namibenses.

Nota sobre o topónimo (**Barão de) Moçamedes**:

(Único) Que seja considerado um antropónimo, colonial e escravagista, sendo retirado da lista de topónimos oficiais da República de Angola, como sinal de respeito à memória dos nossos antepassados escravizados.

Proposta para o topónimo **Uíje**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo. Que seja respeitada a escrita aportuguesada, assim, o topónimo Uíje deve ser escrito com o grafema <j> constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Uíje, o adjectivo pátrio é o/a uijense, variando apenas para o plural, os/as uijenses.

Proposta para o topónimo **Zaire**:

- a) Que seja considerado um nome próprio canónico, segundo a definição de Raposo (2013). Ganha um significado sincrónico próprio, independente da história da evolução do seu étimo, constituindo desse modo um topónimo do PA com um significado actual, província de Angola;
- b) Para o natural da província do Zaire, o adjectivo pátrio é o/a Zairiano/a ou zairenho/a, também poderá ser sempre considerado zairense. No entanto, este tem, muitas vezes, uma conotação pejorativa.

A normatização dos adjectivos pátrios angolanos implica um trabalho conjunto de concertação linguística e aceitação, para um uso normativo embasado num inquérito de auscultação à população, depois de bem fundamentado, compreendido e da aceitação dos pares. Nunca deveria ser algo imposto.

Quadro 34 - Quadro Resumo da motivação macrotoponímica angolana.

Topónimo	Motivação Denominadora	Motivação linguística	*Étimo africano	*Língua de origem	Classificação Taxonómica
Bengo	Regime colonial	Beng	Mb +ng	Kimbundo	Hidrotopónimo
Benguela	Regime colonial	Beng	mbak/mb+ng	Português Angolano	Antrotopónimo
Bié	Regime colonial	Bie	Vy ?	Português angolano	Derrimotopónimo
Cabinda	Regime Colonial	Cabind	Mbind	Kikongo	Fitotopónimo
Kwanza Norte	Regime Colonial	Kwanza nort	Kwa + nz	Kimbundo	Hidrotopónimo/cardinotopónimo
Kwanza Sul	Regime Colonial	Kwanza sul	Kwa + nz	Kimbundo	Hidrotopónimo/cardinotopónimo
Cuando Cubango	Regime Angolano	Cuando cubang	Kwa + nd Ku + mb + ng	Kimbundo	Hidrotopónimo
Cunene	Regime Angolano	Cunen	Ku+ inene	Umbundo	Hidrotopónimo
Huambo	Regime Angolano	Huamb	Embo Wa+mb	Cokwe? Umbundu	Fitotopónimo Antrotopónimo
Huíla	Regime Colonial	Huil	Wil	Umbundo	Antrotopónimo
Luanda	Regime Colonial	Luand	Lwa + nd	Kimbundo	Hidrotopónimo/
Lunda Norte	Regime Angolano	Lund	Lw + nd	Cokwe	Etnotopónimo/cardinotopónimo
Lunda Sul	Regime Angolano	Lund	Lw + nd	Cokwe	Etnotopónimo/cardinotopónimo
Malanje	Regime Colonial	Malanj	Mal + a + nj	Português angolano	Derrimotopónimo
Moxico	Regime Angolano	Moxic	Moxik	Cokwe	Animotopónimo/ergotopónimo.
Namibe	Regime Angolano	Namib	Origem não identificada	Herero?	Corotopónimo

Uíje	Regime Angolano	Uij	Wij	Kikongo	Hidrotopónimo
Zaire	Regime Angolano	Zair	Zaid	Kikongo	Hidrotopónimo

5.4 Síntese

Pode-se concluir que os 18 macrotopónimos analisados são de origem bantu, aportuguesados, o que significa que são topónimos híbridos, isto é, são resultado da mistura de raízes ou bases bantu e sufixos portugueses ou aportuguesados.

Há que apurar se, a evolução das línguas, tende para um hibridismo, uma criouliização, ou nasceram de um cruzamento entre a LP e as LB. Assim, os de *Ngola* deram origem aos *Ngolenses*, os *angolenses* passaram a *angolanos*. Para os que ainda se perguntam o porquê da escolha do tema toponímia responde-se com Dauzat (1932:193) “Il s`en a faut qu`a chaque localité corresponde un nom d`habitants. (...) il n`ya a souvent pas de nom spécial pour dénommer les habitants, qui sont appelés, à l`aide d`une périphrase, «les gens de K», « ceux de Y», « le monde de Z»” É importante que cada cidadão angolano, de cada província de Angola se sinta parte de um todo, sendo orgulhosamente identificado como, por exemplo, “mucua KK”, natural do Kuando Kubango.

Em suma dir-se-á que os topónimos angolanos são a realização manifesta da evolução linguística do PA, seja pela conservação de um radical antigo, seja pela substituição por um antropónimo, seja ainda pela hibridização de étimos diferentes ou transformados em sequência do contacto linguístico; seja também pela representação simbólica de mudanças de regime por imposição, colonização, revolução e, finalmente, pela independência e afirmação de um povo. O facto é que eles existem, muitas vezes, esvaziados dos seus significados originais, vestidos de roupagem de substantivos canónicos do PA, provando a existência de uma variedade da LP que ao longo de séculos se vem forjando nesta parte austral do continente africano.

Conclusão

O presente trabalho fez uma análise dos macrotopónimos que compõem as 18 províncias de Angola. Desta forma, o objectivo desta investigação consistiu em descrever a história da formação dos topónimos angolanos em termos diacrónicos. Desde o primeiro contacto em 1482, entre o reino de Portugal e o Reino de Mbanza Kongo, até à actual relação interidiomática que permitiu a formação de hibridismos (linguística bantu e linguística portuguesa).

Em termos de investigação optou-se pela realização de análise etimológica documental da toponímia angolana, a partir da recolha de dados na cartografia e documentação antiga de e sobre Angola. A análise de tais fontes permitiu construir conhecimento comprovado sobre a origem banta dos topónimos, estudar como se deu ou não o seu aportuguesamento, bem como, identificar possíveis hibridismos e seus constituintes resumidos e apresentados em fichas lexicográficas, segundo o modelo de Maria Vicentina Dick.

Tal como com aquele primeiro contacto, em 1482, em que se criam:

- a) Acordos estabelecidas entre o Reino de Portugal, representado por Diogo Cão, e o Reino do Kongo, representado pelo seu Rei ou Mani Kongo Nzinga ya Nkuwu, que resultaram em acordos e trocas e na conversão do último reino ao catolicismo. O seu rei é baptizado em 1491, adoptando o nome cristão de Dom João I. A LP passa, então, a ser língua de comunicação;
- b) Contactos entre a cultura Europeia - representada principalmente pelos portugueses ou seus representantes, mas também pelos italianos, espanhóis, franceses, holandeses e alemães - e a cultura africana bantu, representada pela dinastia Ngola, e os reinos do Kongo e do Ndongo, Matamba, Lunda, mas também pelas etnias Ambundu, Ovimbundu, Cokwe, Ganguela, Kwanyama, Ambó, Nyanheka e Khoissan;
- c) Diálogos entre as línguas Europeias – principalmente portuguesa, mas também, francesa, italiana, holandesa, alemã - e as línguas africanas de origem bantu, como o Kikongo, Kimbundo, Umbundu, Cokwe, Ganguela e Nyaneka.

Estas acções traduzidas em acordos, contactos e diálogos estabelecidas ao longo de cinco séculos reflectiram-se no estabelecimento de variadíssimo tipo de relações, a saber, diplomáticas, religiosas, comerciais e linguísticas:

1. Relações diplomáticas: porque registou-se a presença de embaixadores dos dois povos nos seus reinos. Por exemplo, os filhos do rei do Kongo formaram-se em Portugal. A aristocracia portuguesa adoptou formas das línguas bantu, como o “carimbo”. Toda a aristocracia angolana aprendeu a LP e prova disso é o facto de a rainha Nzinga Mbandi falar português com fluência;
2. Relações religiosas: conversão ao catolicismo pelos reis do Kongo e a adopção da antropónimo portuguesa. A forte presença de missionários não católicos e de aparato religioso presente em Angola ao longo dos tempos deu origem à existência de traduções bilingues dos livros religiosos;
3. Relações comerciais: a principal actividade comercial ao longo destes séculos, foi sem dúvida, o tráfico de pessoas, a escravização de povos, o negócio do poder, o negócio de reis que movimentava milhares de pessoas. Tais actividades implicariam um maior contacto entre pessoas provenientes de todos lugares de Angola.

Estavam, assim, criadas as condições para se construir conhecimento sobre os primórdios da história da LP em Angola. Criam-se, acordos e parcerias entre o reino de Portugal e o reino do Kongo, formando-se uma elite composta pelos dois grupos. Tal como aconteceu com o latim na Península Ibérica, a mudança geográfica da língua conduz à variação. O português entra em contacto com diferentes realidades geográficas e históricas. Durante três séculos o português e o kimbundo funcionam como línguas francas.

O resultado destas relações entre os povos africanos e os europeus traduziu-se na presença de hibridismos linguísticos:

- i. O contacto da LP com as línguas de Angola era diário e permanente, por isso, muitas palavras africanas fazem parte, há séculos, do vocabulário comum do Português Europeu como “carimbo”, “quiabo”, “inhame”, “cacimba”, “cacimbo”, “cachimbo”, “missanga”, “moringa”, entre outras.
- ii. A grande presença africana no continente americano permitiu que muito mais palavras africanas fizessem parte da LP na variante do português do Brasil, a saber, “cochilar”, “senzala”, “jiló”, “semba”, “xingar”, “moleque”, “quilombo”, “caçula”, “moamba”, entre outras.

Em 1975 o Estado angolano alcança a sua autodeterminação política e assume a língua portuguesa como língua oficial. Esta “nova” língua é usada por falantes de culturas diversas, de uma geografia específica, de hábitos que influenciam a forma de utilizar a LP. Em Angola, as línguas angolanas estão em estudo e formação, a prepararem-se para se oficializarem e transportarem-se para o domínio da escola. Tal como a LP que já está oficializada em todo o país, prepara-se a identificação dos dialectos provinciais que servirão de base para a formulação daquela que será a estrutura normativa do PA.

Ao se proceder à comparação entre a LP e as línguas angolanas, do ponto de vista fonético, destaca-se a presença das consoantes pré-nasais nas segundas, enquanto em LP estas são inexistentes.

As línguas africanas angolanizaram a LP e essa realidade resultou na identificação de uma característica de raiz africana, os sons primeiros, os étimos primários de raiz da toponímia do PA, [mb], [mp], [nd], ng, [nɜ], [nk], [nz], [ku], [lu], [kwa], mas também [mph], [nkh], [nth].

Tal é provado quando Portugal oficializa, por exemplo, o uso da palavra “Kwanza”, escrita com o grafema <k>, e no uso de seus dicionários oficiais aparece como um estrangeirismo. Provando, desse modo o contributo da cultura angolana ao enriquecimento da LP.

Um grupo de linguistas, de entre eles, a Professora Doutora Amélia Mingas (2000:29) angolanizaram os topónimos provinciais anteriormente aportuguesados resultando em Bengu, Bengela, Kabinda, Kwandu Kubangu, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Kunene, Lwanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Muxicu, Namibe, Uiyé, Wambo, Wila, Wije, Zaire.

A situação da variante da LP no contexto angolano precisa de ser reconhecida e transportada para o ambiente da escola. Mostrou-se, por exemplo, nesta investigação a necessidade da diferenciação tipológica de adjectivo pátrio, para designar o nome próprio canónico referente ao natural de determinada província; de adjectivo gentílico para designar o nome próprio canónico referente ao indivíduo pertencente a determinada etnia, independentemente da província ou país de nascimento. Este último conceito, precisa de uma actualização dos seus nomes, por se tratar de exónimos denominados em contexto de colonização e subjugação. Hoje, em contexto de país independente, Angola tem necessidade de construir conhecimento sobre os etnónimos endógenos da sua população. A partir de inquéritos de auscultação de cariz científico para restauro das causas psicológicas de força emotiva e de entrave didáctico-pedagógico a ultrapassar para permitir a sua introdução no ensino.

A necessidade de difundir tais bases conceptuais traz renovado conhecimento da diversidade linguística dos povos angolanos, e a consciência da sua presença desde sempre, nos diferentes actos de comunicação. O que fortalecerá nos estudantes o aprendizado do português em contexto de multilinguismo que se vive.

Talvez assim, o Instituto Nacional de Investigação para o Desenvolvimento da Educação - INIDE, encarregado da elaboração e monitorização dos manuais escolares e toda gama de material didáctico que deve circular em Angola, não se iniba de usar a toponímia, os adjectivos patronímicos ou nacionímicos para ensinar o cidadão a ter orgulho do lugar onde vive, da província a que pertence. O que contribuirá para travar questões de banalização da linguagem e do sistema de ensino. É preciso dar atenção à formação do cidadão angolano, dando-lhe ferramentas que permitam um uso adequado dos nossos sociolectos. Combatendo, desse modo,

o que A. Costa, chamou de invisibilidade pedagógica das características culturais angolanas no sistema de ensino.

O levantamento etimológico da cartografia antiga permitiu comprovar que os topónimos angolanos são elementos antigos no contacto com a LP. E que, as línguas bantas têm vindo a evoluir, da mesma forma que a LP também evoluiu. Neste cruzar, registam-se interferências da oralidade angolana na escrita em LP, por se terem dúvidas relativamente à forma de colocar por escrito determinados topónimos. Daí que os mapas estudados apresentem diferentes grafias. Veja-se, por exemplo, as transformações no topónimo do rio Kongo ou Zady, Zenza, Zaire. Possivelmente acompanhando o curso do rio.

Muitos dos mapas são bilingues, pois notamos a existência pacífica de múltiplas formas linguísticas: português e kikongo, português e kimbundo, português e umbundu, português e cokwe, português e ibinda e português e nyaneka. Os mapas que se referem a zonas rurais demonstram uma menor influência da LP. Nestes casos o hibridismo pode aumentar, por desconhecimento dos autores dos mapas.

Registam-se, também, grandes disparidades nas traduções da LP para as línguas nacionais. Protestantes e católicos optam por soluções linguísticas muito diferentes, inclusivamente na designação dos lugares.

A LP e o kimbundo caracterizam-se por um grande contacto. Viveram juntas no mesmo espaço administrativo em Angola. Uma vez que o número de portugueses em Angola era muito reduzido e o interesse ou preocupação linguística muito baixa, a língua utilizada era marcada por influências mútuas. O bilinguismo foi atestado por Cordeiro da Matta, por exemplo. E bastante disseminado pelos ambaquistas que têm a tradição da escrita e fala da LP, desde o séc. XVI.

O multilinguismo numa Angola colonial foi atestado por expressões que indicam autoridades africanas como “Manicongo”, “Mwenekongo”, “Muene”, “Ne”, “Mwata”, “Muata”, “Npumu”, “Soba”, “Xá” e “Soma”. Estas expressões das várias línguas de Angola surgem nos mapas, misturadas como se de uma língua só se tratasse. A hidrotponímia é outro dos campos em que ficou evidente a necessidade de estudos aprofundados sobre a sua etimologia, pois a

diferentes regiões banhadas por um mesmo rio, podem ser atribuídas diferentes denominações consoante a língua e as características regionais do lugar percorrido pelo rio.

Os macrotopónimos angolanos são nomes próprios canónicos (Raposo, 2013). Como ficou demonstrado na análise etimológica, os topónimos angolanos foram perdendo o seu sentido descritivo, ganhando um novo estatuto à medida que aconteciam mudanças sociais e administrativas. Explicar a sua pertença à linguística bantu e a pertença às línguas do país é mais fácil do que afirmar a que língua em particular pertencem ou que língua os formou.

Os macrotopónimos são usados para referir as dezoito províncias de Angola, a saber, Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kwando Kubango, Kwanza-Norte, Kwanza-sul, Cunene, Huíla, Huambo, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Namibe, Uíje, Zaire. Nessa função encerram o seu significado e abrem-se a novas significações, sendo uma delas a construção dos seus adjectivos pátrios ou administrativos, bem como os adjectivos gentílicos que caracterizam a origem dos povos que compõem os lugares angolanos.

A conclusão a que se chegou, analisados os 18 macrotopónimos, é que estes são de origem bantu, aportuguesados, o que significa que são topónimos híbridos, isto é, são resultado da mistura de raízes ou bases bantu e sufixos portugueses ou aportuguesados, servindo, desse modo, de base à construção do Português Angolano.

A toponímia angolana é a prova manifesta de certas características peculiares do PA, seja pela inexistência ou ausência de significado real das suas palavras nas línguas angolanas, seja pela conservação no seu seio de radicais dessas mesmas línguas, seja ainda pela substituição por um hidrotópónimo ou antropónimo, seja ainda mais pela hibridização de étimos diferentes ou transformados em sequência do contacto linguístico-cultural; seja também pela motivação maior imposta pelas mudanças de regime por colonização, revolução e, finalmente, pela independência e afirmação do povo angolano. O facto é que eles existem, e são os substantivos canónicos do PA, provando a existência de uma variedade da LP que ao longo de séculos se vem forjando no continente africano e já se afirmou em território angolano.

Bibliografia

- ACTES *du XXIIe Colloque International de Linguistique Fonctionnelle*. Évora (2004).
- AKOUN, A. (1983). *Dicionário de antropologia do homem primitivo às sociedades actuais*. Lisboa: Verbo.
- ALMEIDA, A. (1955). *Contribuição para o estudo da toponímia dos Dembos (Angola)*. In *Boletim* números 10-12. 1955. 73ª série. Outubro a Dezembro. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- ALTUNA, Pe. R. R. A. (2006). *Cultura tradicional banta*. Luanda: Paulinas.
- ALVES, P. A. (1951). *Dicionário etimológico bundo-português*. Vol. I e II. Lisboa: Centro Gráfico Colonial.
- AMARAL, I. do (2000). *O rio Cuanza (Angola), da barra a cambambe: reconstituição de aspectos geográficos e acontecimentos históricos dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- ANDRADE, A. & d'ANDRADE, E. (2020). Sílabas. In: *Gramática do Português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ANDRADE, A. (2020). Vocalismo. In: *Gramática do Português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ANDRADE, A. E. C. S. (1936). *Dicionário elementar de geografia física e política*. Lisboa: Severo, Freitas, Mega & Cª.
- ANDRÉ, B. (2015). *Quiçama: um topónimo com várias grafias: análise e reflexão*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- ANGOLA (1929). *Breve monografia histórica, geográfica e económica, elaborada para a exposição de Sevilha*. Loanda: Empresa Gráfica de Angola.
- ANJOS, A. (2017). *Antroponímia na língua kimbundu*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- APPEL, R. & MUYSKEN, P. (1987). *Language contact and bilingualism*. London: Edward Arnold.
- ARRUDA, L. (2008). *Gramática de português língua não Materna*. Lisboa: Porto Editora.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA – ABRALIN (2009). *ABRALIN 40 anos em Cena*. João Pessoa: Editora Universitária.

- ATKINS, G. (1953). *A demographic survey of the kimbundu-kongo language border in Angola*. In *Boletim* números 7-9. 1955. Julho a Setembro, 73ª Série. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- BARBOSA, A. C. (2011). *Dicionário: cokwe-português*. Luanda: Ministério da Educação.
- _____ (2011). *Dicionário: português-cokwe*. Luanda: Ministério da Educação.
- _____ (2011). *Noções básicas de gramática cokwe*. Luanda: Edição da Diocese do Luena.
- BARBOSA, J. M. (1965). *Études de phonologie portugaise*. Lisboa: Minerva.
- _____ (1994). *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português*. Coimbra: Almedina.
- BATORÉO, H. J. (2000). *Expressões do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BERGSTROM, M. & NEVES, R. (1956). *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*. (2a ed.). Lisboa: E.N.P.
- BIDERMAN, M. T. C. (1998). *Dicionário didático de português*. São Paulo: Ática.
- BOTELHO, J. N. R. (1924). *Geografia geral actualizada e adaptada ao ensino, nos institutos de instrução secundária e escolas similares*. (17a ed.). Porto: Livraria Chardron de Léo & irmão L.
- BRANCO, R. A. (Org.) (2001). *Declaração universal dos direitos linguísticos*. Porto: Campo das Letras.
- BROTON, J. (2019). *História do mundo em 12 mapas*. Lisboa: Edições 70.
- CÂMARA Jr., J. M. (1986). *Dicionário de linguística e gramática referente à língua portuguesa*. (16a ed.). Petrópolis: Vozes.
- _____ (1992). *Estrutura da língua portuguesa*. (21a ed.). Petrópolis: Vozes.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (1939). *Roteiro da cidade de são paulo de luanda*. Luanda: Imprensa Nacional.
- CANNECATTIM, B. M. (1804). *Dicionário da língua bunda ou angolense. Explicada na portuguesa e latina*. Lisboa: Imprensa régia. 740 páginas. – Biblioteca Nacional de Lisboa. (Consulta do microfilme na BNP a 12.05.2021. 9:50).
- CARVALHO, H. (1898). *O jagado de Cassange na província de Angola*. Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues.

- CASTRO, I. (2013). *História e geografia do português: formação da língua portuguesa. in gramática do português I*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CAVAZZI, Pe. J. A. (1687). *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Vol. 1 e 2. Pe. Graciano Maria de Leguzzano, O. M. (Tradução) Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga 2 Secção de Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar – 1965.
- CHATELAIN, H. (1888-89). *Grammatica elementar do kimbundu ou língua de Angola*. Genebra: Typ. De Charles Schuchardt.
- _____ (1894). *Contos populares de Angola*. In: PIRES DE LIMA, Dr. Fernando de Castro (Org.). *Cinquenta contos em quimbundo coligidos e anotados por Héli Chatelain*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar – 1964.
- CHAVES, R. (2013). Organização do léxico. In: *Gramática do Português I*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CINTRA, L. F. L. (1994). *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- CLAIRIS, C. (2005). *No rumo de uma linguística inacabada: ensaio de linguística funcional*. Paris: Almedina e Peeters.
- CLÉMENT, E. et al. (1999). *Dicionário prático de filosofia*. (2a ed.). (tradução). s.l. Terramar.
- CONCEIÇÃO, L. M. da (1943). *Porque se escreve Luanda com “U”*. (com uma carta e notas subsidiárias do Ex.mo e Revr.do Padre António Moreira Basílio). Luanda: Edições de o Apostolado.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA (2010). Luanda, Imprensa nacional – E. P.
- COSTA, A. F. C. (2006). *Rupturas do português e das línguas bantas*. Luanda: Universidade Católica de Angola.
- COSTA, T. M. C. J. da (2013). *Os Empréstimos das Línguas Bantu no Português Falado em Angola: um Estudo Lexicográfico da Variante Angolana*. Gráfico: Luanda.
- CRUZ, E. C. V. (2005). *O Estatuto do indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa – o caso de Angola*. Coimbra: Novo Imbondeiro.
- DADÃO, B. (2017). *Análise descritiva dos antropónimos da língua kikongo*. Dissertação de Mestrado.
- DANIEL, H. E. V. (2002). *Dicionário de umbundo: umbundo – português*. Portugal: Europress.
- CUNHA, C. (1985). *Em busca de uma norma objectiva. A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- DASCAL, M. (Org.) (1981). *Fundamentos metodológicos da linguística. Vol. II Fonologia e sintaxe*. Campinas - São Paulo: UNICAMP.
- _____ (Org.) (1982). *Fundamentos metodológicos da linguística. Vol. III Semântica*. Campinas: UNICAMP.
- _____ *Fundamentos metodológicos da linguística. Vol. IV Pragmática: Problemas, críticas, perspectivas da linguística, bibliografia*. Campinas: UNICAMP.
- DAUZAT, A. (1929). *La philosophie du langage*. Paris: Ernest Flammarion.
- _____ (1932). *Les noms de lieux*. Paris: Librairie Delagrave.
- _____ (1935). *Naissance et vicissitudes de 300 mots et locutions*. Paris: Librairie Delagrave.
- _____ (1943). *Dictionnaire Étymologique et historique*. (2^{ème} éd.). Paris: Librairie Larousse.
- _____ (1946). *Études de linguistique française*. (2^{ème} Editions). Paris: Ed. D'Artrey.
- _____ (1953). *L'Europe linguistique: les éléments constitutifs d'une nation, les groupes de langues, évolution et luttes, la situation linguistique des différents états, le problème des minorités*. Paris: Pary.
- DIAS, G. S. (1952). *A arte banta de Angola*. In *Boletim números 7-9. 1955. Julho a Setembro, 73^a Série*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA* (2002). Lisboa: Círculo de Leitores.
- DICK, M. V. P. A. (1997). *A Dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: AnnaBlume.
- _____ (1998). *Os nomes como marcadores ideológicos*. In *Acta semiótica et lingvístca*. Sociedade Brasileira de Professores de Linguística – SBPL. São Paulo: ed. Pleiade. V.7 p. 97-122.
- _____ (2006). *Fundamentos teóricos da toponímia. estudo de caso: ATEMIG – atlas toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do atlas toponímico do Brasil)*. In: SEABRA, Maria C. T. (2006). (Organizadora). *O Léxico em estudo*. Belo Horizonte: UFMG.
- DUARTE, M. E. L. (2020). *Aspetos contrastivos entre o português do Brasil e o português europeu*. In *Gramática do Português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DUROZOI, G. & ROUSSEL, A. (s.d). *Dicionário de filosofia*. Porto: Porto Editora.

- ESTERMANN, C. et al. (1983). *Etnografia de Angola (sudoeste e centro)*. Coletânea de artigos dispersos. Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- _____ (1983). *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*. Coletânea de artigos dispersos. Vol. II. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- _____ (1961). *Etnografia do Sudoeste de Angola: o grupo étnico Herero*. Vol. 3. N°30 (segunda série). Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.
- FALÉ, I. (2020). Entoação. In: *Gramática do português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FARIA, I. H. (Org.) (1996). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- FAUELLE, F. X. (2020). *Atlas histórico de África: da pré-história aos nossos dias*. Lisboa: Guerra e Paz.
- FERGUSON, C. A. (1971). *Language Structure and Language*. Califórnia: Stanford University Press.
- FERNANDES, G. (2015). *Primeiras Descrições das línguas africanas em língua portuguesa*. N° 49, 2º Semestre. Confluência Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: [Http://www.researchgate.net/publication/288986268](http://www.researchgate.net/publication/288986268).
- _____ (2021a). *A primeira gramática do (Kahenda-Mbaka) kimbundu (Lisboa 1697) de Pedro Dias, S. J. (1621/1622-1700) e a ars minor (1573) de Manuel Álvares, S. J. (1526 – 1583)*. Confluência Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Colégio Literário Português. Especial 30 anos, pp. 463-488. Rio de Janeiro. [Http://www.researchgate.net/publication/351290830](http://www.researchgate.net/publication/351290830).
- _____ (2021b). *Missionary and subsequent traditions in África*. *Cambridge world history of lexicography ad by John Considine*. pp. 658-681, chapter 31. Publisher Cambridge University Press. [Http://www.researchgate.net/publication/335747342](http://www.researchgate.net/publication/335747342).
- FERNANDES, I. (1939/40). *Estudos de linguística*. Porto: Educação Nacional.
- _____ (1941). *Topónimos e gentílicos I*. Porto: Educação Nacional.
- _____ (1943). *Topónimos e gentílicos II*. Porto: Educação Nacional.
- _____ (1950). *Questões de língua pátria*. (2ª ed.). Lisboa: Ed. Império.
- FERNANDO, B. (2012). *A Fauna e as finalidades didáticas em alguns provérbios bakongo*. Luanda: INIC.
- FERREIRA, M. (1988). *Que futuro para a língua portuguesa em África?* Lousa: ALAC.

- FERREIRA, P. A. (1907). *Tentativa etymologico-toponymica ou investigação da etymologia ou proveniência dos nomes das nossas povoações*. I volume. Porto: Typographia Pereira.
- FIGUEIREDO, O. M. & FIGUEIREDO, E. B. (2005). *Prontuário actual da língua portuguesa: guia alfabético*. Porto: ASA.
- FIGUEIREDO, C. F. & OLIVEIRA, M. S. (Org.) (2016). *Projecto Libolo – município do Libolo, K-Sul, Angola: aspectos linguísticos educacionais, histórico- culturais, antropológicos e socio-identitários*. 2 volumes – 1º linguístico.
- FIRMINO, G. (2006). *A «questão linguística» na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Texto Editores.
- FISHMAN, J. (1975). *Sociolinguistics*. Massachussets: Newbury House Publishers.
- FONSECA, A. (1996). *Contribuição ao estudo da literatura oral angolana*. Coleção Estudos e documentos. (9a ed.). Luanda: INALD.
- FONSECA, M. C. & MARÇALO, M. J. (2010). *Gramática prática da língua portuguesa*. Évora: Universidade de Évora.
- FRAZÃO, S. (1947). Breves apontamentos sobre o toponímico gentílico de Angola. In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano 23º, nº 259 de 1947, p. 32-39.
- FREUDENTHAL, A. (2006). *Angola no século XIX: Cidades, Território e Arquiteturas*. Printer Portuguesa.
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (2004). *A língua portuguesa: presente e futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FURON, R. (1955). Géographie de l’afrique préhistorique. In: *Boletim* números 7-9. 1955. Julho a Setembro, 73ª Série. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- GOMES, L. (2019). *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos palmares, Volume 1*. Rio de Janeiro: Globo Livros.
- GONÇALVES, P. (2013). O português em África. In: *Gramática do Português I*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOURGEL, A. A. & DIFUILA, M. M. (2017). *Atlas histórico de Angola*. Luanda: Plural Editores.
- GRANADO, A. C. (1946). *Dicionário Corográfico Comercial de Angola*. Luanda: Edições Antonino.
- _____ (1955). *Dicionário Corográfico Comercial de Angola*. (3a ed.). Luanda. Edições Antonino.

- GUENNEC, G. & VALENTE, J. F. (1972). *Dicionário português – umbundu*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola. Porto: Orgal.
- GUERRA, H. (1979). *Angola: estrutura económica e classes sociais: os últimos anos do colonialismo português em Angola*. Lisboa: Edições 70.
- HAIPIGE, T. E. (2017). *Antroponímia da língua ovankwanyama*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- HALAIWA, M. (2016). *Aspectos sociolinguísticos e culturais da toponímia da província da Huíla: O caso da comuna do Hoque: toponímia de harmonização gráfica*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- ILARI, R. (2013). O português no contexto das línguas românicas. In: *Gramática do Português I*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- IMBAMBA, J. M. (2003). *Uma nova cultura para mulheres e homens novos: um projecto filosófico para Angola do 3º milénio à luz da Filosofia de Battista Mondin*. Luanda: Paulinas.
- INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA (1990). *Projecto África: apoio ao ensino do português nos países africanos de língua oficial portuguesa (1987 – 1989)*. Lisboa: Ministério da Educação.
- ISQUERDO, A. N. (1997). A toponímia como signo de representação de uma realidade. In: *Fronteiras - Revista de História UFMS*, Campo Grande, V.1, nº2. Brasil: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- _____ (2008). O nome do Município. Um Estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia Sul – Mato – Grossense. In: *Revista ProLíngua*, Vol.2, nº 2, Jul/Dez.
- ISQUERDO, A. & SEABRA, C. T. C. (2018). A Onomástica em diferentes perspectivas: resultado de pesquisas. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. V.26, nº3, p.993-1000.
- JACOB, B. M. O. (2011). *A toponímia de Luanda: das memórias de coloniais à pós-coloniais*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- JEREMIAS, C. T. (2015). *Estudo da toponímia do municipal de Saurimo – princípios para a harmonização gráfica*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH - Universidade Nova de Lisboa.
- KUTEMA, A. (2021). *Os nomes gentílicos de Angola*. s.l.p.: Chela Editora.
- LARANJEIRA, P. (1995). *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento.

- LAURINDO, M. (2015). *Abordagem do léxico toponímico municipal do Cuito da Província do Bié: caso de bairros, comunas, embalas e aldeias*. Dissertação de Mestrado.
- LEITE, Y. (2009). *As time goes by: as relações entre Linguística e antropologia*. João Pessoa: ABRALIN - Editora Universitária.
- LIMA, J. J. L. (1846). *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Asia occidental; na China, e na Oceania: escriptos de ordem do governo de sua majestade fidelíssima a senhora D. Maria II*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LIVAMBO, D. (2017). *Antroponímia da língua umbundu: o antropónimo como fenómeno de cultura*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- LUSAKALALU, P. (2005). *Línguas e unidades glossonímicas: contribuição para um estudo da diversidade linguística de Angola e Namíbia*. Luanda: Nzila.
- MACHADO, J. P. (1987). *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita*.
- MAGALHÃES, Pe. A. M. (1922). *Manual de línguas indígenas de Angola. Segundo o programa oficial para exames de Administrativos*. Loanda: Imprensa Nacional de Angola.
- MANUEL, C. M. (2021). *Angola desde antes da sua criação pelos portugueses até ao êxodo destes por nossa criação*. Portugal: Perfil Criativo.
- MAZUNGA, Pe. J. S. (2015). *Dicionário Ibinda - Português*. Luanda: Myamba.
- _____ (2015). *Dicionário Português - Ibinda*. Luanda: Myamba.
- _____ (2015). *Gramática elementar de Ibinda*. Luanda: Myamba.
- MAIA, Pe. A. S. (1964). *Dicionário complementar: português – kimbundu – kikongo. (línguas nativas do centro e norte de Angola)*. Cucujães: Tipografia da Missões.
- MARANHÃO, Fr. F. P. (1862). *Diccionario geographico de Portugal e suas possessões ultramarinas*. Porto: Em Casa de Viúva Moré, Editora.
- MARÇALO, M. J. (2009). *Fundamentos para uma gramática de funções aplicada ao português*. Évora: Centro de Estudos Em Letras.
- MARQUILHAS, R. (2013). *Fenómenos de mudança na história do português. in gramática do português I*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARTINHO, A. M. (1995). *A Língua Portuguesa em África: Educação, Ensino Formação*. Lisboa: Pendor.

- MATEUS, M. H. & PEREIRA, L. T. (2005). *Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Colibri CIDAC.
- MATEUS, M. H. et. al. (2006). *Gramática da Língua Portuguesa*. 7ª ed. Lisboa, Caminho.
- MATEUS, M. H. & CARDEIRA, E. (2007). *Norma e Variação*. Lisboa: Caminho.
- MATEUS, M. H. & VILLALVA, A. (2007). *Linguística*. Lisboa: Caminho.
- MATOS, F. G. (2009). *Linguística Humana, Humanizadora, da Paz*. João Pessoa: ABRALIN, Editora Universitária.
- MATTA, J. D. C. (1893). *Ensaio de Dicionário Kimbundu-Portuguez*. Lisboa: Moderna.
- MATTOS E SILVA, R. (1993). *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- _____ (2013). *O Português do Brasil. In Gramática do Português I*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MEDEIROS, C. L. (1981). *Vakwandu. History, kinship and systems of production of na herero people of South-West*. Angola: Porto.
- _____ (1976). *A colonização das terras altas da Huila (Angola). Estudo Humano*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- MEDEIROS, I. (1982). *Contribuição para o Estudo da Colonização e da Pesca no Litoral de Angola ao Sul de Benguela. Instituto de Investigação Científica Tropical: Estudos, Ensaios e Documentos Nº140*. Lisboa: Junta da Investigações Científicas do Ultramar.
- MEDINA, J. (1993). *A Toponímia-Local de Memória. In Primeiras Jornadas de História Local e regional*, Lisboa, Edições Colibri.
- MEENSSEN, A. E. (1967). *Bantu Grammatical Reconstructions*. Série in 8°. Belgique, Sciences Humaines nº61.
- MENEZES, B. K. (2015). *Harmonização da grafia toponímica do Município de Benguela*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- MILHEIROS, M. (1972). *Índice Histórico-Corográfico de Angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- MINGAS, A. (2000). *Interferências do Kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde.
- _____ (1989). *Esquisse phonologique de l'oyo*. Dissertação. Paris: Université Rene Descartes.

- _____ (1994). *Étude grammaticale de L'iwoyo (Angola)*. Dissertação. Paris: Université Rene Descartes.
- _____ (2015). “*Quo Vadis*” *língua portuguesa?* Conferência em Luanda.
- _____ (2011). *Alongamento vocálico versus alongamento silábico em Lwoyo*. Trabalho de Candidatura a professora Titular, Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação -ISCED.
- _____ (2012). *Línguas e culturas de Angola*. Conferência na Baía, Brasil.
- _____ (2011). *Caracterizando a língua portuguesa em Angola: língua segunda ou língua estrangeira?* Conferência.
- _____ (2010). *A Língua Portuguesa no mundo. Conferência internacional sobre a Língua Portuguesa*. Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP.
- _____ (2019). *O pretuguês, o português em/de Angola “é o problema que estamos com ele”*. In Njinga & Sepê: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, São Francisco do Conde (Baía), Vol.1, nº1, p. 25-37, Janeiro-Junho.
- _____ (2005). *Angola: línguas nacionais e identidade cultural*. Conferência na Universidade de São Petersburgo. Rússia.
- MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. Junta de Investigação do Ultramar (1956). *Memórias, Série de Agronomia Tropical III: Reconhecimento Geral Agrícola, Florestal e Pecuário das zonas de influência do Caminho de ferro de Moçâmedes entre Serpa Pinto e a Zona Leste (traçados Norte e Sul)*. Famalicão: Minerva.
- MINISTÉRIO DO ULTRAMAR (1963). *Estatuto Político-Administrativo da Província de Angola*. Angola: Agência-Geral do Ultramar.
- MOTA, M. A. (2020). Introdução à morfologia. In: *Gramática do Português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- _____ (2020). *Morfologia do nome e do adjectivo*. In *Gramática do Português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MONTE, G. (1981). *Dicionário da toponímia eborense. 1º vol*. Évora: Gráfica Eborense.
- MONTEIRO, (1850). *Diccionario geográfico das províncias e possessões portuguezas no ultramar*. Lisboa: tipografia Lisbonense.
- MUANZA, M. (2010). *Cadernos de estudos literários e linguísticos*. Luanda, Mayamba.
- MURAKAWA, C. A. A. (2020). *O vocabulário da navegação portuguesa no século XVI: o diário da navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532)*. In ISQUERDO,

- Aparecida & ABBADE, C.M. S. (2020) (Org.). *Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. V.IX, p. 269. Brasil: UFMS.
- MUTALI, H. S. (2020). *Um novo paradigma? A colocação dos pronomes clíticos no português angolano escrito*. Lisboa: AAFDL. Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- NASCIMENTO, J. P. (1894). *Grammatica do umbundu ou língua de Benguela*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- NASCIMENTO, M. F. B. (2013). *Processos de lexicalização*. In *Gramática do Português I*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- NATÉRCIO, A. (2005). *Investigação naturalista em educação: um guia prático e crítico*. Porto: Edições ASA.
- NEVES, C. A. (1989). *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do séc. XVIII*. Secretaria regional do turismo. Madeira: Cultura e Emigrações & Lisboa: Instituto de História de Além-Mar.
- NGULUVE, A. (2010). *Educação angolana: políticas de reforma do sistema educacional*. São Paulo: Biscalchin editor.
- NGUNGA, A. (2004). *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária.
- NZAU, G. N. D. (2011). *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese de Doutoramento. Universidade da Beira Interior.
- NOGUEIRA, R. S. (1958). *Temas de Linguística Banta: da Importância do Estudo Científico das Línguas Africanas*. Coleção Estudos de Ciência Política e Sociais 14, Ministério do Ultramar: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de estudos Políticos e Sociais. Lisboa: Minerva.
- NTONDO, Z. (2006). *Morfologia e sintaxe do ngangela*. Coleção Universitária: -5 Série Linguística. Luanda: Nzila.
- OKOUDOWA, B. (2016). *Morfologia verbal do lèmbáámá: língua banta falada no Gabão (África Central)*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas.
- _____ (2015). O português, sua variação e seu ensino em África. In (<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras>)- v.31, nº3 (jul./dez.2015)-ISSN1981 - 5239.
- _____. *Descrição preliminar de aspectos da fonologia e morfologia do lembaama*. (tese de Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP.

- PANDE, H. A. (2015). *Propostas de harmonização gráfica da toponímia de Angola: o caso do Município de Malanje*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- PARREIRA, A. (1990). *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola: séculos XV – XVII*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PEDRO, L. T. (2015). *Propostas para a harmonização gráfica da toponímia da comuna de Ondjiva: Aldeias, Bairros e ruas*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- PEREIRA, I. (2020). Acento de palavra. In: *Gramática do Português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PETTER, M. (2015). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto.
- PINTO, A. O. (2012). *Angola e as retóricas coloniais*. Luanda: Xá de Caxinde.
- QUETA, C. (2010). Português: diálogo e conflito linguístico em Angola. In: *Caderno de Estudos Literários e Linguísticos*. Luanda: Mayamba.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (2017). *Manual de investigação em ciências sociais: trajectos*. (7a ed.). Lisboa: Gradiva.
- RAMON & MIMO (2001). A paz linguística. O texto e o pretexto. In: *Declaração universal dos direitos linguísticos*. Porto:
- RAPOSO, E. B. & NASCIMENTO, M. F. (2013). Nomes próprios. In: *Gramática do português I*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RAPOSO, E. B. & BRITO, Ana M. (2020). Concordância Nominal. In: *Gramática do Português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- REIS, J. (2017). *Antroponímia da língua olunhaneka: reflexão sociolinguística e proposta de harmonização gráfica*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- REIS, V. (2006). *I Sociolinguística: dinâmica funcional vs problemas funcionais da língua?* Coleção: Série Linguística 8. Luanda: Nzila.
- REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA (1995). *Fontes & Estudos*. Nº2. Novembro. Angola: Ministério da Cultura.
- _____ (1996). *Fontes & Estudos*. Nº3. Novembro. Angola: Ministério da Cultura.
- _____ (1998/99). *Fontes & Estudos*. Nº4-5. Outubro. Angola: Ministério da Cultura.
- _____ (2011). *Fontes & Estudos*. Nº6-7. Angola: Ministério da Cultura.

- RIBEIRO, O. (1989). *Opúsculos geográficos*. Vol. I. *Síntese e método*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- RIO-TORTO, G. (2020). Derivação. In: *Gramática do português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- _____ (1998). *Fonética, fonologia e morfologia do português: conteúdos e metodologia*. Coimbra: Colibri.
- ROCHA, C. A. M. (2017). *Etimologia dos hidrotopónimos de Portugal continental – história da linguística de um território*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- RODRIGUES, C. (2020). *Consonantismo*. In *Gramática do português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SAMUELS, M. A. (2011). *A história do ensino em Angola (1878 – 1914)*. Luanda: Mayamba.
- SANTOS, J. A. (1962). *(perspectiva de) Dicionário comparado banto – português e português banto*. Nova Lisboa: (Dactilografado) In Sociedade de Geografia de Lisboa.
- SANTOS, B. S. (2003). *Um discurso sobre ciências*. 14ª edição. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, E. (1962). *Estudos, Ensaios, e Documentos N°96: Sobre a Religião dos Quiocos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- SANTOS, M. (2000). *O recomeço da história*. In Folha de São Paulo do dia 19.3.2000. https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_3_1.HTM. (30.05.2021).
- _____ (2000). *Da Cultura à Industrial Cultural*. In Folha de São Paulo do dia 19.3.200. https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_3_10.HTM. (30.05.2021).
- SAUSSURE, F. (1955). *Cours de linguistique générale*. 5ª ed. Paris: Payot. (Publié par Charles Bally et Albert Sechehaye).
- SEABRA, M. C. T. (2006). (Org.) *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: UFMG.
- _____ (2006). *Gualacho, Mato Dentro, Outra Banda – topónimos da Região do Carmo – MG: questões léxico-históricas*. In SEABRA, Maria C. T. (2006). (Org.). *O Léxico em estudo*. Belo Horizonte: UFMG.
- SERROTE, J. (2015). *Antroponímia da língua kimbundu em Malanje*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA NETO, T. (2014). *História da educação e cultura de Angola: grupos nativos, colonização e a independência*. (3ª ed.). Luanda: Zaina editores.

- SILVA, T. C. (2013). *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto.
- SILVEIRA, J. (2019). *A metáfora no romance “ Quem me dera ser onda” de Manuel Rui Monteiro*. In IV CHAM International Conference. 17-19 July Innovation, Invention and Memory in Africa. Lisboa: FTD.
- _____ (2013). O manual de escolar de língua portuguesa como elemento de cultura. In: *2ª Conferência Internacional sobre o Futuro da LP no Sistema Mundial*. Lisboa, 29-30 de Outubro.
- _____ (2010). O fortalecimento do ensino da LP em Angola. In: *Conferência internacional sobre o futuro da LP no sistema mundial*. Brasília, 26-29 de Março de 2010. Luanda: Editora Mayamba.
- SILVEIRA, Luís (1958). La toponymie des territoires portugais d’outre-mer: essai de classification des noms des agglomérations urbaines. In: *Studia*, Revista Semestral – Nº1- Janeiro de 1958). Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- _____ (1953). *Roteiro da Costa de Angola de 1617. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*.
- SIMON, W. J. (1983). *Scientific Expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808): and the role of lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos de Cartografia Antiga. Série Memórias nº22.
- SOCIÉTÉ INTERNATIONALE DE LINGUISTIQUE FONCTIONNELLE (2004). *As línguas no dealbar do século XXI: Actes du XXII colloque international de linguistique fonctionnelle*. Évora: Departamento de Linguística e Literaturas.
- SOUSA, F. (2012). *Etnografia de Angola: entre a pesquisa e o desenvolvimento de políticas culturais*. Luanda: Mayamba.
- SOUSA, L. A. (1971). *Sobre a mulher lunda-quioca (Angola)*. Nº 60 (segunda série). Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.
- TAVARES, A. P. R. (2010). *História e memória: estudo sobre as sociedades lunda e cokwe de Angola*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- TAVARES, J. L. (1934). *Gramática da língua do congo (kikongo) (dilaecto kisolongo)*. (2a ed.). Luanda: Imprensa Nacional da Colónia de Angola.
- TCHIMBALI, A. D. (2017). *Antroponímia na língua ngangela*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

- TIMBANE, A. (2013). *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. Tese de Doutoramento. Brasil: FCL - UNESP - Araraquara – Brasil.
- TOMAS, J. M. N. (2015). *Harmonização gráfica da toponímia da província do Uíje*. Dissertação de Mestrado de 2015. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- TOMÁS, T. S. (2019). *Antroponímia: contributo para o estudo dos nomes próprios em Angola*. Dissertação de mestrado. Évora: Universidade de Évora.
- TUCKMAN, B. (2012). *Manual de investigação em educação: metodologia para conceber e realizar o processo de investigação científica*. 4a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELLOS, J. L. (1902). *Diccionário chorographico de Portugal. Melhorado e corrigido por A: Peixoto Amaral*. (2a ed.). Porto: Domingos Barreira.
- _____ (1919). *Amostra de toponímia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- _____ (1923). *Nomes de pessoas tornados geográficos: em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- _____ (1931). *Opúsculos: onomatologia; vol. III*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- _____ (1936). *Etnografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- _____ (1987). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- VERDELHO, T. (2008). *Encontro do português com as línguas não europeia: textos interlinguísticos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- VICENTE, F. C. C. (2015). *Topónimos dos municípios e comunas do Cuando Cubango. proposta de harmonização de grafia*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – UNova de Lisboa.
- VILLALVA, A. (2020). Composição. In: *Gramática do Português III*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VALHANGA, X. (2017). *Antroponímia na língua cokwe*. Tese de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- WYMAN, S. L. (2000). *Como responder à diversidade cultural dos alunos*. Porto: Edições ASA.
- WEINREICH, U. (1970). *Languages in contact*. Seventh Printing, Mouton. Paris: The Hague.

YAMBO, F. X. (2003). *Pequeno dicionário antroponímico umbundu*. Luanda: Nzila.

ZAU, F. S. P. (2005). *O professor do ensino primário e o desenvolvimento dos recursos humanos em Angola (uma visão prospectiva)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: da Universidade Aberta.

_____ (2009). *Novos trilhos do desenvolvimento*. Lisboa: Movilivros.

Anexos

Anexo A. Relatório detalhado MAXQDA

Resumos com segmentos codificados - Toponímia.mx20

Código	Segmentos codificados	Sumário
Orto-SP	<p>Mas sabemos como os escritos do sertanejo foram nessa época livremente emendados, por vezes a vermelho, para lhes corrigir o estilo. Neste caso o estilo espontâneo seria da maior utilidade para o historiador.</p> <p>Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 17: 709 - 17: 917 (0)</p> <p>Silva Porto não se poupava a esforços para melhorar o seu texto. Sempre que o copiava, aperfeiçoava ou acrescentava informações. Por vezes desprezava pormenores que por qual- quer razão tinham deixado de interessar ou que, devido a autocensura, o autor decidia eliminar (caso da guerra do Çanduco). Mas não se trata apenas de alterar as informações; Silva Porto era incapaz de transcrever uma frase sem lhe modificar a forma e o vocabulário.</p> <p>Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 17: 919 - 17: 1362 (0)</p> <p>O critério adoptado na publicação de excertos do diário de Silva Porto, até hoje editados (ver bibliografia no final), foi o de alterar a redacção do sertanejo, aformoseando-a e limando-a, não só na forma, mas também no vocabulário. Na verdade, o texto de Silva Porto é por vezes enfadonho, prolixo, repetitivo, empregando vocábulos inadaptados ao fim em vista, e, portanto, de difícil compreensão. Deve acrescentar-se a pontuação muito pessoal e inadequada, as frases muito extensas e alguns enchumaços, perfeitamente dispensáveis.</p> <p>Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 18: 192 - 18: 730 (0)</p>	

Dado que não se trata de um texto de interesse filológico, mas sim histórico, e o pouco significado que tem a diferença entre a ortografia do final do século XIX e a actual, considerou-se vantajoso, para a sua melhor acessibilidade, actualizar a ortografia e, na medida do possível, melhorar a pontuação. Muito raramente, alterou-se a ordem das palavras quando o original se apresentava confuso.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 18: 961 - 18: 1359 (0)

Manteve-se a ortografia de topónimos e etnónimos, à excepção apenas de Benguela, Bié, Bienes, Luanda, Catumbela, Cuanza. Manteve-se a ortografia dos antropónimos africanos (p. ex., Hiquereto em vez de Seckelete). Realçaram-se, com o emprego de itálico, as palavras ou expressões de origem africana (p. ex., omballa), respeitando a ortografia de Silva Porto que não corresponde à actual (p. ex., quipaca em vez de ocimbaka ou cambonha em vez de ombonha).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 18: 1361 - 18: 1820 (0)

O texto apresenta duas séries de notas, uma, referida à paginação do manuscrito, que é da autoria de Silva Porto, outra, toda seguida, da responsabilidade da editora. As chamadas para as variantes seguem a ordem alfabética.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 18: 1823 - 19: 110 (0)

Torna-se igualmente necessário esclarecer que na introdução e nas notas se optou pela grafia: Ovimbundo (etnónimo plural) em vez de Ovimbundu, ocimbundo (etnónimo singular) em vez de ocimbundu, umbundo (língua e adjectivo) em vez de umbundu.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense
em áfrica : 19: 112 - 19: 353 (0)

NaTop Em 1970, funcionaram «guichets» de filatelia nas estações de Benguela,
Lobito, [Namibe](#)
e Huambo, cujo movimento de venda de selos era quase idêntico ao dos
«guichets» de
filatelia de Luanda.
[Província do Namibe.](#)
PRT06-LRAngola 6ªclasse: 27: 946 - 27: 1140 (0)

Começam sempre com letra maiúscula.

Ex.: Zaire, [Namibe](#), Kiala.

[Província do Namibe.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 77: 337 - 77: 400 (0)

ambém perto do litoral, mas já no [deserto de Moçâmedes](#), a célebre
Welwitschia mirabilis, que toma o nome do sábio Welwitsch, seu
descobridor e
catalogador.

[Província do Namibe.](#) [Deserto do Namibe](#), ainda escrito [Moçâmedes](#).

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 83: 598 - 83: 762 (0)

e no [deserto de Moçâmedes](#) encontra-se a

O [deserto do Namibe](#), da [Província do Namibe](#), volta a ser tratado com o
antigo nome, [Moçâmedes](#).

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 84: 757 - 84: 825 (0)

Actualmente, o elefante encontra-se presente em todas as províncias do país, exceptuando o Huambo e o Bié, porém, com mais densidade no Uíge, Huíla e Cuando-Cubango, seguindo-se as do **Namibe** e Benguela.
[Província do Namibe.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 86: 1308 - 86: 1517 (0)

O Parque Nacional do Iona possui uma área de 16 000 quilómetros quadrados e fica situado no extremo sudoeste de Angola, na província do **Namibe**, sendo limitado a norte pelo rio Kuroka, a sul pelo rio Cunene, a ocidente pelo oceano Atlântico e a oriente pela província do Cunene.
[Província do Namibe.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 97: 78 - 97: 362 (0)

A sua flora, não sendo das mais ricas, em virtude de se tratar de uma região desértica, apresenta, no entanto, espécies de plantas raras que em Angola apenas se encontram na Província do **Namibe**.
[Província do Namibe.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 97: 1142 - 97: 1339 (0)

Tem o deserto do **Namibe**.
[deserto da Província do Namibe.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 101: 435 - 101: 460 (0)

Cerca de 180 quilómetros que separam o Namibe do Lubango encerram parte do mosaico de raças e culturas que é Angola.
[Província do Namibe.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 105: 72 - 105: 190 (0)

O **Namibe** é a província vizinha da Huíla.

[Província do Namibe.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 106: 327 - 106: 367 (0)

É no **Namibe** que encontramos o deserto, com uma vasta extensão e também uma famosa planta, única no mundo.

[Província do Namibe.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 106: 371 - 106: 477 (0)

erca de 180 quilómetros separam o Namibe do Lubango.

[Província do Namibe.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 106: 654 - 106: 705 (0)

Em terceiro lugar, situa-se o caminho-de-ferro do Namibe, antiga Moçâmedes, a Menongue, no Cuando Cubango, antiga Serpa Pinto.

É reconhecido o nome actual Namibe. Mas, a referência é à antiga, Moçâmedes.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 109: 669 - 109: 804 (0)

Luanda, Lobito e Moçâmedes.

[Namibe. o topónimo está escrito Moçâmedes.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 109: 1782 - 109: 1811 (0)

Luanda a **Moçâmedes**.

[Namibe. O topónimo está escrito Moçâmedes.](#)

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 110: 659 - 110: 677 (0)

Completa as frases seguintes com as preposições adequadas.

a) Fui _____ **Malange** _____ a minha irmã
_____ visitar as

Quedas _____ Kalandula.

Malanje, escrito com a letra g. Malange.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 41: 992 - 41: 1181 (0)

Existe algodão nas províncias de **Malange**, Luanda e Bengo.

Malanje, escrito com g.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 49: 1156 - 49: 1212 (0)

perto de **Malange**, o único núcleo conhecido da palanca negra gigante;
nas terras do norte domina o orangotango e mais para o centro os
animais que são o deleite de caçadores de caça grossa ou simples
caçadores de imagens: o leão, a hiena, a onça, entre muitos outros.

escrito com g.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 83: 1044 - 83: 1317 (0)

inda cedo, muito antes do sol nascer, deixaram **Malanje**. Ao volante da
carrinha em-

prestada, ia o Guerreiro, levando ao lado, na cabina, Julieta e D.

Hermínia.

Malanje escrito com j.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 108: 91 - 108: 250 (0)

Era em Setembro. Havia alguns dias que sobre toda a região de **Malanje**
se tinham des-

encadeado algumas trovoadas, que, por serem as primeiras, não
conseguiram ensopar

completamente as terras, ávidas de humidade, depois da quadra seca de
cacimbo.

Malanje escrito com j.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 108: 254 - 108: 501 (0)

E à tardinha, quando regressaram a **Malanje**, depois de um dia calmo, ficara assente entre todos que ainda haviam de voltar **Malanje**. escrito com a letra j.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 108: 1862 - 108: 1984 (0)

O caminho-de-ferro de Luanda liga a capital à cidade planáltica de Malanje, servindo uma importante zona produtiva em que se inclui o Kuanza Norte com toda a sua riqueza cafeeira.

Topónimo escrito com j **Malanje**.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 109: 413 - 109: 600 (0)

Luanda a Malanje.

O topónimo está escrito com j **Malanje**.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 110: 640 - 110: 656 (0)

...aquim das Chagas Veiga, pardo, natural de Pungo-Andongo, negociante;

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 50: 714 - 50: 785 (0)

LdaTop\LdaGe

A pesca é a profissão apaixonante do **Muxiluanda(1)** e a razão de ser da sua vida.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 75: 60 - 75: 139 (0)

Para adquirirem as canoas, não tendo a ilha árvores que lhes dessem a matéria-prima, os **Axiluanda** iam, como ainda hoje vão, à Cabiri, à Funfa e ao Zenza do Golungo.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 75: 297 - 75: 466 (0)

As peças acessórias também são feitas pelos **Axiluanda**; a vara de ximbicar(2), os remos – feitos com um pau e uma tábua toscamente pregada –, o pau de direcção e uma vela.
PRT06-LRAngola 6ªclasse: 75: 1475 - 75: 1649 (0)

. A autora do texto fala-nos dos «**Axiluanda**».

3.1 Quem são?

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 76: 239 - 76: 299 (0)

KKTop

Actualmente, o elefante encontra-se presente em todas as províncias do país, exceptuando o Huambo e o Bié, porém, com mais densidade no Uíge, Huíla e **Cuando-Cubango**, seguindo-se as do Namibe e Benguela.

[Kuando-Kubango KK](#), aportuguesado para Cuando Cubango. Está escrito com a letra c. Cuando-Cubango.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 86: 1308 - 86: 1517 (0)

Em Angola, a girafa encontra-se apenas nas províncias da Huíla e do Cuando-Cubango.

[Kuando-Kubango KK](#), aportuguesado para Cuando Cubango. Está escrito com a letra c. Cuando-Cubango.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 89: 1508 - 89: 1594 (0)

Presta atenção.

- Ao transmitirmos as nossas informações, utilizamos tipos de frases.

Ex.: Em Angola, a girafa encontra-se apenas na província da Huíla e do Cuando-

-Cubango. → frase declarativa.

Emprega-se quando se dá uma informação.

[Kuando-Kubango KK](#), aportuguesado para Cuando Cubango.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 90: 53 - 90: 294 (0)

Em terceiro lugar, situa-
-se o caminho-de-ferro do Namibe, an-
tiga Moçâmedes, a Menongue, no Cuan-
do Cubango, antiga Serpa Pinto.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 109: 669 - 109: 803 (0)

HoTop s meninos do Huambo 115

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 8: 102 - 8: 156 (0)

Do Huambo para Benguela 119

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 8: 285 - 8: 339 (0)

Em 1970, funcionaram «guichets» de filatelia nas estações de Benguela,
Lobito, Namibe
e Huambo, cujo movimento de venda de selos era quase idêntico ao dos
«guichets» de
filatelia de Luanda.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 27: 946 - 27: 1140 (0)

Actualmente, o elefante encontra-se presente em
todas as províncias do país, exceptuando o Huambo

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 86: 1308 - 86: 1408 (0)

Os meninos do Huambo

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 116: 57 - 116: 76 (0)

s meninos do Huambo fazem alegria,

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 116: 113 - 116: 146 (0)

Do Huambo para Benguela

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 120: 57 - 120: 79 (0)

Aliás, em todo

aquele sertão existiam apenas dois presídios (Caconda-a-Nova, fundada em 1769, e Quilengues) vivendo os comerciantes, «moradores > quer nas suas vizinhanças quer dispersos pelos reinos umbundo de Galangue, Bailundo e

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 35: 505 - 35: 736 (0)

Por uma questão de segurança, os contactos estabelecidos a partir de 1842 iriam evitar as terras do Bailundo passando de preferência pelo

Ambo (Huambo,

Wambu), Quiaca (Ciyaka) e Canda (Nganda)(3) o

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 63: 1019 - 63: 1217 (0)

Na verdade, deslocando-se pelo Ambo e pela Quiaca, as comitivas eximiam -se ao pagamento do tributo no presídio.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 65: 1018 - 65: 1129 (0)

Julho de 1846 decidiu convocar o soba do Ambo assim com

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 65: 1247 - 65: 1303 (0)

Silva Porto que regressava de Benguela pelo Ambo, aí teve conhecimento da situação através de João Lourenço Borges (o Canduco)

negro subalterno que vinha em comissão do comandante Ferreira de Andrade para convocar a guerra.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 66: 364 - 66: 588 (0)

é 1852, o caminho do **Ambo**,

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 70: 695 - 70: 720 (0)

vários territórios circunvizinhos e preparava-se para dominar o **Ambo** e Quiaca(l).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 71: 3 - 71: 83 (0)

fastamento das caravanas do **Ambo** e a escolha do seu território pelos sertanejos vinha ao encontro dos projectos do soba do Bailundo

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 71: 88 - 71: 220 (0)

Contrariamente aos estados do sul, o Bailundo oferecia estabilidade política e propunha-se manter relações pacíficas não só com os comerciantes como também com as autoridades portuguesas

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 71: 352 - 71: 539 (0)

No ano seguinte (1853), o soba do Bailundo correspondia à convocação da guerra preta

feita pelo governador de Benguela para fazer razias aos seus vizinhos insubmissos(4).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 71: 545 - 71: 717 (0)

Sofreu igualmente ataques dos sobas do Huambo, Galangue e outros
Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 339: 1197 - 339: 1260 (0)

rincipais são: os de Bailundo. do Hambo. de Quiaca, de Quitata e
Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 340: 1978 - 340: 2042 (0)

HoTop\Ho Pa Os meninos do Huambo
PRT06-LRAngola 6ªclasse: 116: 57 - 116: 76 (0)

s meninos do Huambo fazem alegria,
PRT06-LRAngola 6ªclasse: 116: 113 - 116: 146 (0)

HoTop\Ho Ge Oshiwambo
PRT06-LRAngola 6ªclasse: 39: 1664 - 39: 1672 (0)

CNTop Angola possui um grande potencial florestal, que começa a norte, com a grande floresta do Maiombe, de ricas madeiras; segue-se uma zona florestal até Ndalatando, com menor valor comercial, mas muito importante por abrigar o cafeeiro e as palmeiras.
[A referência é feita à Cidade de Ndalatando que fica na Província do Cuanza-Norte. E não, propriamente a província.](#)
PRT06-LRAngola 6ªclasse: 83: 66 - 83: 317 (0)

O caminho-de-ferro de Luanda liga a capital à cidade planáltica de Malanje, servindo uma importante zona produtiva em que se inclui o Kuanza Norte com

toda a sua riqueza cafeeira.

Cuanza-Norte escrito com k. Kuanza Norte.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 109: 413 - 109: 600 (0)

Para além da protecção judicial, o capitão-mor devia apoiar os interesses económicos dos sertanejos, na medida em que coincidissem com os interesses da fazenda pública. Fazia-o no entanto de maneira mais frouxa do que na linha comercial do **Cuanza**. C

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 40: 0 - 40: 249 (0)

Manuel João da Silva, mais conhecido por João da Silva, negro, natural do **Golungo Alto**, comerciante.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 49: 1134 - 49: 1233 (0)

José Mendes Fernandes, preto, natural de **Golungo Alto**;

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 50: 1132 - 50: 1185 (0)

além **Cuanza** não se levava aguardente para vender. Ma

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 58: 367 - 58: 420 (0)

BaTop\Ba
Ge

erificava-se, apesar disso, uma relativa aceitação por parte **dos Ovimbundo** da presença dos portugueses, resultante da campanha militar movida contra os seus reinos em 1773-75. B

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 35: 820 - 35: 998 (0)

BiTop

Danças do **Bié** 102

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 7: 2513 - 7: 2577 (0)

Actualmente, o elefante encontra-se presente em

todas as províncias do país, exceptuando o Huambo e o Bié, porém, com mais densidade no Uíge, Huíla e Cuando-Cubango, seguindo-se as do Namibe e Benguela.

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 86: 1308 - 86: 1517 (0)

Danças do Bié

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 103: 65 - 103: 77 (0)

Que tipos de danças se executam no Bié?

PRT06-LRAngola 6ªclasse: 104: 93 - 104: 132 (0)

O manuscrito, cuja publicação agora se inicia, foi escrito pelo sertanejo António Francisco Ferreira da Silva Porto, entre os anos de 1846 e 1890, quando se encontrava no Bié, em Benguela, em viagem pela África central e, esporadicamente, em Lisboa.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 14: 19 - 14: 270 (0)

correspondentes às permanências do autor em sua casa, no Bié.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 14: 570 - 14: 631 (0)

ndo fixado residência entre os Ovimbundo, no reino do Bié, aí fundou a libata de Belmonte [1841] onde criou uma grande «família» e viu crescer os filhos a quem educou com todo o desvelo. As relações com o soba, a população em geral e os seus colaboradores mais directos eram reguladas por leis tácitas, mutuamente impostas e aceites, num jogo de forças bastante complexo.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 24: 581 - 24: 954 (0)

Graças a contactos havidos em Lisboa, Silva Porto foi nomeado **capitão-mor do Bié** por portaria de 5 de Abril de 1885.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 25: 673 - 25: 788 (0)

Tendo chegado **ao Bié** em fins de 1885, parte imediatamente para uma viagem de negócios, no princípio do ano seguinte, desta vez ao Calundo.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 25: 790 - 25: 930 (0)

29 de Janeiro de 1890 chegou ao Bié uma expedição militar, chefiada pelo capitão Paiva Couceiro, com destino ao Barotze.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 26: 364 - 26: 485 (0)

O soba do Bié não aceitou bem a presença de soldados no seu território. Houve intrigas, desentendimentos; Silva Porto esteve no meio como intermediário. A situação, muito tensa, tornou-se explosiva. Silva Porto suicidou-se na madrugada de 31 de Março.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 26: 487 - 26: 741 (0)

Comecei então a tecer a teia em volta dele, a montar as estruturas sociais, económicas e políticas que em grande parte condicionavam o seu comportamento de patrão, comerciante, «morador» do **Bié**, cidadão português.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 29: 269 - 29: 481 (0)

m ter a pretensão de realizar um trabalho completo, indaguei quem e como evoluiu aquilo a que Silva Porto chamava a «segunda plêiade de sertanejos do Bié» e na qual se incluía. R

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 29: 485 - 29: 665 (0)

Perante as primeiras páginas preenchidas por narrativas de viagens, cheias de vida, pormenor e exactidão, o factual e o exótico não respondem a questões tão simples como estas: que vinha esta comitiva fazer do Bié a Benguela? T

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 29: 1183 - 29: 1409 (0)

Acontece isso com a importantíssima reconversão do comércio do Bié na década de 40, analisada repetidas vezes ao longo da sua obra, cada vez com mais argúcia e lucidez

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 30: 226 - 30: 392 (0)

TRAJECTÓRIA DO COMÉRCIO DO BIÉ)

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 33: 13 - 33: 43 (0)

— O marfim e o comércio sertanejo do Bié (1845-1874)

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 33: 48 - 33: 99 (0)

Um dos principais entrepostos deste comércio de longa distância foi, a partir do final do século XVIII e até princípios do século XX, a região do Bié.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 33: 1281 - 34: 140 (0)

— No Bié — os sertanejos

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 34: 389 - 34: 412 (0)

A formação da base social deste comércio de longa distância, com centro no reino umbundo(3) do Bié (planalto central de Angola), começou após a criação daquela capitania-mor em 1769(4), quando ali se fixaram sertanejos brancos, negros e mestiços dedicados ao comércio de escravos

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 34: 415 - 34: 694 (0)

A fundação da povoação de Amarante perto de Ecovongo (côrte do Bié) e a nomeação de uma autoridade portuguesa junto do soba contribuíram para atrair alguns desertores e foragidos que andavam por aqueles sertões fora da lei (5).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 34: 697 - 34: 927 (0)

O primeiro capitão-mor do Bié foi Joaquim José Rodrigues, nomeado c. 1770 com a finalidade de dominar «a desordem entre os negociantes, que havia naquele Sertão».

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 35: 0 - 35: 163 (0)

Basta dizer que em 1798 o capitão-mor do Bié não dispunha de qualquer força militar. Al

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 35: 419 - 35: 506 (0)

ispersos pelos reinos umbundo de Galangue, Bailundo e Bié(2),

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 35: 684 - 35: 744 (0)

Terá sido durante o mandato do capitão-mor do Bié, António Francisco da Conceição Matos, depois de 1791, e

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 35: 1188 - 35: 1293 (0)

nos princípios do século XIX, que se estabeleceram condições capazes de atrair maior número de sertanejos àquele reino e se impulsionou a expansão da rede comercial em direcção ao Centro(1).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 36: 0 - 36: 190 (0)

Mais tarde (depois de 1798), a capitania- mor foi dotada de duas companhias de milícias e outras duas de ordenanças(3) tendo a força militar permanecido até à década de trinta. Fixou-se então ali grande número de comerciantes a que Silva Porto viria a designar por «primeira pléiade de sertanejos do Bié».

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 36: 841 - 36: 1146 (0)

Pela sua parte eles ofereciam ao soba do Bié e à população em geral a vantagem de fazerem circular o seu crédito até àquele território e de aí criarem um entreposto comercial.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 38: 667 - 38: 842 (0)

Conferiam assim ao Bié o carácter de um centro motor secundário do comércio de longa distância que ligava o mercado de venda (Luanda e Benguela) ao mercado de compra (alargado ao Lovale, à Lunda e às vertentes do Cuango).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 38: 844 - 38: 1065 (0)

Em

casos pontuais chegaram a dar apoio militar ao soba, como na invasão do Bié pela guerra do Bailundo em 1823(1).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 38: 1067 - 38: 1182 (0)

O preço da posição de privilégio e da protecção recebida no Bié parece não ter sido demasiado elevado para esta geração de sertanejos.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 39: 990 - 39: 1123 (0)

presença de uma força militar, as características do transporte dos escravos, e a dependência das populações do Bié para se abastecerem de mercadorias europeias a que estavam habituadas, foram algumas das razões que lhes facilitaram a

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 39: 1228 - 39: 1465 (0)

Contrariamente ao que ali se passava, o fornecimento de carregadores no Bié nem sempre era facultado pela interferência do capitão-mor junto do soba

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 40: 249 - 40: 398 (0)

O movimento do Bié como entreposto de um comércio de longa distância dependia fundamentalmente da iniciativa sertaneja.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 40: 1087 - 40: 1207 (0)

Segundo conta Silva Porto, cerca de 1830, uma parte considerável ou mesmo a totalidade dos sertanejos abandonaram o Bié em virtude de lhe terem sido criadas situações de insegurança pelo soba então reinante, Basso-Gaba.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 41: 199 - 41: 420 (0)

O exemplo foi seguido pelos comerciantes mais modestos que integravam as caravanas reais. Assim, em 1846, Rodrigues Graça, sócio de D. Ana, foi encarregado de interferir junto do soba do Bié para que os seus «filhos» pagassem o que deviam aos comerciantes de Luanda(2).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 42: 48 - 42: 320 (0)

O Major Coimbra, como outros «regentes» do sertão, não podendo impor-se pela força, mostrava-se conciliatório para com o poder local. Era essa aliás a única atitude possível quer por parte da autoridade quer dos comerciantes sem protecção de milícias ou da artilharia de um forte, em todo o território do Bié(3).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 44: 616 - 44: 927 (0)

lém de negociantes volantes que na mesma [província do Bié] se acham estabelecidos (...)»(2).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 45: 330 - 45: 426 (0)

a verdade este grupo social constitui a base em que se vieram integrar os sertanejos chegados durante a década de 40 e aos quais Silva Porto chamaria «a segunda plêiade dos sertanejos do Bié».

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 45: 885 - 45: 1077 (0)

Começamos pelo caso das duas famílias dos capitães-mores do Bié, António Francisco da Conceição Matos e Francisco José Coimbra.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 46: 921 - 46: 1047 (0)

Os irmãos Conceição Matos, todos nascidos no Bié em princípios do século e todos eles comerciantes, constituem o melhor exemplo de família sertaneja que manteve a continuidade entre a antiga geração de seu pai, já desaparecido, e a nova geração que foi chegando na década de 40

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 46: 1049 - 46: 1328 (0)

ma delas, D. Josefa da Conceição Matos, estava casada com José Pedro da Silva também natural do Bié e mestiço (consta da lista de Rodrigues Graça). Tr

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 47: 743 - 47: 892 (0)

Foi integrado nessa caravana que fez a viagem até ao Bié

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 47: 1187 - 47: 1243 (0)

ra um homem de iniciativa, daqueles que concentravam nas suas mãos o movimento comercial do Bié. O seu nome não volta a aparecer, o que nos leva a acreditar que terá falecido pouco depois.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 48: 880 - 48: 1069 (0)

osé Ferreira da Rosa, negociante, mestiço, natural de Galangue, é outro sertanejo da antiga geração que já residia no Bié em 1833(2). Também a este perdemos o rasto, certamente por ter falecido.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 48: 1071 - 48: 1265 (0)

O grupo de sertanejos que vai relançar o comércio do Bié estava ainda começando a formar-se.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 48: 1267 - 48: 1359 (0)

No entanto, não se tratava de um homem da geração anterior visto que o vamos ter no Bié até 1 de Fevereiro de 1883, data da sua morte.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 49: 185 - 49: 319 (0)

Jorge José da Mota, mestiço, natural do Bié, também referenciado como comerciante, foi empregado de Silva Porto pelo menos numa viagem em 1852(4)

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 49: 986 - 49: 1131 (0)

Manuel Solteiro da Silva, pardo, natural do Bié, negociante;

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 50: 583 - 50: 645 (0)

sé Vaz Pereira dos Santos, preto, natural do Bié, negociante; J

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 50: 649 - 50: 712 (0)

Francisco José da Mota, pardo, natural do Bié, negociante (irmão de Jorge José da Mota?);

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 50: 789 - 50: 875 (0)

António Chaves Benedito, preto, natural do Bié, caixeiro;

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 50: 879 - 50: 933 (0)

Francisco Monteiro da Fonseca, preto, natural do Bié, negociante; J

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 50: 1066 - 50: 1132 (0)

Tal como aqueles empregados de Silva Porto, estes onze homens fazem parte do grupo de sertanejos mais activos do Bié que em 1850 subscreveu uma petição ao governador de Angola(1).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 50: 1262 - 50: 1440 (0)

Guilherme José Gonçalves era natural de Lisboa. Dez anos mais velho que Silva Porto, tinha chegado ao Bié pouco antes de 1840. Vamos segui-lo de perto, nas suas viagens, nos seus lazeres, nos seus projectos, e até mesmo através dos seus descendentes.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 51: 375 - 51: 627 (0)

Quando em 1839 Silva Porto chegou a Angola, o entre-posto do Bié achava-se integrado na rede comercial de Luanda.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 52: 34 - 52: 147 (0)

Esta linha penetrava o sertão através dos presídios do Cuanza até à feira de Cassange e, ramificando-se transversalmente a partir de Pungo Andongo para o Sul, chegava ao Bié.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 52: 150 - 52: 325 (0)

Entram nesta segunda solução os sertanejos do Bié.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 53: 304 - 53: 354 (0)

s sertanejos reservavam o armamento para seu uso e da sua gente ou para tributos no Bié.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 58: 125 - 58: 212 (0)

Com a aguardente passava-se algo de semelhante. Era só transaccionada até ao Bié

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 58: 285 - 58: 364 (0)

O comércio do Bié, porém, dispunha de um trunfo que lhe permitia esquivar-se à vigilância do armador e desaparecer sem dar contas. Dada a posição geográfica privilegiada do

Bié, os sertanejos podiam contactar o mercado de venda, quer em Luanda quer em Benguela com semelhantes vantagens.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 59: 110 - 59: 397 (0)

Aproveitando as facilidades de acesso às duas grandes linhas de penetração comercial, os sertanejos do Bié já em 1839 haviam procedido a duas mudanças de «armadores».

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 59: 399 - 59: 567 (0)

Mais tarde, em 1823, a guerra do Bailundo invadira o Bié, lançando a insegurança nos caminhos que conduziam a Benguela. Então os sertanejos, que entretanto também já haviam contraído dívidas naquela praça, regressaram a Luanda reatando o negócio com as firmas da capital(3).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 59: 708 - 59: 982 (0)

ligação entre o Bié e a linha comercial do Cuanza fazia-se pelo antigo itinerário transversal que unia o planalto aos presídios daquele rio.

Pungo Andongo, Anduro, Cambambe

e Ambaca estavam intimamente ligados ao comércio do Bié.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 59: 1195 - 59: 1427 (0)

fixar residência no planalto, enquanto alguns havia que possuíam habitações nas duas zonas. É o caso do velho sertanejo do Bié,

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 60: 0 - 60: 127 (0)

Manuel António da Conceição, que hospedou Silva Porto no Anduro, em 1840, quando este ali passou a caminho do Bié(1).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 60: 129 - 60: 245 (0)

itinerário transversal entre o Bié e a linha do Cuanza nunca deixaria de ser utilizado(2), mas a partir de 1838, a corrente comercial que ligava o Bié ao litoral começou a ser desviada de Luanda para Benguela(3).

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 60: 248 - 60: 461 (0)

m esse fim se organizou uma caravana que desceu do planalto ao litoral. Benguela, cuja rede comercial penetrava para sul e sueste, através de Quilengues e Caconda, até às margens do Cubango ou mesmo até ao lago Ngami(4), aceitou de braços abertos a reanimação das relações com o Bié.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 60: 600 - 60: 886 (0)

Em 1849, na sua sétima deslocação a Benguela, encontramos reunidos na mesma

caravana os principais sertanejos do Bié. O

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 62: 847 - 62: 966 (0)

Quatro deles teriam chegado depois de 1846, mas constituíam já, com os veteranos, a base da «segunda plêiade» de sertanejos do Bié.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 62: 1283 - 62: 1414 (0)

No restabelecimento das ligações entre o Bié e Benguela os sertanejos tiveram em conta as razões de política africana local que os haviam afastado daqueles caminhos em 1823 com a invasão do Bié pelo Bailundo.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 63: 807 - 63: 1017 (0)

Durante os quase 20 anos de afastamento dos comerciantes do Bié, fora o presídio de Caconda que, apesar do seu estado de decadência, constituirá o elo de ligação entre o sertão de Benguela ou Nano(l) e a cidade.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 65: 601 - 65: 811 (0)

A caravana prosseguiu sem incidente, mas uma vez chegado ao Bié apressou -se a avisar os sertanejos de que o caminho do Ambo se achava intransitável

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 66: 590 - 66: 738 (0)

Depois de «muitas vociferações contra os brancos e povo do Bié

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 66: 1814 - 66: 1875 (0)

s primeiras notícias sobre o sequestro chegaram ao Bié em Novembro do mesmo ano de 1846.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 67: 1505 - 67: 1592 (0)

aziam-nas quinze negros pertencentes ao soba do Bié que tinham conseguido escapar. A consternação foi geral, visto que eram muitos os prejudicados.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 67: 1596 - 67: 1743 (0)

Eis uma situação extremamente delicada em que as autoridades portuguesas por ineficácia, no Bié, e devido à sua actuação criminosa, em Caconda, são elas próprias a criar dificuldades aos sertanejos, abandonando-os em seguida à sua sorte.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 68: 1145 - 68: 1383 (0)

tais ocasiões é o acordo tácito entre os sertanejos e o soba do Bié que funciona. Só do respeito mútuo pelas regras de convivência depende a sobrevivência dos sertanejos.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 68: 1387 - 68: 1558 (0)

Este sertanejo vinha em comissão de serviço do governo de Benguela para o soba do Bié, com a incumbência de solucionar a questão que se afigurava explosiva.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 69: 228 - 69: 384 (0)

ém disso, se no Bié os «brancos» fossem assassinados e as suas libatas sequestradas por represália, como já tinha sucedido em 1830-33, a responsabilidade seria igualmente da autoridade portuguesa.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 69: 1112 - 69: 1311 (0)

Era urgente chegar ao Bié com uma solução, a tempo de evitar que uma onda de vingança se abatesse sobre os sertanejos.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 69: 1681 - 69: 1799 (0)

Desta vez não houve dilações e Guilherme José Gonçalves conseguiu atingir o Bié três dias após a chegada d

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 69: 1801 - 69: 1906 (0)

Tendo-se entretanto multiplicado os roubos e ataques às caravanas, Silva Porto tomou nesse ano a iniciativa de reatar as relações com o soba do Bailundo, para abrir as suas terras à passagem das comitivas do Bié q

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 70: 764 - 70: 979 (0)

Tinha-se conseguido estabelecer um acordo que garantiria relativa segurança nas vias de acesso entre o Bié e Benguela.

O Bailundo passaria a constituir zona de trânsito preferida no circuito comercial, cabendo-lhe progressivamente um papel de participação mais activa.

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 71: 718 - 71: 987 (0)

Por 1846, Rodrigues Graça escreve uma descrição da província do Bié. «Esta província se acha no centro das riquíssimas possessões dos potentados do Andulo. Bailundo, Camexe, Bunda, Ambuelas, Quiboco, Mazaza. Cassaby e Lumbige; donde tem vindo em todo o tempo marfim, cera e mais géneros de consumo do país, q

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 340: 1048 - 340: 1357 (0)

BiTop\BiG
e
endo fixado residência entre os Ovimbundo,
Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 24: 580 - 24: 621 (0)

ual o papel dos Ovimbundo nesta complexa organização?

Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 29: 1644 - 29: 1696 (0)

Apresentava-se como defensor dos comerciantes contra as exigências menos jus-

tas dos Ovimbundo; o rei com o capitão-mor ou sozinho era o verdadeiro juiz que controlava as relações entre os «moradores» e os «filhos do país». Ele próprio se tornaria um comerciante de algum cabedal com interesses semelhantes aos dos «moradores».

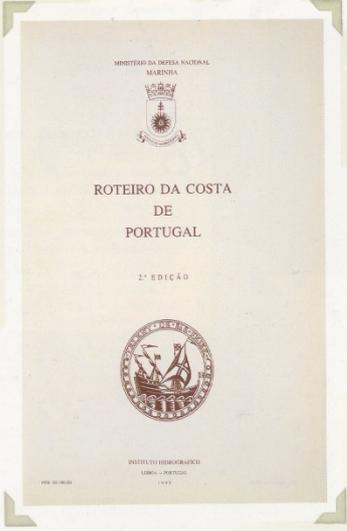
Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em áfrica : 39: 94 - 39: 428 (0)

«Os Bienes (...) só com os sertanejos se animavam de seguir onde por ventura os chamavam os seus interesses, por isso o comércio estava concentrado nas suas mãos (. . .)»(

	<p>Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 40: 1307 - 40: 1477 (0)</p>
a	<p>BiTop\BiP no litoral benguelense, as acácias; e PRT06-LRAngola 6ª classe: 83: 556 - 83: 594 (0)</p> <hr/> <p>estas faltas são colmatadas pela descrição dos usos e costumes do povo Bieno, não em forma de diário, mas organizada por assuntos.</p> <p>Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 14: 634 - 14: 764 (0)</p> <p>Bienos e Bailundos, mais que os pequenos reinos do sul, mostravam reconhecer as vantagens de negociar com os comerciantes «brancos» de preferência a atacar os seus estabelecimentos (4).</p> <p>Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 35: 998 - 35: 1186 (0)</p>
Ge	<p>BoTop\Bo O chefe da missão, um barba-dinho italiano, baptizava sertanejos europeus, brasileiros e africanos e também grande número de bienos(1).</p> <p>Livros Antigos\silva porto - viagens e apontamentos de um portuense em África : 37: 147 - 37: 282 (0)</p>

Anexo B. Portugal Roteiro

77 PORTUGAL. Roteiro. 1990.
Roteiro da costa de Portugal. - Ed. 2. -
Lisboa : Instituto Hidrográfico, 1990. -
XCII, [566] p., [19] map. desdobr. : il.,
30 cm.



Segundo o prefácio, o Roteiro foi elaborado por João Aguiar Coimbra e Rui Sá Lial, de acordo com as resoluções tomadas na Organização Hidrográfica Internacional. A recolha da informação ficou de 1985 a 1986. Ele destina-se a ser utilizado conjuntamente com as cartas hidrográficas, contendo as informações necessárias à segurança da navegação, mas é também um instrumento indispensável para o estudo e conhecimento do litoral português. Organiza-se em capítulos, do norte para o sul do País, e contém cartas hidrográficas detalhadas, fotografias da costa, de que se reproduz em várias áreas do porto de Vila Real de Santo António, e informações sobre aspectos diversos, desde a orografia, ao clima, às actividades marinhas, etc. Anteriormente tinha já sido publicada outra edição, de 1952, e ainda o Roteiro dos Portos de Portugal, em 1978. O Instituto Hidrográfico publica também o Roteiro da Madeira, dos Açores e do Algarve, este para a navegação de recreio.

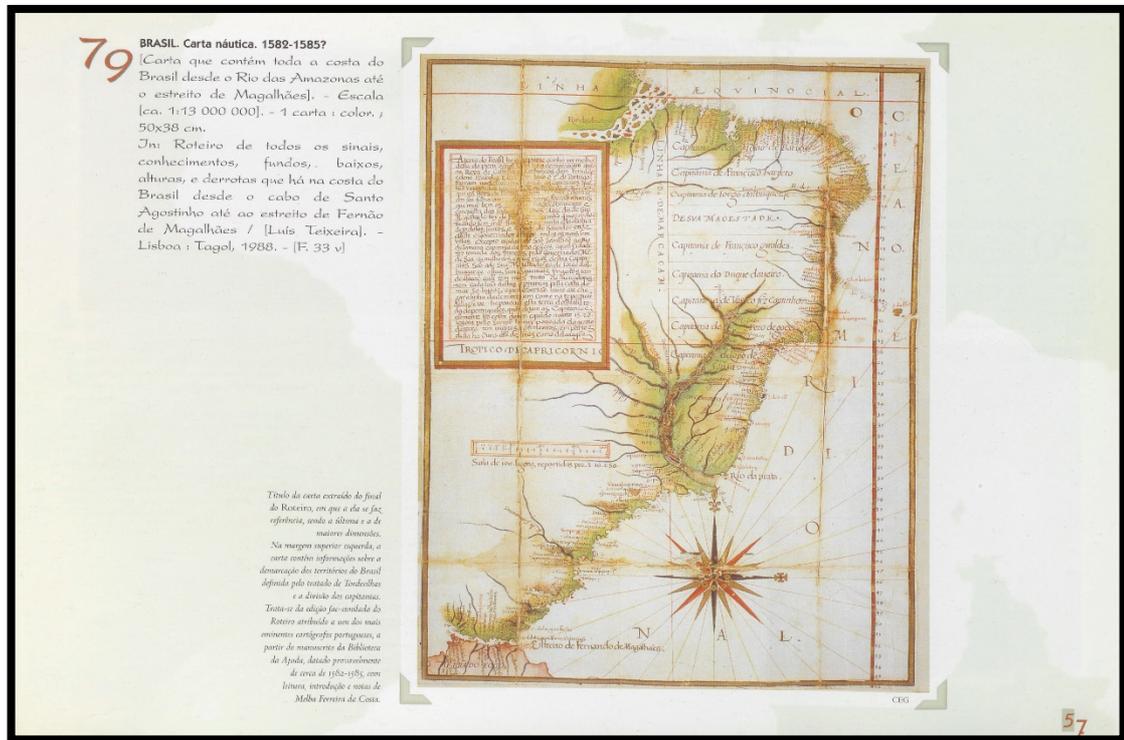


54

Anexo C. Brasil Carta Náutica (1572)



Anexo D. Brasil Carta Náutica (1582-1585)



Anexo E. Rio Zaire (1883)

80

ZAIRE (rio). Carta do curso do rio. 1883.
 Carta do curso do rio Zaire de Stanley-Pool ao Oceano / coord. por Capello e Jvens ; des. A. A. d'Oliveira ; grav. Erhard. - Escala [ca. 1:400 000]. - [Lisboa] : Comissão de Cartographia, 1883. - 1 carta em 2 f. ; preto e azul ; 69x60 cm cada.



CEG

58

81

ÁFRICA MERIDIONAL. Carta dos territórios portugueses. 1886.
 Carta da África meridional portuguesa / coord. A. A. d'Oliveira ; grav. Erhard Fres. - Escala 1:6 000 000. - [Lisboa] : Comissão de Cartographia, 1886. - 1 carta ; color. ; 55x69 cm.



CEG

Gravado e impresso por Erhard Fies, Paris.
 Na carta superior direito indica, em janelas, uma carta de África na escala de 1:60 000 000, mostrando a área abrangida pela carta principal e onde surgem fronteiras de terras de populações portuguesas e o cabo soberano.
 Esta é o chamado "mapa de-rosa", que materializa o projeto do império português estendendo-se do Atlântico ao Índico, representado a rosa, por oposição às pretensões francesas, inglesas e alemãs, com cores diferentes. Representação do território de exploração portuguesa, entre 1750 e 1850.
 Mapa anexo a: Documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1887; negociações relativas à delimitação das Possessões Portuguesas e Francesas na África Occidental. Lisboa : Imprensa Nacional, 1887.

Gravado e impresso em Paris por Erhard.
 Esta parece ser a primeira carta elaborada pela Comissão de Cartographia, mesmo antes ainda de se disporem dados interestaduais internacionais. Posteriormente, o rio do Zaire seria objeto de levantamentos hidrográficos feitos por Ernesto de Vasconcelos, e as mapas publicados em 1886, 2 edições, e 1887.

Anexo F. África Meridional (1886)



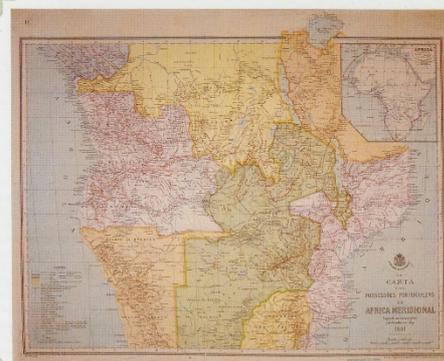
CEG

*Gravada e impressa em Paris por Erhard Fries.
No canto superior direito inclui, em janelas, uma carta de África, na
escala de 1:60 000 000, incompleta e sem título ou legenda.
A carta, tendo grandes semelhanças com o "mapa cor-de-rosa",
actualmente representada agora os territórios portugueses a 2291, de
delimitação ainda incerta e objeto de discussão. Mostra também
os percursos dos vários exploradores, entre 1798 e 1885.*

82 África Meridional. Carta dos territórios portugueses. 1890.

Carta das possessões portuguesas da África meridional; segundo o projecto de tratado de 20 de Agosto de 1890 / coord. A. A. d'Oliveira; grav. por Erhard Fries. - Escala 1:6 000 000. - [Lisboa]: Comissão de Cartographia, 1890. - 1 carta; color.; 56x69 cm.

*Gravada e impressa em Paris por Erhard Fries.
No canto superior direito inclui, em janelas, uma carta de África, na
escala de 1:60 000 000, onde se representam os territórios portugueses,
e resa tal como no mapa principal.
Moçambique tem aqui uma configuração próxima da actual,
mudando substancialmente na área de Tete em relação à carta
anterior, enquanto a fronteira nordeste de Angola resta, desviando de
ser 125 rectilínea.*



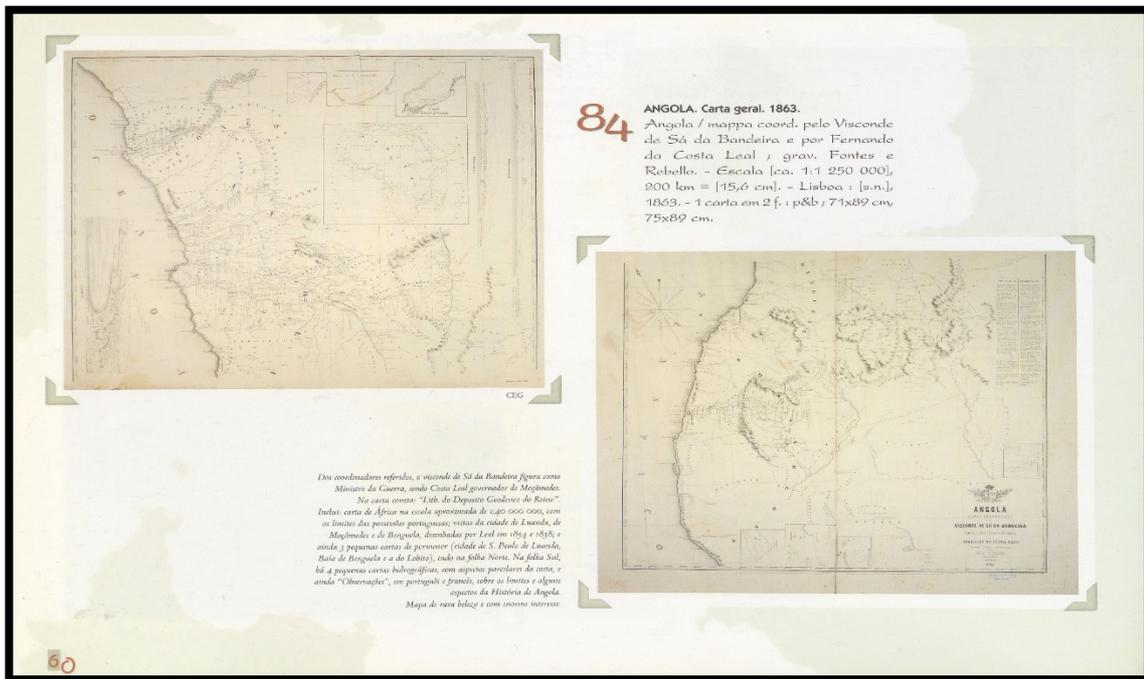
CEG

83 África Meridional. Carta dos territórios portugueses. 1891.

Carta das possessões portuguesas da África meridional; segundo as convenções celebradas em 1891 / grav. Erhard Fries. - Ed. 2. - Escala 1:6 000 000. - [Lisboa]: Comissão de Cartographia, 1891. - 1 carta; color.; 54x69 cm.

59

Anexo G. Territórios Portugueses (1890-1891)



Anexo H. Angola Carta geral (1863)



85 ANGOLA. Carta geral. 1885.
Carta de Angola : contendo indicações de produção e salubridade / coord. e des. Antonio Augusto d'Oliveira ; coord. L. de Moraes e Souza e Ernesto de Vasconcellos ; fotolit. M. D. Santos e Pavia. - Escala 1:3 000 000. - [Lisboa] : Comissão de Cartographia, 1885. - 1 carta : color ; 64x48 cm.

Refer-se na carta: "Coordenada na parte geographica pelo Conductor d'Ones Paulista e Minas Antonio Augusto de Oliveira e nas demais indicações pelos membros da commissão L. de Moraes e Souza e Ernesto de Vasconcellos".
Contem assim quadros com a "Indicação dos productos agricolas e mineros da Provincia de Angola", por cercados, que interrompe as fronteiras norte e sul, as terras mareas, a rosa.
O mapa distingue as regiões productivas relativamente salubres das productivas insalubres e mareas, entre outras, os limites da bacia do livre comercio e o percurso de Capelo e Icos, 1884.

Representaram-se os districtos com cores differenciaes, os lugares mais importantes, os caminhos-de-ferro, as estagões e projectados em um estado, e as linhas telegraphicas. O relevo é genericamente sugerido.
Nesta carta representam-se pela primeira vez toda a fronteira de Moçambique de forma continua, e, embora com algumas correções posteriores, a configuração geral desta colónia portugueza estava então práticamente definida.



86 MOÇAMBIQUE. Carta geral. 1903.
Carta de Moçambique / comp. e des. M. Diniz ; grav. J. Pálha. - Escala 1:3 000 000. - [Lisboa] : Comissão de Cartographia, 1903. - 1 carta : color ; 68x51 cm.

Anexo I. Angola (1885) e Moçambique (1903)

87 ZAMBEZE (delta do rio). Carta geral. 1891.

Carta do delta do Zambeze e terrenos adjacentes / por Affonso de Moraes Sarmento ; gr. A. Briesemeister. - Escala 1:500 000. - [Lisboa] : Comissão de Cartographia, 1891. - 1 carta : color ; 56x72 cm.



Na parte inferior direita apresenta 3 cartas mais pequenas com pormenores dos portos e barras de R. Inhambango, 1:100 000, do R. Chinda, 1:100 000, e do R. Quilimano, 1:200 000. Contém ainda um perfil transversal do terreno entre o rio Chiva e o mar "segundo a direção da linha forte".

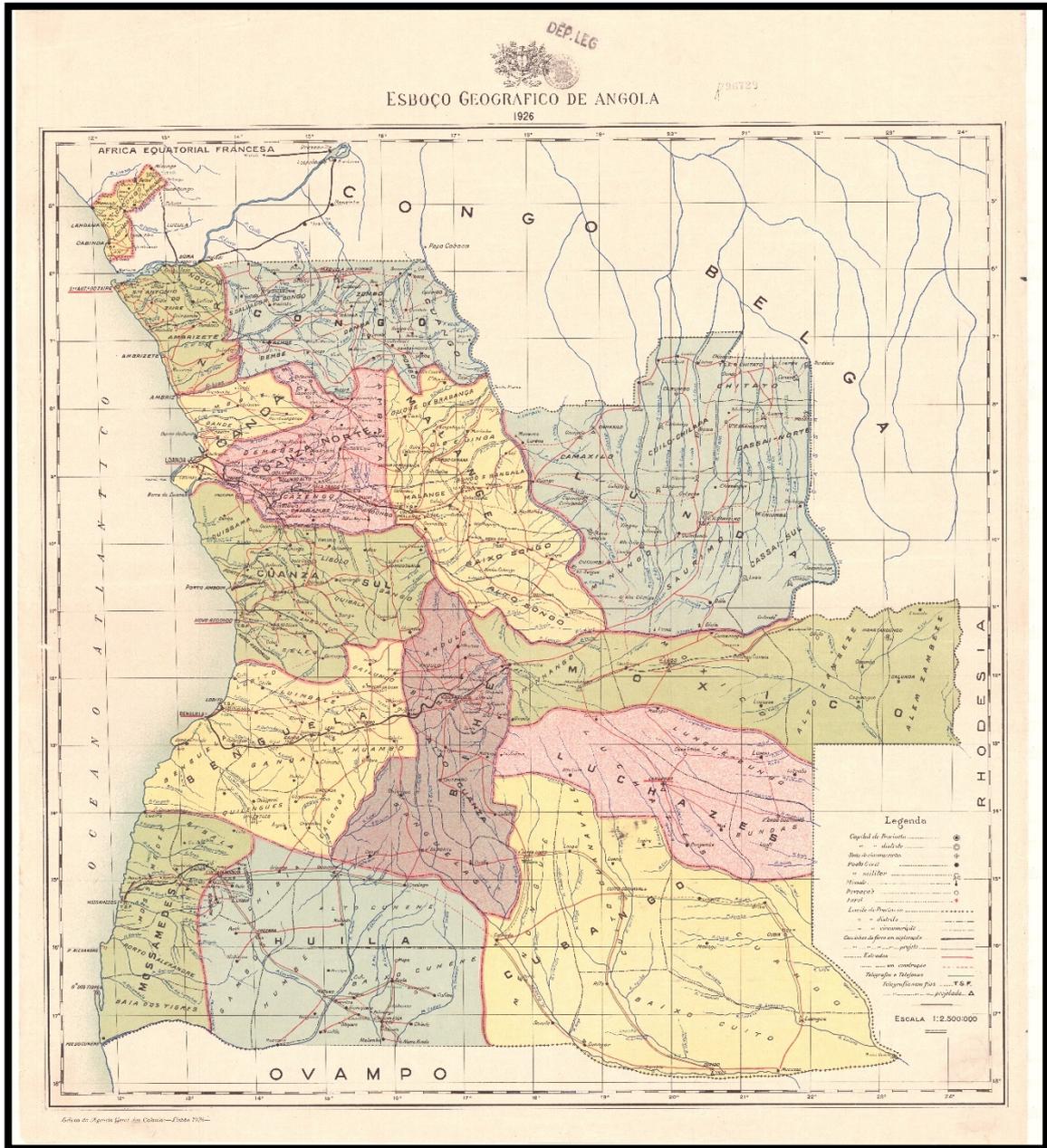
88 GUINÉ. Carta de delimitação da fronteira. 1905.

Carta da delimitação da fronteira da Guiné desde o marco 66 até ao marco 184 ; campanhas de 1904-1905 / Levantada pelos officiaes da missão luso-francesa J. Muzanty, Dr. Maclaude, Proença Fortes, Lieutenant Brocard, Administrateur Leprince. - Escala 1:250 000. - [Lisboa] : Comissão de Cartographia, [1905]. - 1 carta : color ; 52x71 cm.

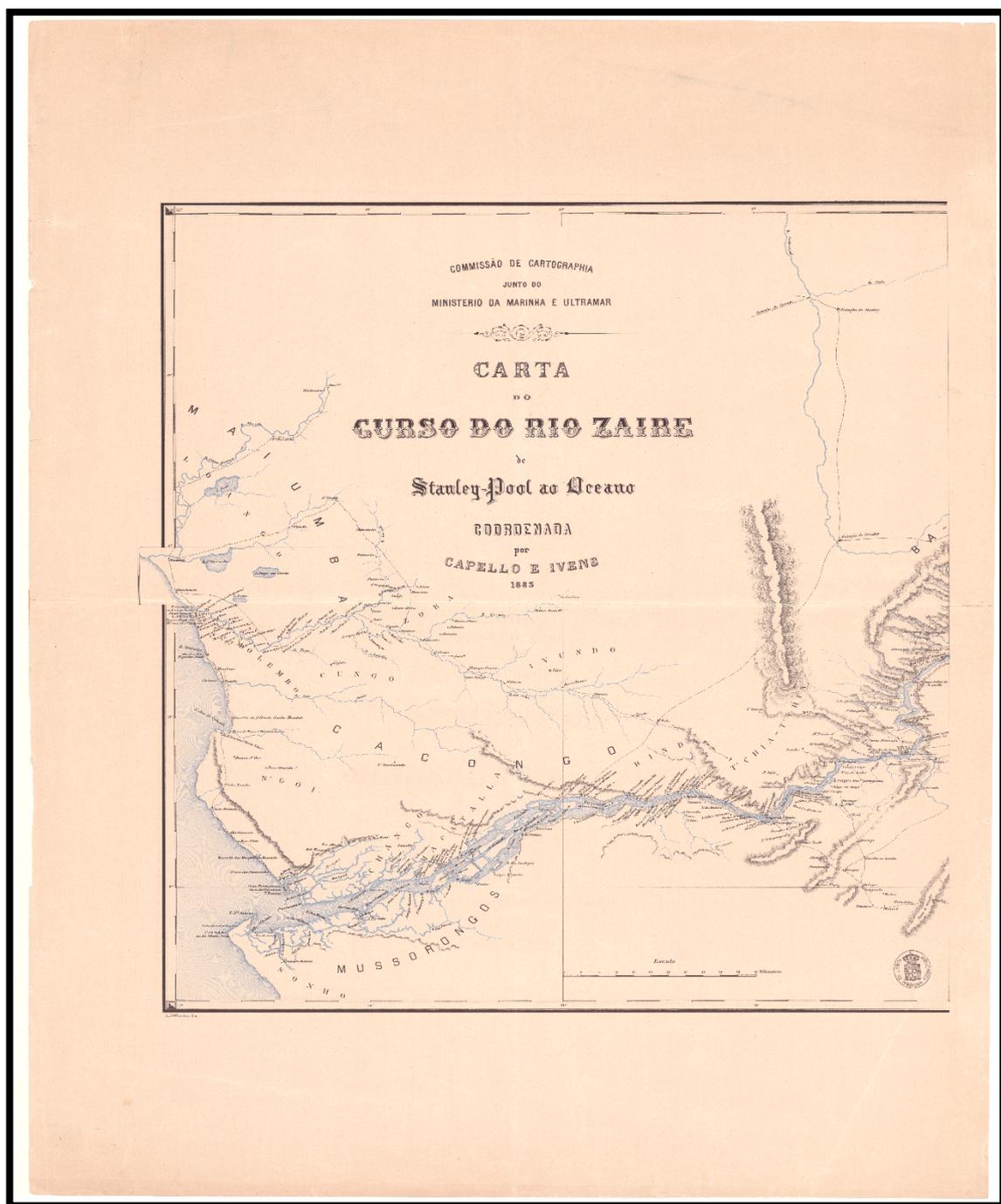


Na carta, como este título, apenas constam os marcos 123 e Este, a 184, em Cabo Roxo, feitos ao Alântico, o que atalho no desenho interrompeido de aquelles, fic' supor haver uma outra linha que a prolongaria. Representação para ser e entre toda a fronteira, a norte do Rio Cathos, abrangendo uma área de cerca de 15 a 20 km para cada lado. Sem legendas.

Anexo J. Esboço Geográfico de Angola (1926)



Anexo L. Rio Zaire Capello e Ivens (1883)



Anexo M. Rio Zaire Capello e Ivens (1883) (cont.)



Anexo P. Carta de África Occidental (1877-1880)



Anexo Q. Esboço da Carta de Angola (1912)

